



**A ESCOLHA PÚBLICA NO ORÇAMENTO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DOS INDICADORES DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

GIOVANNI PACELLI CARVALHO LUSTOSA DA COSTA

BRASÍLIA
2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Reitor:

Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior

Vice-Reitor:

Professor Doutor João Batista de Sousa

Decana de Pesquisa e Pós-Graduação:

Professora Doutora Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade:

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais:

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos

**Coordenadora Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação
em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN**

Professora Doutora Fátima Souza Freire



GIOVANNI PACELLI CARVALHO LUSTOSA DA COSTA

**A ESCOLHA PÚBLICA NO ORÇAMENTO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DOS INDICADORES DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa: Contabilidade para a Tomada de Decisão

Grupo de Pesquisa: Controladoria

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima de Souza Freire.

BRASÍLIA
2011

Costa, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da

A escolha pública no orçamento federal: uma análise a partir dos indicadores dos programas finalísticos/ Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa – Brasília, DF, 2011.

280 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima de Souza Freire

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais – FACE. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN).

1. Escolha Pública. 2. Orçamento Federal. 3. Avaliação de Programas de Governo. 4. Indicadores de Desempenho. I. FREIRE, Fátima Souza. II. Universidade de Brasília. III. Universidade Federal da Paraíba. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. V. Título.

GIOVANNI PACELLI CARVALHO LUSTOSA DA COSTA

**A ESCOLHA PÚBLICA NO ORÇAMENTO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR
DOS INDICADORES DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Comissão avaliadora:

Professora Doutora Fátima de Souza Freire

Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
UnB/UFPB/ UFRN
(Presidente da Banca)

Professor Doutor Ivan Ricardo Gartner

Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
UnB/UFPB/ UFRN
(Membro Examinador Interno)

Professor Doutor Ademir Clemente

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná
(Membro Examinador Externo)

Brasília, 9 de dezembro de 2011

A toda a minha família.
À minha esposa Danielle e ao meu filho João Pedro.
Aos meus pais Eugênio e Rosa.
Aos meus irmãos João Paulo e Nádia.
À minha sogra Mazônia.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento vai à comissão de seleção composta pelos professores: Dra. Fátima de Souza Freire, Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa, os quais me deram o voto de confiança para integrar a 19ª turma de mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN.

Agradeço do mesmo modo a todos os professores que participaram na difusão do conhecimento em 2010: Dr. Jorge Katsumi Niyama; Dra. Fátima de Souza Freire, também minha orientadora; M. Sc. Cláudio Moreira Santana; Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho; Dr. César Augusto Tibúrcio Silva; Dr. José Dionísio Gomes da Silva; Dr. Edilson Paulo; e Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa. Os senhores foram muito importantes para o sucesso dessa jornada.

Agradeço novamente ao prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva que também foi o professor-orientador da matéria Prática de Ensino que me permitiu atuar como docente de Introdução à Contabilidade no primeiro semestre de 2011 da Universidade de Brasília. Nessa ocasião tive a oportunidade e a satisfação de disseminar aos graduandos os conhecimentos relacionados aos aspectos iniciais da Ciência Contábil.

Quanto à última etapa do mestrado, o desenvolvimento da dissertação, agradeço especialmente a professora Dra. Fátima de Souza Freire, minha orientadora, pelos ensinamentos transmitidos, mas acima de tudo, por ter acreditado no meu potencial e pela oportunidade na escolha do tema aqui apresentado.

Agradeço ao professor Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho, mais uma vez, e aos meus amigos de trabalho Fernando Oscar Schmitt e Renata Matos, da Coordenação de Planejamento da Controladoria-Geral da União (CGU), por terem me auxiliado na seleção dos testes estatísticos.

Agradeço à Débora Beserra e a Carlos Pinho da SPI/MP pelo auxílio na coleta de dados ao Relatórios de Avaliação dos programas.

Agradeço igualmente a minha amiga de mestrado M. Sc. Isabel Cristina Henriques Sales, representante da turma, pela ajuda na revisão final deste estudo.

Apesar de tentar resumir em poucas palavras os principais atores envolvidos neste processo, nada disso teria sido possível sem a benção de Deus que protegeu a mim e à minha família neste período. Obrigado Deus por tudo.

Agradeço aos meus pais, Eugênio e Rosa, pelos ensinamentos de vida a mim transmitidos e úteis, tanto neste desafio, quanto nos outros que me trouxeram até aqui. Agradeço aos meus irmãos João Paulo e Nádia, que já se sagraram respectivamente como doutor e mestre; o sucesso de vocês motivou ainda mais a minha jornada.

Agradeço à minha esposa, Danielle, pela compreensão e apoio devido à minha ausência como esposo e amigo. Agradeço ao meu filho, João Pedro, que apesar de não compreender plenamente o contexto pelo qual passei nestes dois últimos anos, também sentiu falta da minha presença e atenção, assim como me deu forças e inspiração. Agradeço à minha sogra, Mazônia, que reforçou a ajuda aos cuidados do meu filho João Pedro neste período.

Agradeço ao meu chefe em 2010 na CGU, Rogério Reis, que deu parecer favorável no processo administrativo a fim de que eu pudesse assistir às aulas do mestrado por meio do

regime de compensação de horário.

Agradeço à minha atual chefe Eveline Martins Brito por ter me permitido a alteração de férias a fim de que pudesse me dedicar a esta dissertação.

Agradeço aos funcionários da Secretaria do Programa Multiinstitucional e Inter-regional, Aline Feitosa e Rodolfo Santos, pela atenção dispensada.

Por fim, agradeço imensamente aos meus colegas de mestrado, com quem tive a honra e o prazer de conviver nesses dois anos, mais intensamente em 2010, nos momentos de alegria, tristeza e tensão: Clésio Gomes, Ednilto Júnior, Flávia Carvalho, Glauber Barbosa, Isabel Sales, Luciana Ikuno, Luiz Felipe Andrade, Michele Machado, Odair Corrêa e Rodrigo Miranda (meu companheiro de luta na CGU).

Vocês fazem parte das lembranças de um sonho realizado. Desejo a vocês sucesso profissional e tenho certeza que vocês irão engrandecer o Programa com seus feitos.

“As diferentes formas de governo fazem leis, democráticas ou autoritárias, visando a seus respectivos interesses.”
(Platão)

"O político é aquele indivíduo que pede dinheiro aos ricos e votos aos pobres, prometendo, se eleito, defender uns dos outros."
(James Buchanan)

“Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia”.
(Deming)

“Não avaliar pode ser comparado a pilotar um avião sem instrumentos de navegação aérea, sem indicadores das condições de vôo e do motor. É voar sem bússola, altímetro, velocímetro, indicadores de nível de combustível, óleo e temperatura da água”
(Takeda e Talbot)

RESUMO

O orçamento público é uma das manifestações mais puras da escolha pública, pois a decisão de poucos, representados na democracia pelos políticos e burocratas, afeta a vida de toda a sociedade. A lei orçamentária anual brasileira, que adota o modelo do orçamento-programa, é composta pelo seguinte ciclo: Elaboração; Discussão, Votação e Aprovação; Execução Orçamentária e Financeira; e Controle e Avaliação. Estas etapas do ciclo orçamentário combinadas com o ciclo de políticas públicas mostram que existe a previsão teórica de retroalimentar o sistema orçamentário com os resultados alcançados na avaliação dos programas de governo. Assim, questiona-se: de que forma os resultados das políticas públicas evidenciados pelos indicadores de desempenho dos programas finalísticos publicados nos relatórios anuais de avaliação influenciaram o processo de alocação de recursos no ciclo orçamentário federal no período entre 2008 e 2011? Para responder a esta questão foi delineada a seguinte estratégia de pesquisa dividida em quatro partes: (i) identificação de um padrão comportamental nas escolhas públicas dos principais atores políticos envolvidos no processo; (ii) identificação dos grupos de interesse que mais se beneficiaram e mais se prejudicaram em decorrência dessas escolhas; (iii) análise dos resultados evidenciados das políticas públicas por meio dos indicadores de desempenho dos programas finalísticos; (iv) análise da influência dos resultados evidenciados das políticas públicas sobre as subsequentes escolhas públicas na alocação de recursos. Os dados referentes à execução orçamentária foram obtidos no sistema do Senado Federal enquanto os dados referentes à avaliação dos programas foram obtidos nos Relatórios do Ministério do Planejamento. Na primeira parte da pesquisa, por meio da aplicação dos testes de Friedman, Kendall e Spearman, observou-se que entre 2008 e 2011: as etapas de Elaboração e de Execução Orçamentária e Financeira da LOA apresentaram uma concordância muito forte; enquanto a etapa de Discussão, Votação e Aprovação uma concordância moderada. Quando se considerou a interação no mesmo ano entre todas as etapas a concordância foi fraca. Na segunda parte, observou-se que os programas destinados exclusivamente às operações especiais estão entre os que mais obtiveram recursos alocados. Além disso, observou-se que a capacidade do Legislativo de realocar recursos quando comparada ao Executivo foi ínfima. Na terceira parte, observou-se que a área de infraestrutura foi a que apresentou programas com maior quantidade de inconsistências (20 em 2008 e 22 em 2009), seguida pela área econômica e áreas especiais (13 em 2008 e 13 em 2009) e pela área social (8 em 2008 e 8 em 2009). Na última parte da

pesquisa observou-se, por meio da aplicação do testes: qui-quadrado de Pearson, exato de Fisher e dependência Phi, que houve significância estatística entre as variáveis “escolha orçamentária de aumentar recursos” e “programas que não apresentaram quaisquer resultados” na etapa de Discussão, Votação e Aprovação apenas em 2009, e na etapa Execução Orçamentária e Financeira em 2009. Dessa forma, conclui-se que a hipótese de que os resultados das políticas públicas evidenciados pelos indicadores de desempenho dos programas são considerados nas escolhas orçamentárias seguintes foi atendida parcialmente.

Palavras-chave: Escolha Pública. 2. Orçamento Público. 3. Avaliação dos Programas de Governo. 4. Indicadores de Desempenho.

ABSTRACT

The public budget is one of the purest manifestations of the public choice, because the decision of a few, represented in a democracy by politicians and bureaucrats, affects life of the whole society. The Brazilian annual budget law, that adopts the program-budget's model, consists of the following cycle: Preparation; Discussion, Voting and Approval; Budgetary and Financial Execution; and Monitoring and Evaluation. These stages of the budget cycle combined with the public policy cycle show that there is a theoretical prediction of feed back into the budget system with the results achieved in the evaluation of government programs. So, one wonders: How the results of the public policy evidenced by performance indicators of finalistic programs published in the annual assessment process influenced the allocation of resources in the federal budget between 2008 and 2011? To answer this question the following designed strategy of research was divided into four parts: (i) identifying a pattern of behavior in the public choices of the main political actors involved in the process, (ii) identification of interest groups that most benefited and that most damaged as a result of these choices, (iii) analysis of the results of public policies evidenced through finalistic program's performance indicators (iv) analysis of the influence of the results of public policies evidenced through finalistic program's performance indicators on subsequent choices in the allocation of public resources. The budget execution data were obtained in Senate's System while the data for the assessment of programs were obtained in the reports of the Department of Planning. In the first part by applying the test of Friedman, Kendall and Spearman it was found that between 2008 and 2011: the stages of Preparation and Budgetary and Financial Execution of the LOA had a very strong agreement, and that the stage of Discussion, Voting and Approval had a moderate agreement. When was considered the interaction in the same year the agreement among all stages was weak. In the second part, it was found that programs designed exclusively for special operations are among those have more resources allocated. In addition, it was observed that the ability of the Legislature to reallocate resources when compared to ability of the Executive have been minimal. In the third part, it was showed that the infrastructure's areas presented the programs with the largest number of inconsistencies (20 in 2008 and 22 in 2009), followed by the economic and special' areas (13 in 2008 and 13 in 2009) and the social's area (8 in 2008 and 8 in 2009). In the last part of the research, by applying the Pearson's Chi-square test, Fisher's exact test and Dependency Phi test, it was observed, that had statistical significance between the variables "choice to increase budget resources" and "programs didn't show any results" in stage Discussion, Voting and Approval

only in 2009, and in stage “Budget Execution and Financial” only in 2009. Thus, it was concluded that the hypothesis that the results of public policy evidenced by the performance indicators of program are considered in the following budget choices was partially answered.

Keywords: Public Choice. Public Budget. Evaluation of Government Programs. Performance Indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação principal-agente	40
Figura 2: Quantidade versus volume de recursos alocados em projetos “ <i>pork barrel</i> ” nos EUA	50
Figura 3: Teorema da preferência mediana.....	53
Figura 4: Grupos de pressão e suas relações com as escolhas públicas.....	56
Figura 5: Relação Executivo-Legislativo na formulação e implementação da política salarial	63
Figura 6: Relação Executivo-Legislativo na formulação e implementação da política tributária e fiscal - padrão de interação	64
Figura 7: Relação Executivo-Legislativo na formulação e implementação da política tributária e fiscal - padrão reativo.....	65
Figura 8: Relação entre o Plano Plurianual e o mandato do chefe do Poder Executivo	73
Figura 9: Estratégia de desenvolvimento do PPA 2008-2011.....	74
Figura 10: Ciclo micro-orçamentário	79
Figura 11: Ciclo macro-orçamentário	81
Figura 12: Triângulo de Ferro	85
Figura 13: Modelo de gerenciamento do sistema de medição de desempenho organizacional	97
Figura 14: Pirâmide da informação.....	97
Figura 15: Referências básicas do programa.....	99
Figura 16: Diagrama Insumo-Impacto	101
Figura 17: Diagrama de insumo-produto e as principais dimensões de desempenho.....	101
Figura 18: Dimensões do desempenho na implementação e na avaliação de programas	102
Figura 19: Ciclo de gestão de políticas públicas	106
Figura 20: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e PLOA 2010 enviado em 2009 – perspectiva branda	169
Figura 21: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e PLOA 2010 enviado em 2009 – perspectiva rigorosa.....	169
Figura 22: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e PLOA 2011 enviado em 2010 – perspectiva branda	170
Figura 23: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e PLOA 2011 enviado em 2010 – perspectiva rigorosa.....	170
Figura 24: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2010 – perspectiva branda	172
Figura 25: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2010 – perspectiva rigorosa	173
Figura 26: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2011 – perspectiva branda	174
Figura 27: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2011 – perspectiva rigorosa	174
Figura 28: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e a LOA executada em 2009 – perspectiva branda	177
Figura 29: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2009 – perspectiva branda – perspectiva rigorosa.....	177
Figura 30: Indicadores da LOA de 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2010 – perspectiva branda	178
Figura 31: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e a LOA executada em 2010 – perspectiva branda – perspectiva rigorosa.....	179

Figura 32: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e a LOA executada em 2010 – perspectiva branda	180
Figura 33: Indicadores publicados da LOA 2009 publicados em 2010 e a LOA executada em 2010 – perspectiva branda – perspectiva rigorosa.....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferenças entre escolhas públicas e escolhas privadas	34
Quadro 2: Aplicação do teorema da impossibilidade geral de Arrow	37
Quadro 3: Resumo do confronto de resultados da escolha pública de programas.....	37
Quadro 4: Probabilidade do voto de um eleitor ser decisivo	45
Quadro 5: Principais atores no jogo político e respectivas características	48
Quadro 6: Diferenças entre os tipos de <i>logrolling</i>	51
Quadro 7: Relação custo-benefício entre os projetos cujos benefícios são de R\$ 10 e os custos são de R\$ 5, compartilhados entre cinco distritos (A, B, C, D e E)	52
Quadro 8: Saldo líquido dos benefícios quando todos os projetos do Quadro 7 são aprovados	52
Quadro 9: Manifestações na escolha pública no cenário brasileiro	66
Quadro 10: Orçamento tradicional e orçamento-programa e respectivas características	68
Quadro 11: Gestão do PPA 2008-2011	74
Quadro 12: Papéis e responsabilidades no modelo de gestão do PPA 2008-2011	75
Quadro 13: Tipos de créditos adicionais.....	78
Quadro 14: Etapas da LOA e relação entre os poderes.....	79
Quadro 15: Instrumentos de planejamento e prazos para envio ao CN e devolução pelo CN80	
Quadro 16: Quantidade de membros da CMO	89
Quadro 17: Tipos de emendas ao PLOA	91
Quadro 18: Limites de emenda por comissão, bancada ou parlamentares	91
Quadro 19: Quantidade de projetos de créditos adicionais encaminhados ao CN	93
Quadro 20: Taxonomias de indicadores de desempenho.....	98
Quadro 21: Perguntas básicas que orientam a análise das referências básicas de um Programa	100
Quadro 22: Propriedades dos indicadores dos programas finalísticos.....	102
Quadro 23: Propriedades dos indicadores de desempenho.....	104
Quadro 24: Propriedades dos indicadores dos programas finalísticos comparadas com as propriedades dos indicadores de desempenho de gestão do TCU.....	104
Quadro 25: Propriedades dos indicadores conforme as etapas da política pública	107
Quadro 26: Relação de atributos e itens avaliados na análise qualitativa.....	110
Quadro 27: Resultados da análise qualitativa dos indicadores dos programas finalísticos em 2008.....	111
Quadro 28: <i>Outliers</i> dos banco de dados contendo todos os programas	114
Quadro 29: <i>Outliers</i> dos banco de dados contendo todos os programas finalísticos.....	115
Quadro 30: Arranjo das séries históricas para análise da etapa de Elaboração do PLOA....	116
Quadro 31: Arranjo das séries históricas para análise da etapa de Discussão, Votação e Aprovação do PLOA	116
Quadro 32: Arranjo das séries históricas para análise da etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA	117
Quadro 33: Agrupamento do universo estudado entre os anos por Poder para aplicação dos testes de Friedman e de Kendall	119
Quadro 34: Agrupamento do universo estudado entre os anos por Poder para aplicação do teste de Spearman	121
Quadro 35: Parâmetros de análise do teste de Kendall e de Spearman	122
Quadro 36: Arranjos para análise da relação dos atores entre si considerando o orçamento de determinado período.....	122

Quadro 37: Agrupamento do universo estudado entre os Poderes no mesmo ano para aplicação do teste de Kendall	123
Quadro 38: Agrupamento do universo estudado entre os anos por Poder para aplicação do teste de Spearman	124
Quadro 39: <i>Rankings</i> cujos resultados consolidados servirão de base para a análise dos grupos de interesse	125
Quadro 40: Hipóteses de pesquisa	126
Quadro 41: Discriminação das variáveis dependentes e independentes – perspectiva branda	127
Quadro 42: Discriminação das variáveis dependentes e independentes – perspectiva rigorosa	128
Quadro 43: Hipóteses e eficiência dos testes: Qui-quadrado de Pearson, Exato de Fisher e de dependência Phi.....	129
Quadro 44: Parâmetros de análise do teste de dependência Phi	130
Quadro 45: Os dez programas com maior e os dez programas com menor alocação de recursos nas LOAs de 2008 a 2011 – perspectiva estática	153
Quadro 46: Grupos de interesses privilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado contendo todos os programas.....	155
Quadro 47: Grupos de interesses desprivilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado contendo todos os programas.....	156
Quadro 48: Os dez programas finalísticos com maior e os dez programas finalísticos com menor alocação de recursos nas LOAs de 2008 a 2011 – perspectiva estática.....	158
Quadro 49: Grupos de interesses privilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado contendo todos os programas finalísticos	160
Quadro 50: Grupos de interesses desprivilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado contendo todos os programas finalísticos	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Orçamento desempenho nos estados federados americanos	70
Tabela 2: Resultados da análise quantitativa dos indicadores dos programas finalísticos em 2008	109
Tabela 3: Resultado da análise quantitativa do TCU em 2008 e da análise quantitativa e qualitativa da SPI em 2009	112
Tabela 4: Resultados dos testes de Friedman e Kendall da escolha pública do Executivo na etapa de elaboração da LOA.....	132
Tabela 5: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo no envio do PLOA – perspectiva estática – valores brutos	133
Tabela 6: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo no envio do PLOA – perspectiva incremental – valores brutos	134
Tabela 7: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo no envio do PLOA – perspectiva incremental – valores percentuais	134
Tabela 8: Resultados dos testes de Friedman e Kendall da escolha pública do Legislativo na etapa de discussão, votação e aprovação da LOA	135
Tabela 9: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Legislativo quanto à realocação de recursos na etapa de discussão, votação e aprovação da LOA – perspectiva estática – valores brutos	137
Tabela 10: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Legislativo quanto à realocação de recursos na etapa de Discussão, Votação e Aprovação da LOA – perspectiva estática – valores percentuais	138
Tabela 11: Resultados dos testes de correlação de Spearman quanto à análise da escolha pública do Legislativo quanto à variação da realocação de recursos na etapa de discussão, votação e aprovação da LOA – perspectiva incremental – valores brutos.....	139
Tabela 12: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Legislativo quanto à variação da realocação de recursos na etapa de Discussão, Votação e Aprovação da LOA – perspectiva incremental – valores percentuais.....	139
Tabela 13: Resultados dos testes de Friedman e Kendall quanto à análise da escolha pública do Executivo na etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA.....	140
Tabela 14: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à realocação de recursos na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira no momento do veto da LOA – perspectiva estática – valores brutos	143
Tabela 15: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos na etapa de Execução Orçamentária e Financeira no momento da publicação da LOA – perspectiva estática – valores brutos	144
Tabela 16: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira na execução da despesa da LOA – perspectiva estática – valores brutos	145
Tabela 17: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto ao desempenho da despesa executada sobre a despesa inicialmente fixada pelo Executivo quando do envio do PLOA – perspectiva estática – valores percentuais.....	145
Tabela 18: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto ao desempenho da despesa executada sobre a despesa inicialmente fixada pelo Executivo quando da publicação da LOA – perspectiva estática – valores percentuais	146
Tabela 19: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à variação na alocação de recursos na etapa de execução orçamentária e financeira – perspectiva incremental – valores brutos.....	146

Tabela 20: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à variação na alocação de recursos na etapa de execução orçamentária e financeira – perspectiva incremental – valores percentuais	147
Tabela 21: Resultados dos testes de Friedman e Kendall da escolha pública do Executivo e do Legislativo nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva incremental	148
Tabela 22: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo no orçamento de 2009-2008 nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva incremental	149
Tabela 23: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo no orçamento de 2010-2009 nas Etapas: de Elaboração; Discussão, Votação e Aprovação; e de Execução da LOA – perspectiva incremental	149
Tabela 24: Resultados dos testes de Friedman e Kendall da escolha pública do Executivo e do Legislativo nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática.....	151
Tabela 25: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2008 para os programas nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática.....	152
Tabela 26: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2009 para os programas nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática.....	152
Tabela 27: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2010 para os programas nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática.....	152
Tabela 28: Resultado da análise quantitativa dos indicadores de desempenho dos programas finalísticos por órgão em 2008	163
Tabela 29: Resultado da análise quantitativa dos indicadores de desempenho dos programas finalísticos por programa e por órgão em 2008	164
Tabela 30: Resultado da análise quantitativa dos indicadores de desempenho dos programas finalísticos por órgão em 2009	165
Tabela 31: Resultado da análise quantitativa dos indicadores de desempenho dos programas finalísticos por programa e por órgão em 2009	166
Tabela 32: Resultados dos testes: qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi sobre a relação entre escolha pública na alocação de recursos e os indicadores dos programas finalísticos.....	168
Tabela 33: Resultados dos testes: qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi sobre a relação entre escolha pública na alocação de recursos e os indicadores dos programas finalísticos.....	171
Tabela 34: Resultados dos testes: qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi sobre a relação entre escolha pública na alocação de recursos e os indicadores dos programas finalísticos.....	175

LISTA DE SIGLAS

AMF	ANEXO DE METAS FISCAIS
ARF	ANEXO DE RISCOS FISCAIS
CD	CÂMARA DOS DEPUTADOS
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CGU	CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
CMA	COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
CMO	COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO
CN	CONGRESSO NACIONAL
CPI	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DEST	DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS
DF	DISTRITO FEDERAL
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
GAO	<i>GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE</i>
GPRA	<i>GOVERNMENT PERFORMANCE RESULTS ACT</i>
LDO	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
M&A	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
MAPA	MINISTÉRIO DO ABASTECIMENTO, PECUÁRIA E AGRICULTURA
MCT	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MD	MINISTÉRIO DA DEFESA
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDIC	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MDSCF	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MP	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
MPS	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
MPU	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MRE	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
OMB	<i>OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET</i>
PART	<i>PROGRAM ASSESSMENT RATING TOOL</i>
PLDO	PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PLOA	PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
PLPPA	PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL
PPA	PLANO PLURIANUAL
SEDH	SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
SEGECEX	SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEPM	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
SF	SENADO FEDERAL
SIGPLAN	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E PLANEJAMENTO
SOF	SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL
SPI	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
SPIR	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STJ	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
UMA	UNIDADE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPA
UJ	UNIDADE JURISDICIONADA

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE QUADROS	16
LISTA DE TABELAS	18
LISTA DE SIGLAS	20
SUMÁRIO.....	22
1. INTRODUÇÃO.....	24
1.1 Formulação da situação-problema.....	26
1.2 Objetivos de pesquisa.....	27
1.2.1 Objetivo geral	27
1.2.2 Objetivos específicos.....	28
1.3 Hipóteses de pesquisa.....	28
1.4 Justificativa e relevância.....	29
1.5 Delimitação do estudo	29
1.6 Estrutura do trabalho	30
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
2.1 Existe de fato uma escolha pública?.....	31
2.2 O problema do principal-agente nas escolhas públicas.....	39
2.3 O jogo político na democracia representativa sob a ótica positivista da teoria da escolha pública	47
2.3.1 A regra da unanimidade, a regra da maioria simples e os projetos “pork barrel”	48
2.3.2 O <i>logrolling</i>	51
2.3.3 O teorema da preferência mediana	53
2.3.4 Os grupos de pressão	54
2.3.5 O <i>rent-seeking</i> e o <i>lobbying</i>	58
2.3.6 Análise positivista da teoria da escolha pública no jogo político brasileiro.....	60
2.4 Orçamento-programa e os indicadores de eficácia, eficiência e efetividade: origens e tendências	67
2.5 O Ciclo orçamentário federal após a CF/1988: do PPA à LOA.....	73
2.5.1 O PPA 2008-2011 e seu modelo de gestão	73
2.5.2 A LDO	76
2.5.3 A LOA e sua integração com o PPA e a LDO	77
2.5.4 Integração entre PPA, LDO e LOA.....	80
2.5.5 O controle social no processo orçamentário.....	83
2.6 Análise positivista da escolha pública no orçamento federal: existe de fato um “jogo”?..	84
2.6.1 Grupos de interesses no orçamento federal	84
2.6.2 Fragilidades orçamentárias que interferem no “jogo orçamentário” federal.....	86
2.6.3 O “jogo orçamentário” federal propriamente dito.....	87
2.6.3.1 O “jogo orçamentário” até o envio do PLOA ao CN.....	89
2.6.3.2 O “jogo orçamentário” na etapa de discussão, votação e aprovação do PLOA	90
2.6.3.3 O “jogo orçamentário” após a publicação da LOA e do decreto de contingenciamento.....	92
2.6.4 Análise empírica sobre a existência do “jogo orçamentário” federal.....	94
2.7 Indicadores de programas finalísticos	96
2.7.1 O que são os indicadores de programas finalísticos?	96
2.7.2 Propriedades dos indicadores dos programas finalísticos	102
2.7.3 O Sistema de M&A do ciclo de políticas públicas e o papel dos indicadores	105
2.7.4 Retrato dos indicadores dos programas finalísticos no orçamento federal	108

3. PROCEDER METODOLÓGICO	113
3.1 Fontes de dados	113
3.2 A escolha pública dos Poderes Executivo e Legislativo na alocação de recursos	115
3.2.1 A escolha pública de cada Poder numa mesma etapa da LOA	116
3.2.2 Análise da escolha pública entre os Poderes no mesmo ano	122
3.3 Grupos de interesses no orçamento federal	124
3.4 Análise descritiva dos indicadores	125
3.5 Testes de hipóteses	126
4. RESULTADOS E ANÁLISES	131
4.1. Análise das escolhas públicas dos Poderes Executivo e Legislativo na alocação de recursos nas etapas da LOA.....	131
4.1.1 A escolha pública de cada Poder em orçamentos distintos	131
4.1.1.1 <i>A escolha pública do Poder Executivo na etapa de elaboração da LOA de 2008, 2009, 2010 e 2011</i>	131
4.1.1.2 <i>A escolha pública do Poder Legislativo na etapa de discussão, votação e aprovação do PLOA de 2008, de 2009, de 2010 e de 2011</i>	135
4.1.1.3 <i>A escolha pública pelo Poder Executivo na etapa de execução orçamentária e financeira da LOA de 2008, 2009 e 2010.</i>	140
4.1.2 A escolha pública dos Poderes no mesmo orçamento	147
4.1.2.1 <i>A escolha pública dos Poderes no mesmo orçamento: perspectiva incremental.</i>	147
4.1.2.2 <i>A escolha pública entre os Poderes no mesmo orçamento: perspectiva estática</i>	150
4.2 Grupos de interesse com maior e menor alocação de recursos na LOA	153
4.3 Análise quantitativa dos indicadores dos programas finalísticos publicados nos relatórios anuais de avaliação dos orçamentos de 2008 e 2009.....	162
4.4 Aplicação dos testes de hipóteses: De que forma os indicadores de 2008 e 2009 influenciaram a escolha pública nos orçamentos?.....	167
4.4.1 Hipótese 1: Os indicadores de desempenho influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Executivo quando do envio do PLOA (1ª etapa).	168
4.4.2 Hipótese 2: Os indicadores de desempenho influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Legislativo quando da aprovação do PLOA aprovado (3ª etapa)	171
4.4.3 Hipótese 3: Os indicadores de desempenho influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Executivo quando da execução da LOA (3ª etapa).....	175
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS	186
APÊNDICE A: Orçamento Federal de 2008 com todos os programas (valores em R\$).....	198
APÊNDICE B: Orçamento Federal de 2009 com todos os programas (valores em R\$)	210
APÊNDICE C: Orçamento Federal de 2010 com todos os programas (valores em R\$)	222
APÊNDICE D: Orçamento Federal de 2011 com todos os programas (valores em R\$).....	235
APÊNDICE E: Orçamento Federal 2008 dos programas finalísticos (em R\$).....	247
APÊNDICE F: Orçamento Federal 2009 dos programas finalísticos (em R\$)	255
APÊNDICE G: Orçamento Federal 2010 dos programas finalísticos (em R\$)	264
APÊNDICE H: Orçamento Federal 2011 dos programas finalísticos (em R\$)	273

1. INTRODUÇÃO

Platão afirmou que as diferentes formas de governo fazem leis, democráticas ou autoritárias, visando a seus respectivos interesses (DURANT, 1996). Trazendo o pensamento de Platão para a realidade atual, não seria surpresa esperar que nos governos, ainda que democráticos, as leis sejam criadas para beneficiar os interesses de seus criadores. Buchanan e Tullock (1962) consideram esta possibilidade por precaução.

A teoria da escolha considera que tanto os agentes econômicos quanto os agentes públicos realizam seus fins privados e entre esses fins está a perseguição de rendas dentro da sociedade (BUCHANAN, TULLOCK, 1962). Silva (1995) acrescenta que dentre os interesses dos políticos destacam-se: popularidade, maior orçamento para as áreas que sejam de seu interesse e perpetuidade no poder.

Um dos processos da esfera governamental, que de forma direta gera mais disputa pelos caçadores de renda, é o orçamentário. Este é um processo ao mesmo tempo técnico (contábil e financeiro) e político, e consiste, segundo Wildavsky (1988) na tradução de recursos financeiros em intenções humanas.

O processo orçamentário é feito e gerido por políticos e burocratas, cujos interesses estabelecidos, próprios ou representados, permeiam-no do início ao fim (SILVA, 1995). Essas intenções na visão de Wildavsky (1988) ou interesses na visão de Silva (1995) de acordo com as premissas da teoria da escolha pública não vão coincidir necessariamente com as intenções e os interesses de todo o restante da sociedade, isso pelo simples fato de que não existe uma escolha genuinamente pública conforme exposto por Arrow (1951) em seu teorema da impossibilidade geral.

A metodologia brasileira na elaboração de proposta orçamentária, que contém a materialização das políticas públicas por volume de recursos, é denominada orçamento-programa, e foi inserida no contexto nacional pelo Decreto-Lei 200 (1967). Nele, o Programa é o ponto comum do planejamento de curto prazo com o de longo prazo (BRASIL, 2010a).

No nível macro, o atual modelo de planejamento orçamentário estabelecido desde a CF de 1988 compõe-se dos seguintes instrumentos legais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ressalta-se que o Programa é o módulo integrador entre a LOA e o PPA, sendo peça fundamental na materialização das políticas públicas (BRASIL, 2010b).

O Programa pode ser entendido como o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de Ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido (BRASIL, 2010b).

Em 2010 existiam 318 Programas de governo cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPLAN), sendo 215 Finalísticos, 90 (noventa) de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, 13 Programas exclusivos de Operações Especiais e 1 Programa de restos a pagar processados.

A principal característica que diferencia os Programas Finalísticos dos Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais é que os primeiros oferecem um produto diretamente para a sociedade e seus resultados são passíveis de aferição por indicadores; enquanto os demais programas não (BRASIL, 2010b, BRASIL, 2008a).

Os indicadores de programa têm o papel de medir os efeitos ou benefícios decorrentes dos produtos e serviços entregues pelas ações empreendidas e expressam o resultado dos projetos e atividades implementadas pelo Programa (BRASIL, 2010a). Assim, os indicadores se propõem a capturar se o programa está de fato contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas.

Em relação ao nível macro de planejamento orçamentário, tanto no ciclo do PPA, composto pelas etapas de: implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas, quanto no ciclo da LOA, composto pelas etapas de: elaboração; discussão, votação e aprovação; execução financeira e orçamentária; controle e avaliação, há uma previsão quanto à avaliação, quanto à revisão e até mesmo quanto à exclusão dos Programas de governo (BRASIL, 2008a, GIACOMONI, 2010).

Quanto à etapa de avaliação, a lei 11.653 (2008), que instituiu o PPA 2008-2011, estabelece que o Poder Executivo envie ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, um relatório de avaliação do Plano. Nessa avaliação são evidenciados os resultados dos indicadores dos Programas Finalísticos que permitem aferir o desempenho dos programas e a perspectiva de alcance da meta estabelecida. No entanto, pondera-se se as avaliações dos programas são consideradas no processo de alocação de recursos nos orçamentos seguintes.

A discussão entre o desempenho das políticas públicas e a escolha pública é um dos aprofundamentos remanescentes e necessários apontados por Tullock, Seldon e Brady (2005). Segundo os autores, poucos analistas da teoria da escolha pública integraram em seus estudos a escolha de políticas públicas. Os referidos autores consideram, ainda, que a teoria da escolha pública consiste num desafio intelectual recente.

Sobre o *trade-off* entre escolhas supostamente públicas e políticas públicas com bom desempenho, Rose-Ackerman (2004) entende que não existir compatibilidade entre o comportamento individualista e maximizador de votos, uma espécie de risco moral, por parte de um agente político e políticas públicas eficientes. Uma limitação, porém, à afirmação anterior consiste na dificuldade para testar empiricamente tal declaração, uma vez que existe a dificuldade em se eleger critérios para atribuir a uma determinada política pública o *status* de eficiente.

Quanto ao comportamento individualista e maximizador de votos citado por Rose-Ackerman (2004), pode-se questionar se os políticos estariam errados em adotar tais comportamentos, e, por conseguinte, desconsiderar o desempenho das políticas públicas, utilizando, para tanto, os mecanismos legais e constitucionais estabelecidos no jogo democrático, com o intuito de perpetuar-se no poder privilegiando assim políticas maximizadoras de votos.

Como bem afirma um ditado americano: “*Para ser um grande senador, deve-se, antes de mais nada, ser um senador*” (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005, p.18). Dessa forma, os políticos podem estar propensos a adotarem comportamentos que garantam a possibilidade de se elegerem ou reelegerem, relegando para segundo plano os resultados da avaliação das políticas públicas.

1.1 Formulação da Situação-Problema

Estudos de Jordan e Hackbart (1999) mostram que 63,4% dos estados federados dos EUA afirmam utilizar os indicadores de desempenho como instrumento de decisão para alocar os recursos nos orçamentos seguintes.

Considerando, porém, a relação entre o Executivo-Legislativo e o uso de indicadores como critério na alocação de recursos, Stalebrink e Frisco (2011), afirmam que no caso norte-americano o Legislativo tem poucos incentivos para solicitar e utilizar informações sobre o desempenho dos programas. Stalebrink e Frisco (2011) afirmam que isso decorre do risco de que as informações geradas pelos indicadores levantem questionamento sobre o desempenho de programas individuais e que podem vir a afetar a popularidade do legislador nos locais onde o programa é executado. Apesar de não haver estudos no Brasil sob a perspectiva anterior, a conclusão de Stalebrink e Frisco (2011) é perfeitamente aplicável na relação Executivo-Legislativo no orçamento federal no Brasil; uma vez que no Brasil assim como nos EUA: o orçamento é elaborado pelo Presidente e enviado ao Congresso que realiza emendas

sobre o mesmo, o orçamento é executado pelo Poder Executivo, o modelo adotado em ambos é o orçamento programa, utiliza-se o mecanismo dos indicadores de desempenho.

Ainda quanto ao caso norte-americano em relação ao uso dos indicadores pelo Legislativo, as evidências geradas a partir de estudos que buscaram explorar a relação entre os escores do PART¹ e a alocações de recursos pelo Congresso, ou foram inconclusivas, ou indicaram uma ligação muito fraca (MOYNIHAN, 2005; GILMOUR; LEWIS, 2006a, 2006b; GILMOUR, 2007; STALEBRINK; FRISCO, 2011).

Dessa forma, no caso norte-americano, se por um lado os estados federados afirmam que utilizam os indicadores de desempenho como critério para a alocação de recursos nos orçamentos seguintes (JORDAN; HACKBART, 1999); por outro lado, no nível Federal, estudos mais recentes demonstram que na relação Executivo-Legislativo existe o risco de o Legislativo não utilizar os indicadores como instrumentos para a alocação de recursos (STALEBRINK; FRISCO, 2011).

No caso do Brasil não foram encontrados estudos sobre a relação entre indicadores de desempenho dos programas finalísticos e alocação de recursos no orçamento federal.

Assim, questiona-se: **De que forma os resultados das políticas públicas evidenciados pelos indicadores de desempenho dos programas finalísticos publicados nos relatórios anuais de avaliação influenciaram o processo de alocação de recursos no ciclo orçamentário federal no período entre 2008 e 2011?**

1.2 Objetivos de Pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo desse estudo é observar se a escolha pública de alocação de recursos nos orçamentos federais de 2008 a 2011 foi de natureza mais técnica considerando, assim, o desempenho dos programas quanto aos seus indicadores; ou se a escolha pública de alocação de recursos foi de natureza mais política, desconsiderando o desempenho das políticas públicas segundo os indicadores apresentados nos relatórios anuais de avaliação.

¹ Na Seção 2.4 serão apresentados detalhes sobre o PART (*Program Assessment Rating Tool*).

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral fez-se necessário cumprir os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar e analisar o orçamento-programa no Brasil;
- Apresentar e analisar o processo orçamentário federal após a CF de 1988, enfatizando o modelo gestão orçamentária adotado no período de 2008-2011;
- Identificar e analisar os elementos da teoria da escolha pública presentes no processo orçamentário federal enfatizando a alocação de recursos nos orçamentos após a CF de 1988;
- Apresentar e analisar os indicadores de desempenho dos programas finalísticos no modelo de gestão orçamentária de 2008-2011;
- Analisar a escolha pública de alocação de recursos no orçamento federal nas etapas de elaboração; discussão, votação e aprovação; e execução orçamentária e financeira comparando com o desempenho dos programas finalísticos segundo seus indicadores nos orçamentos de 2008 a 2011.

1.3 Hipóteses de Pesquisa

Se por um lado existe a possibilidade de que a própria estrutura da democracia representativa não contribua para que critérios técnicos pautem a alocação de recursos no orçamento, por outro lado existe a possibilidade de que políticos e burocratas bem intencionados utilizem as ferramentas existentes na alocação de recursos. Entretanto, em vista a inexistência de estudos comparando indicadores de programas e alocações de recursos no Brasil; acrescentando-se a isso que estudos norte-americanos se mostraram inconclusivos, foram formuladas as seguintes hipóteses de pesquisa:

-H1: Os indicadores de desempenho dos programas influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Executivo quando do envio do Projeto de lei orçamentária anual (PLOA).

-H2: Os indicadores de desempenho dos programas influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Legislativo quando da devolução do PLOA aprovado.

-H3: Os indicadores de desempenho dos programas influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Legislativo quando da execução da LOA.

Assim, privilegiou-se a corrente teórica de que os indicadores dos programas finalísticos são utilizados na alocação de recursos nos orçamentos.

1.4 Justificativa e Relevância

Em 2011, de acordo com a lei 12.381 (2011), foi aprovado para os Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social um valor de R\$ 1,97 trilhões e para o Orçamento de Investimento um valor de 107,3 bilhões². Além da materialidade envolvida nesses valores; é por meio do orçamento federal que o Executivo está autorizado pelo Legislativo a por em prática por meio de programas as políticas públicas de sua agenda governamental. Porém, na visão de Buchanan e Tullock (1962), não seria surpreendente que o orçamento fosse apenas mais uma das várias formas de maximizar os benefícios dos políticos, burocratas e grupos de interesse. Isso porque os cientistas da escolha pública são cautelosos e assumem que os políticos e burocratas apesar de serem *homos publicus* são também *homos economicus*.

Quanto à execução do orçamento, seria racional que programas que tiveram o desempenho abaixo do esperado não tivessem aumento de recursos até uma análise mais aprofundada quanto ao seu desenho e execução, pois muitas vezes não se trata de injetar mais recursos em um programa, mas sim de geri-los com mais eficiência ou redesenhá-los completamente conforme o caso. Entretanto, existe o risco de que o orçamento público seja elaborado e executado de forma a privilegiar programas que potencialmente maximizem os benefícios dos políticos e burocratas, apesar de serem programas com desempenho inferior ao esperado, ou que não apresentaram resultados satisfatórios.

A teoria econômica da escolha pública parte do pressuposto de que o interesse público nem sempre é buscado verdadeiramente, e por muitas vezes utilizado como fundamento em ações que são meramente dotadas de interesses particulares (SILVA, 1996a). Assim, tendo em vista que a teoria da escolha pública é um tema recente, que os indicadores de desempenho dos programas têm o papel de medir os efeitos ou benefícios para o público alvo, justifica-se e torna-se oportuna uma pesquisa que analise a escolha pública no orçamento federal a partir dos indicadores dos programas finalísticos.

1.5 Delimitação do Estudo

² O orçamento federal é composto por três orçamentos: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos.

Foram escolhidos para objeto da análise todos os 312 programas presentes entre os orçamentos de 2008 a 2011. Esse universo de programas foi utilizado na primeira e na segunda parte da análise dos resultados.

Na terceira e na quarta parte da análise foram utilizados apenas os programas finalísticos, que representam 212 do universo de 312 programas, haja vista serem os únicos obrigados a possuir indicadores de desempenho.

Assim, os programas foram analisados a partir das informações constantes no PPA 2008-2011, nos orçamentos federais de 2008 a 2011 e nos relatórios anuais de avaliação de 2008 a 2010. O relatório de anual de avaliação de 2011 não foi utilizado tendo em vista que influenciará a alocação de recursos da LOA 2012, que está fora do escopo desse estudo.

1.6 Estrutura do Trabalho

Para que se possa desenvolver a pesquisa apresentada nesta introdução, são utilizadas quatro seções adicionais, além das referências e apêndices (A a H). A Seção 2 apresenta o referencial teórico, que visa sustentar a mecânica comportamental e técnica que está por trás do processo orçamentário federal. Para tanto são apresentados: os principais aspectos da teoria da escolha pública; a relação principal-agente da administração pública; o jogo político na democracia representativa incluindo aspectos da realidade brasileira; o orçamento-programa que é o modelo atualmente adotado no processo orçamentário federal e seus últimos desdobramentos nos EUA, que podem vir a servir de referência para o Brasil; o processo orçamentário visto sob o viés técnico e sob o viés da escolha pública; e os indicadores de desempenho no setor público em especial os indicadores dos programas finalísticos. A Seção 3 discorre sobre o proceder metodológico, com a apresentação das fontes de consulta, das hipóteses e dos testes estatísticos não-paramétricos. A Seção 4 enfatiza os resultados e as análises para que, em seguida, na Seção 5 sejam apontadas as considerações finais deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Existe de fato uma escolha pública?

Tullock, Seldon e Brady (2005, p. 10) colocam a seguinte questão: “*Como a eleição de 500 representantes é capaz de assegurar a satisfação das escolhas individuais e distintas de milhões de indivíduos tão diferentes entre si?*”

A escolha pública é o processo pelo qual as preferências individuais são conjugadas nas decisões coletivas. Ao contrário das decisões privadas, a escolha pública possui uma essência de indivisibilidade, pois só pode haver um resultado sobre qualquer assunto específico (SAMUELSON; NORDHAUS, 1993).

A teoria da escolha pública pode ser definida como o estudo econômico de decisões não mercado, ou simplesmente a aplicação da economia à ciência política (MUELLER, 1976).

Tullock, Seldon e Brady (2005) conceituam a teoria da escolha pública como a análise científica do comportamento do governo, e em particular, do comportamento dos indivíduos com o governo.

A moderna teoria da escolha pública é o estudo dos mecanismos políticos e instituições as quais circunscrevem o governo e o comportamento individual (McNUTT, 1996).

Diamond (1988) considera a teoria da escolha pública como uma abordagem baseada em uma teoria econômica da democracia desenvolvida por Arrow (1951), Black (1958) e Downs (1957) assumindo que o governo é escolhido pela regra da maioria, que o direito de voto é universal, e que não há barreiras à entrada em atividade política.

A teoria da escolha pública usa as premissas da economia para prever, explicar e prever o comportamento dos grupos de interesse e dos legisladores (ROACH, 1994).

Buchanan (1983) afirma que a escolha pública é uma perspectiva acerca da política que surge como uma extensão e aplicação de ferramentas e métodos dos economistas para a tomada de decisões coletivas. Buchanan (2005) define ainda a escolha pública como a “política sem romantismo”. A teoria da escolha pública é uma atitude crítica aos remédios que a política apresenta aos problemas sociais. Assim, esta teoria obriga aos críticos serem mais pragmáticos em qualquer estrutura institucional proposta.

Monteiro (2011) considera a escolha pública uma vertente da moderna economia voltada para as políticas públicas a partir dos resultados da interação social sob instituições de um governo representativo.

Pereira (1997) acredita que a teoria da escolha pública foi, ao longo das últimas décadas, a principal crítica teórica de outra corrente (essa essencialmente econômica) que fundamenta a intervenção do Estado na economia — a economia do bem-estar (*welfare economics*). Enquanto que a economia do bem-estar se centrava na análise dos fracassos de mercado que justificavam a intervenção corretiva do Estado, a teoria da escolha pública veio tornar claro os fracassos do governo e os limites da intervenção desse mesmo Estado (PEREIRA, 1997).

A escolha pública, em finanças públicas, é o estudo dos processos de escolha coletiva na esfera do governo. São exemplos de fenômenos de escolha pública: a decisão de produção de bens públicos; o voto de leis no Congresso; e a implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional, urbano e de planejamento estratégico dentro do governo (SILVA, 1996b).

Entretanto, há também a denominada escola da Escolha Pública (*Public Choice*) que, na verdade, representa um programa de pesquisa em economia cuja preocupação principal é o estudo do Estado, utilizando-se os instrumentos da teoria econômica tradicional³ e, mais precisamente, a teoria da escolha (SILVA, 1996a).

A Escola da Escolha Pública nasceu no início dos anos sessenta do século XX na Universidade de Chicago baseando-se nos princípios e instrumentos que os economistas utilizam para analisar as atitudes dos agentes econômicos no mercado. A satisfação das necessidades públicas é analisada não sob o prisma estrito do interesse geral, mas na lógica da utilidade e do mercado (MARTINS, 2005).

Boettke e Leeson (2003) consideram que a partir do emprego da abordagem da teoria da escolha pública os cientistas austríacos foram capazes de aplicar “a forma econômica de pensar” ao vasto fenômeno social incluindo áreas políticas que foram inicialmente desconsideradas pelos economistas do escopo da teoria da escolha racional.

Os principais estudos que fundamentam a teoria da escolha pública são:

-Knut Wicksell (1896) que descreveu em seu trabalho a atenção a ser dada pelos economistas que deveriam parar de agir como se o governo fosse um déspota benevolente.

³ Segundo Arrow-Debreu na teoria econômica tradicional os mercados (e contratos) são completos, sendo todas as transações econômicas mediadas por preços (ALDRIGHI, 2006).

Buchanan (1993) o considera como o mais importante precursor da teoria moderna da escolha pública;

-Joseph Schumpeter que em “*Capital, Socialism and Democracy*” (1942) descreve que a democracia representativa desvia-se do “interesse público” por causa da ação de grupos de pressão e dos políticos que agem de acordo com seus fins privados;

-O Prêmio Nobel Kenneth Arrow que trouxe o rigor matemático para o campo da escolha pública em “*Social choice and individual values*” (1951) e desenvolveu a teoria do “*paradoxo do voto*”;

-Anthony Downs que em “*An Economy Theory of Democracy*” (1957) trouxe uma nova teoria sobre como os políticos estabelecem as políticas econômicas de forma a serem reeleitos. Downs demonstrou ainda como os partidos políticos tendem a mover-se em direção ao centro do espectro político (*teorema da preferência mediana*) e sugeriu que o voto dos indivíduos é altamente irracional dada a pequena probabilidade de afetação do rendimento de qualquer indivíduo;

-James Buchanan e Gordon Tullock (1962) que em “*The Calculus of Consent*” defendem o uso da regra da unanimidade nas decisões políticas, argumentando que as mesmas são não coercitivas e não impõem custos. Buchanan por este e outros trabalhos recebeu o Prêmio Nobel em 1986;

-Niskanen que em “*Bureaucracy and Representative Government*” (1971) introduz o modelo do burocrata maximizador do orçamento;

-Mancur Olson que em “*The Rise and decline of the nations: economic growth stagflation and social rigidities*” (1982), partindo da idéia do predomínio burocrático e da vulnerabilidade à ineficiência, estudou os casos das economias do Japão e da Alemanha e concluiu que estas prosperaram depois de 1945 porque a guerra destruiu o poder que tinham os interesses administrativos e burocráticos instalados para reprimir o espírito empreendedor e a atividade comercial.

Um elenco tão vasto de cientistas com certeza não pode estar concentrado em um único ramo da teoria da escolha pública. Segundo Mueller (1976) e Pereira (1997) existem dois tipos de análises a serem feitas na teoria da escolha pública: a análise positiva e a análise normativa.

A análise positiva da teoria da escolha pública que parte da premissa de que os homens são seres econômicos, logo são maximizadores de seus próprios interesses em relação a algo que valorizam, e pretende explicar como as entidades políticas e burocráticas se comportam na realidade (votos, orçamentos públicos, benefícios, poder, utilidade etc.)

(MUELLER, 1976; PEREIRA, 1997). A análise positiva da teoria da escolha pública tem se centrado em basicamente três aspectos da democracia representativa (PEREIRA, 1997):

-No comportamento dos representantes e dos partidos políticos, tanto durante a campanha como durante o mandato;

- No comportamento dos eleitores na seleção dos representantes (políticos);

- Nos resultados de uma democracia representativa.

Na teoria normativa da escolha pública, busca-se estabelecer quais as metas que o Estado deveria ter e como atingi-las (MUELLER, 1976). A teoria normativa da escolha pública especifica as características dos procedimentos da escolha coletiva a fim de investigar os processos decisórios que satisfaçam condições de escolhas coletivas. Elas refletem valores (PEREIRA, 1997).

Há de se destacar que, neste estudo, realiza-se uma análise positiva quanto ao comportamento dos representantes durante o mandato eletivo na alocação de recursos e os resultados do orçamento público da democracia representativa.

Até este ponto, foram apresentados conceitos sobre: a teoria da escolha pública na visão de diversos pensadores, os principais trabalhos de seus representantes e os ramos da teoria da escolha pública. Porém, o que diferencia uma escolha pública de uma escolha privada? Quais os elementos constitutivos da teoria da escolha pública? Existe de fato uma escolha pública?

Uma das principais percepções a respeito da teoria da escolha pública é que os resultados políticos diferem dos resultados de mercado. Essa diferença não decorre das motivações comportamentais dos indivíduos, mas sim, das estruturas institucionais dentro das quais os atores racionais buscam seu próprio interesse. Pardo e Parra (1988) apud Jiménez (2008) estabelece que uma escolha será pública quando ao tomá-la o indivíduo seleciona entre decisões alternativas que afetam não só a ele, como a outros indivíduos. O Quadro 1 resume as principais diferenças entre as escolhas privadas e as escolhas públicas.

Quadro 1: Diferenças entre escolhas públicas e escolhas privadas

Escolhas Privadas	Escolhas Públicas
Unilaterais	Multilaterais
As consequências recaem, principalmente, sobre o próprio tomador de decisões	Os benefícios e custos das escolhas públicas são divididos com outros
Os indivíduos participam em transações privadas voluntariamente	A participação dos indivíduos numa transação pública pode ser coercitiva
Trocas privadas implicam uma soma positiva	Trocas mediadas pelo setor público podem ser de soma zero ou negativa

Fonte: Shughart e Razzolini (2001)

De todas as diferenças expostas no Quadro 1 a que mais interessa ao presente estudo sobre o orçamento público é a de que os benefícios e os custos da escolha pública recaem sobre os que não tomaram a decisão.

Respondendo ao segundo questionamento, a teoria da escolha pública é constituída por três fundamentos: o individualismo metodológico; o *homo economicus* como postulado do comportamento individual; a economia como a ciência de trocas (PEREIRA, 1997; JIMÉNEZ, 2008).

O individualismo metodológico pressupõe que a unidade base de análise é o indivíduo, e que ele é o sujeito de ações individuais ou coletivas, bem como possui preferências, valores e motivações (PEREIRA, 1997). Tanto na esfera privada quanto na esfera coletiva ou pública o indivíduo é o único que sente e está em condições de identificar o melhor ou pior para ele (JIMÉNEZ, 2008).

Nesse sentido, grupos, organizações ou instituições privadas ou públicas se constituem em um conjunto de indivíduos, não existindo nenhuma concepção orgânica acima desses indivíduos que seja observável e analisável (PEREIRA, 1997).

A postura metodológica individualista implica que ainda por hipótese se aceite a existência de entidades orgânicas supra-individuais com vontade própria (grupos, povos, sociedades), torna-se impossível determinar qual seria essa vontade (PEREIRA, 1997).

Assim o individualismo metodológico traz à teoria da escolha pública a compreensão acerca de como são tomadas as decisões coletivas públicas ou conjuntas ligadas com a suposição de que os indivíduos são as unidades básicas de análise. Portanto, os governos ou instituições políticas se concebem como complexos projetos ou arranjos institucionais através dos quais os indivíduos tomam decisões a fim de obterem coletivamente seus objetivos próprios comumente desejados (JIMÉNEZ, 2008).

O postulado do *homo economicus* descansa sobre o pressuposto de que o homem se comporta como um indivíduo egoísta, racional e maximizador. É pressupor que os indivíduos são modelados para comportar-se de maneira a maximizar suas utilidades subjetivas frente às restrições que enfrentam (BUCHANAN, 1983). O egoísmo, a racionalidade e a maximização de utilidade nas escolhas são os principais atributos do *homo economicus* (MUELLER, 1976).

Quanto à racionalidade, admite-se que o individualismo é representado por um conjunto de preferências, as quais definem, por sua vez, um conjunto de possibilidades e trocas, entre diferentes escolhas e alternativas potenciais (PEREIRA, 1997).

Buchanan (1983) esclarece que para poder explicar a teoria econômica da política deve-se levar em conta o interesse economicamente identificável por trás de um bem positivamente valorado pelo indivíduo que se elege (JIMÉNEZ, 2008).

Considerar egoístas os agentes que participam no processo político é, na perspectiva de Buchanan (1993), uma atitude de precaução. Ao pensar o sistema político do ponto de vista de que os indivíduos poderão querer utilizar o sistema em proveito próprio, leva a pensar em regras, procedimentos e instituições que evitem os piores abusos de poder e outras tentações políticas (PEREIRA, 1997).

Neste sentido, o modelo pioneiro da Constituição Americana e adotado nas Constituições Brasileiras, com a separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o sistema judicial e as limitações constitucionais ao poder do executivo, baseou-se precisamente nos *checks and balances* necessários para que nenhum indivíduo, independentemente da instituição a que pertença possa estar em situação de abuso de poder (PEREIRA, 1997).

Buchanan entende que as trocas são a essência do problema econômico (PARDO; PARRA, 1988 apud JIMÉNEZ, 2008). Ao visualizar a política como um mercado em que se vai trocar uma coisa por outra, na busca de satisfação de interesses pessoais, a política se converte, então, em um mecanismo para alcançar objetivos pessoais. Logo, a diferença entre o mercado e a política não reside no tipo de interesses que os indivíduos buscam alcançar, mas nas condições sob as quais os indivíduos as buscam.

A complexidade para explicar as relações que existem na política são maiores que no mercado, por duas razões. Primeiro porque o intercâmbio político deve preceder a um contrato conceitual, de ordem constitucional, enquanto o intercâmbio econômico deve estar amparado na ordem legal que assegure os direitos de propriedade e assegure o cumprimento dos acordos. Segundo porque o intercâmbio político afeta diretamente a todos os membros da comunidade em questão, enquanto o intercâmbio econômico afeta diretamente as partes contratuais (JIMÉNEZ, 2008).

Portanto, Buchanan considera a lógica constitucional um jogo de trocas que se descreve por suas regras. A única forma de produzir um jogo melhor é mudar as regras, e não selecionar “agentes moralmente superiores” que empregarão de certa forma suas habilidades ao interesse público (JIMÉNEZ, 2008).

Quanto à existência de fato de uma escolha genuinamente pública, Arrow (1951) expõe que na teoria da escolha pública (*public choice theory*) não há como garantir a satisfação das escolhas individuais dos cidadãos por intermédio de seus representantes. Isso

ocorre devido à prevalência do próprio interesse individual dos representantes e dos interesses das classes organizadas ou grupos de interesses específicos que fazem pressões ou *lobbies*.

O teorema da impossibilidade geral de Arrow, que é análogo ao paradoxo Condorcet, prescreve que a rigor não existe escolha coletiva, pois preferências individuais consistentes não definem uma ordenação coletiva consistente (SILVA, 1996a). O Quadro 2 ilustra uma aplicação hipotética do teorema da impossibilidade geral de Arrow⁴.

Quadro 2: Aplicação do teorema da impossibilidade geral de Arrow

Políticas Públicas (Programas)	Eleitores e respectivas ordens de preferências pelos programas		
	X	Y	Z
Preferência pelo Programa Bolsa Família	1º lugar	2º Lugar	3º Lugar
Preferência pelo Programa Inclusão Digital	3º Lugar	1º lugar	2º Lugar
Preferência pelo Programa Luz para todos	2º Lugar	3º Lugar	1º lugar

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que, para decidir qual programa deve ser priorizado na alocação de recursos, deve-se saber qual programa possui maior preferência entre os eleitores. Observa-se ainda que cada programa é o preferido por pelo menos 1 dos eleitores em 1º lugar, por pelo menos 1 dos eleitores em 2º lugar, por pelo menos 1 dos eleitores em 3º lugar. Neste caso qualquer programa escolhido para alocar recursos não será o preferido por pelo menos dois eleitores. Diante do exposto, em sistemas de combinações paritárias o resultado poderá ser distinto. O Quadro 3 mostra esta análise a partir das informações dispostas no Quadro 2.

Quadro 3: Resumo do confronto de resultados da escolha pública de programas

Programas selecionados para iniciar o processo de escolha	Resultado Intermediário: Programa escolhido	Confronto entre o Resultado Intermediário e o Programa Remanescente	Resultado Final: Programa escolhido
Programa Bolsa Família Programa Inclusão Digital	Programa de Inclusão Digital	Programa Inclusão Digital Programa Luz para Todos	Programa Luz para Todos
Programa Inclusão Digital Programa Luz para Todos	Programa Luz para Todos	Programa Luz para Todos Programa Bolsa Família	Programa Bolsa Família
Programa Luz para Todos Programa Bolsa Família	Programa Bolsa Família	Programa Bolsa Família Programa Inclusão Digital	Programa de Inclusão Digital

Fonte: Elaboração própria

O aspecto mais significativo do resultado de Arrow é que ele resulta de uma derivação lógica. Essa demonstração parte de algumas condições que deveriam ser respeitados por uma regra de decisão coletiva (SILVA, 1996b). Os condições são:

⁴ Ressalta-se que para a aplicação prática do teorema da impossibilidade geral os eleitores necessitariam ter conhecimento sobre o funcionamento e o desempenho das políticas públicas.

-a regra deve gerar uma decisão para qualquer configuração das preferências individuais;

-ela deve gerar uma hierarquia de todos os resultados possíveis;

-ela deve respeitar as ordenações dos indivíduos;

-ela deve ser consistente;

-a ordenação da sociedade diz respeito apenas a alternativas específicas, isto é, à ordenação entre o eleitor A e o eleitor B somente diz respeito a A e B (independência das alternativas irrelevantes);

-não há ditadura. Assim, as preferências sociais não podem refletir as preferências de um único indivíduo.

Buchanan e Tullock (1962) consideram o resultado de Arrow irrelevante. Para ambos, a regra de maioria, imperfeita em si mesma, é a própria essência da democracia. Ademais, ao longo do processo democrático, alternativas rivais são testadas, aprovadas, rejeitadas ou aprimoradas e blocos de poder são formados e desfeitos. De acordo com Buchanan este é o processo de escolha democrática.

Silva (1996b) considera os critérios de Arrow aparentemente razoáveis, pois na verdade, eles traduzem a necessidade do mecanismo de escolha coletiva ser lógico respeitando as preferências individuais. Mas o resultado de Arrow implica justamente o fato de ser impossível achar qualquer critério que respeite todas essas condições simultaneamente numa democracia.

O que é relevante do ponto de vista de políticas públicas é o alerta advindo do resultado de Arrow sobre a necessidade de se definirem outros critérios de escolha na democracia. Esses critérios em uma democracia não serão perfeitos e poderão representar o conjunto de preferências de grupos de pressão e de coalizões que se organizam cooperativamente no sentido de alcançarem seus objetivos privados no que se refere à produção de bens públicos e à transferência de renda dentro da sociedade (SILVA, 1996b).

Dessa forma, observou-se nesta primeira seção que a rigor não existe uma escolha genuinamente pública e que isso decorre da própria estrutura do regime democrático. A fim de minimizar os efeitos de se realizarem escolhas públicas inadequadas devem ser utilizados outros critérios, de preferência com natureza mais técnica. Assim, no orçamento federal brasileiro os relatórios de avaliação das políticas públicas poderiam ser um critério razoável a ser considerado nas escolhas públicas.

Além disso, a sociedade deveria ser mais ativa participando e interagindo, no que lhe couber, nos processos decisórios. No entanto, como estão estruturadas as relações entre os

políticos, burocratas e a sociedade? Existe o risco de os políticos não cumprirem suas promessas de campanha? Existe o risco do eleitor não supervisionar as decisões dos políticos eleitos? Essas perguntas serão tratadas na próxima seção.

2.2 O problema do principal-agente nas escolhas públicas

Jensen e Meckling (1976) definem a relação de agência como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas [principal (is)] contrata(m) outra pessoa (o agente) para executar algum serviço em seu nome, que envolve delegação de alguma autoridade para a tomada de decisão do agente. Segundo os autores, se ambas as partes do relacionamento são maximizadores de utilidade, há boas razões para acreditar que o agente não agirá sempre no melhor interesse do principal.

A teoria da agência, em conjunto com a teoria dos custos de transação, destaca-se pela sua importância. É uma teoria contratualista da organização que procura explicar o comportamento dos gestores e a forma como a assimetria de informação⁵ influencia o equilíbrio de poderes no seio de uma organização abrindo margem a idiosincrasias que tanto prejudicam as boas práticas administrativas (SILVA, 2009).

O problema principal agente surge quando, no estabelecimento e fiscalização de um contrato, o contratante (principal) não possui informação perfeita que permita a avaliação do esforço ou ação empreendida pelo contratado, ação essa que afeta o bem-estar do primeiro. Aqui o termo principal refere-se ao indivíduo ou entidade que possui a autoridade para agir, enquanto o agente é aquele que atua no lugar do principal e sob a autoridade contratual desse (SILVA, 1996a).

Fazendo uma analogia com as empresas, na esfera pública o governo nada mais é do que um conjunto de empreendedores (os políticos do legislativo) e de gerentes (os burocratas) que implementam o processo produtivo. Nesse sentido, o estudo do Estado e do governo está repleto de problemas de agência, tanto do ponto de vista da relação externa entre os consumidores-eleitores e produtores-políticos, como da relação interna ao governo entre os empreendedores-legisladores e os gerentes-burocratas (SILVA, 1997).

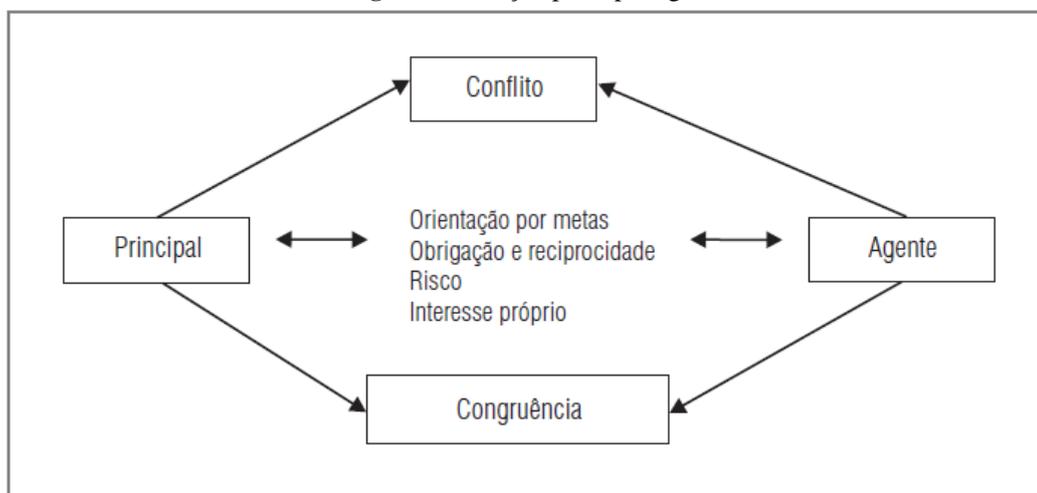
O problema de agência, segundo Hatch (1997) apud Sato (2007), envolve o risco de o agente atuar de acordo com seus interesses em vez dos interesses do principal. Para evitar os

⁵ Um ambiente com simetria de informações implica agentes igualmente incertos e não ausência de incertezas (ALDRIGUI, 2006).

problemas de divergência de interesses, são realizados contratos, cujo objetivo é alinhar os interesses dos agentes com os de seus principais.

Observa-se pela ilustração na Figura 1, que o bem-estar do principal não pode ser maximizado porque o principal e o agente possuem diferentes objetivos e diferentes predisposições ao risco (WRIGHT et alli, 1996).

Figura 1: Relação principal-agente



Fonte: Adaptado de Sato (2007)

Segundo Wiseman e Gomez-Mejia (1998) o principal pode ser considerado neutro quanto ao risco, pois pode realizar escolhas sobre uma ampla gama de participantes. Em contraste, o agente precisa agir de forma adversa ao risco, já que está ligado a um único principal (WILLIANSO, 1963). Em essência os agentes são avessos ao risco como forma de preservarem seus bens. Portanto, a teoria da agência tem como foco o estudo das formas de minimização dos custos relacionados com a relação de agência (SATO, 2007).

Talvez aqui resida uma das principais diferenças entre o modelo principal-agente do setor privado e o modelo principal-agente para o setor público. No setor privado o agente está ligado a um único (ou a um número reduzido) principal; enquanto no setor público na relação entre eleitor (principal) e político (agente), o agente está ligado a vários principais que em virtude do sigilo do processo eletivo desconhece quem seja (pode ter uma ideia, mas não a certeza). Dessa forma, no setor público os agentes, representados pelos políticos, tenderiam a ser mais propensos ao risco que os agentes do setor privado.

Quanto à relação entre políticos e burocratas, denominada por Silva (1997) como relação interna ao governo, Brandt e Svendsen (2006) entendem que os burocratas são tradicionalmente vistos como fornecedores de monopólio dos serviços públicos sobre os

quais detêm mais informação do que seus principais quanto aos custos reais de fornecimento desses serviços, bem como sobre sua real necessidade.

Esta posição permite que burocratas maximizem os orçamentos e extraíam rendas dos principais por três razões principais. Primeiro, a consolidação de posições burocráticas pode funcionar como um “amortecedor” contra políticos ansiosos para cortar o tamanho da burocracia. Segundo, as maiores burocracias têm posições mais fortes de negociação (como eles representam a maior parte dos recursos e, portanto, têm mais poder para punir os adversários) ao tentar maximizar a sua fatia do bolo de renda total. Terceiro, os ganhos privados, tais como maior salário ou melhores posições, podem ser alcançados nas negociações com os políticos. Assim, a literatura aponta para um comportamento burocrático racional que conduz a um resultado irracional para a sociedade como um todo (NISKANEN, 1971; BRANDT, SVENDSEN, 2006).

No setor público, Niskanen (1971) foi o pioneiro na aplicação da teoria do principal-agente na relação interna entre políticos e burocratas. Segundo o autor o líder de qualquer unidade administrativa do setor público busca maximizar o orçamento de sua unidade, aumentar o número de empregados, bem como aumentar seu poder e importância (BRANDT, SVENDSEN, 2006).

Przeworski (1996) que já havia se antecipado aos pensamentos de Silva (1997), de Brandt e Svendsen (2006), propõe que a teoria da agência ou problema do principal-agente constitui uma “nova” abordagem do estudo do comportamento burocrático.

Para o autor o problema principal-agente pode ser resumido de uma forma bem simples. O principal é o indivíduo que delega responsabilidade para outro indivíduo denominado agente, que age de acordo com seus objetivos privados (PRZEWORSKI, 1996).

Este comportamento do agente no modelo da teoria da agência aplicada ao setor público, decorre devido à constatação de que o *homo publicus* possui racionalidade de *homo economicus* (BUCHANAN; TULLOCK, 1962). Assim o *homo publicus* e o *homo economicus* são na essência a mesma pessoa, porém as ações e decisões do *homo publicus* afetam toda a sociedade haja vista serem escolhas públicas.

Assim, Buchanan e Tullock construíram uma visão dos agentes públicos composta por elementos básicos da teoria da agência. Segundo eles o agente público é como qualquer outro agente econômico, e sendo assim, não há nenhuma razão para supor que apenas o homem privado busca seus fins privados. O agente público não é um agente perfeito imune aos seus próprios interesses e imune aos lobbies promovidos pelos diversos agentes privados que o pressionam (SILVA, 2005).

As teorias modernas aplicadas aos políticos e à administração pública levam em consideração que as ações no ambiente público são especificamente políticas, sendo assim os interesses privados dentro e fora do Estado são importantes para explicar as ações realizadas pelo próprio governo e, por conseguinte, as relações entre o principal-agente (HORN, 1996).

A fim de proteger os interesses dos principais, é necessária a instituição de mecanismos que reduzam a possibilidade de os agentes agirem em desacordo (SATO, 2007). Nessa tarefa, custos são incorridos, os denominados custos de agência (CLEGG, HARDY e NORDY, 1996 apud SATO, 2007). Os custos totais de agência são o montante gasto no monitoramento pelos principais, os custos da dependência dos agentes e a perda residual do principal. Assumindo que os custos de agência existem, tanto os principais quanto os agentes atuam de forma a minimizar esse custo e, portanto, ficar numa situação de equilíbrio entre ambas as partes (SATO, 2007).

Na administração pública federal o problema se agrava devido ao fato de que é extremamente difícil o principal monitorar o comportamento do agente. Pode-se afirmar assim que o problema do principal-agente é uma questão de supervisão (SILVA, 2005).

Arrow (1985) identificou duas fontes principais de problemas de agência: o risco moral⁶, que está relacionado com acobertar ações, e a seleção adversa⁷, relacionada a acobertar informações. O risco moral envolve situações onde as ações dos agentes não são de conhecimento do principal. Já a seleção adversa representa o fato de os agentes possuírem informações desconhecidas por parte do principal ou cujos custos de obtenção são elevados.

Uma das diferenças entre o risco moral e a seleção adversa é que a seleção adversa é pré-contratual enquanto que o risco moral é pós-contratual. Na seleção adversa o principal desconhece algumas características do agente antes da assinatura do contrato. No risco moral o agente após a assinatura do contrato assume um comportamento diverso daquele que possuía antes da assinatura do contrato.

Na relação entre os eleitores-políticos: a seleção adversa ocorreria na situação em que o eleitor escolhe um representante sobre o qual não detém informações essenciais. Essas informações, se fossem do conhecimento do eleitor, inviabilizariam o “contrato constitucional” e conduziriam o eleitor para a desconsideração daquele político como opção

⁶ O Risco Moral (*Moral Hazard*) surge quando o principal não é capaz de controlar todas as ações do agente, e suas ações tem diferentes valores para o agente e para o principal. Portanto no contexto do *moral hazard* deve-se tratar com as ações ocultas (MARTINEZ, 1998).

⁷ A Seleção Adversa (*Adverse Selection*) surge quando a informação não é igualmente distribuída entre o principal e o agente e, como resultado surge uma assimetria de informações. Existe um volume de informações distintas entre o agente e o principal. O principal é incapaz de determinar se as ações do agente são as ótimas ou não. Na realidade no contexto da seleção adversa surge o problema da informação oculta (MARTINEZ, 1998).

de voto. Uma das iniciativas inseridas no arcabouço jurídico brasileiro no sentido de reduzir o risco de seleção adversa foi a publicação da lei “Ficha Limpa”⁸.

Contextualizando o risco moral na relação eleitor-político, este ocorreria quando o eleitor possuísse informações suficientes sobre o seu candidato. Porém, após a eleição, o político eleito passaria a adotar comportamentos incompatíveis com suas características prévias a eleição e de conhecimento do eleitor, prejudicando o interesse público. Uma das medidas utilizadas para combater estas ações ocultas e nocivas à administração pública são as apurações de denúncias pelos parlamentares nas Comissões de Ética.

Para Eisenhardt (1985), a habilidade dos principais em saberem se os agentes estão ou não agindo de acordo com seus interesses e, por conseguinte, efetuar o monitoramento, depende das informações disponíveis aos principais. Essas informações podem ser obtidas diretamente pelo monitoramento direto das ações dos agentes, ou, indiretamente, pelo acompanhamento dos resultados produzidos pelos agentes. Entretanto, como os resultados não dependem apenas dos agentes, os principais assumem nesses casos certa parcela do risco (SATO, 2007).

Alguém poderia imaginar quantos limites e sistemas de controle seriam necessários para supervisionar o comportamento dos burocratas? Ainda assim, as funções de supervisão são em sua maioria caras ou impossíveis. A solução pode estar na introdução de incentivos nos contratos (SILVA, 1995). Para a escola da escolha pública, os legisladores tenderiam a atuar de forma dispendiosa para os contribuintes por haver poucos incentivos a uma boa gestão do interesse público (MARTINS, 2005).

Na visão de Sato (2007) os problemas de agência são resolvidos normalmente de duas maneiras: monitoramento e penalização. Para Clegg, Hardy e Nord (1996) apud Sato (2007), o monitoramento envolve a observação das performances dos agentes, e a penalização é a punição por um comportamento não desejado dos agentes.

Outra forma, porém, igualmente aceita e já conjecturada por Jensen e Meckling (1976), seria a inserção de incentivos como forma de direcionar o comportamento dos agentes. Os autores ressaltam que o principal pode limitar as divergências de seu interesse por meio da criação de incentivos adequados para o agente e incorrendo em custos de controle destinado a limitar as atividades aberrantes do agente.

⁸ A Lei Complementar nº 135 estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

Na visão de Silva (2005), se a priori os agentes têm um incentivo para agir em seu próprio interesse, um sistema de incentivos pode direcionar seu comportamento para um ponto melhor em relação ao ponto de vista do principal agente. A questão principal reside em como criar uma arquitetura contratual que limite o comportamento do agente público.

Exemplos clássicos de aplicação de teoria da agência no setor público utilizando sistemas de incentivos são os esquemas de remuneração adotados em muitos esportes nos Estados Unidos, onde diversos sistemas e desenhos de contratos são criados com o fito de maximizar o trabalho de agentes (técnicos e jogadores) cujas ações envolvem risco moral. Muitas vezes, o desempenho de um time não é adequado devido ao pouco empenho de jogadores e técnicos; nesse caso, emerge um problema de fiscalização das ações ditas “ocultas” dos agentes. Essa fiscalização pode envolver altos custos e, portanto, pode ser inviável. Desenhos de contratos que embutem incentivos são, geralmente, a solução de menor custo e maior eficiência para garantir que o agente se comportará de acordo com os objetivos do contratante (SCULLY, 1995).

Até esta etapa foram feitas considerações sobre os agentes e sobre a necessidade de se monitorar o comportamento dos mesmos seja por meio de incentivos, por meio de punições, ou por meio de monitoramento; porém questiona-se se o principal, representado aqui pelo eleitor, se interessa pela monitoração das ações dos agentes.

Existe uma ausência grave de incentivos para que os eleitores supervisionem eficazmente o governo e para lhe exigirem a prestação de contas (*accountability*). Há, pelo contrário, um incentivo à ignorância na condução dos assuntos públicos - em virtude do funcionamento do “mercado político e eleitoral” e da convergência entre os interesses ligados à necessidade de obter votos e à pressão dos *lobbies*. Ao invés do que ocorre na iniciativa privada, as decisões nos espaços públicos são marcadas pela força dos grupos de interesses e não da estrita eficiência econômica (MARTINS, 2005).

Tullock, Seldon e Brady (2005) por sua vez incorporam ainda mais uma perspectiva na relação entre o principal (os eleitores) e os agentes (políticos). Para tanto, utilizam um exemplo simples comparando o eleitor a uma pessoa que entra no mercado para fazer compras.

Para eles, aceitar a suposição de que os atores políticos estão voltados para o interesse comum, seria o mesmo que supor que as mesmas pessoas que entram em supermercado e compram os produtos desejados, quando entram na cabine de votação não votam nos políticos e na legislação benéfica a elas, mas nos políticos e na legislação benéfica a nação como um todo. Assim, as pessoas no supermercado compram os produtos que, dados seus preços,

beneficiam a si mesmos e suas famílias (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005). No entanto, quando alguém se torna político presume-se que se transforme e adquira uma perspectiva mais ampla, induzindo-o a tomar decisões moralmente corretas, em lugar de simplesmente beneficiar os grupos de interesse que o apoiaram ou as políticas que possam reelegê-lo (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005).

Silva (1997) afirma que do ponto de vista do principal, o eleitor sabe que seu voto do ponto de vista coletivo pouco conta. O risco de sua escolha ser inadequada não justifica a dispendiosa busca de informação sobre um político ou partido e, nesse sentido, o custo de oportunidade associado a uma escolha inadequada é muito pequeno. Essa realidade agrava ainda mais a supervisão que deveria ocorrer. Questiona-se, então, quanto de fato conta o voto de um eleitor. O Quadro 4 ajuda a tratar essa ponderação.

Quadro 4: Probabilidade do voto de um eleitor ser decisivo

Número de eleitores (n) sem o eleitor em análise	Probabilidade de que o voto seja decisivo
2	0,4998
4	0,3747
1.000	0,0155
10.000.000	$5/10^{873}$
100.000.000	$8/10^{8691}$

Fonte: Adaptado de Lumieux (2004)

Para melhor compreensão do Quadro 4, suponha-se que exista um comitê composto por 3 eleitores X, Y, e Z, e que o eleitor em análise seja o Y. A votação por maioria simples deve ser tomada entre a proposta A e a B. Suponha-se que há uma chance de 50-50 de que qualquer um dos outros dois membros votar em A, e também para B. Não há nenhuma abstenção ou terceira alternativa. Qual é a probabilidade de que o voto de Y vai contar, no sentido de ser decisivo? Isso equivale a medir a probabilidade de que haveria um empate, se Y não votar. Devido ao fato dos eleitores X e Z poderem votar em A ou B, há quatro possíveis resultados da votação sem o voto de Y: AA (os eleitores X e Z votaram ambos na proposta A), BB (os eleitores X e Z votaram ambos na proposta B), AB e BA. Apenas nos dois últimos (AB e BA) há um empate sem o eleitor Y. Nas demais situações (AA e BB), não faz diferença se Y votar em A, em B, ou não votar. Portanto, há duas chances em quatro de que o voto de Y será decisivo. Observa-se no Quadro 4 que em um universo cem milhões eleitores, o voto do eleitor Y possui a probabilidade de ser decisivo em $8/10^{8691}$.

Contrariando, porém, os pensamentos anteriores de Schumpeter (1942), Downs (1957) e Martins (2005) que sugerem que o voto dos indivíduos é altamente irracional dado a pequena probabilidade de afetação do rendimento de qualquer indivíduo, e os pensamentos de

MARTINS (2005) e de LEMIEUX (2004) que sugerem que existem poucos incentivos à participação do eleitor na relação principal-agente (eleitores-políticos), Ferraz e Finan (2008) em pesquisa sobre a fiscalização dos municípios em sorteios públicos realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU) conseguiram mostrar que os eleitores não são tão irracionais assim e observaram que o índice de reeleição comparando com a séria história aumentou 20% a probabilidade de reeleição nas localidades em que não houve indício de corrupção nos relatórios de fiscalização da CGU, e diminuiu 15,7% a probabilidade de reeleição nos municípios em que houve indício de corrupção nos relatórios de fiscalização da CGU e que possuíam rádios comunitárias. Dessa forma, estes resultados destacam o valor da informação e o papel da mídia na redução de assimetrias de informação na política processo. Estes resultados sugerem que os eleitores não só se preocupam com a corrupção, mas uma vez capacitados com as informações, atualizam suas crenças anteriores e punem políticos corruptos nas urnas.

O resultado empírico de Ferraz e Finan (2008) vai ao encontro do pensamento de Gerber e Lupia (1999) apud Garret (2009) de que os eleitores poderão ser competentes se eles possuírem conhecimento sobre as conseqüências políticas das suas decisões. Para tanto deverão ter total informação e a capacidade de utilizar tal informação.

Dessa forma, baseando-se na teoria da agência, deve-se pressupor que os agentes públicos como os privados não são agentes perfeitos, imunes aos seus próprios interesses privados e ao lobbying⁹ de agentes privados. Os agentes públicos são oportunistas e escolhem estrategicamente de acordo com seus interesses (GEDAJLOVIC; SHAPIRO, 1998). Contrastando com o pensamento anterior de Gedajlovic e Shapiro (1998), Samuelson e Nordhaus (1993) admitem que muitas figuras públicas são motivadas por uma combinação de pragmatismo e ideologia, combinando a busca da sobrevivência política com suas crenças fundamentais acerca da forma como o país deve se desenvolver. Kimenyi e Mbaku (1999) assim como Samuelson e Nordhaus (1993) acreditam que o indivíduo na arena política procura servir ao interesse público.

Assim apesar de todo o ceticismo e precaução orientado por Buchanan e Tullock, deve-se ressaltar que existem agentes bem intencionados ou que pelo menos são atestados como bons gestores pelos órgãos de controle, vide pesquisa de Ferraz e Finan (2008), e que conseguem assim aumentar sua probabilidade de continuar no poder.

⁹ Na Seção 2.3.5 explica-se como o *lobbying* interfere nas escolhas públicas.

Outro exemplo para caracterizar o risco de agência no setor público, e mais próximo deste estudo, seria a aprovação de ações de governos voltadas para um maior número de possíveis eleitores beneficiados visando à reeleição ainda que o resultado da política pública para a sociedade como um todo fosse negativo. Neste caso o agente incorreria neste risco moral com a finalidade de obter maior apoio da população apesar do resultado negativo da política pública. No entanto, que instrumentos disponíveis de avaliação de políticas públicas permitem monitorar indiretamente os agentes e, por conseguinte, evidenciar que uma política pública (programa de governo) produz um resultado positivo ou eficiente?

Dentre os instrumentos de avaliação que podem subsidiar a avaliação de políticas públicas pode-se citar: os relatórios anuais de gestão, os relatórios de auditoria anuais de contas, os relatórios de avaliação anual dos programas de governo. Porém, seriam as informações desses relatórios consideradas nas decisões seguintes? Existem restrições na estrutura do jogo democrático que impeçam o uso de informações pelos cidadãos? A seção seguinte mostra quais restrições estão presentes no jogo político sob a ótica positivista da teoria da escolha pública e que interferem no processo decisório.

2.3 O jogo político na democracia representativa sob a ótica positivista da teoria da escolha pública

O jogo político na democracia representativa tem suas regras e seus jogadores. Neste jogo a regra mais importante é que essas decisões são tomadas pelos representantes eleitos (SAMUELSON; NORDHAUS, 1993). Outra regra importante de fundamental importância para a análise positiva é a de que a função-objetivo dos políticos é a maximização de votos eleitorais (KOLLMAN, 2010).

Conforme se observou na Seção 2.1, a teoria da escolha pública aplica a abordagem econômica às escolhas que as pessoas e os governos fazem no “mercado político”. Os atores no mercado político são: eleitores, firmas, políticos, burocratas, partidos políticos e grupos de interesse (SAMUELSON; NORDHAUS, 1993, PEREIRA, 1997; JIMÉNEZ, 2008). O Quadro 5 resume os três principais grupos de atores no jogo político e as características de cada um.

Quadro 5: Principais atores no jogo político e respectivas características

Atores	Características
Eleitores	Contribuintes e beneficiários do serviço público
Políticos	Dependem de agradar seus eleitores e seu partido político
Burocratas	Funcionários do governo e que tendem a controlar direta ou indiretamente, os detalhes das operações do governo

Fonte: Jiménez (2008)

Fazendo uma comparação entre o jogo político e uma economia de mercado, os eleitores representariam os consumidores, enquanto os políticos representariam as empresas. Os políticos seriam os empreendedores que interpretam a procura pelo bem público de bens coletivos e encontram as vias para o fornecimento desses bens (SAMUELSON; NORDHAUS, 1993).

Por fim, fazendo agora uma analogia do jogo político com cartolas no futebol, tem-se o cenário que segue. Assim como no jogo de futebol os cartolas desempenham a função de combinar resultados e transacionar jogadores atuando fora de campo; no jogo político situações fora do orçamento que interferem nas escolhas públicas. Essas interferências podem gerar arranjos para que uma política pública seja implementada em detrimento de outra, ainda que nesta última a relação benefício custo seja superior àquela¹⁰.

Dentre teorias, teoremas, regras e práticas que interferem nas escolhas públicas, destacam-se: a regra da unanimidade, o teorema da preferência mediana, o *logrolling*, a articulação da sociedade em grupos de pressão, o *rent-seeking* e o *lobbying*. Estas teorias, teoremas, regras e práticas juntamente com suas implicações sobre as escolhas públicas serão aprofundadas na seqüência. Ressalta-se que esse conjunto de teorias, teoremas e regras estão interligados entre si e suportam umas as outras (MUELLER, 1976).

2.3.1 A regra da unanimidade, a regra da maioria simples e os projetos “pork barrel”

Sobre a regra de unanimidade Wicksell (1896) é considerado por Buchanan (1993) o pioneiro a discorrer sobre o tema. Wicksell discutiu sobre qual regra de tomada de decisão deveria ser usada pelo parlamento para aprovar propostas que levassem a melhoramentos de Pareto¹¹, assumindo que os problemas de redistribuição estariam resolvidos. Se a proposta em debate leva a uma melhoria na *situação de todos*, uma regra de escolha coletiva que surge

¹⁰ Salienta-se a importância de ferramentas que permitam avaliar tecnicamente a relação benefício custo de um programa de governo, apontado por vários autores, tal como: Arrow (1951), Buchanan e Tullock (1965), Mueller (1979), que utilizam sistematicamente o termo políticas ineficientes ou políticas com benefícios inferiores aos custos.

¹¹ Ideal de Pareto: Há eficiência na economia quando a posição de alguém sofre uma melhoria sem que nenhum outro tenha sua situação deteriorada (GIAMBIAGI; ALÉM, 2007).

com natural atração é a da unanimidade, visto que deve existir consenso em relação à aprovação de propostas em que todos melhorem (PEREIRA, 1997).

A defesa de Wicksell (1896) baseia-se na seguinte lógica: se uma despesa pública deve ser aprovada presume-se que esta despesa esteja associada a uma atividade estatal considerada útil por toda a sociedade e reconhecida por todas as classes sem exceção. Assim se uma parcela maior ou menor da comunidade estiver indiferente ou se opuser à atividade proposta, é porque esta atividade não pode ser considerada uma necessidade coletiva no sentido próprio da palavra. Se, de qualquer modo, tal atividade tiver que ser realizada, esta deveria por enquanto ser deixada para a iniciativa privada. Seria injusto que alguém seja forçado a contribuir para o custo de uma atividade que não acrescenta utilidade ao seu interesse ou que pode estar diametralmente oposta a ele (WICKSELL, 1896).

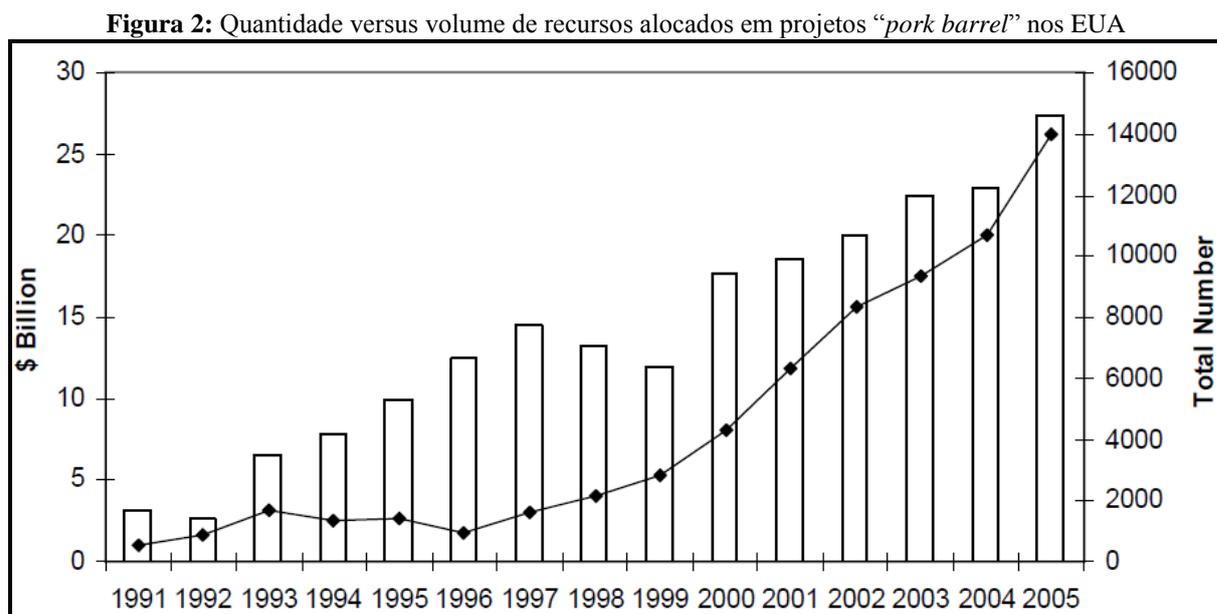
Quanto à regra da unanimidade existem pontos divergentes na literatura da teoria da escolha pública sobre sua real eficácia. Autores como Barry (1965) e Pereira (1997) entendem que a regra da maioria seria mais eficaz. Barry (1965) argumenta que a regra da unanimidade tem um enorme potencial para aprovar projetos “*pork barrel*”¹², pois distribui o poder de “veto” para todos. Consequentemente, cada político com decisão de veto, perseguindo seus próprios interesses, se propõe a demandar benefícios especiais em troca de sua cooperação. Na visão de Barry, a unanimidade maximiza a capacidade de todos os votantes (políticos) de perseguir sua estratégia.

Pereira (1997) que segue a mesma linha de Barry afirma que o problema sob a regra da unanimidade é o de que cada indivíduo tem poder de veto. A razão por que um indivíduo poderia usar, ou ameaçar usar, o seu direito de veto (sob a regra da unanimidade), mesmo ao votar uma proposta X que melhora a sua situação, é pensar que, ao derrotar a proposta X, haja uma reformulação da proposta, X', que o beneficie ainda mais. O problema para se gerarem consensos é que, em geral, não há apenas uma proposta, mas várias que melhoram a situação de todos, e que há sempre indivíduos que saem relativamente mais beneficiados com a aprovação de uma proposta (X') e menos com a aprovação de outra (X). Wicksell percebeu que os custos de tomada de decisão utilizando a regra da unanimidade seriam proibitivos, pelo que defendeu que a regra de tomada de decisão parlamentar para problemas de soma positiva fosse uma maioria bastante qualificada (PEREIRA, 1997).

¹² Projetos “*pork barrel*” são projetos com três características: os benefícios são destinados a uma área geográfica específica que possibilite a um congressista específico ser reconhecido como o benfeitor; os benefícios dados dão a impressão aos eleitores de que o congressista teve papel fundamental na sua alocação; os custos dos projetos são difusos e compartilhados com os demais eleitores (contribuintes) (ELWOOD, PATASHNIK, 1993).

Barry (1965) argumenta que os Estados Unidos se aproximaram mais do que qualquer outra democracia ocidental do “sistema de maioria” e ainda assim sofrem bastante do problema de projetos “*pork barrel*”. A Figura 2 ilustra o volume de projetos “*pork barrel*” nos EUA entre os anos de 1991 a 2005.

Observa-se na Figura 2¹³ que em 1996 houve menos projetos “*pork barrel*” que em 1995, porém o volume de recursos aumentou. Crespín e Finocchiaro (2006) afirmam que para o ano de 2006 os relatórios preliminares indicavam que o número de projetos declinou em virtude da reforma de *lobbying*, mas que o volume de recursos alocados aumentou. Ainda sobre os projetos “*pork barrel*” nos Estados Unidos, Alvarez e Saving (1997) encontraram evidências de que os democratas obtiveram maiores benefícios eleitorais nos seus distritos contemplados com esses projetos que os republicanos. Em consequência, observa-se que nos estudos de “*pork barrel*” deve-se levar em conta a região beneficiada e a coligação partidária que obteve a alocação de recursos.



Fonte: Adaptado de Crespín e Finocchiaro (2006)

Legenda: as barras significam os volumes de recursos e os pontos as quantidades de projetos *pork barrel*

A despeito dos números e valores que mostram uma tendência crescente de projetos “*pork barrel*” nos Estados Unidos, Buchanan e Tullock (1962) e Pennock (1970) discordando

¹³ O levantamento realizado na Figura 2 realizado por Crespín e Finocchiaro (2006) utilizou-se da base de dados da associação “*Citizens Against Government Waste*” (CAGW). A CAGW considera como “*pork barrel*” projetos que atendem pelo menos dois dos seis critérios que se seguem: requisitado por apenas um membro do congresso, não especificamente autorizado, não competitivamente garantido, excedem em muito o pedido do presidente orçamento ou o financiamento do ano anterior, não foi objeto de audiência no Congresso, serve a um interesse local. Os referidos autores ressaltam que quase a totalidade dos projetos “*pork barrel*” selecionados continham o último critério, o que torna esta classificação próxima da classificação de Elwood e Patashnik (1993).

de Barry (1965) argumentam que a regra de unanimidade é requerida para garantir que apenas projetos eficientes sejam escolhidos. Weingast (1979) afirma que em termos do paradigma de atores racionais o pensamento de Barry (1965) faz pouco sentido. Dessa forma, o autor provou por meio de modelos estocásticos que a regra da maioria simples é mais ineficiente para as políticas públicas do que a regra da unanimidade (WEINGAST, 1979).

2.3.2 O *logrolling*

Outra prática presente na democracia representativa (especialmente naquelas que adotam a regra da maioria), que interfere nas escolhas públicas e que está relacionada com os projetos “*pork barrel*” é o *logrolling* ou *log-rolling* (BUCHANAN; TULLOCK, 1962).

O *logrolling* se constitui na troca de votos pelos políticos eleitos com o intuito de aprovar políticas que maximizem o potencial volume de votos na próxima eleição e funciona da seguinte forma: um político concorda em votar a favor de um projeto de lei em que outro parlamentar está interessado em troca do voto desse parlamentar em outra matéria (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005). Existem dois tipos de *logrolling*: o implícito e o explícito. O Quadro 6 apresenta as diferenças entre os dois tipos.

Quadro 6: Diferenças entre os tipos de *logrolling*

<i>Logrolling</i> explícito	<i>Logrolling</i> implícito
A troca de votos é aberta e clara	A troca de votos é obscura
Mais visível	Pode-se inferir
Mais difícil de ocorrer	Mais fácil de ocorrer

Fonte: Buchanan e Tullock (1962); Tullock, Seldon e Brady (2005)

Independentemente de ser explícita ou implícita, a troca de votos ocorre porque a maioria das leis produz diferentes efeitos sobre diferentes grupos ou partes do país (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005). No entanto, o *logrolling* nem sempre é indesejável.

Tullock, Seldon e Brady (2005) utilizam um exemplo para demonstrar essa hipótese. Suponha-se que um projeto beneficie muito uma cidade A e que terá um custo relativamente modesto para todos os contribuintes. Embora o benefício total recebido pelos habitantes da cidade A possa exceder o custo do projeto, a proposta para que o governo central custeie o projeto com a receita de um imposto nacional certamente seria rejeitada na ausência do *logrolling*.

Se o *logrolling* pode criar benefícios, também pode causar danos. O Quadro 7 mostra essa possibilidade a partir dos benefícios e custos dos projetos¹⁴.

Quadro 7: Relação custo-benefício entre os projetos cujos benefícios são de R\$ 10 e os custos são de R\$ 5, compartilhados entre cinco distritos (A, B, C, D e E)

Projetos de lei	Distritos eleitorais				
	A	B	C	D	E
1	9	-1	-1	-1	-1
2	-1	9	-1	-1	-1
3	-1	-1	9	-1	-1
4	-1	-1	-1	9	-1
5	-1	-1	-1	-1	9

Fonte: Tullock, Seldon e Brady (2005)

O Quadro 7 apresenta o ganho ou perda para cada distrito eleitoral decorrente de cada um desses cinco projetos de lei. Observa-se que quatro dos cinco distritos sempre perdem com cada projeto de lei. Assim, se poderia esperar que nenhum desses projetos fosse aprovado. No entanto, devido à troca de votos, todos os projetos podem ser aprovados. O Quadro 8 aponta a situação em que todos os projetos foram aprovados.

Quadro 8: Saldo líquido dos benefícios quando todos os projetos do Quadro 7 são aprovados

Projetos de lei	Distritos eleitorais				
	A	B	C	D	E
1	9	-1	-1	-1	-1
2	-1	9	-1	-1	-1
3	-1	-1	9	-1	-1
4	-1	-1	-1	9	-1
5	-1	-1	-1	-1	9
Saldo líquido dos benefícios	5	5	5	5	5

Fonte: Elaboração própria

No caso ilustrado no Quadro 8, o *logrolling* funcionou bem; porém, se cada projeto gerasse benefícios de R\$ 4 ao invés de R\$ 10, o custo suportado individualmente (R\$ 1) seria aceitável, porém o custo para a sociedade não (R\$ 5). Neste caso o resultado para a sociedade seria negativo (R\$ 1 – R\$ 5 = – R\$ 4).

Ressalta-se que este tipo de barganha é instável quando há um grande número de votantes, e a consequente tendência é a de que todos os projetos com valor líquido negativo acabem sendo aprovados (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005).

¹⁴ Para que estudos empíricos de *logrolling* possam ser aprofundados, faz-se necessário a existência de instrumentos que permitam evidenciar a relação benefício-custo das políticas públicas.

2.3.3 O teorema da preferência mediana

Na Seção 2.3.1 discutiu-se a regra da unanimidade que é a forma recomendada por Buchanan e Tullock (1962), Ferejohn (1974) e Weingast (1979) para que os jogadores “selecionados” pela sociedade (políticos eleitos) realizem as escolhas públicas. No entanto, partindo da premissa inicial desta Seção 2.3 de que a função-objetivo dos políticos é a maximização de votos eleitorais, estariam os políticos propensos a mudar seu comportamento durante a campanha a fim de atingir um espectro maior de possíveis eleitores e maximizarem a possibilidade de serem eleitos ou reeleitos? Segundo o teorema da preferência mediana sim.

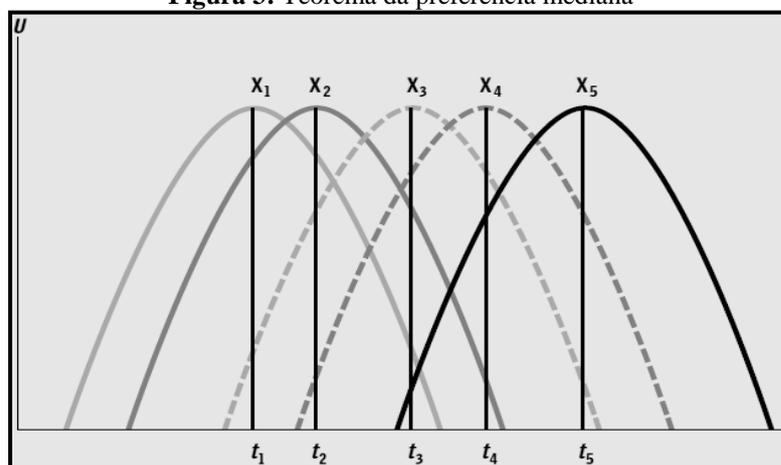
O teorema da preferência mediana foi desenvolvido por Anthony Downs (1951) que buscou evidenciar as formas utilizadas pelos políticos com o intuito de se reelegerem.

Sobre o teorema da preferência mediana Diamond (1988) afirma que um ambiente de concorrência entre políticos resulta na eleição de um governo que escolhe uma plataforma idêntica à posição ideal do eleitor mediano.

A essência do teorema da preferência mediana surge devido à problemática da existência de diversos interesses divergentes que coexistem num determinado momento na sociedade e na economia. Assim, faz-se necessário encontrar um ponto em que haja uma composição de interesses racional e eficiente (MARTINS, 2005). A Figura 2 ilustra o teorema da preferência mediana.

Observa-se na Figura 3 a existência de cinco eleitores: X_1 , X_2 , X_3 , X_4 e X_5 com suas respectivas curvas de preferências. Observa-se também que a posição que maximiza a preferência de X_3 , que é o eleitor mediano se aproxima muito das preferências de X_2 e X_4 , e tangencia as preferências X_1 e X_5 . Dessa forma, um candidato que estiver alinhado com as preferências X_3 estará mais alinhado às preferências dos demais eleitores.

Figura 3: Teorema da preferência mediana



Fonte: Weingast (1979), Lemieux (2004)

Nas sociedades democráticas tende a haver bipolarização nas opções (por exemplo: X_1 e X_5 , ou X_2 e X_4), mas as forças alternantes tendem a adotar posições próximas e consensuais, inclinando-se no sentido da posição do "eleitor mediano", que se torna decisivo na adoção das opções da sociedade (MARTINS, 2005).

2.3.4 Os grupos de pressão

Os grupos de pressão (grupos de interesse) foram explorados inicialmente nos trabalhos de Schumpeter (1942), mas foi no trabalho Mancur Olson (1982) que receberam maior destaque. Para Olson (1982) estes grupos fazem prevalecer um efeito de "renda" para seus respectivos interesses. Quanto mais aguerridos e coesos forem esse grupos, melhores resultados obtêm (PEREIRA, 1997).

Roach (1994) acrescenta que grupos de interesse com estruturas pré-existent de organização e com uma filiação concentrada são capazes de dominar a demanda para o produto legislativo, pois somente esses grupos podem superar os problemas de indivíduos racionais não estarem dispostos a pagar os custos da organização e *lobbying*.

Segundo Samples (2004), os grupos de interesse ajudam a eleger os políticos e tentam aprovar políticas voltadas aos seus interesses alegando que os custos que são impostos sobre os outros cidadãos (à sociedade) servem ao interesse público.

Quanto às causas que ensejam a criação de grupos de interesse, Olson mostrou que a existência de interesse comum não gera, por si só, a criação de um grupo de interesse. Há grandes grupos na sociedade que permanecem latentes e como tal incapazes de pressionar o governo para a obtenção de políticas favoráveis aos seus membros, enquanto outros grupos, muitas vezes com uma dimensão menor e com ganhos globais menores, são mais eficazes em organizarem-se e em influenciarem as políticas governamentais. Não há, pois, um mercado competitivo de grupos de interesse, pois certos grandes grupos (consumidores, pensionistas, desempregados e outros) permanecem *latentes* ou com atividades diminutas em relação ao seu número de membros (PEREIRA, 1997).

Reforçando a idéia anterior de que não é suficiente um interesse comum para o surgimento de um grupo de interesse, segue o exemplo utilizado por Tullock (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005, p.51):

Nos EUA havia um imposto de importação para proteger os fabricantes de queixiras para violino. Apenas uma empresa que empregava 4 ou 5 pessoas fabricava as queixiras. Para os compradores de violinos que pagavam dois ou três centavos a mais pelo violino por conta deste imposto, o custo era pequeno demais para justificar uma maior organização e intervenção. Não obstante, valia a pena o investimento de tempo do fabricante da pequena peça de violino em depor perante o Senado dos EUA; ninguém argumentou em favor dos compradores de violino.

Assim aplicando o pensamento de Pereira (1997) ao exemplo anterior, observa-se que existe um “grupo de interesse” representado pelo fabricante e um grupo de interesse representado pelos compradores. Porém, o baixo custo cobrado no imposto não justificou a mobilização do grupo dos compradores apesar dos compradores possuírem um interesse comum.

Outro exemplo utilizado por Roach (1994) e que complementa o exemplo de Tullock é a disputa entre os grupos de produtores e os grupos de consumidores. Para Roach (1994) os grupos concentrados de produtores são capazes de fazer exigências mais eficazes sobre os governos do que grupos difusos dos consumidores. Dessa forma, quando os legisladores não são atormentados pelos problemas criados pelo *logrolling* e pela formação de agenda, os legisladores vão responder às demandas dos grupos de interesse por benefícios e serão recompensados através de contribuições de campanha e outras formas de pagamento. Os custos de tais medidas será suportado por grupos difusos e desorganizados que não são capazes de se organizar (ROACH, 1994).

Sobre a representatividade dos grupos de interesse, Olson (1965) observou que as associações nacionais representando os interesses industriais eram geralmente dominadas por um pequeno número de grandes empresas. Ele relata que nas madeireiras, nas indústrias de móveis, e nas indústrias de papel, 37,3% das associações possuíam uma filiação de membros menor de 20 e uma mediana na faixa de 25-50 a membros.

Além disso, a autoridade decisória não é distribuída igualmente entres os membros. Normalmente, o controle efetivo das ações das associações de comércio está associado às contribuições dos vários membros. Olson relata um estudo mostrando que em quase metade das associações comerciais, em torno de 50% dos custos são suportados por número reduzido de membros. Na Associação Nacional dos Fabricantes, por exemplo, cerca de 5% de todos os membros contribuem com cerca de metade do dinheiro. Como resultado, cerca 0,8% de seus membros mantiveram 63% de todas as diretorias (OLSON, 1965).

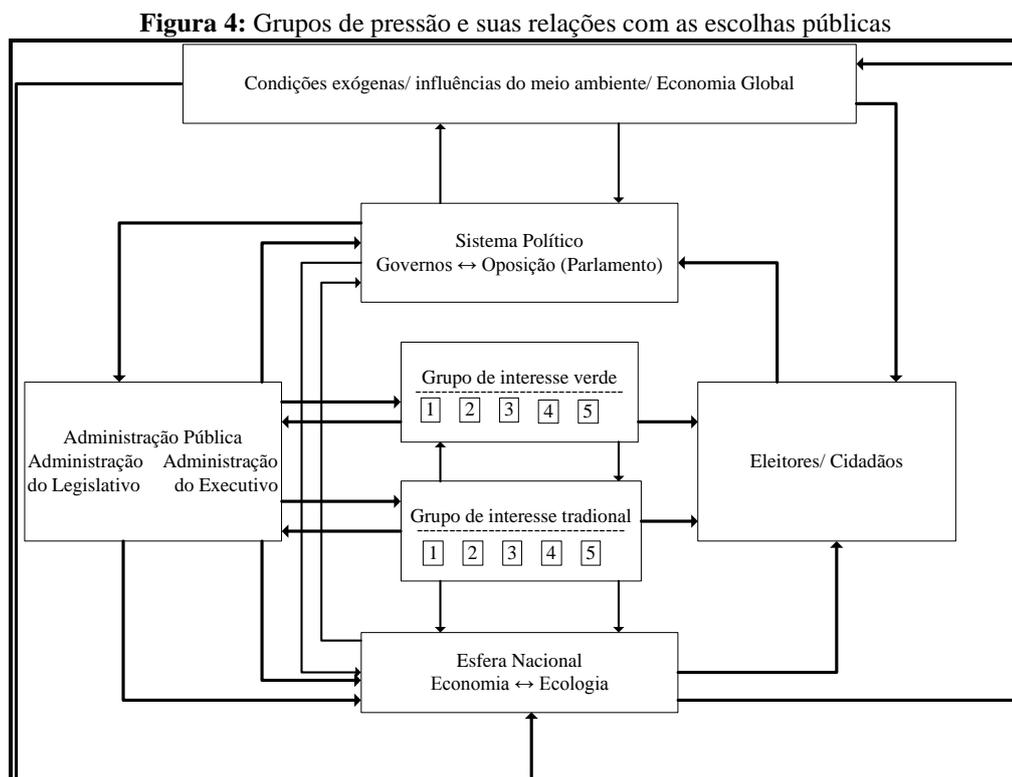
Garret (2009) afirma que diferentes tipos de grupos possuem diferentes tipos de recursos monetários e humanos, e dessa forma, usam seus ativos para intervir no processo político de forma a maximizar sua influência.

Olson (1982) separou os grupos de interesse em dois tipos: os de interesse público (que fornecem bens coletivos para os seus membros e para a sociedade) e as coligações (coalizões) distributivas (que apenas pretendem maior rendimento para os seus membros). Olson analisa implicações macroeconômicas da atuação das coligações distributivas e avançou a hipótese de que, quanto mais estável no tempo for uma sociedade, mais grupos redistributivos são criados com conseqüente redução do crescimento econômico.

Acerca das coalizões distributivas, Silva (2005) afirma que esses grupos teriam como objetivo a transferência de renda dentro da sociedade por meio de políticas públicas como: controle tarifário, subsídio, garantia de preço, e outros tipos de desvios implícitos e explícitos. A competição entre esses grupos provocaria a estagnação das economias na medida em que engendraria alocações ineficientes de recursos.

Garret (2009) por sua vez divide os grupos de interesses em dois: grupos econômicos (tais como grupos de negócios ou associações de comércio) que possuem recursos monetários substanciais, mas que geralmente possuem uma base restrita de membros; e os grupos de cidadãos (tais como grupos ideológicos) que possuem recursos humanos substanciais e em alguns casos recursos monetários.

A Figura 4 ilustra o mosaico sobre os grupos de pressão e suas relações com as escolhas públicas tendo como pano de fundo a aprovação de um programa voltado para a preservação ambiental.



Fonte: Adaptado de Kollman (2010)

Observam-se, na Figura 4, dois grupos de interesse: o grupo de interesse verde (em defesa do meio ambiente), mais próximo da classificação dos grupos de cidadãos de Garret, e o grupo de interesse tradicional (mais preocupado com o desenvolvimento econômico e industrial), mais próximo da classificação dos grupos econômicos de Garret, e que não seria tão beneficiado com a escolha pública sob decisão. Estes grupos buscam interagir com a administração e conduzir a uma escolha pública que melhor lhes beneficie, mas que irá influenciar a vida de todos os cidadãos. Especificamente quanto aos grupos de interesse ambientais, Revesz (2001) indica que o problema dos “*free-riders*”¹⁵ agrava o maior engajamento dos possíveis interessados em representar estes grupos sociais.

Quanto à relação entre dos cidadãos e os grupos de interesse, Smith e Tolbert (2004) apud GARRET (2009) acharam evidências de que os cidadãos americanos são mais propensos a contribuir com dinheiro para os grupos de interesse e menos propensos a contribuir com os partidos políticos.

Sobre a relação entre os grupos de interesse e os políticos, Cox e McCubbins (1986) ao realizar estudo com a finalidade de obter evidências sobre o fato dos políticos direcionam bens públicos para seus grupos centrais de apoio, obtiveram resultados de que os políticos avessos ao risco vão investir relativamente mais em grupos de apoio, secundariamente em grupos indecisos e que não vão investir geralmente em grupos de oposição.

Em relação ao pensamento anterior, observa-se que em muitas circunstâncias o voto de maximização de redistribuição¹⁶ terá como alvo duas classes de eleitores: aqueles que são ideologicamente indiferente entre as duas partes: “eleitores indecisos” e “eleitores de baixa renda”. A lógica subjacente é a mesma para ambos. Em cada caso, estes são grupos que tendem a ser mais sensíveis aos benefícios redistributivos do que outros, o primeiro porque eles se preocupam menos com a ideologia em relação aos benefícios materiais em comparação com outros grupos de eleitores, e o segundo porque dado seu nível de renda são mais fáceis para atrair (LINDBECK; WEIBULL, 1987, DIXIT; LONDREGAN, 1996, GOLDEN; PICCI, 2007).

¹⁵ O *free-rider* pode ser considerado como potencial beneficiário de uma ação de um grupo de interesse, mas que não vê necessidade de incorrer em custos, pois que acredita que os mesmos serão incorridos pelos demais integrantes do grupo de interesse que possuem maior interesse do que ele.

¹⁶ Segundo Lowi (1972) existem quatro tipos de políticas: as distributivas, as regulatórias, as constitutivas e as redistributivas. As políticas redistributivas na visão do autor causam coerção imediata e, por conseguinte, geram maiores conflitos, pois afetam grupos de interesses distintos. Além disso, para uma política redistributiva ser aprovada faz-se necessário o uso do *logrolling*.

2.3.5 O *rent-seeking* e o *lobbying*

Devido à organização dos grupos de interesses decorrem dois fenômenos nas escolhas públicas: as atividades de *rent-seeking* e o *lobbying*. Os grupos de interesses e os *lobbies* (sindicatos, confederações patronais, associações de consumidores, contribuintes etc.) tendem a defender posições adquiridas ou a procurar reforçar a situação dos seus representados. As decisões públicas, designadamente envolvendo opções eleitorais, tendem a não seguir os critérios de eficiência e a não considerar os custos e benefícios públicos para a sociedade (MARTINS, 2005). Pereira (1997) considera Gordon Tullock (1967) e Anne Krueger (1974) os pioneiros no estudo do tema.

O *rent-seeking*, denominado por Tullock como “busca por privilégios especiais”, é uma das formas como os grupos de interesse conseguem transitar pelo aparelho estatal (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2005). O objetivo do *rent-seeking* é transferir a renda econômica¹⁷, e não gerá-la. O resultado de ações caçadoras de renda generalizadas dentro da sociedade é uma alocação ineficiente de recursos econômicos escassos em atividades tipicamente improdutivas (SILVA, 2005).

Diferentemente dos mercados bem organizados que se encarregam, através da livre entrada, de promover a dissipação competitiva destas rendas econômicas (BUCHANAN, 1980); no setor público as restrições governamentais levam ao surgimento de rendas pelas quais as pessoas competem, legalmente ou ilegalmente (KRUEGER, 1974).

Krueger (1974) diferencia as rendas econômicas reais (naturais), que surgem no mercado, das artificiais, decorrentes das restrições governamentais, porque as primeiras têm implicações produtivas, mas as segundas não.

Buchanan (1980) procura separar os dois casos, denominando de "*profit-seeking*", o comportamento de pessoas que procuram maximizar seus retornos através de suas capacidades e oportunidades, e que é socialmente benéfico, em oposição ao comportamento "*rent-seeking*", que ocorre em um conjunto de instituições em que os esforços individuais para maximizar valor geram perda social em vez de excedente social.

Tollison (1982) considera que as rendas econômicas são um fenômeno de curto prazo. No entanto, um empresário poderia encontrar uma maneira de convencer o governo de que ele

¹⁷ Buchanan define renda econômica como um excedente social que ocorre se o dono de um recurso recebe pelo seu uso mais do que o seu custo de oportunidade. Uma forma de criação de renda é através de atividades empreendedoras. Um empresário descobre um novo produto (ou uma maneira mais eficiente de produzir um produto existente), recebe por essa atividade retornos mais elevados do que teria recebido em qualquer uso alternativo dos seus recursos (BUCHANAN, 1980).

merece a concessão de um direito de monopólio e de que o governo garantirá tal direito não permitindo a entrada de potenciais concorrentes. Neste exemplo estaria caracterizado um exemplo de *rent-seeking*.

Na estrutura da democracia representativa existem formas para intermediar o contato entre os empresários e os políticos com o intuito de garantir um *rent-seeking*. Uma das formas mais usuais é o *lobbying*.

Coen (2007) apud Kollman (2010) define um lobista como sendo uma organização ou indivíduo que busca influência política, mas não busca ser eleito. Lehmann (2003) apud Kollman (2010) por sua vez estabelece quatro categorias de lobistas que diferem quanto ao serviço ofertado:

- função de serviço: provisão específica ou exclusiva de serviços para seus membros;
- função de *lobbying*: direcionado para influenciar processos de decisão externos;
- função de processo-decisório: direcionado para influenciar processos de decisão internos;
- função de implementação: participação na implementação da política.

Devido à importância da organização segundo grupos de pressão surge a necessidade de obter conhecimento especializado para alcançar as decisões que maximizam os benefícios dos grupos (KOLLMAN, 2010). O *lobbying* seria esta atividade que permitiria aos grupos de interesse estabelecer contato com os políticos para aprovarem decisões que lhes beneficiassem.

Dessa forma, o *lobbying* é uma atividade essencialmente de *rent-seeking*. No exemplo em que o empresário precisaria encontrar uma maneira de convencer o governo de que ele merece a concessão de um direito de monopólio, a atividade de *lobbying* propicia o contato com os políticos capazes de decidir em seu favor.

Na Europa, existiam em 2010 mais de 2.700 organizações e indivíduos cadastrados como lobistas no Parlamento Europeu. Para as 15 mil comissões e oficiais do parlamento europeu existem 20 mil lobistas, confirmando que as atividades de lobby são consideradas influentes no meio político (KOLLMAN, 2010). Assim observa-se que na Europa esta é uma atividade de ampla execução.

Para autores como Baumol (1990) o *lobbying* consiste numa atividade improdutiva. Baumol (1990) argumenta ainda que a alocação de talentos em atividades como *lobbying* gera um custo de oportunidade, uma vez que estes talentos poderiam ser utilizados em atividades inovadoras, produtivas e gerenciais.

No longo prazo, o custo associado às atividades caçadoras de renda refletir-se-ia na redução da taxa de crescimento da economia. Baumol (1993) argumenta que a alocação de talentos (recursos humanos) em atividades como *rent-seeking* (inclusa aí o *lobbying*), crime e corrupção geram um custo em termos de crescimento e desempenho para a sociedade, já que esses talentos poderiam estar sendo usados em atividades inovadoras, empresariais e produtivas que criam desenvolvimento econômico devido ao fato de aumentarem o produto social e de gerarem novas tecnologias e novos bens e serviços (SILVA, 2005).

Seguindo este ponto de vista de Baumol, o desempenho econômico do Estado não dependeria tanto da oferta de talentos, mas sim da alocação relativa entre atividades produtivas e improdutivas (pode-se enfatizar que a corrupção é uma atividade improdutiva por excelência) (SILVA, 1999). Assim, é fundamental notar que a alocação de talentos e recursos econômicos dependerá da estrutura de incentivos dentro da sociedade e dentro das organizações (SILVA, 2005).

Porém, o que determina a distribuição de talentos entre o *profit-seeking* e o *rent-seeking*? Na visão de Silva (2005) as regras do jogo econômico e da administração pública determinam a estrutura de incentivos e as escolhas individuais.

2.3.6 Análise positivista da teoria da escolha pública no jogo político brasileiro

Serão apresentados nesta seção elementos da teoria positivista da escolha pública no cenário brasileiro.

Inicialmente serão apresentadas práticas correntes e amparadas constitucionalmente, que se distinguem das práticas internacionais americanas e que tornam mais complexo o processo de escolha pública federal no Brasil. Em seguida, serão apresentados dois estudos de caso que permitirão identificar diversos atores em dois processos distintos da política federal: definição do salário mínimo e política fiscal. Por fim, serão apresentados alguns casos baseados em notícias da mídia que configuram práticas da escolha pública no jogo político em nível federal.

Monteiro (2011) afirma que nos anos de 1990, com a execução da política de estabilização econômica (Plano Real), o sistema da separação de poderes foi sendo continuamente desabilitado, sem que para tanto se tivesse revogado a cláusula constitucional da imutabilidade desse sistema estabelecida nas cláusulas pétreas dispostas no art. 60.

Ressalta-se que, conforme visto na seção 2.1 o sistema de *check and balances* inicialmente instituído na Constituição Americana tinha como objetivo, sob a ótica da teoria da escolha pública, instituir a independência dos Poderes. Assim, a fragilização do sistema de *check and balances* citada por Monteiro (2011) prejudica, na verdade, o processo de independência das escolhas públicas.

Na visão de Monteiro (2011) existem dois fatores que são perversos ao sistema de separação de poderes: As medidas provisórias (MP); e o trânsito de representantes eleitos entre departamentos de governo, mais especificamente o de deputados e senadores que deixam suas posições no Congresso para assumirem postos na alta gerência do Executivo Federal, sem que, em razão disso, percam seu mandato eletivo.

No caso do uso de MP, o fato de não haver confrontos abertos entre as duas instâncias decisórias se explica pelo mútuo interesse de oposição e situação em terem à sua disposição uma peculiar estratégia legislativa: a de poder contrariar os interesses da outra parte, seja pela paralisação dos trabalhos legislativos, seja por poder obstaculizar o andamento de projetos de lei de interesse do governo (MONTEIRO, 2011).

Já no caso do intercâmbio de papéis entre Executivo e Congresso, a deturpação é mais grave, uma vez que corrompe internamente as virtudes com que poderia operar o sistema da separação de poderes, reduzindo a qualidade e a representatividade das escolhas públicas diante das preferências expressas por via eleitoral (MONTEIRO, 2011).

Diferentemente do caso norte-americano, em que há regra constitucional que veda expressamente esse tipo de intercâmbio, no Brasil essa flexibilidade apresenta traços surpreendentes:

- Não há limite preestabelecido para a quantidade de detentores de mandato eletivo que possam fazer esse trânsito;
- A aceitação de posto no Executivo pode ocorrer sem que o representante eleito sequer chegue a exercer efetivamente seu mandato no Congresso;
- A permanência do político no posto burocrático pode ser interrompida a qualquer momento, sempre que a estratégia de votação legislativa indique ser o titular do posto mais confiável, do ponto de vista de alinhar-se às preferências do Governo, do que sua suplência na Câmara ou no Senado (MONTEIRO, 2011).

A capacidade do Poder Executivo inserir nos principais postos na alta gerência pública deputados e senadores, independentemente de seu tempo de mandato, gera distorções na democracia representativa como:

-A criação de uma moeda de troca pode redefinir o apoio partidário com que o governo contará no Congresso, à margem do que efetivamente tenha resultado da via eleitoral;

-O condicionamento da autonomia decisória do Congresso;

-O contorno da independência de poderes além do que as regras constitucionais vigentes formalmente reconhecem (MONTEIRO, 2011).

Nessa atual conjuntura política, um representante eleito pode participar do jogo de políticas públicas simultaneamente como membro do Congresso, ainda que licenciado transitoriamente, e burocrata em atuação no processo decisório do Executivo. Confundem-se, portanto, os papéis de burocrata e político. Por via indireta, o Congresso tende a se tornar mais tolerante diante das preferências de políticas públicas reveladas pelo Executivo e, muito especialmente, mais receptivo à instrumentação dessas políticas por meio da emissão de medidas provisórias – uma peculiaridade do presidencialismo brasileiro (MONTEIRO, 2011).

Além disso, com a possibilidade de remanejar recém-eleitos por seus suplentes (ou na fila de espera), são trazidos para a nova legislatura políticos de maior expressão na organização partidária, mas que não haviam obtido o número de votos suficiente para integrarem, em primeira opção, a Câmara ou Senado (MONTEIRO, 2011). Configura-se assim uma forma legal de violação das preferências dos eleitores uma vez que o eleitorado não é consultado quando dessa migração, e pode ter assim frustrada sua estratégia de voto (MONTEIRO, 2011).

Uma terceira prática não citada por Monteiro, mas presente na interação Executivo-Legislativo é a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). As CPIs são umas das principais formas que a base oposicionista possui para atingir o governo, pois trazem em regra uma exposição negativa ao Poder Executivo Federal a partir de um fato delimitado¹⁸. Dessa forma, o Poder Executivo usa de toda sua capacidade de barganha e persuasão a fim de impedir a abertura de CPIs.

Em recente episódio em que se buscou a abertura de CPI tendo como objeto o fato de o Ministro Chefe da Casa Civil ter multiplicado 20 vezes seu patrimônio nos últimos quatro anos de governo 2007-2010 (BRESCIANI, 2011, Empresa ..., 2011), a oposição somada conseguiu apenas 19 assinaturas de senadores e 100 de deputados federais, quando precisaria de um mínimo de 27 assinaturas de senadores e 171 deputados federais. Isso mostra que o Poder Executivo Federal possui uma ampla base governista; no entanto, esta ampla base cobra

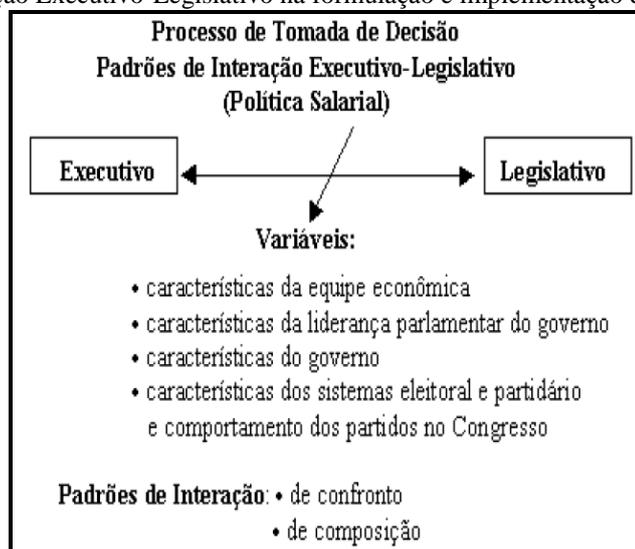
¹⁸ Em regra denúncias de fraudes e corrupção envolvendo dirigentes do Poder Executivo.

um preço por isso, como, por exemplo, cargos nos altos escalões de governo (PMDB ... , 2011). O desfecho do episódio foi o pedido de demissão do referido Ministro e a não abertura da CPI.

Para melhor compreensão da relação entre os diversos atores neste jogo político federal serão apresentados dois casos sobre o processo decisório no Brasil pós-Constituinte: a política salarial no governo Collor e as políticas tributária e fiscal nos governos Collor e Itamar.

O estudo da política salarial, exposto na Figura 5, permite identificar dois padrões básicos de interação do Executivo com o Legislativo: um de composição, em que as lideranças políticas governistas e de oposição chegam a um entendimento sobre os pontos em conflito; outro de confronto, com a radicalização do processo de negociação mediante estratégias de obstrução das matérias em votação. A negociação entre os dois Poderes gira basicamente em torno do valor do salário mínimo, das faixas salariais a serem indexadas, da periodicidade dos reajustes e dos mecanismos automáticos de correção salarial (SANTOS, 1997).

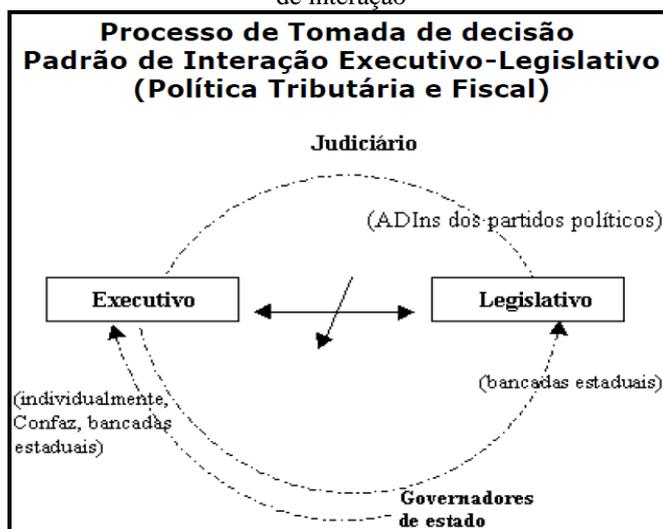
Figura 5: Relação Executivo-Legislativo na formulação e implementação da política salarial



Fonte: Adaptado de Santos (1997)

A análise do processo de decisão das políticas fiscal e tributária mostrou complexidade bem maior: tanto pelo número de atores estratégicos como pela interação destes com os Poderes constituídos (destacando-se neste processo o Judiciário) e a marcante atuação dos governadores. Identificam-se dois padrões de interação, ambos expostos na Figura 6: O primeiro envolve mais estritamente o Executivo e o Legislativo; e o segundo envolvendo os governadores (SANTOS, 1997).

Figura 6: Relação Executivo-Legislativo na formulação e implementação da política tributária e fiscal - padrão de interação



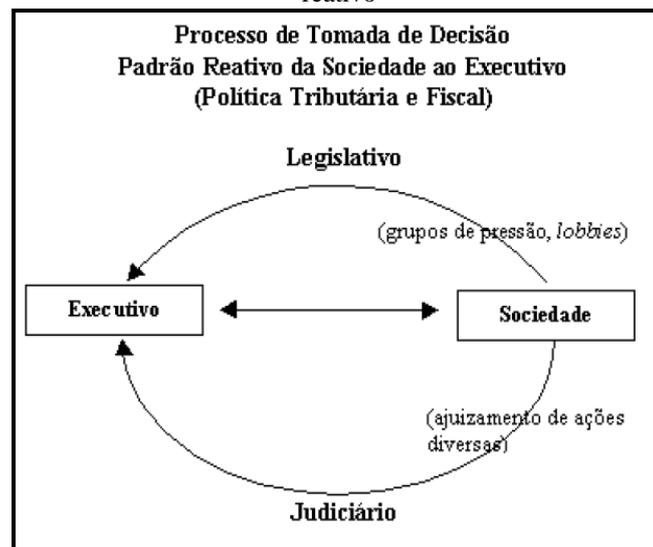
No padrão de interação Executivo-Legislativo ocorre a interferência do Judiciário que se dá via Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIns) ajuizadas por partidos de oposição contra medidas do Executivo. Com relação aos governadores, sua interferência se dá em via de mão dupla: numa direção atendem às solicitações do governo, acionando suas bancadas no Congresso; na outra, pressionam diretamente o Executivo, em função de interesses regionais, individualmente ou através do Conselho de Política Fazendária - Confaz, ou mesmo mediante a mobilização das suas bancadas no Congresso Nacional (SANTOS, 1997).

No caso dos governadores as moedas de troca essenciais são os termos da rolagem da dívida dos estados. Trata-se basicamente de padrões de confronto entre os dois Poderes sem que ocorra completa paralisa decisória. Assim, negociam-se pontos de menor conflito, adiando-se sistematicamente a decisão sobre os mais polêmicos. Dessa forma, a cada final de ano são aprovadas, após árduas negociações, medidas emergenciais que garantam o orçamento do ano seguinte e o cumprimento de compromissos internos e externos do governo, frustrando-se regularmente as tentativas do Executivo de promover reforma tributária e fiscal de cunho estrutural (SANTOS, 1997).

O segundo padrão de interação dos atores envolvidos na formulação da política fiscal e tributária, exposto na Figura 7, tem caráter reativo, referindo-se às ações de grupos interesse (empresários, banqueiros, segmentos organizados dos aposentados, trabalhadores, entidades sindicais e associações de interesses desses grupos) contra as medidas do Executivo, diretamente ou via Legislativo, ou ainda através do Judiciário. Este último acaba por servir de recurso de poder dos atores sociais insatisfeitos, mediante o ajuizamento de ações diversas

contra o governo. O número dessas ações é de tal ordem que ministros de Estado se dirigem às instâncias regionais e superiores do Judiciário solicitando moderação na concessão de liminares, já que a avalanche dessas concessões às empresas e indivíduos estaria inviabilizando a política econômica do governo (SANTOS, 1997).

Figura 7: Relação Executivo-Legislativo na formulação e implementação da política tributária e fiscal - padrão reativo



Fonte: Adaptado de Santos (1997)

Apesar do trabalho de Santos tratar das relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo nos governos Collor e Itamar, ele continua atual pelo menos no que se refere às Figuras 6 e 7.

Embora Santos (1997) tenha concluído que o Legislativo não desempenhou um papel complementar conforme sugerido em estudos anteriores de Figueiredo e Limongi (1995a; 1995b), em 2011 o Executivo obteve a condição de estabelecer por decreto até 2015 o salário mínimo relegando ao Legislativo neste processo (definição da política salarial) de interação um papel complementar conforme já pressupunham Figueiredo e Limongi (1995a; 1995b) em suas hipóteses. Quanto à política fiscal e tributária entende-se que o papel do Legislativo continua complementar, no entanto, tal reforma deixou de prosperar não devido ao papel do Legislativo, mas devido ao grande número de atores envolvidos (governadores, grupos de pressão) que temem ter interesses contrariados e dificultam tal reforma.

Por fim, contextualizando as manifestações de escolha pública explanadas na Seção 2.3 com a prática corrente federal, o Quadro 9 mostra alguns eventos noticiados pela mídia que configuram a materialização das mesmas.

Quadro 9: Manifestações da escolha pública no cenário Brasileiro

Ano	Descrição do fenômeno-objeto	Manifestação da escolha pública relacionada ao fenômeno-objeto
2011 ^a	Transferência para o Executivo até 2015 a competência de fixar por decreto os novos níveis anuais do salário mínimo (APÓS ..., 2011).	Fragilização do sistema de separação de poderes
2011 ^b	Oferta de cargos pelo Poder Executivo em troca de apoio pela aprovação do salário mínimo por 545 pelo CN (CEOLIN; SADI, 2011)	<i>Rent-seeking</i> e fragilização do sistema de separação de poderes
2011 ^c	Superfaturamento de contratos entre a VALEC e empreiteiras (SASSINE, 2011)	Grupos de interesses (empreiteiras), <i>rent-seeking</i> e <i>lobbying</i>
2011 ^d	Corte maior nas emendas dos parlamentares de oposição (KLEBER, PARIZ, 2011)	Fragilização do sistema de separação de poderes
2011 ^e	Prorrogação por mais três meses o prazo para pagamentos de emendas parlamentares aprovadas em 2009, referentes a obras já iniciadas (DILMA ..., 2011).	Grupos de interesses (prefeituras)
2011 ^f	Aprovação do regime de contratação diferenciada para COPA 2014 (SELIGMAN, 2011).	Grupos de interesses (empreiteiras)
2011 ^g	Proposta do fim das emendas individuais (MINISTRO... , 2011).	<i>Logrolling</i>
2011 ^h	Cobrança de cargos pelos partidos após a aprovação do salário mínimo pretendido pelo Poder Executivo (CEOLIN, 2011a).	<i>Rent-seeking</i> e fragilização do sistema de separação de poderes
2011 ⁱ	Terceirização das atividades de fiscalização no DNIT (JERÔNIMO, 2011).	Grupos de interesses (empreiteiras), <i>rent-seeking</i>
2011 ^j	Pagamento irregular na CONAB (QÜIPROQUÓ..., 2011).	<i>Rent-seeking</i> , <i>lobbying</i>
2011 ^k	Projeto de resolução (PRS 2/11), retirando a exigência de apenas uma obra beneficiada pela emenda (MESA..., 2011).	<i>Logrolling</i> , Grupos de interesses (estados e prefeituras)
2011 ^l	Governo luta contra aprovação de PEC que unifica os salários das polícias (LUIZ, 2011).	<i>Logrolling</i> , Grupos de interesses (policiais)
2011 ^m	Juízes negociam aumento de benefícios (JUÍZES..., 2011)	<i>Lobbying</i> , Grupos de interesses (juízes)
2011 ⁿ	Troca da cúpula do DNIT após denúncias (AZEDO; LYRA, 2011)	Grupos de interesses (empreiteiras), <i>rent-seeking</i>
2011 ^o	Resistência do Senado em acabar com supersalários (SENADO..., 2011)	<i>Lobbying</i> , Grupos de interesses (servidores do Senado Federal)
2011 ^p	Nomeação de membros do Congresso para Ministérios (CEOLIN, 2011b)	Fragilização do sistema de separação de poderes, <i>Rent-seeking</i>
2011 ^q	Partido da bancada governista exige 50 cargos para prosseguir na defesa de Ministro da Casa Civil (PMDB ..., 2011)	Fragilização do sistema de separação de poderes, apoio em troca da não abertura de CPI
2011 ^{r, s}	Patrimônio do Ministro da Casa Civil aumenta vinte vezes em 4 anos de governo (BRESCIANI, 2011, EMPRESA ..., 2011).	<i>Lobbying</i> , <i>rent-seeking</i> , fragilização do sistema de separação de poderes

Fonte: Elaboração própria

Ressalta-se que o Quadro 9 é meramente ilustrativo, mas se refere a curto espaço de tempo na esfera federal brasileira.

Antes de adentrar no estudo da escolha pública no processo orçamentário federal, faz-se necessário apresentar na Seção 2.4 conceitos relacionados ao orçamento-programa (atual modelo de planejamento utilizado na administração pública federal) e na Seção 2.5 a sistemática do processo orçamentário federal.

2.4 Orçamento-programa e os indicadores de eficácia, eficiência e efetividade: origens e tendências

O orçamento-programa consiste num sistema em que se presta particular atenção às coisas que um governo realiza mais do que às coisas que adquire (MARTNER, 1972). As coisas que um governo adquire, tais como serviços pessoais, equipamentos, meios de transporte etc., não são, naturalmente, senão meios que emprega para o cumprimento de suas funções. As coisas que um governo realiza em cumprimento de suas funções podem ser estradas, escolas, terras distribuídas, casos tramitados e resolvidos, permissões expedidas, estudos elaborados ou qualquer das inúmeras coisas que podem ser apontadas. O que não fica claro nos sistemas orçamentários é esta relação entre coisas que o governo adquire e coisas que realiza (MARTNER, 1972).

No Brasil o orçamento-programa foi instituído pelo Decreto 200 (1967), sendo este considerado seu o marco legal; apesar de a lei 4.320/64 ter dado um suporte inicial a esta mudança (BRASIL, 2011c).

O orçamento-programa que se tornou de uso obrigatório para todos os entes públicos desde 1974 é materializado atualmente na classificação programática da despesa orçamentária composta por três subdivisões: Programas, Ações e Subtítulos (GIACOMONI, 2010; BRASIL, 2010b).

O Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de Ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade (BRASIL, 2010b). Os Programas são classificados atualmente em dois tipos: os finalísticos, e os de apoio às políticas públicas e áreas especiais (BRASIL, 2010b).

A lei 11.653 (2008) considera Programa Finalístico o programa que oferta bens e serviços diretamente à sociedade e produz resultados passíveis de aferição por indicadores; enquanto os Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais são os voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo.

Dessa forma, a principal característica que diferencia os Programas Finalísticos dos Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais é que os primeiros oferecem um produto diretamente para a sociedade e seus resultados são passíveis de aferição por indicadores; enquanto os demais programas não (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2010b).

Aplicando o modelo principal-agente, visto na Seção 2.2, nos tipos de programas observa-se que os Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais possuem uma relação direta envolvendo os burocratas e os políticos, pois não se propõem a ofertar um produto para a sociedade.

Por outro lado, os programas finalísticos possuem uma relação direta envolvendo os eleitores e os políticos, e outra relação envolvendo os burocratas e os políticos, pois são ofertados bens ou serviços à sociedade por meio do aparelho estatal.

Dessa forma, o risco de agência na relação eleitores-políticos nos programas finalísticos tende a ser superior aos programas de apoio as políticas públicas e áreas especiais. No entanto, devido à obrigatoriedade dos programas finalísticos terem seus resultados aferidos por indicadores¹⁹, proporciona-se ao principal (o eleitor) a oportunidade e a possibilidade de monitoramento das ações dos agentes, e diminui-se o risco de agência desses programas.

As Ações, que podem ser consideradas subdivisões dos Programas, são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um Programa (BRASIL, 2010b).

Incluem-se também no conceito de Ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e os financiamentos (BRASIL, 2010b). Elas são classificadas em: projetos, atividades e operações especiais (BRASIL, 2010b).

Nos parágrafos anteriores foram apresentados os elementos estruturantes do orçamento programa no Brasil: os programas e as ações. No entanto, cabe apresentar as principais características do orçamento-programa que os diferenciam de seus antecessores.

O Quadro 10 destaca os principais avanços do orçamento-programa em relação ao orçamento tradicional.

Quadro 10: Orçamento tradicional e orçamento-programa e respectivas características

Orçamento tradicional	Orçamento-programa
Processo orçamento dissociado dos processos de planejamento e programação	Orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização
Alocação visa aquisição de meios	Alocação visa à consecução de objetivos e metas
As decisões orçamentárias são consideradas as necessidades das unidades organizacionais	As decisões orçamentárias são tomadas com base nas avaliações e análises técnicas de alternativas possíveis
Na elaboração do orçamento são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais	Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício

¹⁹ Um indicador deve ser de fácil comunicação e entendimento pelo público em geral, interno ou externo (que representa o principal no modelo principal-agente). As demais propriedades serão apresentadas na Seção 2.7.2.

A estrutura do orçamento dá ênfase nos aspectos contábeis da gestão	A estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento
Principais critérios classificatórios: unidades administrativas e elementos	Principal critério de classificação: funcional-programático
Inexistem sistemas de acompanhamento e medição dos trabalhos e dos resultados	Utilização sistemática de indicadores e padrões de medição dos trabalhos e resultados
O controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento	O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais

Fonte: Giacomoni (2010)

A despeito da estrutura e dos conceitos do orçamento-programa, dentre as principais características que o diferenciam do orçamento tradicional, destacam-se para este estudo: o controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das Ações governamentais; e as decisões orçamentárias são tomadas com base nas avaliações e análises técnicas de alternativas possíveis.

Quanto à primeira característica, Irisity (1973-1974) apud Giacomoni (2010) considera que existem três tipos de alcance da avaliação: análise, no plano global, dos impactos do gasto público na economia como um todo, bem como de seus efeitos em certos ramos econômicos e nas mudanças sociais; estudo dos resultados concretos obtidos pelos planos, programas e projetos a cargo das distintas unidades governamentais; e avaliação da eficiência, através da utilização de índices como produtividade/custo e produtividade/mão-de-obra, assim como análises de verificação de resultados, de aplicação de insumos e de qualidade.

Quanto à diferença entre eficiência, eficácia e efetividade, previstas na essência do orçamento-programa, a Instrução Normativa nº 1 da Secretaria Federal de Controle considera a eficácia e a eficiência como indicadores de desempenho, sendo silente, porém, quanto à efetividade. Conforme a referida Instrução Normativa, a eficácia seria o grau de alcance das metas fixadas para um determinado objeto de uma ação em relação ao previsto, em um determinado período; enquanto que a eficiência seria a medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta, frente a padrões estabelecidos.

Reis (1992) considera que a eficiência está relacionada ao custo, à forma pela qual os meios são geridos. É a otimização dos recursos disponíveis, através da utilização de métodos, técnicas e normas, visando o menor esforço e o menor custo na execução das tarefas. A eficiência é, pois, um critério de desempenho. A eficácia diz respeito ao alcance dos objetivos e metas. Se uma organização tem claramente definido seus objetivos e estes são atingidos, a organização é eficaz. A efetividade refere-se à preocupação da organização com seu

relacionamento externo, sua sobrevivência e atendimento das necessidades sociais, pressupondo ainda certo grau de eficiência e eficácia.

Com a missão de controlar e avaliar quanto à eficiência, eficácia e eficiência dos gastos públicos o poder público conta com os órgãos de controle externo (Poder Legislativo e Tribunais de Contas) e de controle interno de cada poder (CGU no caso Poder Executivo federal).

Especificamente quanto às finalidades do sistema de controle interno previstas na CF/1988 destacam-se: avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual²⁰, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; e comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Além da eficácia e eficiência, há uma busca atual pela efetividade dos Programas e Ações de governo. Ressalta-se que a gestão do plano plurianual, um dos instrumentos de planejamento estabelecidos pela Constituição Federal, observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade (BRASIL, 2008a).

A segunda característica importante para este estudo, as decisões orçamentárias são tomadas com base nas avaliações e análises técnicas de alternativas possíveis, está atrelada à primeira, uma vez que estas avaliações e análise técnicas devem, ou pelo menos deveriam, considerar os resultados dos indicadores de desempenho.

A fim de mostrar a importância dessas duas características, a Tabela 1 sintetiza o resultado de estudo realizado por Jordan e Hackbart (1999).

Observa-se na Tabela 1 que 91,3% dos Estados respondentes afirmam utilizar os indicadores de desempenho nos orçamentos e que 63,4% dos Estados respondentes afirmam utilizar os resultados dos indicadores de desempenho na alocação de recursos dos orçamentos seguintes.

Tabela 1: Orçamento desempenho nos estados federados americanos

	Resposta	Número de estados ^a	Porcentagem de respondentes
O estado usa de alguma forma o orçamento desempenho?	Sim	34	73,9
	Não	12	26,1
Os indicadores de desempenho são identificados?	Sim	42	91,3
	Não	4	8,7
Quem é responsável pela elaboração dos indicadores de desempenho? ^b	Agência ou plano estratégico	21	45,6
	Documento orçamentário executivo	32	69,6
	Em outro lugar	9	19,6

²⁰ Na Seção 2.5 serão apresentados os instrumentos de planejamento.

Quem possui a atribuição de identificar os indicadores de desempenho? ^b	A agência	35	76,1
	O escritório executivo de orçamento	16	34,8
	O escritório legislativo de orçamento	8	17,4
Os resultados dos padrões de desempenho afetam as decisões e recomendações orçamentárias no orçamento executivo do governo?	Sim	29	64,4
	Não	16	35,6
Os indicadores de desempenho constituem-se em importante ferramenta para decisão de alocação de recursos no orçamento do meu Estado?	Concorda fortemente	3	7,3
	Concorda	23	56,1
	Discorda	13	31,7
	Discorda fortemente	2	4,9

Fonte: Adaptado de Martin School of Public Policy and Administration Survey (1997) apud Jordan e Hackbart (1999).

Legenda: a) 46 estados federados respondentes; b) Resposta multivalorada.

A despeito da sua contribuição, o orçamento-programa possui algumas limitações: necessidade que os novos conceitos sejam de conhecimento de todos; dificuldade em se identificar os produtos finais; certas atividades do estado são intangíveis, seus resultados não se prestam a medições (GIACOMONI, 2010). As duas últimas limitações dificultam a formulação de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

Quanto às últimas tendências em matéria de orçamento e avaliação de resultados, os estudos apontam que existe uma linha consistente e comum de preocupação em melhorar desempenho do governo, bem como de se injetar mais "racionalidade" (medição e avaliação) nas decisões de orçamento (WILLOUBY; BENSON, 2011).

Nos EUA podem se identificar dois marcos: o GPRA²¹ (*Government Performance and Results Act*) implantado na administração Clinton e o PART (*Program Assessment Rating Tool*) implantado na administração Bush.

Quando de sua publicação em 1993, o GRPA estabeleceu alguns objetivos: desenvolver planos estratégicos com declarações de missão e orientados para resultados objetivos; preparar planos anuais de desempenho de como perseguir metas; elaborar relatórios que avaliassem as lacunas no cumprimento das metas de desempenho (WILLOUBY; BENSON, 2011). Ainda no período de vigência do GPRA houve tentativas, em 1999, de que as agências governamentais correlacionassem suas medidas de desempenho com suas requisições de orçamentos (WILLOUBY; BENSON, 2011).

Kettl (1998) apud Willouby e Benson (2011) explica que apesar de alguns sucessos como o "esforço sustentado" para promover o planejamento estratégico e a análise de

²¹ Conforme consta na Seção 2.7.1, o Brasil já utiliza ferramentas que se preocupam em medir os resultados e não apenas os produtos, porém neste estudo questiona-se o quanto estas ferramentas interferem nas alocações orçamentárias subsequentes.

desempenho; uma orientação para atendimento ao cliente; a alegação da NPR²² que houve economias reais em torno de US \$ 112 bilhões entre 1993 e 1999; o GRPA não resultou em uma ligação direta entre o desempenho evidenciado na avaliação de programas e processo de orçamentação (WILLOUBY; BENSON, 2011).

O *Program Assessment Rating Tool* (PART), implementado entre 2001 e 2002 nos EUA, é um questionário utilizado para avaliar o propósito, o desenho, o planejamento, a gestão, os resultados e a prestação de contas dos programas federais. O objetivo final é determinar se um programa é eficaz e fornecer recomendações para melhorar os resultados do programa.

No PART cada questionário tem perguntas padrão e perguntas personalizadas, dependendo da categoria do programa²³. O questionário consiste de 25-30 perguntas de diagnóstico que são divididos em quatro áreas: finalidade e objetivos (peso de 20%); planejamento estratégico (peso de 10%); gestão (peso de 20%); resultados (peso de 50%).

Para cada área serão respondidas perguntas que resultaram em quatro pontuações numéricas de 0 a 100, uma por área. Tal medida permite que se tenha uma maior atenção das áreas com maior necessidade melhoria. As faixas de avaliações e os resultados associados são os seguintes: efetivo (de 85 a 100); moderadamente efetivo (70 a 84); adequado (50 a 69) e ineficiente (de 0 a 49).

Gilmour (2007) encontrou evidências de que as avaliações do PART tiveram um impacto sobre as decisões de alocação de recursos pelo Executivo. Entretanto, Moynihan (2005) alega que os números reportados pela OMB e GAO não mostram essa tendência.

Gilmour e Lewis (2006a) buscaram verificar se havia relação entre os indicadores do PART e as decisões orçamentais nos anos fiscais 2004 e 2005, e obtiveram evidências que as avaliações do PART foram importantes para o presidente, mas foi apenas um dos muitos fatores no processo de tomada de decisão; que os programas menores, com menos defensores políticos sofreram mais cortes a partir da aplicação do PART; e que os escores do PART para a finalidade do programa e projeto se relacionaram com mudanças no orçamento fiscal em ambos os anos.

Gilmour e Lewis (2006a) também constataram que os resultados do programa (que possuem ponderação de 50%) foram significativos no exercício financeiro de 2004, mas não no exercício de 2005.

²² *National Public Radio* é uma empresa privada e sem fins lucrativos com membros da organização de mídia que serve como um sindicato nacional para mais de 800 estações de rádio públicas nos Estados Unidos.

²³ *Direct Federal, Competitive Grant, Block/Formula Grant, Regulatory, Capital Assets and Service Acquisition, Credit, and Research and Development.*

Dessa forma, observa-se que existe a tendência americana de tornar o processo de alocação de recursos no orçamento mais objetivo e reacional, sendo o mecanismo de medição de desempenho dos programas uma das formas de viabilizar tal tendência.

2.5 O Ciclo orçamentário federal após a CF/1988: do PPA à LOA

A CF de 1988 estabeleceu os seguintes instrumentos legais de planejamento orçamentário: a Lei do PPA, a LDO e LOA. Nas seções seguintes serão apresentados conceitos inerentes a cada um deles, e como os três instrumentos de planejamento se integram. Por fim, no final da seção será apresentado como a sociedade se insere neste processo.

2.5.1 O PPA 2008-2011 e seu modelo de gestão

A lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos Programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

O PPA possui duração de quatro anos e deve ser enviado ao CN pelo chefe do Poder Executivo até 31 de agosto do primeiro ano de mandato, e devolvido para a sanção presidencial até o término na sessão legislativa em 22 de dezembro (BRASIL, 1988). A Figura 8 ilustra a relação entre o mandato presidencial de 2011-2014 e os PPA 2008-2011 e 2012-2015.

Figura 8: Relação entre o Plano Plurianual e o mandato do chefe do Poder Executivo

PPA 2008-2011	PPA 2012-2015			
2011	2012	2013	2014	2015
Mandato Presidencial 2011-2014				Mandato Presidencial 2015-2018

Fonte: Adaptado de Brasil (1988)

Observa-se na Figura 8 que o PPA possui uma duração de quatro anos, que é a mesma duração de um mandato presidencial. No entanto, o período de vigência do PPA não coincide com o período do mandato presidencial. Assim, o chefe do Poder Executivo Federal eleito no período de 2011-2014 terá que utilizar o PPA 2008-2011 no primeiro ano de seu mandato. Este mesmo chefe do Poder Executivo Federal elaborará em 2011 o PPA 2012-2015 que vigorará nos três anos seguintes de seu mandato (2012-2014) e no primeiro ano do próximo

mandato presidencial (2015). Esse aparato constitucional busca que não haja perda da continuidade dos programas quando da mudança do chefe do Poder Executivo.

De acordo com a lei 11.653 (2008) a gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá as etapas de: implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas.

Quanto à coordenação dos processos de monitoramento, de avaliação e de revisão do PPA o decreto 6.601 (2008) estabelece tal atribuição ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Além disso, o MP deve disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão.

O mencionado decreto estabelece que a gestão do plano plurianual compõe-se dos níveis estratégico e tático-operacional. O nível estratégico do PPA compreende os objetivos de governo e os objetivos setoriais, enquanto o nível tático-operacional compreende os programas e ações.

A Figura 9 ilustra a relação entre os dois níveis do PPA e seus objetos de análise enquanto que o Quadro 11 detalha os órgãos e responsáveis que compõem os dois níveis.

Figura 9: Estratégia de desenvolvimento do PPA 2008-2011



Fonte: Brasil (2009)

Quadro 11: Gestão do PPA 2008-2011

Composição do nível estratégico	Composição do tático-operacional
Comitê de Gestão do PPA	Gerentes de Programa
Secretaria-Executiva	Gerentes-Executivos de Programa
Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual - CMA	Coordenadores de Ação
Unidades de Monitoramento e Avaliação - UMA	Coordenadores Executivos de Ação

Fonte: Brasil (2008b)

O Comitê de gestão do PPA é integrado por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (BRASIL, 2008a).

A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual instituída no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é integrada por representantes de órgãos do Poder Executivo (BRASIL, 2008a).

Cada órgão responsável por programa deve possuir uma Unidade de Monitoramento e Avaliação - UMA. As UMA instituídas no âmbito de cada órgão responsável por programa deverão estar subordinadas às respectivas Secretarias-Executivas ou unidades administrativas equivalentes (BRASIL, 2008a).

A gestão de programa do PPA é de responsabilidade do Gerente de Programa, em conjunto com o Gerente-Executivo, e a gestão da ação, do Coordenador de Ação, com apoio do Coordenador-Executivo de Ação (BRASIL, 2008a).

O Quadro 12 resume as principais atribuições dos atores envolvidos no modelo de gestão do PPA 2008-2011 e sua relação com os indicadores.

Quadro 12: Papéis e responsabilidades no modelo de gestão do PPA 2008-2011

Papéis	Responsabilidades
Gerente de Programa	Formular os <u>indicadores</u> de Programa; Gerenciar a implementação do Programa; Apurar os índices dos <u>indicadores</u> ; Monitorar a evolução dos indicadores.
Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA	Apoiar o Secretário–Executivo no monitoramento dos <u>indicadores</u> dos Programas e dos objetivos setoriais do órgão.
Secretário Executivo (ou equivalente)	Monitorar, com o Gerente de Programa, a evolução dos indicadores dos objetivos setoriais, dos Programas e das metas das ações do PPA sob sua responsabilidade.
Ministério do Planejamento (SPI)	Fornecer orientação metodológica e apoiar ações de capacitação, revisão e construção de <u>indicadores</u> . No caso de revisão do PPA, as alterações dos <u>indicadores</u> dos Programas e seus respectivos índices serão realizadas mediante análise e aprovação prévia.
Comitê de Gestão do PPA	Adotar medidas que fortaleçam a gestão para resultados, observando os princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade da ação governamental, com base nos <u>indicadores</u> e metas do PPA. Realizar o monitoramento estratégico do PPA com base na evolução dos <u>indicadores</u> dos objetivos de governo, dos Programas prioritários e das metas de ações.

Fonte: Brasil (2010a)

Observa-se pelos grifos do Quadro 12 a preocupação de formular indicadores de programas, de objetivos setoriais, objetivos de governo. Quanto aos indicadores dos programas estes devem ser formulados pelos gerentes dos programas que desempenham papel fundamental no modelo de gestão do PPA 2008-2011. Tal atribuição legal brasileira vai ao encontro da pesquisa de Jordan e Hackbart (1999) segundo a qual 76,1% dos indicadores de desempenho dos orçamentos dos Estados federados americanos são identificados pelos próprios órgãos.

Por fim, a lei 11653/2008 estabelece que o Poder Executivo deve manter sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo. O atual sistema na administração pública federal que cumpre

este papel é o SIGPLAN. O SIGPLAN constitui o principal instrumento para o processo de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão dos programas do plano plurianual. O processo de gestão e monitoramento dos programas torna-se o elo fundamental entre o gerente, a supervisão e demais agentes envolvidos na execução das ações. É, portanto, um meio de comunicação e integração, fornecendo aos responsáveis pelo gerenciamento e também aos responsáveis pelo monitoramento as informações necessárias para articular, acompanhar e controlar a execução dos programas (LIRA, 2006).

2.5.2 A LDO

O segundo instrumento de planejamento estabelecido pela CF de 1988 é a LDO que compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da lei orçamentária anual; disporá sobre alterações na legislação tributária e sobre a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO deve ser enviada anualmente ao CN pelo chefe do Poder Executivo até 15 de abril de cada ano, e deve ser devolvida pelo CN aprovada até 17 de julho do mesmo ano, sob pena de não haver a interrupção da sessão legislativa para o período de recesso legislativo de 18 de julho a 31 de julho.

A Lei de Responsabilidade Fiscal ²⁴ deu nova roupagem à LDO estabelecendo que a mesma disponha sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º ²⁵ e no inciso II do § 1º do art. 31 ²⁶; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Das novas atribuições que interessam a este estudo destaca-se a preocupação do legislador, mais uma vez, em evidenciar os resultados dos programas orçamentários.

Outra inovação inserida na LDO, trazida pela LRF, foi inserção dos seguintes anexos: Anexo de Metas Fiscais (AMF), Anexo de Riscos Fiscais (ARF) e o anexo específico para a União (BRASIL, 2000).

²⁴ Lei complementar 101 (2000).

²⁵ Insuficiência de arrecadação.

²⁶ Extrapolação da dívida consolidada.

O AMF conterà as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (BRASIL, 2000). Dessa forma, a LDO que em princípio seria um instrumento de vigência bienal (o ano de elaboração da LOA e o ano de execução da LOA) passa a ser, a partir da criação do AMF, um instrumento trienal de planejamento.

Além disso, o AMF conterà: avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional; evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; avaliação da situação financeira e atuarial: do regime geral de previdência social, do regime próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial; demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (BRASIL, 2000).

No ARF serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem (BRASIL, 2000).

Por fim, a mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará um anexo específico contendo os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente (BRASIL, 2000).

2.5.3 A LOA e sua integração com o PPA e a LDO

O terceiro instrumento de planejamento orçamentário estabelecido pela CF de 1988 é a LOA. A LOA basicamente consolida todo o planejamento orçamentário de curto prazo fixando as despesas e estimando as receitas para um exercício financeiro, que coincide com o civil (BRASIL, 1964).

De acordo com a LRF o PLOA será elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, o PLOA conterà demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do

Anexo de Metas Fiscais da LDO; será acompanhado do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia; bem como das medidas de compensação às renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado; conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida foram estabelecidos na LDO.

A reserva de contingência possui duas finalidades: atender a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (BRASIL, 2000); servir como fonte de abertura de créditos adicionais (BRASIL, 1967).

Os créditos adicionais são instrumentos retificadores do orçamento e ocorrem na etapa de execução orçamentária e financeira da LOA. O Quadro 13 mostra os tipos de créditos adicionais e suas principais características.

Quadro 13: Tipos de Créditos Adicionais

Tipos de Crédito	Suplementar	Especial	Extraordinário
Finalidade	Reforço de Dotação	Nova dotação específica	Despesas urgentes e imprevistas
Recursos	Requer a indicação de recursos disponíveis para a abertura		Pode dispensar a indicação de recursos na abertura

Fonte: Elaboração própria

Os créditos extraordinários da esfera federal podem ser abertos por Medida Provisória, enquanto os demais devem ser abertos por lei ordinária²⁷. Além da reserva de contingência, as demais fontes de abertura dos créditos adicionais são²⁸: o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; os provenientes de excesso de arrecadação; os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; e o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

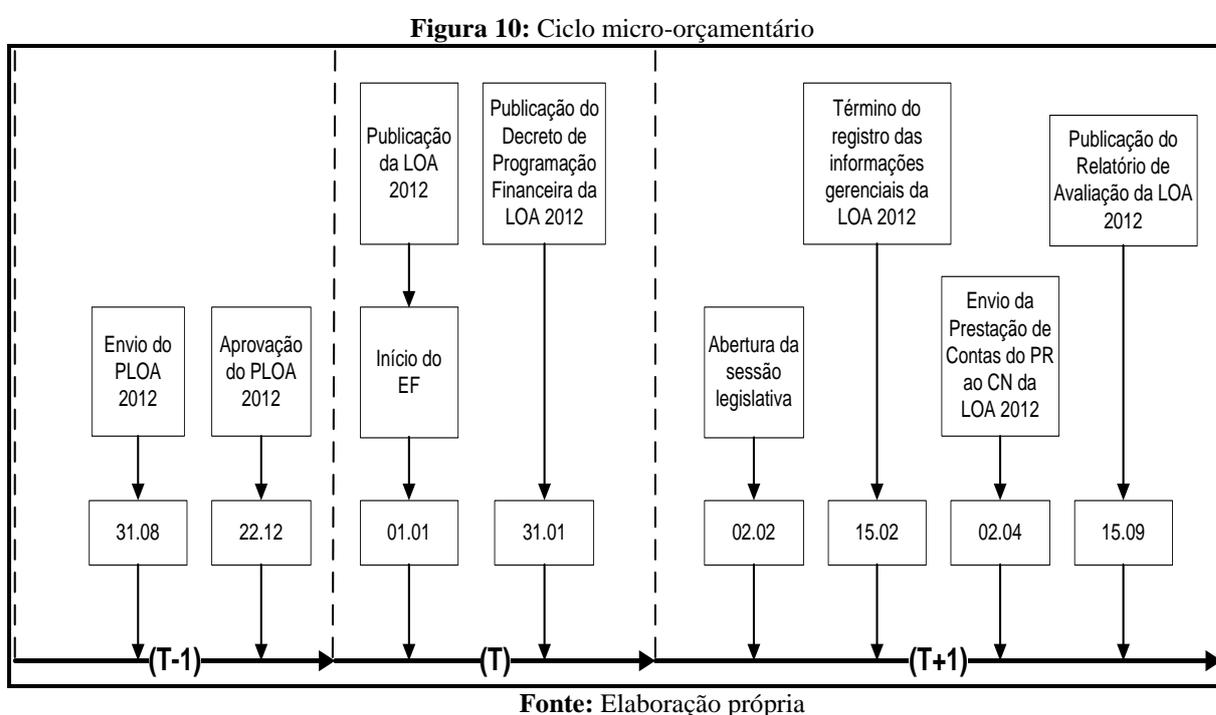
A LOA deve ser enviada anualmente ao CN pelo chefe do Poder Executivo Federal até 31 de agosto de cada ano e devolvida para a sanção presidencial até o término na sessão legislativa em 22 de dezembro. O ciclo da LOA é composto pelas seguintes etapas: elaboração; discussão, votação e aprovação; execução financeira e orçamentária; controle e

²⁷ Os créditos suplementares que forem autorizados na publicação da LOA podem ser abertos por decreto.

²⁸ A CF/1988 estabelece que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa. Dessa forma esta seria uma sexta fonte de abertura de créditos suplementares e especiais.

avaliação (GIACOMONI, 2010). A Figura 10 ilustra as quatro etapas da LOA a ser executado no ano T.

Observa-se que a etapa de elaboração se encerra quando do envio da LOA pelo Presidente da República ao CN em 31 de agosto de T-1. A etapa de discussão e aprovação da LOA inicia-se em 1º de setembro de T-1 encerra-se teoricamente em 22 de dezembro de T-1. A etapa de execução orçamentária e financeira inicia em teoricamente em 1º janeiro de T e encerra-se em 31 de dezembro de T. A etapa de controle e avaliação, que na prática já ocorre durante a etapa de execução orçamentária e financeira²⁹, possui como ponto alto o envio da prestação de contas do Presidente da República em T+1.



Dentro de cada etapa do ciclo orçamentário existem atores com maior atribuição em determinada etapa, bem como, conforme a etapa, haverá interação entre os atores. O Quadro 14 mostra essa perspectiva.

Quadro 14: Etapas da LOA e relação entre os poderes

Etapa	Atores principais	Relação entre os Poderes
Elaboração	Poder Executivo	Os Poderes Legislativo, Judiciário e MPU devem enviar suas propostas orçamentárias para a SOF até 15/08/2011.
		O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes de 15/08/2011, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

²⁹ O art. 77º da lei 4320/1964 estabelece que a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Etapa	Atores principais	Relação entre os Poderes
		Caso as propostas enviadas pelos poderes e pelo MPU estejam em desacordo os limites da LDO o Poder Executivo pode efetuar os ajustes. O Presidente da República deve enviar o PLOA até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.
Discussão, Votação e Aprovação	Poder Legislativo	O Poder Legislativo efetua emendas ao PLOA. O Poder Executivo pode enviar mensagem propondo alteração do PLOA desde que a parte a ser alterada ainda não tenha sido votada pela CMO. O PLOA deve ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
Execução Orçamentária e Financeira	Todos os Poderes e o MPU	Os Poderes e o MPU deverão elaborar e publicar por ato próprio até 30 dias após a publicação da LOA o cronograma anual de desembolso mensal. O Poder Executivo alertará aos demais Poderes e o MPU até vinte dias após o bimestre quando as metas bimestrais de arrecadação poderão não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal O Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o MPU, com base na informação do Poder Executivo editarão ato, até trinta dias após encerramento do respectivo bimestre, que estabeleça os montantes indisponíveis para empenho e movimentação financeira.
Controle e Avaliação	O sistema de controle interno de cada poder	Elabora a prestação de contas.
	O sistema de controle externo representado pelo CN e pelo TCU	O Presidente da República deve enviar para o Congresso Nacional em até 60 dias após a abertura da sessão legislativa a prestação de contas.
		O TCU aprecia as contas do Presidente da República emitindo o parecer prévio. O CN julga as contas do Presidente da República.

Fonte: Brasil (1988); Brasil (2000); Brasil (2011e).

Diante do exposto no Quadro 14, conclui-se que em todas as etapas da LOA existe uma comunicação entre os Poderes, os quais apresentam maior ou menor importância conforme a etapa.

2.5.4 Integração entre PPA, LDO e LOA

Os três instrumentos de planejamento estão integrados entre si. Para melhor compreensão dessa integração foram elaborados o Quadro 15, que apresenta os prazos dos instrumentos de planejamento, e a Figura 11 que apresenta o ciclo macro-orçamentário.

Quadro 15: Instrumentos de planejamento e prazos para envio ao CN e devolução pelo CN

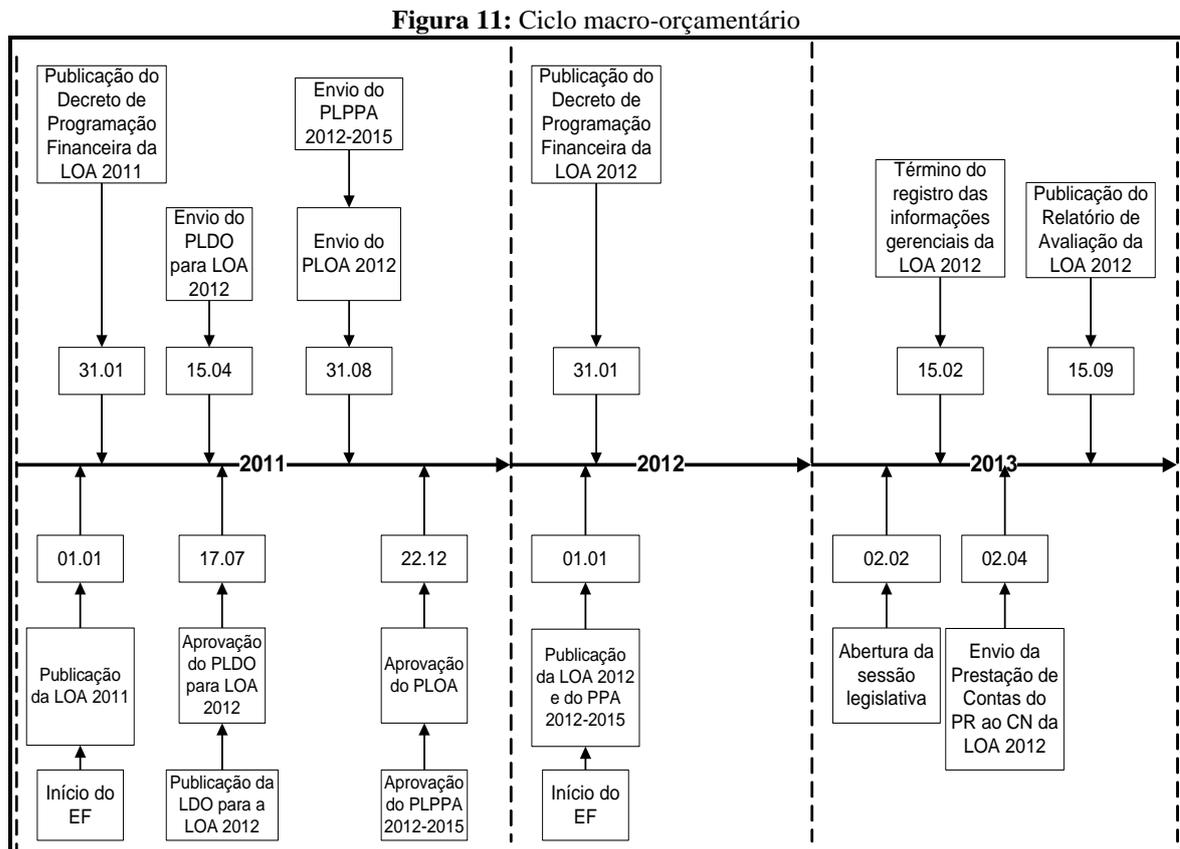
Instrumento	Prazo de envio ao CN	Prazo para devolução pelo CN
PPA 2012-2015	31/08/2011	22/12/2011
LDO para a LOA 2012	15/04/2011	17/07/2011
LOA 2012	31/08/2011	22/12/2011

Fonte: Brasil (1988)

Apesar do prescrito no Quadro 15, na prática o único prazo que vem sendo cumprido é o da LDO, provavelmente devido à restrição imposta pela CF quanto ao recesso parlamentar. Em 2011 a LOA foi publicada em 9 de fevereiro de 2011, enquanto que o PPA 2008-2011 foi publicado apenas em 7 de abril de 2008.

A Figura 11 ilustra o ciclo macro-orçamentário considerando o que já fora apresentado no ciclo micro-orçamentário da Figura 10, referente à LOA 2012 e incorporando os demais instrumentos de planejamento.

A LOA 2012 propriamente dita será executada em 2012. No entanto, para que isso ocorra faz-se necessário que o planejamento se inicie em 2011 com a etapa de elaboração do PLOA 2012. Esta etapa se encerra com envio do PLOA pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2011.



Fonte: Elaboração própria

Nota-se que no primeiro ano o chefe do Executivo terá que elaborar, além do PLOA 2012, o PLPPA 2012-2015. Devido a isso, conclui-se que a LOA 2012 será elaborada em conformidade com o PPA 2008-2011³⁰.

Observa-se também que a etapa de controle e avaliação da LOA 2012, que na prática se inicia com a execução em 2012 haja vista o controle concomitante, em 2013 contempla os seguintes eventos que merecem destaque:

- Preenchimento das informações gerenciais que subsidiam o processo de prestação e tomada de contas 2011 até 15 de fevereiro de 2013;

- O envio da prestação de contas do Presidente da República em até 60 dias após a abertura da sessão legislativa, no caso concreto até 2 de abril de 2013;

- Envio pelo Presidente da República ao Congresso Nacional do Relatório Anual de Avaliação de Programas até 15 de setembro de 2013.

Quanto ao conteúdo do Relatório de Avaliação de Programas a lei 11.653 (2008) estabelece que o mesmo contenha:

- avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

- demonstrativo para cada programa contendo a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;

- demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos;

- avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;

- as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros, para os três exercícios subsequentes ao da proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, das ações orçamentárias constantes no PPA.

Dessa forma, fazendo um simples comparativo da realidade orçamentária brasileira com a americana: na realidade orçamentária dos Estados federados americanos constatou-se que em 69,6% dos casos os indicadores de desempenho são identificados em documento orçamentário executivo (JORDAN; HACKBART, 1999); enquanto que na realidade

³⁰ Conforme consta na Seção 2.5.3 a LOA deve ser elaborada de forma compatível com o PPA. No entanto, em 2011 o PPA em vigência ainda é o PPA 2008-2011, logo a LOA 2012 ainda será elaborada de forma compatível com o PPA 2008-2011 e não com o PPA 2012-2015.

brasileira compete ao Poder Executivo elaborar e enviar ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Avaliação de Programas. Ressalve-se que o estudo de Jordan e Hackbart (1999) estaria no mesmo patamar da esfera estadual brasileira.

Até aqui, observou-se que existem diversos instrumentos para evidenciar os resultados dos programas por meio dos indicadores, seja por meio de sistemas estruturantes: o SIGPLAN; seja por meio dos relatórios anuais de avaliação de programas. Porém, haveria a preocupação de integrar a sociedade neste processo de evidenciação dos resultados dos programas? A Seção seguinte elucida essa questão.

2.5.5 O controle social no processo orçamentário

A lei 11.653 (2008) estabelece que o Poder Executivo e o Poder Legislativo promoverão a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações do PPA. A fim de reforçar a participação da sociedade, serão realizadas audiências públicas regionais ou temáticas, realizadas durante a apreciação da proposta orçamentária, com a participação dos órgãos governamentais que estimularão a participação das entidades da sociedade civil.

Além das audiências públicas, o Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (o MP) garantirá o acesso, pela Internet, às informações constantes do sistema de informações gerenciais e de planejamento para fins de consulta pela sociedade.

Dessa forma, observa-se que existe a disposição dos usuários do modelo de gestão do PPA 2008-2011 quanto à obtenção de informações sobre os resultados dos programas, seja pela utilização dos sistemas de informações gerenciais para subsidiar o processo de prestação e tomada de contas por parte dos órgãos de controle, seja pela busca em incentivar a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações de governo. No entanto, cabe ressaltar que o orçamento é um processo complexo e técnico que necessita de ferramentas que proporcionem transparência ao cidadão quanto à eficácia, à eficiência e à efetividade de uma Ação de Governo.

Assim, os indicadores do programas finalísticos mostram-se como uma das ferramentas que podem ser utilizadas neste processo de *accountability* social dos gastos públicos, pois permitem o monitoramento dos resultados alcançados.

2.6 Análise Positivista da Escolha Pública no Orçamento Federal: Existe de Fato um “Jogo”?

Nesta seção integra-se o conteúdo apresentado nas seções 2.1, 2.2 e 2.3 aos conteúdos sobre o orçamento-programa e o processo orçamentário apresentados nas seções 2.4 e 2.5.

2.6.1 Grupos de interesses no orçamento federal

O orçamento é o instrumento que permite materializar as políticas públicas em Ações de governo com a respectiva alocação de recursos necessários para produção de bens públicos e para transferência de renda (SILVA 1995).

Wildavsky (1988) considera que os orçamentos fazem a conexão entre recursos financeiros e comportamento humano na busca de objetivos da política pública. Orçar em qualquer grupo constitui um processo em que várias pessoas expressam diferentes desejos e fazem julgamentos diferentes (SILVA 1995).

Fazendo a ligação dos conceitos anteriores com as características da escolha pública mostradas no Quadro 1, observa-se que o orçamento público é um instrumento multilateral, pois afeta toda a população à qual se destina; no orçamento público os benefícios e os custos são divididos por toda a sociedade; o orçamento público pode conter programas que consistam na transferência de renda direta e seriam, assim, trocas de soma zero. Diante do exposto, o orçamento público é de fato uma das escolhas mais públicas presentes nas democracias representativas, incluindo neste aspecto o Brasil.

Por envolver a alocação de recursos, o orçamento público desperta a atenção dos grupos de interesses. Dentre os principais interesses que, de uma forma ou de outra, exercem ou tendem a exercer pressão no processo orçamentário estão: os interesses dos eleitores, os interesses dos sindicatos, os interesses de grupos econômicos (indústrias, empreiteiras etc.), os interesses de grupos regionais, os interesses de gerações diferentes.

Os eleitores podem se agrupar em torno de ideologias e interesses comuns e tentar através de organizações não-governamentais e de partidos influenciar a alocação dos recursos pública por meio da escolha e de apoio (financeiro inclusive) a candidatos (SILVA, 1995).

Os sindicatos e os grupos econômicos podem também influenciar a alocação dos recursos públicos entre, por exemplo, fundos para seguro desemprego e subsídios para a indústria (SILVA, 1995).

Os interesses regionais são fonte de grandes conflitos alocativos dentro de qualquer arranjo institucional federal, seja ele distrital ou federativo. No caso federativo, podem aparecer conflitos alocativos entre estados mais e menos industrializados (como no caso de subsídio à agricultura *versus* subsídio à indústria). Um exemplo de conflito federativo é a disputa por subsídios entre estados de diversas regiões com características peculiares comuns (SILVA, 1995).

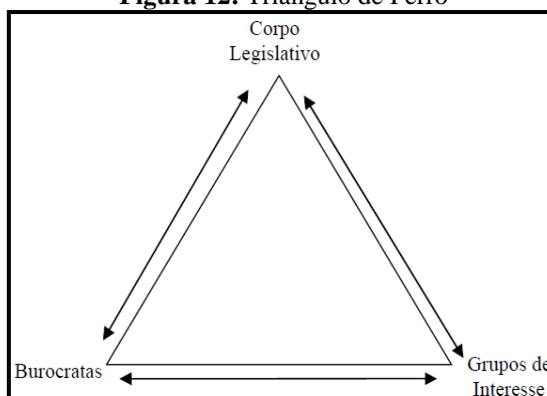
Os interesses de gerações diferentes é fonte de conflito, principalmente quando se pensa em sistemas de previdência social pública (SILVA, 1995).

Devido aos diversos interesses no orçamento público, é impossível que a peça orçamentária consiga atender plenamente todos esses grupos, uma vez que os recursos são limitados e os interesses infinitos (SILVA, 1995).

Dessa forma, autores mais precavidos como Santos, Machado e Rocha (1997) afirmam que as alocações de recursos no orçamento público dependem de negociações e troca de favores políticos.

Um exemplo que materializa a intervenção destes grupos de interesse no processo orçamentário seria o denominado “*iron triangle*”³¹ (ROSEN, 1992). No caso brasileiro pode ocorrer da seguinte forma: os membros do Congresso que autorizam uma determinada destinação de recursos no orçamento, dentro de um determinado programa, tendem a fazer uma coalizão com os burocratas do Executivo que administram o programa e com os fornecedores de insumos e de bens em geral do setor privado (grupos econômicos) que se fazem representar por meio de *lobbying* (SILVA, 1995). Neste caso haveria uma triangulação entre empreiteiras, políticos e burocratas. A Figura 12 ilustra esta prática.

Figura 12: Triângulo de Ferro



Fonte: adaptado de Rosen (1992)

³¹ O “*iron triangle*” é o arranjo formado da relação de três lados entre grupos de interesse, burocratas e representantes eleitos. Grupos de interesses, bem organizados e concentrados, e burocratas podem se beneficiar de legislação à custa das pessoas comuns, que são relativamente difusas e menos organizadas (ROSEN, 1992).

Outro exemplo da materialização de interesses corporativos e clientelísticos no orçamento foi a inclusão de verbas para sindicatos de jornalistas no orçamento de 1993 (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997).

2.6.2 Fragilidades orçamentárias que interferem no “jogo orçamentário” federal

No Brasil são encontradas algumas vicissitudes no ciclo orçamentário que potencializam o risco de agência no processo orçamentário e tornam a escolha pública orçamentária mais obscura.

Serra (1993) cita algumas dessas vicissitudes: ausência da lei complementar que deveria regular o processo orçamentário^{32 33 34}; baixa alocação de recursos em despesas de investimentos; interpretação enviesada de dispositivos constitucionais; não observância de normas constitucionais; cultura centralizadora e fisiológica dos poderes da República. Ressalta-se que apesar do registro de mais de 18 anos, todas essas vicissitudes continuam atuais.

Albuquerque, Medeiros e Silva (2008) trazem outras fragilidades de cunho mais operacional e técnico ao processo orçamentário: as superestimativas de receitas, a inversão de prioridades, as janelas orçamentárias e o excesso de vinculação de receitas³⁵.

As superestimativas das receitas ocorrem devido à ausência de mecanismos sólidos que garantam a elaboração de receitas seguras e precisas (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2008). O Legislativo, a quem compete refazer estas estimativas na segunda etapa da LOA, realiza as realocações de recursos em um ambiente em que paira o conflito alocativo devido às intervenções dos grupos de interesse. Assim, a tendência é a de que o legislativo

³² O inciso I do § 9º do art. 165 da CF/1998 estabelece que compete à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. Esta lei complementar ainda não foi publicada. Atualmente a LDO que é uma lei ordinária assumiu o papel da referida lei no que tange à função de regulamentar o processo decisório em torno dos instrumentos orçamentários, especialmente da LOA (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997).

³³ A lei complementar é uma lei que deve ser aprovada por maioria absoluta, dessa forma seguindo o raciocínio de Muller (1976) uma lei complementar tenderia a gerar interações públicas mais eficientes que as leis ordinárias que necessitam apenas maioria simples. Assim, o fato de matérias que deveriam estar reguladas por lei complementar, estarem reguladas por lei ordinária aumenta o risco de agência no processo orçamentário.

³⁴ Outra consequência da falta de publicação da referida lei complementar é que a atual normatização orçamentária no Brasil ainda está à sombra da Lei 4.320/1964. A referida lei esta absolutamente incoerente com as novas características do processo orçamentário pós-1988 (SILVA, 1995).

³⁵ Os americanos sofrem desse mesmo problema: os *earmarks* que seria o equivalente a “receitas marcadas/vinculadas”. Existem trabalhos que tratam dos *earmarks* nos EUA sob a ótica da teoria da escolha pública (ENGSTROM; VANBERG, 2007, LAZARUS, 2010).

adote estimativas de receitas que acomodem os diversos conflitos alocativos (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2008).

A inversão de prioridades consiste na prática do gestor, o “burocrata de Niskanen”, de priorizar despesas de seu interesse em detrimento de despesas inevitáveis ou obrigatórias. Posteriormente quando as despesas obrigatórias ou inevitáveis se apresentam não resta outra saída senão a abertura de créditos adicionais para ajustar o orçamento inicialmente aprovado (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2008). O exemplo anterior encaixa-se perfeitamente no modelo principal-agente de Niskanen (1971) na relação políticos-burocratas.

As janelas orçamentárias consistem na alocação de uma pequena parcela de despesa, suficiente apenas para iniciar a condução de um projeto ou programa, para torná-lo irreversível no futuro, de forma a criar uma situação que force a alocação de recursos para sua continuidade ou conclusão (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; SILVA, 2008).

O excesso de vinculação de receitas, que é um “privilégio” não apenas do Brasil, torna o orçamento uma peça engessada restringindo a capacidade dos novos governantes de programarem novas políticas públicas.

Outra fragilidade que aumenta o risco de agência no processo orçamentário na relação eleitor-político é o excesso de detalhamento das despesas e a prolixidade do orçamento que impedem a transparência tão almejada pelos constituintes de 1988 e torna o processo orçamentário incompreensível inclusive para pessoas com qualificação especializada (SANTOS, 1993).

Por fim, uma das maiores fragilidades já levantadas em estudos anteriores de Giacomoni (2010), Souza (2008), Aguiar (2008), Santos, Machado e Rocha (1997) é o caráter autorizativo e não imperativo do orçamento que podem torná-lo um instrumento ficcional: o Presidente da República não tem a obrigação de executar o orçamento aprovado pelo CN, mas sim está autorizado a executar o orçamento aprovado. Na visão dos autores, o Presidente da República quando da publicação do Decreto de programação orçamentária e financeira, pode contingenciar ou deixar de contingenciar recursos que sejam ou não de seu interesse, relegando ao CN um papel complementar e tornando as duas primeiras etapas do orçamento federal uma ficção.

2.6.3 O “jogo orçamentário” federal propriamente dito

Quanto ao “jogo orçamentário” federal, Santos, Machado e Rocha (1997) identificaram duas lógicas distintas: a do Executivo, cujas ações são voltadas para a

aprovação dos projetos na agenda governamental e, no atual contexto de estabilização da economia, para o corte de gastos; e a do Legislativo, a quem interessa em primeiro lugar a maximização dos ganhos eleitorais de seus membros, dirigindo suas ações, apenas secundariamente, para a aprovação de projetos que, encarnando o bem público, não trariam ganhos individuais imediatos.

Curiosamente o corte de gastos apresenta-se como uma preocupação recorrente e se constitui mais uma vez um “privilégio” não apenas do Brasil, mas de diversos países. No Brasil no início de 2011 foi aprovado um corte orçamentário para conter a inflação (MARTELLO, 2011). Os EUA aprovaram recentemente um plano de rolagem da dívida pública que desagradou tanto republicanos quanto democratas (KATZUMATA, 2011); a Grécia teve que aderir ao plano de austeridade fiscal que desagradou diversos grupos de interesse gerando conflitos entre a população e as forças governistas (LUSA, 2011). Assim emerge uma preocupação recorrente de quais gastos contingenciar ou “cortar” frente às adversidades da conjuntura econômica mundial.

Sobre a maximização de ganhos eleitorais, o caso americano chama a atenção, pois os deputados e senadores americanos da oposição deixaram para aprovar no último momento o plano de rolagem da dívida com o intuito de desgastar a imagem do atual presidente que pertence ao partido democrata.

Assim, observa-se neste último exemplo que a natureza do homem público³⁶ está investida dos interesses de maximização de seus benefícios que podem não estar, e no caso americano não estavam, alinhados com o interesse público que era no caso o reequilíbrio da dívida pública, caracterizando-se assim a materialização do risco de agência na relação eleitores-políticos.

Além do Executivo e do Legislativo, existem outros jogadores que merecem destaque: os governadores e prefeitos que buscam a aprovação de emendas de seu interesse com o intuito maximizar seus ganhos eleitorais, as empreiteiras que buscam maximizar seus ganhos privados, e as agências burocráticas que buscam garantir seus programas.

A partir do conteúdo mostrado na Seção 2.5 em que se expôs o processo orçamentário, identificaram-se os seguintes pontos de decisão que potencializam as práticas inerentes à escolha pública: escolha dos membros da CMO e do relator da LOA; elaboração e envio do PLOA pelo Poder Executivo; emendas do CN ao PLOA enviado pelo Poder Executivo; vetos

³⁶ Foi mostrada na Seção 2.1 que o *homo publicus* e o *homo economicus* são a mesma pessoa. Dessa forma, não haveria nenhuma surpresa por parte dos estudiosos da escolha pública na atitude tomada pelos senadores e deputados americanos.

e sanção por parte do Poder Executivo ao PLOA aprovado pelo Congresso Nacional; publicação do decreto de contingenciamento pelo Poder Executivo; abertura de créditos adicionais; emendas aos créditos adicionais. Os dois primeiros pontos de decisão estão inseridos na primeira etapa da LOA, o ponto seguinte está inserido na segunda etapa da LOA, e os três seguintes na etapa terceira etapa da LOA.

2.6.3.1 O “jogo orçamentário” até o envio do PLOA ao CN

Nesta primeira fase foram escolhidos dois pontos de decisão que potencializam as práticas da escolha pública: a escolha dos membros da CMO³⁷ da LOA cuja arena de disputa ocorre no CN e a preparação do PLOA pelo Executivo cuja arena de disputa ocorre nos Ministérios e na SOF.

A escolha dos membros da CMO é objeto de intensa disputa entre os partidos³⁸ e, dentro das bancadas, entre os próprios parlamentares, já que existe a clara percepção de que a participação na comissão é uma forma de influenciar a destinação de recursos para seus redutos eleitorais. O Quadro 16 mostra a quantidade de membros da CMO ao longo dos anos.

Quadro 16: Quantidade de membros da CMO

Ano	Quantidade de membros
1988	60 membros (45 deputados e 15 senadores)
1989	84 membros (63 deputados e 21 senadores)
1991 e 1992	120 membros (90 deputados e 30 senadores)
1993 e 1994	84 membros (63 deputados e 21 senadores)
Desde 2006	40 membros (30 deputados e 10 senadores)

Fonte: Santos, Machado, Rocha (1997), Brasil (2006)

A resolução nº 1/2006 veda a designação, para membros titulares ou suplentes, de parlamentares membros titulares ou suplentes que integraram a Comissão anterior. Dessa forma, busca-se diminuir a influência de grupos de interesse.

Este estratagemas traz a dificuldade na formação de parlamentares especialistas capazes de exercerem efetiva fiscalização sobre o Executivo, na etapa de execução do orçamento e contribuir substantivamente para o debate e a excelência nas decisões, tal qual ocorre nas comissões temáticas em que os membros são mais permanentes (SANTOS; MACHADO;

³⁷ A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) tem por competência emitir parecer e deliberar sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais.

³⁸ Até o quinto dia útil do mês de março, os líderes dos partidos indicarão ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional os membros titulares e suplentes em número equivalente à proporcionalidade de suas bancadas na CMO.

ROCHA, 1997). Dessa forma, troca-se um risco de agência (falta de rotatividade) por outro (falta de conhecimento técnico).

Outro ponto importante sobre os membros da CMO é que sua representação na mesma pertence ao partido ou ao bloco parlamentar. Dessa forma, o partido pode solicitar em qualquer oportunidade a substituição do membro. Diante do exposto, cria-se uma relação de dominância do partido sobre o membro da CMO.

As escolhas do Relator-Geral e o Relator da Receita do projeto de lei orçamentária pelas lideranças partidárias é outro ponto de disputa pelos partidos³⁹. Ressalta-se que o Relator da Receita do projeto de lei orçamentária anual não poderá pertencer à mesma Casa, partido ou bloco parlamentar do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual (BRASIL, 2006). Na fase de definição das relatorias ocorre de forma explícita a intervenção dos partidos políticos.

Enquanto na “arena CN” ocorrem disputas para definição dos membros da CMO, na “arena Executivo”, a SOF fixa os tetos para cada ministério, por grupo de despesas e fonte de recursos, e os envia aos órgãos setoriais para que sejam conformados a seus orçamentos, já detalhados por unidades orçamentárias. Nesta fase os grupos de pressão organizados e os parlamentares já agem sobre os ministérios de forma ter suas demandas atendidas desde o nascedouro da LOA (SILVA, 1995, SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997). Após a conclusão desta fase os ministérios devolvem à SOF suas propostas orçamentárias que serão consolidadas e enviadas ao CN.

2.6.3.2 O “jogo orçamentário” na etapa de discussão, votação e aprovação do PLOA

Nesta fase predomina no jogo a lógica do Legislativo, obrigando o Executivo a negociar na CMO os projetos de seu interesse (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997). No entanto, além do Poder Executivo, que se faz presente por intermédio de seus Ministros e articuladores institucionais, outros atores se apresentam nesta arena de convergência neste momento: os burocratas, os prefeitos, os governadores, as empreiteiras (empresas de construção civil), grupos organizados da sociedade civil, organizações não-governamentais.

Nesta arena os jogadores internos (membros do CN, membros da CMO, relatores) estabelecem um regime de mútua cooperação e troca de favores a fim de aprovar o maior

³⁹ Santos, Machado e Rocha (1997) relatam episódio claro de *logrolling* com a finalidade do PFL obter a relatoria da CMO e do PP obter apoio para a presidência da Câmara dos Deputados.

número de emendas, especialmente quando esta se refere a apropriações que beneficiam suas bases eleitorais, por meio do *logrolling* (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997).

Conforme exposto no parágrafo anterior, o mecanismo que os parlamentares possuem para intervir no orçamento são as emendas. O Quadro 17 mostra os tipos de emendas e o Quadro 18 mostra o limite de emenda por comissão, bancada ou parlamentares.

Quadro 17: Tipos de emendas ao PLOA

Tipo de emendas	Características
De remanejamento	Propõe acréscimo ou inclusão de dotações e simultaneamente, como fonte exclusiva de recursos, a anulação equivalente de dotações constantes do projeto, exceto as da Reserva de Contingência.
De apropriação	Propõe acréscimo ou inclusão de dotações e simultaneamente, como fonte exclusiva de recursos, a anulação equivalente de recursos integrantes da Reserva de Recursos composta de eventuais recursos provenientes das receitas, da Reserva de Contingência, e outros recursos e dotações definidos no Parecer preliminar, deduzidos os recursos para atendimento de emendas individuais, de despesas obrigatórias de caráter continuado e de outras despesas definidas naquele parecer.
De cancelamento	Propõe, exclusivamente, a redução de dotação constantes do PLOA.

Fonte: Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), Brasil (2006).

Quanto às emendas individuais estas consistem na mais cabal materialização da escolha pública no processo orçamentário, pois consistem em um dos mecanismos mais importantes, “moeda de troca”, de que o Executivo dispõe para negociar suas preferências com sua coalizão no Congresso. O controle do processo orçamentário pelo Executivo acaba por dotá-lo de uma “moeda política” de baixo custo e extremamente útil para ser trocada por apoio político da sua coalizão no Congresso (PEREIRA; MUELLER, 2002).

O Legislativo por sua vez utiliza-se desse mecanismo de emendas individuais como parte de uma estratégia eleitoral identificada pela literatura especializada como “voto pessoal” (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1987 apud LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005).

Quadro 18: Limites de emenda por comissão, bancada ou parlamentares

Classificação de emendas quanto à autoria	Condição de admissibilidade	Limites por tipos de emendas	
Emendas coletivas de Comissão	-Ser apresentada juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação; -Estejam diretamente e materialmente relacionadas à área de atuação pertinente à estrutura da administração pública federal; -Identificar de forma precisa seu objeto.	Abrange uma única subárea temática	Até 4 emendas (2 de apropriação e 2 de remanejamento)
		Abrange mais de uma subárea temática	Até 8 emendas (4 de apropriação e 4 de remanejamento)
		Até emendas 4 de apropriação e 4 emendas de remanejamento	

Emendas coletivas de Bancada Estadual ⁴⁰	-Ser apresentada juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação aprovada por 3/4 dos deputados e 2/3 dos senadores do respectivo Estado; -Estejam diretamente e materialmente relacionadas à área de atuação pertinente à estrutura da administração pública federal; -Identificar de forma precisa seu objeto; -Possuir elementos necessários para avaliar a relação custo-benefício ⁴¹ da ação pretendida e seus aspectos econômico-sociais.	Regra geral	Mínimo de 15 e máximo de 20 emendas de apropriação 3 de remanejamento
		Bancadas com mais de 11 parlamentares	Uma emenda de apropriação para cada grupo de 10 parlamentares da bancada que exceder a 11 parlamentares
Emendas Individuais	No caso de destinação de recursos a entidades privadas ou entidades de direito público ⁴² , deverão observar a programação passível de ser objeto de emendas, definida pelo Parecer Preliminar.	Até 25 emendas por parlamentar dentro do limite global fixado pelo parecer preliminar.	

Fonte: Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), Brasil (2006).

2.6.3.3 O “jogo orçamentário” após a publicação da LOA e do decreto de contingenciamento

Na fase da execução orçamentária, entretanto, o Executivo vira o jogo. Apesar das complicadas disputas no âmbito da CMO, o acordo alocativo dos recursos públicos é modificado em função da lógica de compressão dos gastos públicos (contingenciamento e cronograma de liberação das dotações orçamentárias⁴³) e do controle de recursos adicionais (créditos suplementares e controle de caixa). Embora com alguma margem de negociação, o Legislativo assume um papel complementar frente ao Executivo (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997).

Entretanto, mesmo decidindo em última instância sobre o conflito distributivo, o Executivo não é soberano absoluto, sendo obrigado a negociar os vetos, os cortes, os créditos adicionais em troca de apoio parlamentar para aprovar outras políticas prioritárias da agenda governamental (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997).

⁴⁰ Se a bancada possuir mais de 18 parlamentares das emendas de apropriação possíveis, necessariamente três deverão ser de iniciativa de representação do Senado.

⁴¹ Evidencia-se assim a preocupação do legislador em avaliar a relação benefício-custo nas emendas parlamentares. Curiosamente esta relação benefício-custo é condição de admissibilidade de forma explícita apenas para emendas da bancada estadual.

⁴² No caso de destinação de recursos a entidades privadas deverão cumulativamente: atender às disposições contidas na lei de diretrizes orçamentárias; estipular as metas que a entidade beneficiária deverá cumprir, demonstrando a sua compatibilidade com o valor da emenda; identificar a entidade beneficiada, seu endereço e o nome dos responsáveis pela direção.

⁴³ Compete a STN a elaboração do decreto de programação orçamentária e financeira, sendo assim é órgão do Executivo que sofre maior intervenção dos grupos de interesse nesta fase.

Um fator importante que desequilibra o jogo orçamentário na terceira etapa da LOA é a abertura de créditos adicionais. Apesar das tentativas do Legislativo de restringir a quantidade de créditos adicionais, o grande número dos pedidos enviados ano a ano e a forma fragmentada com que são encaminhados dificultam a visão global do Legislativo quanto a real execução da despesa, ao mesmo tempo em que a distribuição desse considerável montante de recursos não recebe a mesma atenção da CMO despendida na segunda etapa da LOA (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997). O Quadro 19 mostra a quantidade de projetos de créditos adicionais encaminhados ao CN desde 1989.

Quadro 19: Quantidade de projetos de créditos adicionais encaminhados ao CN

Ano	Quantidade de projetos de créditos suplementares e especiais	Quantidade de créditos extraordinários	Total de créditos adicionais
1989	105	Não disponível	105
1990	50	Não disponível	50
1991	119	Não disponível	119
1992	129	Não disponível	129
1993	114	Não disponível	114
1994 ⁴⁴	5	Não disponível	5
1995	Não disponível	Não disponível	Não disponível
1996	Não disponível	Não disponível	Não disponível
1997	Não disponível	Não disponível	Não disponível
1998	70	Não disponível	70
1999	82	Não disponível	82
2000	130	Não disponível	130
2001	122	3	125
2002	95	21	116
2003	53	5	58
2004	109	10	119
2005	64	18	82
2006	45	27	72
2007	58	22	80
2008	82	7	89
2009	92	5	97
2010	81	8	89
2011	18*	3*	21*

Fonte: Quadro de tramitação de projetos

Legenda: * até 4 de agosto de 2011

Durante a elaboração do Quadro 19 observou-se a procedência da afirmação de Santos, Machado e Rocha (1997) de que a distribuição desse considerável montante de recursos não recebe a mesma atenção da CMO despendida na segunda etapa da LOA. Por exemplo, o PLOA 2011 sofreu 10.040 emendas ao passo mais de 95% dos créditos especiais e suplementares em 2010 sofreram menos de 2 emendas por projeto.

No entendimento de Santos, Machado e Rocha (1997) a ausência de um sistema de avaliação do processo de execução orçamentária, bem como de acompanhamento dos

⁴⁴ Neste ano a LOA foi aprovada apenas em 19 de outubro.

projetos orçados, compromete profundamente a utilização do orçamento como instrumento de planejamento governamental. Ainda na visão dos autores a pouca transparência do processo orçamentário como um todo dificulta a participação da sociedade tornando a participação dos grupos sociais fortemente seletiva. Quanto aos grupos econômicos representados pelas empreiteiras, estes possuem um *staff* próprio (lobistas e técnicos em orçamento) e escritórios em Brasília com a finalidade de garantir a inclusão e a aprovação de emendas de seu interesse (SANTOS; MACHADO; ROCHA, 1997).

Uma variável que não existia à época da pesquisa de Santos, Machado e Rocha (1997) era o indicador de programas finalísticos. A lei 9276/1996 que é a lei do PPA 1996-1999 continha apenas cinco artigos e não fazia nenhuma menção da avaliação dos programas de governo, tampouco sobre os indicadores de programas finalísticos. A avaliação de programas e a utilização de indicadores de programas (que podem auxiliar neste processo de avaliação na alocação de recursos) foram inseridas apenas na lei 9989/2000 que é a lei do PPA 2000-2003.

2.6.4 Análise empírica sobre a existência do “jogo orçamentário” federal

Observou-se nas seções anteriores que a existência de um “jogo orçamentário”, entre a liberação de recursos para execução das dotações previstas nas emendas individuais e o apoio ao Executivo em votações nominais, é sugerida com insistência por parte da comunidade acadêmica (ELWOOD, PATASHNIK, 1993; SANTOS, MACHADO, ROCHA, 1997).

Buscando evidenciar empiricamente tais suposições, Limongi e Figueiredo (2005) realizaram estudo empírico entre as emendas, realizadas na segunda etapa da LOA, e o contingenciamento destas emendas quanto da publicação do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, que ocorre na terceira etapa da LOA.

Os autores concluíram que as emendas individuais não são privilegiadas pelo próprio Legislativo na etapa de Discussão, Votação e Aprovação do PLOA, pois os regulamentos internos do Congresso garantem às emendas coletivas e às relatorias a apropriação da maior parcela dos recursos alocados. As emendas individuais que são os projetos “*pork barrel*” brasileiros representam uma pequena parcela da intervenção legislativa na alocação final dos recursos (pouco mais de 15% do total das emendas).

O detalhe deste arranjo anterior estabelecido pelo Legislativo, é que ocorre sem a intervenção do ator Executivo. Assim, como se trata de uma decisão interna do próprio Poder Legislativo, tal fato coloca sob suspeição a noção de que o processo orçamentário é orientado

basicamente para atender interesses locais ou particularistas de clientelas dos parlamentares.

Limongi e Figueiredo (2005) constataram empiricamente que a despeito da tese de que votos são trocados por execução de emendas, não é possível estabelecer a relação causal pretendida; uma vez que emendas são executadas sem que os votos esperados sejam dados, e votos são dados sem que a contrapartida (a liberação de verbas) ocorra. Há deputados de oposição com emendas executadas sem a esperada retribuição em plenário, enquanto há deputados da base de apoio do governo que se comportam “adequadamente” e não vêm executados os recursos que alocam. Os autores testaram estas relações de troca considerando a rotatividade dos membros do Legislativo e o ciclo orçamentário.

Dessa forma, se a corrente teórica que acredita na existência do jogo estivesse correta, as emendas individuais apresentadas e aprovadas no último ano da legislatura do parlamentar (ano da elaboração da LOA do ano seguinte) tenderiam a não serem executadas no ano seguinte caso tais parlamentares estejam fora da arena política no ano seguinte. No entanto, Limongi e Figueiredo (2005) constataram que não é isso o que acontece, uma vez que as taxas de execução das emendas de deputados e senadores ausentes da arena política na nova legislatura, mesmo da oposição, não são nulas.

Existem casos de deputados e senadores que tomam posse na nova legislatura e que por não terem feito parte da legislatura anterior não apresentaram emendas no PLOA (já assumem a legislatura com a LOA em execução). Para estes casos seria de esperar, segundo a corrente que defende a existência do jogo orçamentário, que esses deputados federais e senadores não apoiassem o Executivo na mesma proporção que o fazem os que apresentaram emendas no ano anterior e se reelegeram. Limongi e Figueiredo (2005) mostraram que não há consistência empírica nessa suposição.

Por fim os autores alertam que o problema da tese das emendas como “moedas de troca” está em seus pressupostos, pois parte-se da premissa de que os interesses comuns dos parlamentares são tomados como contrários aos interesses do Executivo, e que os dois Poderes estariam imersos em uma relação conflituosa, um jogo de soma zero.

O que Limongi e Figueiredo (2005) mostram é que o Poder Executivo, ao executar recursos alocados por parlamentares mediante emendas individuais, não está cedendo a pressões e deixando de executar a sua agenda; porque a alocação de recursos feita pelos legisladores é complementar, e não contrária, à do Executivo.

Dessa forma, o Poder Executivo é capaz de canalizar as demandas dos parlamentares e acomodá-las no interior dos programas por ele definidos como prioritários. Ao executar emendas de parlamentares que não o apóiam, o Executivo está simplesmente executando a

sua agenda. O controle do processo pelo Executivo é de tal ordem que nem mesmo os parlamentares da oposição têm como propor emendas que constituam uma agenda alternativa à proposta pelo governo (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005).

Assim o que se permite aos parlamentares é basicamente a oportunidade de complementar a agenda definida pelo governo (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005). Diante do exposto, o Executivo desempenha um papel de ator principal enquanto que o Legislativo desempenha um papel de ator coadjuvante no processo orçamentário.

2.7 Indicadores de Programas Finalísticos

Nas seções anteriores evidenciou-se que no orçamento-programa existe a preocupação com o estabelecimento e uso de indicadores para medir a eficácia, eficiência, efetividade e economicidade; evidenciou-se também que os órgãos de controle possuem entre suas atribuições avaliar o orçamento quanto a esses mesmos indicadores; e por fim evidenciou-se que o modelo de gestão do PPA 2008-2011 estabelece diversos atores responsáveis pela formulação e utilização dos indicadores dos programas e que há a preocupação em integrar a sociedade neste processo. Nesta Seção será aprofundada a análise sobre os indicadores desempenho no setor público, em especial os indicadores dos programas finalísticos. Tal aprofundamento se faz necessário devido à necessidade de se comparar os resultados evidenciados pelos indicadores com as alocações de recursos no orçamento federal.

2.7.1 O que são os indicadores de programas finalísticos?

Um elemento essencial na gestão de qualquer organização com foco em resultados é o uso de indicadores de desempenho institucional no processo de tomada de decisão (BRASIL, 2005).

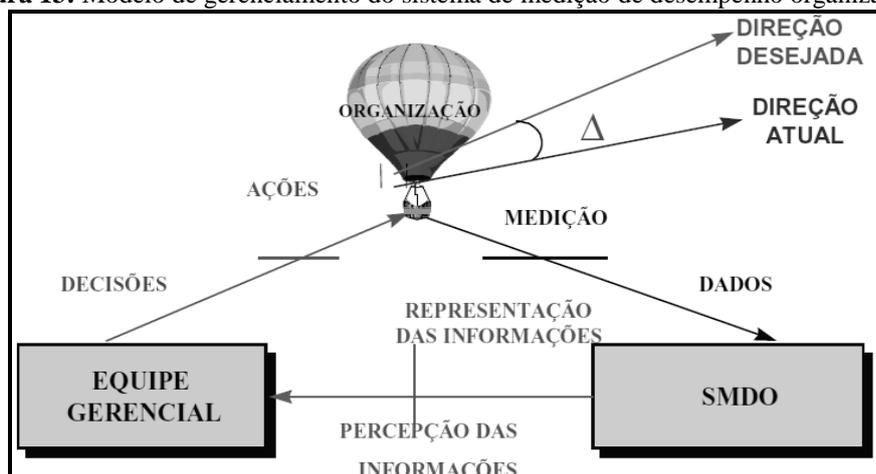
Os indicadores têm-se mostrado essenciais ao planejamento, ao desdobramento de ações, ao controle de processos e projetos e ao monitoramento dos resultados. Em última instância, evidenciam o desempenho da organização. São essenciais ao planejamento porque possibilitam evidenciar os resultados almejados, o estabelecimento de metas quantificadas e o seu desdobramento, nos diversos níveis, em ações vinculadas aos resultados definidos. Essenciais ao controle porque os resultados representados, por meio dos indicadores, geram as informações fundamentais para a análise crítica do desempenho, para as tomadas de decisões e para o replanejamento (BRASIL, 2005).

A Figura 13 ilustra o processo de medição do desempenho organizacional que permite que uma Organização corrija a direção atual em que se encontra para a direção desejada.

Os indicadores são ferramentas básicas para o gerenciamento do Sistema de Medição de Desempenho Organizacional (SMDO), e as informações que eles fornecem são essenciais para o processo de tomada de decisão. De outro modo, são formas de representação quantificáveis das características de produtos e processos. São utilizados também pela organização para controlar ou melhorar a qualidade e o desempenho dos seus produtos, serviços e processos ao longo do tempo (BRASIL, 2005).

Um indicador de desempenho é um número, porcentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas (BRASIL, 2011a).

Figura 13: Modelo de gerenciamento do sistema de medição de desempenho organizacional

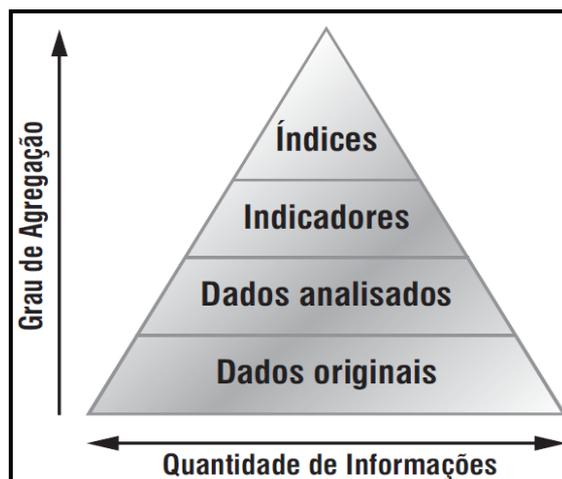


Fonte: Sink e Tuttle (1993) apud Brasil (2005)

Deve-se ressaltar que os indicadores de desempenho podem fornecer uma visão útil acerca do desempenho que se deseja medir, mas são aproximações do que realmente está ocorrendo, necessitando, sempre, de interpretação no contexto em que estão inseridos (BRASIL, 2011a).

A Figura 14 mostra o processo de agregação de informações desde a extração dos dados originais, passando pela análise dos dados até a construção dos indicadores e evidenciação do índice. Dessa forma, um indicador é capaz de sintetizar dados disponíveis e mensurá-lo na forma de um índice.

Figura 14: Pirâmide da Informação



Fonte: Brasil (2010a)

Ressalta-se que um conjunto de dados isolado mostrando os resultados alcançados por uma instituição não diz nada a respeito de seu desempenho, a menos que seja confrontado com metas ou padrões preestabelecidos, outras organizações do mesmo ramo de atividade, ou realizada uma comparação com os resultados alcançados em períodos anteriores, obtendo-se assim uma série histórica para análise (BRASIL, 2011a). Conclui-se assim que as informações sobre desempenho são essencialmente comparativas.

Quanto à importância dos indicadores no setor público, Grateron (1999: 3) afirma que:

[...] a medição permanente da coerência entre as metas e objetivos da administração dos recursos, no que diz respeito ao benefício social, através da utilização de parâmetros e indicadores de gestão apropriados, e uma preocupação comum aos gestores públicos contemporâneos.

Antes de aprofundar o estudo sobre os tipos de indicadores de desempenho no setor público, faz-se necessário um esclarecimento quanto às taxonomias utilizadas para classificar os indicadores, conforme exposto no Quadro 20 .

Quadro 20: Taxonomias de indicadores de desempenho

Taxonomia	Tipos	Descrição
Área Temática		Saúde, educação, mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, segurança pública, pobreza.
Complexidade	Analíticos	Retratam dimensões sociais específicas
	Sintéticos ou índices	Sintetizam diferentes conceitos da realidade empírica. Derivam de operações realizadas com indicadores analíticos e tendem a retratar o comportamento médio das dimensões consideradas.
Objetividade	Objetivos	Referem-se a eventos concretos da realidade social, são indicadores em geral quantitativos, construídos a partir de estatísticas públicas ou registros administrativos.
	Subjetivos	São indicadores qualitativos utilizados para captar percepções, sensações ou opiniões, utilizam técnicas do tipo pesquisas de opinião, grupos focais ou grupos de discussão.

Fonte: Januzzi (2005)

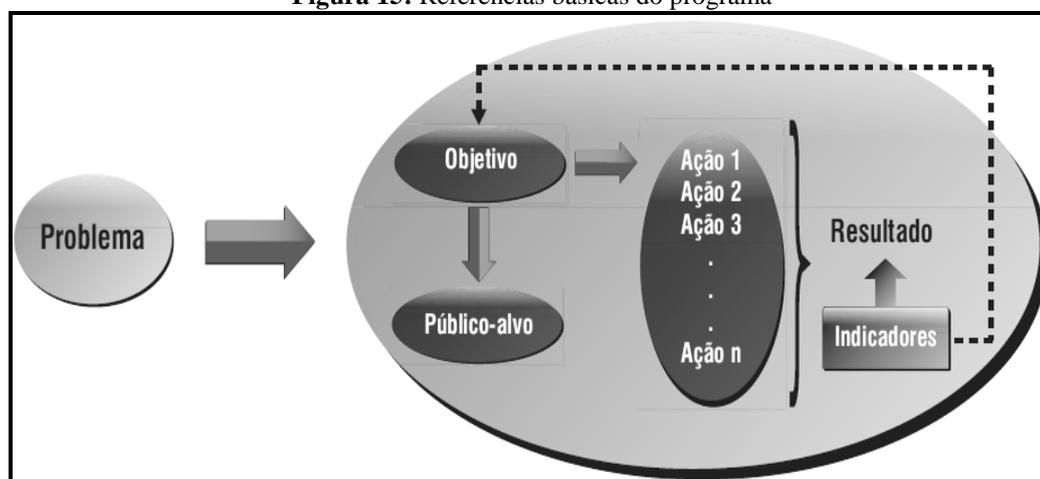
Após evidenciar as taxonomias utilizadas nas áreas de pesquisas sobre os indicadores, será realizada uma análise sobre as categorias de indicadores de desempenho utilizadas na administração pública.

Existem duas nomenclaturas utilizadas nos manuais técnicos e normativos da administração pública federal: indicadores de gestão (indicadores institucionais) e indicadores de programas finalísticos.

Segundo a Portaria 123/2011 do TCU o gestor deverá apresentar os indicadores institucionais desenvolvidos pela Unidade Jurisdicionada (UJ) para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício. Esses indicadores deverão vir acompanhados de explanação sucinta sobre as suas fórmulas de cálculo, considerando a sua utilidade e mensurabilidade.

Quanto aos indicadores de programas, conforme se viu na Seção 2.4 o orçamento-programa possui como premissas a avaliação dos programas quanto à eficácia, eficiência e efetividade. A Figura 15 ilustra como os indicadores estão inseridos no modelo lógico do programa.

Figura 15: Referências básicas do programa



Fonte: Brasil (2010a)

Conforme se observa na Figura 15, um programa surge como uma resposta a uma demanda da sociedade a partir de um problema identificado. Para tanto deverá ter um objetivo bem definido e um público-alvo bem definido para que o seu desenho (forma de implementação, condicionantes dos beneficiários, fontes de recursos que financiam o programa etc.) consiga atingir os resultados esperados.

No âmbito da Administração Pública Federal a SPI, responsável pela qualidade do ciclo de planejamento das políticas públicas, utiliza a metodologia do Modelo Lógico de

Programas, que permite estabelecer a correlação entre o objetivo a ser alcançado e o problema que deu causa a esse objetivo, as correlações entre as ações a serem empreendidas e as causas do problema-alvo, bem como outras informações essenciais às boas práticas de elaboração de Programas (BRASIL, 2010a).

Na falta da aplicação da metodologia do Modelo Lógico, algumas perguntas facilitam e orientam a análise das referências básicas de um Programa já existente, referências essas já representadas na Figura 15. As perguntas estão expostas no Quadro 21.

Quadro 21: Perguntas básicas que orientam a análise das referências básicas de um Programa

Perguntas	
1	O Problema está bem delimitado?
2	O Objetivo do Programa está bem definido?
3	O Público-alvo está bem delimitado?
4	Dado que o Programa do PPA atua em um problema ou demanda existente na sociedade, o resultado alcançado pelo conjunto de ações atualmente implementadas é suficiente para atingir o objetivo previsto?

Fonte: Brasil (2010a)

Para responder à pergunta de número quatro do Quadro 6 é essencial que exista um sistema de medição de resultados. Este sistema atualmente é constituído pelos indicadores dos programas. Uma boa escolha de indicadores tem relação direta com o desenho do Programa. Neste sentido, é pré-requisito para a escolha dos indicadores uma avaliação de adequação do objetivo do Programa, bem como de consistência desse objetivo com a capacidade de intervenção, materializada nas ações que o compõem (BRASIL, 2010a).

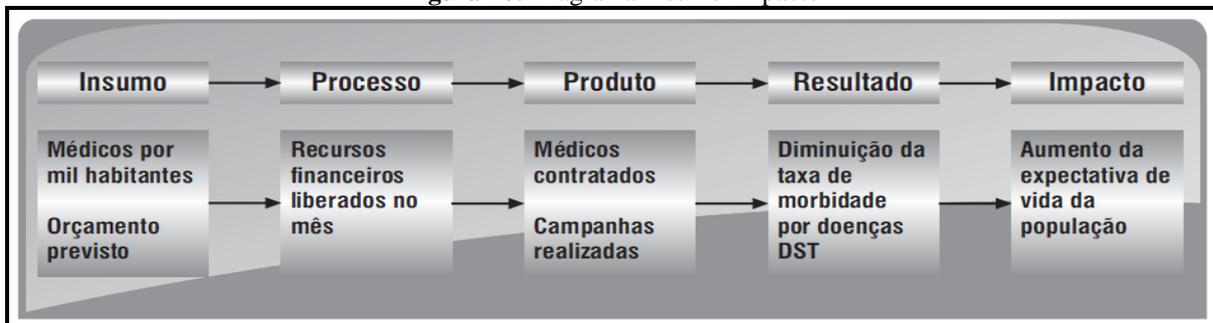
Diante do exposto, os indicadores de programa finalísticos medem os efeitos ou benefícios no público alvo decorrentes dos produtos e serviços entregues pelas ações empreendidas pelo Programa expressando a resultante dos projetos e atividades implementadas pelo Programa. Assim, à luz do objetivo proposto, os indicadores de programas finalísticos são os principais instrumentos para verificar se os resultados do Programa foram satisfatórios ou insatisfatórios, daí a necessidade de uma boa definição do que se pretende entregar (ações) e alcançar (objetivo) (BRASIL, 2010a).

Um indicador de programa é uma abstração que expressa uma dada realidade, mas não é a única; sempre que possível o gestor de uma política pública deve buscar outras formas de medição (pesquisas amostrais, contratação de avaliações externas, auditorias etc.) dos efeitos esperados no público-alvo do Programa (BRASIL, 2010a).

A Figura 16 ilustra exemplos de indicadores de desempenho da gestão, na visão do Guia Metodológico, dentro de um programa que tem como problema a alta incidência de doenças sexualmente transmissíveis em determinado público-alvo.

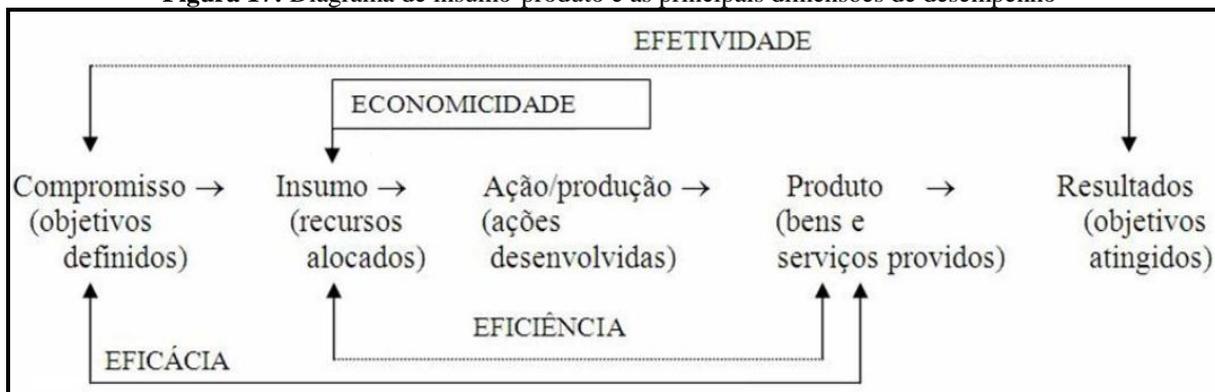
A Figura 17 mostra a relação, na visão do TCU, entre as dimensões do desempenho (eficácia, eficiência, efetividade e economicidade) e os insumos, processos, produtos e resultados.

Figura 16: Diagrama Insumo-Impacto



Fonte: Brasil (2010a)

Figura 17: Diagrama de insumo-produto e as principais dimensões de desempenho



Fonte: Brasil (2011a)

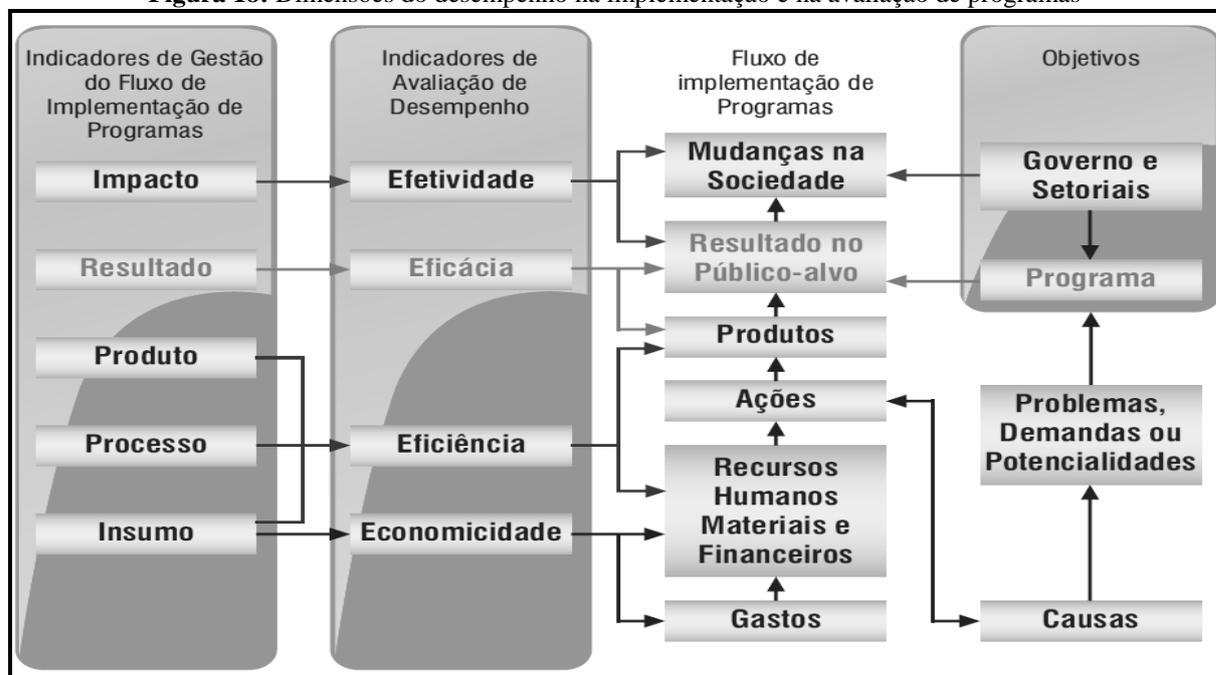
Observa-se assim que os indicadores de programas, conforme exposto no Guia Metodológico, devem considerar além dos resultados, os impactos da ação pública. Observa-se também que apesar da nomenclatura distinta entre “indicadores de desempenho da gestão (institucionais)” e “indicadores de programas finalísticos” na essência ambos possuem conceitos próximos, inclusive quanto às propriedades conforme será evidenciado a seguir.

Apesar de não estar explícito, depreende-se que os indicadores de gestão (institucionais) podem ser utilizados para aferir resultados da área meio (programas de apoio às políticas públicas e áreas especiais) que conceitualmente estão fora do escopo inicialmente proposto pelo Guia Metodológico aos programas finalísticos.

Fazendo uma relação entre o ciclo do PPA composta pela etapa de implementação, monitoramento, avaliação e revisão com os tipos de indicadores, o Guia Metodológico divide os indicadores de programas em duas categorias. Os indicadores de gestão do fluxo de

implementação de programas e os indicadores de avaliação de desempenho, os quais estão ilustrados na Figura 18.

Figura 18: Dimensões do desempenho na implementação e na avaliação de programas



Fonte: BRASIL (2010a)

Observa-se as duas dimensões composta pelos indicadores de gestão do fluxo de implementação dos programas e de avaliação de desempenho se relacionam com o público-alvo e com os objetivos do programa.

2.7.2 Propriedades dos indicadores dos programas finalísticos

Considerando as abordagens de diversos autores o Guia Metodológico (2010a) considera as propriedades dos indicadores, expostas no Quadro 22, como parte de dois grupos distintos: as propriedades essenciais e as propriedades complementares.

Quadro 22: Propriedades dos indicadores dos programas finalísticos

Categorias	Propriedades	Descrição
Essenciais	Validade	Capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar
	Confiabilidade	Devem ter origem em fontes confiáveis
	Simplicidade	Devem ser de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento pelo público em geral, interno ou externo
Complementares	Sensibilidade	Capacidade de refletir tempestivamente as mudanças decorrentes das intervenções realizadas
	Desagregabilidade	Capacidade de representação regionalizada de grupos sócio-demográficos, considerando que a dimensão territorial se apresenta como um componente essencial na implementação de políticas públicas

Categorias	Propriedades	Descrição
	Economicidade	Capacidade de ser obtido a custos módicos; a relação entre os custos de obtenção e os benefícios advindos deve ser favorável
	Estabilidade	Capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações
	Mensurabilidade	Capacidade de alcance e mensuração quando necessário, na sua versão mais atual, com maior precisão possível e sem ambiguidade
	Auditabilidade	Qualquer pessoa deve sentir-se apta a verificar a boa aplicação das regras de uso dos indicadores
Extras	Publicidade	Devem ser conhecidos e acessíveis a todos os níveis da instituição, bem como à sociedade
	Temporalidade	Deve considerar algumas questões temporais: em primeiro lugar o momento em que deve começar a medição; em segundo lugar a disponibilidade de obtenção quando os diferentes resultados começarem a acontecer; e, por fim, a possibilidade de que, por meio dessas medidas, seja possível realizar um acompanhamento periódico do desempenho do Programa
	Factibilidade	Deverá permitir dispor de indicadores de medição factível, em momentos adequados e com uma periodicidade que equilibre as necessidades de informação com os recursos técnicos e financeiros.

Fonte: BRASIL (2010a)

As propriedades essenciais: são aquelas que qualquer indicador de Programa deve apresentar, e sempre devem ser consideradas como critérios de escolha, independentemente da fase do ciclo de gestão em que se encontra o Programa (Planejamento, Execução, Avaliação etc.). São elas: validade, confiabilidade e simplicidade (BRASIL, 2010a).

As propriedades complementares: são também muito importantes, mas podem ser alvo de uma análise de *trade off* dependendo da fase do ciclo de gestão de Programas. São elas: sensibilidade, desagregabilidade, economicidade, estabilidade, mensurabilidade e auditabilidade (BRASIL, 2010a). O *trade off* decorre do fato que nem sempre é possível atender simultaneamente todas as propriedades, sendo necessário optar por algumas em detrimento de outras.

Além dessas propriedades, é importante que o processo de escolha de indicadores considere os seguintes aspectos: publicidade, temporalidade e factibilidade (BRASIL, 2010).

O TCU considera como necessárias aos indicadores de desempenho as seguintes propriedades expostas no Quadro 23. Ressalta-se que o enfoque do TCU é mais amplo considerando indicadores de desempenho *lato sensu* (incluindo área meio) e não apenas indicadores de programas finalísticos.

Quadro 23: Propriedades dos indicadores de desempenho

Propriedades	Descrição
Validade	O ID deve ser a expressão dos produtos essenciais de um processo. O enfoque deve ser nos produtos e nos resultados.
Comparabilidade	Deve possibilitar comparações ao longo do tempo e entre diferentes objetos de auditoria
Estabilidade	Deve ter estabilidade conceitual, sua forma de cálculo não deve variar no tempo, bem como devem ser estáveis os procedimentos de coleta de dados para sua apuração. Essas são condições necessárias ao emprego de indicadores para avaliar o desempenho ao longo do tempo.
Homogeneidade	Devem ser consideradas apenas variáveis homogêneas. Por exemplo, ao estabelecer o custo médio por auditoria, devem-se identificar os diversos tipos de auditoria, já que para cada tipo tem-se uma composição de custo diversa
Praticidade	Deve ser útil para o monitoramento e a tomada de decisões. Para tanto, deve ser testado, modificado ou excluído quando não atender a essa condição
Independência	Deve medir os resultados atribuíveis às ações que se quer monitorar, devendo ser evitados indicadores que possam ser influenciados por fatores externos.
Confiabilidade	A fonte de dados utilizada para o cálculo do indicador deve ser confiável, de tal forma que diferentes avaliadores possam chegar aos mesmos resultados (ISSAI 3000/4, 2004)
Seletividade	Deve-se estabelecer um número equilibrado de indicadores que enfoquem os aspectos essenciais do que se quer medir
Compreensão	Deve ser de fácil compreensão e não envolver dificuldades de cálculo ou de uso. Indicadores que medem mais de uma variável e apresentam métricas não intuitivas podem ser usados, e às vezes devem sê-lo, quando têm aceitação e validade (ISSAI 3000/4, 2004).
Compleitude	Deve representar adequadamente a amplitude e a diversidade de características do fenômeno monitorado, resguardado o princípio da seletividade e da simplicidade (ISSAI 3000/4, 2004).
Economicidade	As informações necessárias ao cálculo do indicador devem ser coletadas e atualizadas a um custo razoável, quando comparado com a utilidade gerencial da informação que ele fornece
Acessibilidade	Deve haver facilidade de acesso às informações primárias bem como de registro e manutenção para o cálculo dos indicadores
Tempestividade	A apuração do indicador deve estar disponível quando necessária, em tempo para a tomada de decisão
Objetividade	Deve ser inequívoco sobre o que está sendo medido e quais dados estão sendo usados em sua apuração. A objetividade inclui clareza sobre a definição do indicador, de forma a evitar disputa sobre seu significado, especialmente no caso de indicadores multidimensionais (USAID, 1998).

Fonte: BRASIL (2011a)

Da comparação entre as propriedades selecionadas pelo Guia Metodológico, expostas no Quadro 22, e as propriedades selecionadas pelo TCU, expostas no Quadro 23, elaborou-se o Quadro 24 relacionando as propriedades em comum conforme os conceitos citados anteriormente.

Quadro 24: Propriedades dos Indicadores dos programas finalísticos comparadas com as propriedades dos indicadores de desempenho de gestão do TCU

Propriedades - Guia Metodológico	Propriedades – TCU
Validade	Validade
Confiabilidade	Confiabilidade
Simplicidade	Compreensão
	Objetividade
	Compleitude

Propriedades - Guia Metodológico	Propriedades – TCU
Sensibilidade	Praticidade
Economicidade	Economicidade
Factibilidade	
Estabilidade	Comparabilidade
	Estabilidade
Temporalidade	Tempestividade
Auditabilidade	Acessibilidade
Publicidade	
Mensurabilidade	-
Desagregabilidade	
-	Seletividade
	Homogeneidade
	Independência

Fonte: Elaboração própria

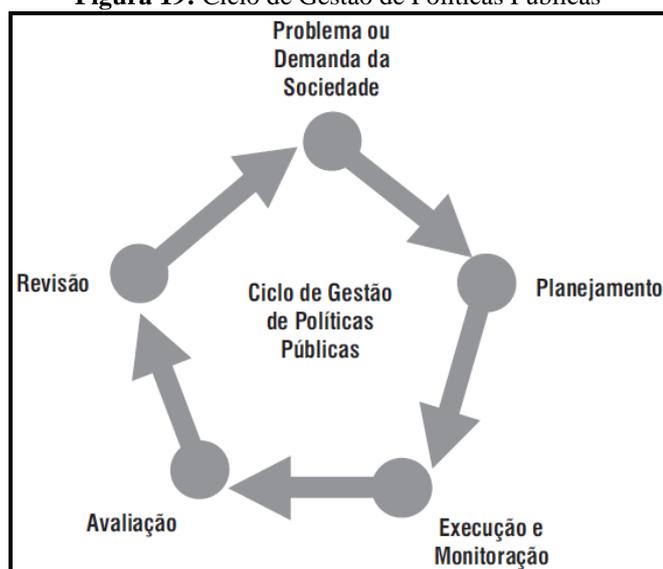
Além das propriedades citadas do Guia Metodológico e na Portaria SEGECEX N° 33 de 2010, o TCU considera como essenciais a propriedade da utilidade (BRASIL, 2011b).

A propriedade da utilidade consiste na utilização efetiva do indicador em processo de tomada de decisão gerencial que afete o desempenho da UJ. A utilidade de um indicador está diretamente relacionada à sua representatividade em medir o fenômeno-objeto, isto é, computar em uma única expressão as múltiplas variáveis correlacionadas com o fenômeno-objeto. Um indicador é útil quando ele “traduz” para o observador do fenômeno-objeto uma situação relacionada com o seu interesse de análise (BRASIL, 2011b).

Diante do exposto, conclui-se que existem propriedades dos indicadores de programas finalísticos e dos indicadores desempenho de gestão (institucionais) que são comuns entre si. No entanto, conforme visto nas Figuras 16 e 17 os indicadores de programa finalísticos possuem como diferencial o fato de estarem orientado para medir além dos resultados, os impactos. Os indicadores de desempenho da gestão se propõem por sua vez a medir além dos resultados finalísticos, os resultados da área meio.

2.7.3 O Sistema de M&A do ciclo de políticas públicas e o papel dos indicadores

Focando-se mais especificamente nos indicadores de programas finalísticos faz-se necessário o estabelecimento do papel dos indicadores frente ao Sistema de Monitoramento e Avaliação do ciclo de Políticas Públicas. A Figura 19 ilustra o ciclo de políticas.

Figura 19: Ciclo de Gestão de Políticas Públicas

Fonte: Januzzi (2005)

Da Figura 19 se depreende que o ciclo de gestão das políticas públicas deve pautar-se pela retroalimentação. Dessa forma, políticas públicas avaliadas com resultado insuficiente ou aquém do esperado devem ser revisadas. A revisão no ciclo do PPA 2008-2011 consiste no replanejamento do desenho do programa ou exclusão do programa. No entanto, para que isso ocorra faz-se necessário o estabelecimento de um Sistema de Monitoramento e Avaliação.

Januzzi (2011) preceitua que um Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) deve ser composto por um conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e formalizadas – de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na Gestão de Políticas Públicas, de seus programas, produtos e serviços, por meio das organizações, agentes e públicos-alvo envolvidos, com a finalidade de subsidiar a tomada decisão quanto aos esforços necessários para garantir maior efetividade da ação pública.

Ainda segundo o autor um Sistema de M&A de políticas públicas deve ser orientado para atingir as seguintes finalidades:

- Prover informação para análise das “entregas” de produtos e serviços para correção de eventuais falhas da ação governamental;
- Produzir conhecimento sobre os impactos das Políticas e programas, bem como os custos de produção dos mesmos;
- Garantir maior transparência à forma de utilização dos recursos públicos;
- Subsidiar decisões sobre o mérito e relevância das Políticas e programas na repartição orçamentária, ainda que não os únicos, nem necessariamente os mais legítimos.

Os indicadores por sua vez são as ferramentas que o Sistema de M&A dispõe para evidenciar o atendimento das finalidades. Porém, conforme a etapa do ciclo das políticas

públicas determinadas propriedades são mais importantes que outras a fim de atingir seus objetivos.

O Quadro 25 mostra a relação entre a etapa do ciclo de gestão das políticas públicas e as características que os indicadores devem conter para aquela etapa. Quanto à etapa de avaliação que é o enfoque deste estudo, ressalta-se que ela deve priorizar indicadores de resultado com as seguintes propriedades: validade, disponibilidade, simplicidade e estabilidade. Estes indicadores de resultados podem ser obtidos por de pesquisas amostrais ou dirigidas; registros administrativos; dados gerados pelos programas.

Quadro 25: Propriedades dos indicadores conforme as etapas da política pública

Etapas	Objetivos	Propriedades prioritárias	Tipologias	Principais fontes
Demanda ou problema	Conhecer e diagnosticar problemas, demanda da sociedade ou potencialidades	Validade, confiabilidade.	Indicadores analíticos. Indicadores objetivos.	Censo demográfico, Censo populacional, Pesquisas amostrais diversas (PNAD, PME).
Planejamento	Definir causas e consequências do problema, objetivos, referenciais, indicadores, ações e resultados intermediários e final	Validade, confiabilidade e desagregabilidade	Indicadores de insumo, de produto e de resultado. Indicadores Sintéticos.	Censo demográfico, Censo populacional, Pesquisas amostrais diversas.
Execução e Monitoramento	Gerenciar execução das ações, entrega de produtos e alcance de resultados intermediários e finais.	Sensibilidade, disponibilidade, economicidade, mensurabilidade e estabilidade.	Indicadores de Insumo, de Processo e de Produto.	Pesquisas amostrais; Registros administrativos (Saúde, Educação, etc.); Dados gerados pelos Programas.
Avaliação	Avaliar alcance de objetivos ou a eficácia dos Programas.	Validade, disponibilidade, simplicidade e estabilidade.	Indicadores de resultado.	Pesquisas amostrais ou dirigidas; Registros administrativos; Dados gerados pelos Programas.
Revisão	Realizar alterações e ajustes no Programa.	Validade, Confiabilidade e desagregabilidade.	Indicadores de insumo, de produto e de resultado. Indicadores Sintéticos.	Censo demográfico, Censo populacional, Pesquisas amostrais diversas.

Fonte: Adaptado de Januzzi (2005)

Por fim, recomenda-se que haja poucos indicadores. Um número excessivo de indicadores pode provocar trabalho excessivo, com relação aos benefícios que proporciona, e aumentar a possibilidade de que os gestores não os usem para a tomada de decisão (BRASIL, 2011a).

Do ponto de vista da organização pública, os indicadores fazem parte do sistema de *feedback* sobre desempenho e alimentam o processo de aprendizagem organizacional. Para os órgãos de controle, a existência de bons sistemas de monitoramento e avaliação, dos quais os

indicadores fazem parte, tornam o ambiente mais auditável. Trata-se, portanto, de ferramenta tanto de planejamento quanto de controle (BRASIL, 2011a).

Do ponto de vista da sociedade, os indicadores de desempenho contribuem para a transparência quanto à utilização dos recursos públicos e sobre os resultados que estão sendo alcançados (BRASIL, 2011a).

Salienta-se que autores como Miller e Evers (2002), Beckett e King (2002) sugerem que a participação dos cidadãos auxilia o planejamento orçamentário e recomendam que se deva incluir os mesmos quando as questões são compreensíveis e quando a participação do cidadão pode ser efetiva. Reforçando a idéia anterior, Santos (1993) afirma que no caso específico do processo orçamentário federal o excesso de detalhamento das despesas e a proximidade do orçamento impedem a transparência tão almejada pelos constituintes de 1988, tornando o processo orçamentário incompreensível inclusive para pessoas com qualificação especializada.

Comungando do pensamento de Santos (1993), Silva (1995) afirma que o processo orçamentário é absolutamente ininteligível e opaco e os conflitos clientelísticos e de interesses diversos tornam-se de difícil apreensão, tanto pelos parlamentares, como pela própria imprensa. Neste sentido, o controle social sobre o processo orçamentário é muito pequeno.

Dessa forma, entende-se que os indicadores dos programas finalísticos podem ser os instrumentos que permitem reduzir o risco de agência e inserir a sociedade na discussão do processo orçamentário.

2.7.4 Retrato dos indicadores dos programas finalísticos no orçamento federal

Nas seções anteriores buscou-se evidenciar que um indicador com as propriedades essenciais na visão do Guia Metodológico constitui em ferramenta gerencial para avaliar o desempenho dos programas finalísticos e a conseqüente tomada de decisão. Porém, qual é a qualidade dos indicadores de programas de acordo? A seguir estão apresentados os resultados de dois estudos, um do TCU e outro da SPI/MP.

O estudo do TCU publicado no Acórdão 102 de 2009 se subdivide em duas análises: quantitativa e qualitativa. O estudo restringiu-se aos 214 programas finalísticos do plano, que totalizam R\$ 2,1 trilhões previstos para os quatro anos do PPA 2008- 2011, cerca de 80% do total planejado pelo Governo Federal para o período. A Tabela 2 evidencia os resultados da análise quantitativa.

Tabela 2: Resultados da análise quantitativa dos indicadores dos programas finalísticos em 2008

Órgão responsável pelo programa finalístico	Programa sem indicador ou com falta de preenchimento em pelo menos um indicador		Programas com todos os atributos dos indicadores preenchidos		Total
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde
Câmara dos Deputados	1	100,0	-	-	1
Gabinete da Presidência da República	2	40,0	3	60,0	5
Justiça do DF e Territórios	-	-	1	100,0	1
Justiça do Trabalho	-	-	1	100,0	1
Justiça Eleitoral	-	-	1	100,0	1
Justiça Federal	-	-	1	100,0	1
Justiça Militar da União	-	-	1	100,0	1
MAPA	-	-	13	100,0	13
MCT	1	12,5	7	87,5	8
Ministério da Cultura	-	-	10	100,0	10
Ministério da Defesa	2	40,0	3	60,0	5
Ministério da Educação	-	-	8	100,00	8
Ministério da Fazenda	1	50,0	1	50,0	2
Ministério da Integração	4	40,0	6	60,0	10
Ministério da Justiça	1	11,1	8	88,9	9
Ministério da Previdência	-	-	5	100,0	5
Ministério da Saúde	-	-	12	100,0	12
Ministério das Cidades	-	-	8	100,0	9
Ministério das Comunicações	1	25	3	75,0	4
Ministério Relações Exteriores	-	-	4	100,0	4
Ministério das Minas e Energia	7	33,3	14	66,7	21
MDA	1	10	9	90,0	10
MDSCF	-	-	5	100,0	5
MDIC	-	-	8	100,0	8
Ministério Esporte	-	-	4	100,0	4
Ministério do Meio Ambiente	2	14,3	12	85,7	14
MP	2	66,7	1	33,3	3
MTE	-	-	9	100,0	9
Ministério Turismo	1	50,0	1	50,0	2
Ministério dos Transportes	9	100,0	-	-	9
Ministério Público da União	-	-	1	100,0	1
Ministério da Pesca	-	-	2	100,0	2
SEPPIR	-	-	2	100,0	2
SEPM	-	-	2	100,0	2
SEDH	5	50,0	5	50,0	10
Senado Federal	1	100,0	-	-	1
STJ	-	-	1	100,0	1
STF	-	-	1	100,0	1
Total	41	19,2	173	80,8	214

Fonte: Adaptado de Brasil (2009)

Da Tabela 2 observa-se que 41 programas apresentam carência de informações no SIGPLAN, aparentando deficiência em sua formulação. De acordo com o TCU, esse percentual de 19,2% evidencia melhora na informação de modo geral, uma vez que análise semelhante realizada sobre o PLPPA 2004-2007 apontou 55% de informações faltantes, tendo sido analisados apenas índice de referência, data de apuração desse índice e o índice ao final do plano.

Duas informações presentes na Tabela 2 se destacam. A primeira é que dois dos três programas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela coordenação do processo de planejamento no Governo Federal, estão com alguma falta de informação em seus indicadores. Isso evidencia a dificuldade de coordenação do processo de planejamento por parte da SPI, órgão responsável dentro do Ministério.

O segundo destaque refere-se ao fato de que 100% dos programas do Ministério dos Transportes apresentam alguma falta de informação em seus indicadores. Tal constatação merece destaque especialmente pelo fato de, no trabalho anterior já mencionado, ter sido constatada ausência de informações relativas aos indicadores de programas da Pasta no Projeto de Lei do PPA 2004-2007.

Na análise qualitativa, o TCU observou os seguintes atributos do programa: objetivo, público-alvo e indicador⁴⁵, tendo sido observados no caso deste último os atributos unidade de medida, fórmula de cálculo, fonte, periodicidade, índice de referência, data de apuração do índice de referência e os índices previstos de 2008 a 2011. O Quadro 26 mostra os conceitos de cada atributo e o que o TCU considerou na análise, enquanto o Quadro 27 mostra os resultados por atributo.

Quadro 26: Relação de atributos e itens avaliados na análise qualitativa

Atributo	Conceito	O que foi avaliado?
Objetivo	Expressa o resultado que se deseja alcançar. A transformação da situação a qual o programa se propõe modificar. Deve ser expresso com concisão, precisão, evitando a generalidade, dando a ideia do que se pretende de forma clara, categórica e determinante.	Problema e resultado
Público-alvo	Especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que se beneficia(m) direta e legitimamente com sua execução. São os grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores que serão atingidos diretamente pelos resultados do programa. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.	Precisão e foco
Indicador	Instrumento capaz de medir o desempenho do programa. Deve ser passível de aferição e coerente com o objetivo estabelecido, ser sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. O indicador permite, conforme o caso, mensurar a eficácia, eficiência ou efetividade alcançada com a execução do programa. Para cada programa finalístico é obrigatório haver ao menos um indicador. Para os programas de apoio às políticas e áreas especiais a presença de indicadores é facultativa.	Se os indicadores são aferíveis, apuráveis, coerentes, sensíveis, adequados aos objetivos do programa e se são relacionados

Fonte: Adaptado de Brasil (2009)

⁴⁵ A Figura 15 da Seção 2.7.1 mostra os elementos básicos de um programa.

Quadro 27: Resultados da análise qualitativa dos indicadores dos programas finalísticos em 2008

Atributo	Item avaliado	Resultado
Objetivo ⁴⁶	Problema	Para 100% dos programas finalísticos o problema pode ser adequadamente identificado por meio da leitura do objetivo do programa
	Resultado	Para 100% dos programas analisados os resultados estavam adequadamente expressos no objetivo dos programas
Público-alvo	Precisão	180 programas tinham público-alvo preciso, em 31 programas o público-alvo estava preciso, mas havia necessidade de definição de alguns termos e em apenas três programas o público-alvo estava impreciso
	Foco	100% dos programas analisados estão adequadamente focados.
Indicador ⁴⁷	As metas estavam coerentes com os objetivos do programa	O resultado da análise para este atributo é de que 74% dos indicadores podem ser considerados coerentes, enquanto 26% apresentam algum nível de incoerência com os objetivos do programa, seja por não terem meta ou por as terem, mas sem relação direta com o programa.

Fonte: Adaptado de Brasil (2009)

Em 2010 a SPI realizou um estudo sobre as inconsistências nos indicadores dos programas finalísticos referentes à LOA 2009. Este estudo se assemelha à análise quantitativa realizada pelo TCU. A Tabela 3 mostra os resultados do estudo da SPI comparados com os resultados do estudo do TCU⁴⁸.

Observa-se que na visão da SPI houve um acréscimo das inconsistências dos indicadores de programas finalísticos. Uma das explicações para o aumento das inconsistências se deve ao resultado da SPI ter incorporado em sua análise a ausência de metas, enquanto o TCU considerou a ausência de metas como parte da análise qualitativa. Assim, dentre as principais inconsistências consideradas no estudo estão a falta de preenchimento e falta de índices a alcançar em 2010 e 2011. Observa-se também que houve um acréscimo no número de indicadores, que saltou de 721 em 2008 para 813 em 2009. Diante do exposto, conclui-se que há uma pré-disposição, em especial do Executivo, para obter informações que direcionem a tomada de decisão.

Por fim, observando mais um resultado sugestivo, pendente, porém de análise empírica de causalidade, nota-se que curiosamente a área que possui maiores problemas com indicadores é a área de infra-estrutura que possui como grupos de interesse as empreiteiras. A área que possui menos problemas com indicadores, tanto na visão do TCU quanto na visão da SPI, é a área social.

⁴⁶ O TCU ressalta que fato desta análise ter concluído que 100% das caracterizações de problemas e resultados nos objetivos dos programas são adequados, por meio apenas da análise de banco de dados, não representa que não haja necessidade de melhorias, ou que não existem falhas que possam ser encontradas em uma análise mais aprofundada.

⁴⁷ Nos demais itens de avaliação (indicadores aferíveis, apuráveis, coerentes, sensíveis) mais de 96% dos indicadores dos programas estavam adequados.

⁴⁸ Não foi possível obter o resultado da SPI por programas, apenas por indicadores.

Tabela 3: Resultado da análise quantitativa do TCU em 2008 e da análise quantitativa e qualitativa da SPI em 2009

Área estratégia visão SPI	Órgão responsável pelo programa finalístico	Indicador com inconsistência				Indicador sem inconsistência			
		TCU - 2008 ⁴⁹		SPI -2009 ⁵⁰		TCU - 2008		SPI -2009	
		Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Social	Ministério da Cultura	-	-	11	84,6	14	100,0	2	15,4
	Ministério da Educação	-	-	5	12,5	40	0,00	35	87,5
	Ministério da Justiça	2	7,4	14	45,2	25	92,6	16	54,8
	Ministério da Previdência	-	-	5	45,5	10	100,0	6	54,5
	Ministério da Saúde	-	-	13	23,2	51	100,0	43	76,8
	Ministério das Cidades	-	-	21	61,8	26	100,0	34	38,2
	MDA	-	-	5	27,8	20	100,0	13	72,2
	MDSCF	-	-	6	33,3	19	100,0	12	66,7
	Ministério Esporte	-	-	4	50,0	7	100,0	4	50,0
	MTE	-	-	3	9,4	32	100,0	29	90,6
	SEPPIR	-	-	3	37,5	7	100,0	8	62,5
	SEPM	-	-	9	50,0	15	100,0	9	50,0
	SEDH	10	29,4	30	81,1	24	70,6	7	18,9
Subtotal		12	4,0	129	37,2	290	96,0	218	62,8
Infra- estrutura	Ministério da Integração	24	66,70	35	100,0	12	33,3	35	100,0
	Ministério das Comunicações	2	14,3	6	42,9	12	85,7	8	57,1
	MME	9	9,5	53	64,6	86	90,5	29	35,4
	Ministério dos Transportes	64	100,0	63	98,4	-	-	1	1,6
Subtotal		99	47,4	157	68,3	110	52,6	73	31,7
Econômica e áreas especiais	Câmara dos Deputados	-	-	-	-	-	-	-	-
	Gabinete da Presidência da República	7	43,8	21	95,5	9	56,2	1	4,5
	Justiça do DF e Territórios	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
	Justiça do Trabalho	-	-	-	-	4	100,0	4	100,0
	Justiça Eleitoral	-	-	1	50,0	2	100,0	1	50,0
	Justiça Federal	-	-	1	100,0	1	100,0	-	-
	Justiça Militar da União	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
	MAPA	-	-	24	39,3	52	100,0	37	60,7
	MCT	2	5,9	6	20,7	32	94,1	23	79,3
	Ministério da Defesa	1	20,0	-	-	4	50,0	7	100,0
	Ministério da Fazenda	1	20,0	11	52,4	4	80,0	10	47,6
	MRE	-	-	1	11,1	8	100,0	8	89,9
	MDIC	-	-	4	20,0	20	100,0	16	80,0
	MMA	2	4,4	23	60,5	43	95,6	15	39,5
	MP	2	40,0	3	30,0	3	60,0	7	70,0
	Ministério Turismo	3	60,0	4	100,0	2	40,0	0	0
	MPU	-	-	1	100,0	1	100,0	-	-
	Ministério da Pesca	-	-	3	100,0	3	100,0	-	-
	Senado Federal	0	-	-	-	-	-	-	-
	STJ	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
STF	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0	
Subtotal		18	8,6	103	43,6	192	91,2	133	56,4
TOTAL		129	17,9	389	47,8	592	82,1	424	52,2

Fonte: Adaptado de Brasil (2009), Pinho (2011)

Diante do exposto, retoma-se a discussão inicial: sabendo-se que o Poder Executivo e o Poder Legislativo detêm as informações sobre os indicadores finalísticos, durante todo o

⁴⁹ Em 2008 não havia indicador para os programas finalísticos da Câmara dos Deputados e para o Senado Federal e para um programa do MDA.

⁵⁰ Em 2009 não havia indicador para os programas finalísticos da Câmara dos Deputados e para o Senado Federal.

ciclo orçamentário, estariam essas informações influenciando a escolha pública quanto à alocação de recursos nos orçamentos subsequentes? Na Seção seguinte será mostrada a forma como este estudo responderá a este questionamento.

3.PROCEDER METODOLÓGICO

Esta seção trata da metodologia adotada nesta pesquisa. São apresentadas as fontes de onde foram coletados os dados; a forma como será executada a análise da alocação de recursos dos programas finalísticos; e os testes estatísticos aplicados nas séries temporais dos programas finalísticos selecionados para o estudo. Este estudo trabalha com dados agregados e o método hipotético-dedutivo (LAKATOS; MARCONI, 2010), pois se pretende a partir de uma análise dos programas finalísticos dos orçamentos federais de 2008 a 2011 generalizar resultados.

3.1 Fontes de Dados

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas cinco fontes de dados:

- Sistema de informações sobre as leis orçamentárias SIGA Brasil⁵¹;
- Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST)⁵²;
- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN)⁵³;
- Relatórios anuais de avaliação do PPA⁵⁴;
- Quadros de tramitação de projetos orçamentários⁵⁵.

Do sistema SIGA Brasil foram extraídas as informações sobre os recursos alocados nos seguintes momentos: (i) envio do PLOA ao CN representando os recursos alocados pelo Executivo inicialmente; (ii) devolução do PLOA aprovado pelo CN autografado pelo Relator do Orçamento, representando o PLOA incluindo as emendas dos parlamentares, para posterior sanção do Presidente da República; (iii) execução da LOA representando o que deixou de ser contingenciado pelo Presidente da República.

Os dados do SIGA Brasil referente à alocação dos recursos nas diversas etapas da LOA foram agrupados por programas. Dessa forma, foi construído inicialmente um banco de

⁵¹ Disponível em: http://www.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil.

⁵² Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=213&cat=310&sec=4&sub=295.

⁵³ Disponível em <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>.

⁵⁴ Disponíveis em: <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=197&cat=155&sec=10>.

⁵⁵ Disponíveis em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/créditos>.

dados contendo todos os 324 programas que constaram nos orçamentos federais de 2008, 2009, 2010 e 2011. Devido a uma limitação temporal do trabalho, as informações relacionadas à etapa de execução orçamentária e financeira da LOA 2011 ficaram fora do estudo, pois não estavam disponíveis em tempo hábil para a devida análise.

Durante a extração de dados do SIGA Brasil, observou-se que as informações quanto às alocações de recursos dos programas do Orçamento de Investimento estavam incompletas. Dessa forma, foi necessária a obtenção dos dados sobre estes programas disponíveis no site do DEST.

Após a construção do banco de dados geral com informações do SIGA Brasil e do DEST, foram excluídos os seguintes programas, considerados *outliers*, no período de 2008 a 2011, conforme Quadro 28.

Quadro 28: *Outliers* dos banco de dados contendo todos os programas

Programas excluídos	Motivo da exclusão
Programa 6001 - Apoio ao desenvolvimento urbano de municípios de pequeno porte	Executado apenas no orçamento de 2008.
Programa 0220 - Manutenção da malha rodoviária federal	
Programa 0229 - Corredor São Francisco	
Programa 0231 - Corredor Transmetropolitano	
Programa 0233 - Corredor MERCOSUL	
Programa 0235 - Corredor Nordeste	
Programa 0237 - Corredor Araguaia-Tocantins	
Programa 0999 - Reserva de Contingência	Não se trata de um programa, mas apenas de uma das fontes de recursos para créditos adicionais.
Programa 0499 - Áreas protegidas do Brasil	Encerrado em 2008.
Programa 1029 - Resposta aos Desastres	Não executado em 2009. Seus recursos destinam-se ao controle de desastres e catástrofes. Devido ao caráter episódico e restrito, não se enquadra no mesmo contexto dos demais programas.

Fonte: Elaboração própria

Na seqüência foi realizado um ajuste para o programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais. Em 2008 o programa possuía o código 0681, porém, a partir de 2009, passou para o código 0910. Assim, para aplicações desta pesquisa, o código 0681 foi convertido para 0910 haja vista tratar-se de um mesmo programa.

Dessa forma, este estudo contemplou os dados referentes a 312 programas, disponíveis para consulta nos Apêndices A, B, C e D.

Em seguida, com base nas informações do SIGPLAN, foi construído outro banco de dados contendo apenas os programas finalísticos (disponíveis nos Apêndices E, F, G e H). Na coleta de dados do SIGPLAN foram identificados 215 programas finalísticos, porém, foram excluídos os seguintes *outliers* no período de 2008 a 2011, conforme Quadro 29.

Quadro 29: *Outliers* dos banco de dados contendo todos os programas finalísticos

Programas excluídos	Motivo da exclusão
Programa 1029 - Resposta aos desastres	Não executado em 2009. Seus recursos destinarem-se ao controle de desastres e catástrofes. Devido ao caráter episódico e restrito, não se enquadra no mesmo contexto dos demais programas.
Programa 1209 - Banco para Todos	Apesar de estar cadastrado no SIGPLAN, não possuiu execução orçamentária de 2008 a 2011.
Programa 1321 - Habitação de Mercado	

Fonte: Elaboração própria

Na seqüência para os programas do banco de dados constante do Quadro 29 foram coletadas informações disponíveis nos relatórios anuais de avaliação do PPA sobre os indicadores dos 212 programas finalísticos construindo assim um banco de dados de indicadores.

As informações sobre os indicadores dos programas finalísticos dos relatórios anuais de avaliação, quando se fez necessário, foram cotejadas com as informações disponíveis no SIGPLAN. A partir da análise dessas duas bases de dados, relatórios de avaliação e SIGPLAN, foi realizado um novo exame dos indicadores dos programas finalísticos publicados em 2009, correspondentes à LOA executada em 2008, assim como uma reanálise dos indicadores dos programas finalísticos publicados em 2010, referente à LOA 2009.

Por fim, cabe acrescentar que as informações sobre o quadro de tramitação de projetos orçamentários estão detalhadas na seção 2.6 do referencial teórico.

3.2 A escolha pública dos poderes executivo e legislativo na alocação de recursos

A partir da identificação e da segregação dos recursos alocados por programas pelos atores políticos, Executivo e Legislativo, entre os anos de 2008 e 2011, nas seguintes etapas da LOA: (i) Elaboração; (ii) Discussão, Votação e Aprovação; e (iii) Execução Orçamentária e Financeira foram realizadas duas análises.

Na primeira examinou-se a escolha pública de cada Poder numa mesma etapa entre os anos da amostra (2008 a 2011). A segunda etapa analisou a escolha pública entre os Poderes em um mesmo ano.

Para ambas as etapas foram aplicados os testes não paramétricos de Friedman, de concordância de Kendall e de correlação de Spearman.

3.2.1 A escolha pública de cada Poder numa mesma etapa da LOA

Na primeira etapa da análise foram elaboradas séries históricas tendo por base os orçamentos de 2008, 2009, 2010 e 2011 nas etapas da LOA já mencionadas na Seção anterior. A finalidade das séries históricas foi montar *rankings* quanto à alocação de recursos pelos atores políticos nas etapas da LOA para os 312 programas (conglomerado de todos os programas) e dos 212 programas finalísticos (conglomerado dos programas finalísticos e que subsidiará a análise subsequente quanto à influência dos indicadores neste processo). Os Quadros 30, 31 e 32 apresentam os arranjos das séries históricas para cada etapa da LOA analisadas, assim como os resultados esperados:

Quadro 30: Arranjo das séries históricas para análise da etapa de Elaboração do PLOA

Elaboração do PLOA			
Fórmula	Produtos	O que se espera obter?	Código do Ranking
Valor alocado pelo Executivo no PLOA de 2008 ^a	4 <i>rankings</i> para todos os programas	Se a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos foi a mesma no período	AA
	4 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AB
Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2009 ^b – Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2008	3 <i>rankings</i> para todos os programas		AC
	3 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AD
(Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2009 ^b – Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2008)/ Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2008	3 <i>rankings</i> para todos os programas		AE
	3 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AF

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) este procedimento será replicado para os orçamentos de 2009, 2010 e 2011; b) este procedimento será replicado para os orçamentos de 2010 e 2011.

Quadro 31: Arranjo das séries históricas para análise da Etapa de Discussão, Votação e Aprovação do PLOA

Discussão, Votação, Aprovação e Sanção do PLOA			
Fórmula	Produtos	O que se espera obter?	Código do Ranking
Valor autografado PLOA de 2008 ^a – Valor do PLOA enviado ao CN de 2008	4 <i>rankings</i> para todos os programas	Se a escolha pública do Legislativo quanto à alocação de recursos foi a mesma no período	AG
	4 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AH
(Valor autografado PLOA de 2008 ^a – Valor do PLOA enviado ao CN de 2008)/ Valor do PLOA enviado ao CN de 2008	4 <i>rankings</i> para todos os programas		AI
	4 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AJ
(Valor autografado PLOA 2009 ^b – Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2009) - (Valor autografado PLOA 2008 – Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2008)	3 <i>rankings</i> para todos os programas		AK
	3 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AL

[(Valor autografado PLOA 2009 ^b – Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2009) - (Valor autografado PLOA 2008 – Valor alocado pelo Executivo no PLOA 2008)] / (Recurso autografado PLOA 2008 – Recurso alocado pelo Executivo no PLOA 2008)	3 <i>rankings</i> para todos os programas		AM
	3 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AN
Valor da dotação inicial 2008 ^a – Valor autografado 2008	4 <i>rankings</i> para todos os programas	Se a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos no momento do veto foi a mesma no período	AO
	4 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AP

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Este procedimento será replicado para os orçamentos de 2009, 2010 e 2011; b) Este procedimento será replicado para os orçamentos de 2010 e 2011.

Quadro 32: Arranjo das séries históricas para análise da Etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA

Execução da LOA			
Fórmula	Produtos	O que se espera obter?	Código do Ranking
Valor alocado pelo Executivo nas Dotações Iniciais da LOA de 2008 ^a	4 <i>rankings</i> para todos os programas	Se a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos foi a mesma no período	AQ
	4 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AR
Valor empenhado pelo Executivo na LOA de 2008 ^a	3 <i>rankings</i> para todos os programas		AS
	3 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AT
Valor empenhado pelo Executivo na LOA de 2008/ Valor alocado no PLOA de 2008 ^b	3 <i>rankings</i> para todos os programas		AU
	3 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AV
Valor empenhado pelo Executivo na LOA de 2008/ Valor alocado na dotação inicial da LOA de 2008 ^b	3 <i>rankings</i> para todos os programas		AW
	3 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AX
Valor empenhado pelo Executivo na LOA de 2009 ^c - Valor empenhado pelo Executivo na LOA de 2008	2 <i>rankings</i> para todos os programas		AY
	2 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		AZ
(Valor empenhado pelo Executivo na LOA de 2009 ^c - Valor empenhado pelo Executivo na LOA de 2008)/ Valor empenhado na LOA de 2008	2 <i>rankings</i> para todos os programas		BA
	2 <i>rankings</i> para os programas finalísticos		BB

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) este procedimento será replicado para os orçamentos de 2009, 2010 e 2011; b) este procedimento será replicado para os orçamentos de 2009 e 2010; c) este procedimento será replicado para 2010.

As séries históricas permitem uma análise quanto ao volume de recursos por programas nas diversas etapas do orçamento. Além disso, elas permitem a elaboração dos *rankings* de todos os programas da LOA, inclusive os programas finalísticos, para cada relação investigada em cada Etapa da LOA.

Após a elaboração dos *rankings* foram aplicados os testes não paramétricos: de Friedman, de concordância de Kendall e de correlação de Spearman.

A utilização de testes não paramétricos em vez dos paramétricos é recomendada se:

- a) não existe estudo prévio que permita fazer comparações;
- b) a amostra é pequena, menos do que 200 observações;
- c) não se pode dizer nada a respeito da população de que a amostra foi retirada. Não se pode dizer se ela tem distribuição normal ou qualquer outra.

d) existe muita heterogeneidade nos dados (CONOVER, 1999; SIEGEL e CASTELLAN, 1988).

Se os dados incorrerem em uma ou mais dessas condições deve-se utilizar testes não paramétricos. Dessa forma, como este estudo atende ao primeiro quesito, optou-se pelo seu uso. Estes testes não paramétricos possuem como finalidade verificar:

-Se a escolha pública no processo de alocação de recursos pelo Executivo no orçamento federal, quando do envio do PLOA, seguiu o mesmo comportamento em 2008, 2009, 2010 e 2011;

-Se a escolha pública no processo de alocação de recursos pelo Legislativo no orçamento federal, quando da devolução do PLOA aprovado, (autógrafo do PLOA) seguiu o mesmo comportamento em 2008, 2009, 2010 e 2011;

-Se a escolha pública no processo de alocação de recursos pelo Executivo no orçamento federal, quando da execução LOA, seguiu o mesmo comportamento em 2008, 2009 e 2010.

O teste de Friedman é utilizado para verificar a hipótese nula de que os dados selecionados da amostra tenham sido extraídas dos mesma população (CONOVER, 1999; SIEGEL e CASTELLAN, 1988). A equação 1 dispõe sobre o teste de Friedman.

$$F_R = \frac{12}{rc(c + 1)} \sum_{j=1}^c R_j^2 - 3r(c + 1) \quad (1)$$

Na equação 1, r representa o número de blocos (linhas); c representa o número de objetos/tratamentos (colunas); R_j^2 representa o quadrado do total das somas de postos sobre as c condições.

O teste de Kendall (W) é sugerido por Conover (1999) e por Siegel e Castellan (1988) quando se deseja medir a concordância entre diversos julgamentos (escolhas) a respeito de

associação entre três ou mais variáveis. Tem especial aplicação como método-padrão de ordenação de elementos de acordo com consenso, quando não se dispõe de uma ordem objetiva dos mesmos. A equação 2 dispõe sobre o coeficiente de concordância W de Kendall.

$$W = \frac{(12 \sum_i^2 R) - 3k^2 N(N+1)^2}{K^2 N(N^2 - 1)} \quad (2)$$

Na equação 2, k representa a quantidade de juízes; N o número de objetos em cada *ranking* e $\sum Ri$ representa a soma dos quadrados dos *rankings* de cada N objetos *rankeados*.

Existe uma relação próxima entre o teste de Friedman e o coeficiente de concordância de Kendall. Eles utilizam o mesmo formato de construção do banco de dados e o mesmo χ^2 . Eles diferem apenas na formulação da hipótese nula. No teste de Friedman é que não há real diferença entre os tratamentos (objetos). O teste de Kendall foca nos julgadores e não objetos. Assim se a hipótese nula do teste de Kendall for verdadeira, isso significa que os juízes produziram *rankings* independentes uns dos outros, logo não se pode realizar o estudo de concordância (LEGENDRE, 2005). Seguem as hipóteses nulas de ambos os testes:

- H0 do teste de Friedman: Os n objetos foram extraídos da mesma população.
- H0 do teste de Kendall: Os *juízes* produzem *rankings* independentes dos objetos.

O Quadro 33 mostra como será agrupado o universo dos dados para a aplicação dos testes de Friedman e de concordância de Kendall.

Quadro 33: Agrupamento do universo estudado entre os anos por Poder para aplicação dos testes de Friedman e de Kendall

Bloco – b (“Juiz”)	“Tratamento” ou “Objeto”/ Programa - K				
	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4-211	Programa 312 ^a
Executivo na Elaboração do PLOA em 2008 ^b	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado
Executivo na Elaboração do PLOA em 2009 ^b	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado
Executivo na Elaboração do PLOA em 2010 ^b	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado
Executivo na Elaboração do PLOA em 2011 ^b	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) neste exemplo foram considerados todos os programas, caso fossem considerados apenas os programas finalísticos a quantidade de “objetos” seria 212; b) será realizado o mesmo estudo para o Poder Legislativo na aprovação da LOA e pelo Executivo na Execução da LOA.

No Quadro 33 observa-se o mesmo Poder em anos diferentes é representado por um bloco (que representa o juiz) e cada “objeto”, terminologia utilizada originalmente no teste, é

representado por um programa. Assim, pretende-se verificar qual o grau de concordância do mesmo juiz (Poder) em anos distintos.

Para fins de apresentação, a coluna do Programa 4-311 representa todos os programas que estariam dispostos entre o programa 3 e o programa 312. Dessa forma, espera-se obter o nível de concordância das escolhas públicas na alocação de recursos por programas na mesma etapa da LOA em anos diferentes.

Para aplicação dos testes de Friedman e de Kendall algumas premissas são necessárias:

-Os blocos são independentes;

-As observações de cada bloco podem ser *rankeadas* de acordo com algum critério de interesse (CONOVER, 1999).

A primeira premissa é atendida na medida em que um orçamento de um ano não precisa ser igual ao do ano anterior. A segunda premissa é atendida, pois há um módulo integrador entre cada ano no mesmo Poder: o programa.

No caso específico do teste de Kendall, caso o valor do coeficiente W seja 1 (um) há uma perfeita concordância entre os blocos (o mesmo Poder entre os anos); caso o valor se aproxime de 0 (zero) ou seja igual a zero, haverá uma perfeita discordância entre os blocos.

Iman et alli (1984) e Hora e Iman (1988) apud Conover (1999) afirmam que o teste de Friedman aplicado a universos com mais de 6 (seis) tratamentos é mais poderoso que o teste de Quade, descartando-se assim, esta eventual alternativa.

A eficiência do teste de Friedman chega a 91% quando $K = 20$, podendo atingir 95% quando K atinge valores maiores (SIEGEL; CASTELLAN, 1988) ; enquanto a eficiência do teste de Kendall chega a 95,5% quando K é grande (SIEGEL; CASTELLAN, 1988). Como neste estudo K será igual 212 em alguns *rankings* e a 312 em outros *rankings*, os resultados terão eficiência de 95,5%.

Após a aplicação dos testes de Friedman e de Kendall, ainda será aplicado o teste de Spearman. O r_s (ρ) de Spearman mede o grau de concordância entre os pares dos blocos selecionados do teste de Kendall (CONOVER, 1999: 382-383). A equação 3 dispõe sobre o coeficiente r_s de correlação de Spearman onde d_i a diferença entre os números de ordem das observações x_i e y_i , isto é, $d_i = n^\circ \text{ ordem de } x_i - n^\circ \text{ ordem de } y_i$:

$$r_s = 1 - \frac{6 \times \sum_{i=1}^N d_i^2}{N^3 - N} \quad (3)$$

O Quadro 34 mostra como será agrupado o universo dos dados para a aplicação do teste de Spearman.

Quadro 34: Agrupamento do universo estudado entre os anos por Poder para aplicação do teste de Spearman

<i>Objeto</i>	<i>Variável X</i>	<i>Variável Y</i>
	Executivo ^b na Elaboração do PLOA em 2008 ^c	Executivo ^b no envio do PLOA em 2009 ^c
Programa 1	Valor alocado	Valor alocado
Programa 2	Valor alocado	Valor alocado
Programa 3	Valor alocado	Valor alocado
Programa 4-211	Valor alocado	Valor alocado
Programa 312 ^a	Valor alocado	Valor alocado

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Neste exemplo foram considerados todos os programas. Caso fossem considerados apenas os programas finalísticos a quantidade de “objetos” seria 212; b) Será realizado o mesmo estudo para o Poder Legislativo na aprovação da LOA e para Executivo na Execução da LOA; c) Será realizada a comparação entre 2009 e 2010, entre 2010 e 2011, entre 2008 e 2010, entre 2009 e 2011, entre 2008 e 2011.

Caso o valor do coeficiente seja 1 (um) haverá uma perfeita concordância entre o par de blocos (poderes) selecionado; caso haja discordância entre os *rankings* dos pares de blocos selecionados o valor se afastará de 1, podendo assumir valores negativos até -1 (menos 1).

A eficiência do teste de Spearman chega a 91% quando K é grande (SIEGEL; CASTELLAN, 1988). Como neste estudo K será 212 em alguns *rankings* e 312 em outros *rankings*, os resultados deste estudo terão eficiência de 95,5%.

Uma diferença entre os métodos de Kendall e de Spearman ao exprimirem a concordância entre postos é que r_s (ρ) pode assumir valores entre -1 e + 1 enquanto W só toma valores entre 0 e +1. A razão pela qual W não pode tomar valores negativos é que quando estão em jogo mais de dois conjuntos de postos, esses conjuntos não podem ser completamente discordantes. Assim, k juízes podem todos concordar, mas é impossível eles discordarem completamente (SIEGEL, 1975). Diante do exposto, justifica-se a necessidade de aplicar ambos os testes para analisar o comportamento do mesmo Poder entre anos. Para ambos os teste será utilizado o parâmetro de análise dos resultados constante no Quadro 35.

Quadro 35: Parâmetros de análise do teste de Kendall e de Spearman

Resultado	Correlação (r_s) ^a /Concordância (W) ^a
[0,9; 1]	Muito Forte
[0,75; 0,9[Forte
[0,5; 0,75[Moderada
[0,25; 0,5[Fraca
[0,0;0,25[Muito fraca

Fonte: Finney (1980)

Legenda: a) no caso do teste de Spearman os valores variam de -1 a +1; b) a interpretação do nível de concordância foi adaptada para o mesmo raciocínio do nível de correlação.

Para aplicação dos testes de Kendall e de Spearman utilizou-se o software SPSS versão 17.0.

3.2.2 Análise da escolha pública entre os Poderes no mesmo ano

Observa-se que os *rankings* dispostos nos Quadros 30, 31 e 32 relacionam os mesmos atores, Executivo e Legislativo, entre anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Dessa forma, eles permitem apenas uma análise individual dos mesmos atores entre os anos, mas não entre diferentes atores no mesmo ano.

Foram realizadas combinações entre os *rankings* dos Quadros 30, 31 e 32 as quais estão consolidadas no Quadro 36. Essas combinações permitem uma análise dentro de cada ano, considerando a análise simultânea da alocação de recursos entre os atores nas etapas de Elaboração; de Discussão, Votação e Aprovação; e de Execução Orçamentária e Financeira.

Quadro 36: Arranjos para análise da relação dos atores entre si considerando o orçamento de determinado período

Ranking combinados	O que se espera obter?	Código do Ranking
Ranking AC de 2009 ^b , AK de 2009 ^b e AY de 2009 ^b .	Se a escolha pública do Executivo e do Legislativo quanto à alocação de recursos de todos os programas nas etapas de elaboração; discussão, votação e aprovação; e execução foi semelhante numa perspectiva incremental	BM, BN
Ranking AD de 2009 ^b , AL de 2009 ^b e AZ 2009 ^b .	Se a escolha pública do Executivo e do Legislativo quanto à alocação de recursos dos programas finalísticos nas etapas de elaboração; discussão, votação e aprovação; e execução foi semelhante numa perspectiva incremental	BO, BP
Ranking AU de 2008 ^c de AU e AW de 2008 ^c .	Se a escolha pública do Executivo e do Legislativo quanto à alocação de recursos de todos os programas nas etapas de elaboração, discussão e execução foi semelhante numa perspectiva estática	BQ, BR, BS
Ranking AV de 2008 ^c e AX de 2008 ^c .	Se a escolha pública do Executivo e do Legislativo quanto à alocação de recursos dos programas finalísticos nas etapas de elaboração, discussão e execução foi semelhante numa perspectiva estática	BT, BU, BV

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) será replicado para 2010 e 2011; b) será replicado para 2010; c) será replicado para 2009 e 2010.

Diante do exposto, observa-se que o *ranking* BC será a combinação do *Ranking* AC de 2009 com o *Ranking* AK de 2009; o *ranking* BM será a combinação do *Ranking* AC de 2009 com os *Rankings* AK e AY de 2009; o *ranking* BQ será a combinação do *Ranking* AU de 2008 com o *Ranking* AW de 2008. Este mesmo raciocínio será seguido para os demais *rankings*.

De posse dos novos arranjos, foram aplicados novamente os teste de Friedman, de Kendall e de Spearman, de Kendall com a finalidade de verificar se o processo de alocação de recursos entre os poderes seguiu o mesmo comportamento no mesmo ciclo orçamentário de 2008 a 2011. O Quadro 37 aponta como será agrupado o universo dos dados para a aplicação dos testes de Friedman e de concordância de Kendall.

Quadro 37: Agrupamento do universo estudado entre os Poderes no mesmo ano para aplicação do teste de Kendall

Bloco – <i>b</i> (“juiz”)	Objeto/ Programa – <i>K</i>				
	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4-211	Programa 312 ^a
Executivo na Elaboração do PLOA do ano 2008	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado
Legislativo na Aprovação do PLOA do ano 2008	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado
Executivo na Execução da LOA do ano 2008	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado	Valor alocado

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Neste exemplo foram considerados todos os programas, caso fossem considerados apenas os programas finalísticos a quantidade de “tratamentos” seria 212.

No Quadro 37, observa-se que cada Poder é representado por um bloco (juiz) e cada “objeto”, terminologia utilizada originalmente no teste, é representado por um programa. Dessa forma, esperasse obter se a alocação de recursos dentro dos programas entre as etapas da LOA tem o mesmo efeito.

Para aplicação do teste de Friedman e de Kendall algumas premissas devem ser observadas:

- Os blocos são independentes;
- As observações de cada bloco podem ser *rankeadas* de acordo com algum critério de interesse (CONOVER, 1999).

A primeira premissa é atendida na medida em que os Poderes têm autonomia e independência assegurada pela CF em cada etapa. Ainda nesse sentido, quanto à relação entre a etapa de Elaboração, exercida pelo Executivo, e a etapa de Execução exercida também pelo Executivo, ressalta-se que o orçamento é autorizativo e não mandatório (GIACOMONI, 2010). Dessa forma, pelo menos teoricamente o Poder Executivo pode executar, empenhar,

mais despesas em programas que julgue importante que em outros, a despeito do valor autorizado. O Executivo, ainda na etapa de Execução, pode abrir créditos adicionais utilizando como fonte de recursos dotações de programas, já aprovadas pelo Legislativo, que julgue menos importantes.

A segunda premissa é também atendida, pois há um módulo integrador entre cada ano no mesmo Poder, o programa.

Após a aplicação dos teste de Friedman e de Kendall será aplicado o teste de Spearman. O Quadro 38 mostra como será agrupado o universo dos dados para a aplicação do teste de Spearman.

Quadro 38: Agrupamento do universo estudado entre os anos por Poder para aplicação do teste de Spearman

<i>Objeto</i>	<i>Variável X</i>	<i>Variável Y</i>
	Executivo ^b na Elaboração do PLOA em 2008 ^c	Legislativo ^b na Aprovação do PLOA em 2008 ^c
Programa 1	Valor alocado	Valor alocado
Programa 2	Valor alocado	Valor alocado
Programa 3	Valor alocado	Valor alocado
Programa 4-211	Valor alocado	Valor alocado
Programa 312 ^a	Valor alocado	Valor alocado

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Neste exemplo foram considerados todos os programas, caso fossem considerados apenas os programas finalísticos a quantidade de “objetos” seria 212; b) Será realizado o mesmo estudo comparando: Executivo na Elaboração do PLOA e Executivo na Execução da LOA, Legislativo ^b na Aprovação do PLOA e Executivo na Execução da LOA; c) Será realizado o mesmo estudo para 2009, 2010 e 2011.

Para aplicação dos testes de Friedman, de Spearman e de Kendall utilizou-se o software SPSS versão 17.0.

3.3 Grupos de interesses no orçamento federal

De posse dos *rankings* elaborados na Seção 3.2 buscou-se identificar os 10 programas que mais se beneficiariam e os 10 programas que menos se beneficiaram (mais se prejudicaram) nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011. Com a finalidade de evidenciar a materialidade envolvida, para cada programa selecionado contará com valor percentual alocado nos orçamentos de 2008 a 2011.

Após se identificarem os programas será realizada a identificação do público-alvo disponível nos relatórios anuais de avaliação e no SIGPLAN. O Quadro 39 mostra os *rankings* utilizados nesta análise.

Quadro 39: *Rankings* cujos resultados consolidados servirão de base para a análise dos grupos de interesse

Perspectiva	Rankings selecionados em cada etapas da LOA para efetuar a análise		
	Elaboração	Discussão, Votação e Aprovação	Execução Orçamentária e Financeira
Todos os programas	AA	AG	AQ
Todos os programas finalísticos	AB	AH	AT

Fonte: Elaboração própria

3.4 Análise descritiva dos indicadores

Nesta etapa da pesquisa realizou-se a identificação dos indicadores por programas e por órgãos com as respectivas inconsistências. Para tanto foi elaborado um banco de dados de indicadores contendo os seguintes filtros: a) Código do programa; b) Descrição do programa; c) Descrição do órgão responsável pelo programa; d) Descrição do indicador; e) Índice de referência; f) Data de apuração do índice de referência; g) Índice medido em 2008; h) Índice medido em 2009; i) Índice medido em 2010; j) Índice previsto para 2011.

Após a elaboração do banco de dados, foram inseridos ao lado dos filtros “e”, “g”, “h”, “i” e “j” campos que permitam identificar as inconsistências quantitativas.

Para análise quantitativa foram utilizados os mesmos critérios utilizados pelo estudo do TCU e da SPI para considerar um indicador inconsistente quantitativamente, quais sejam:

-Programa sem indicador;

-Programa com falta de preenchimento em pelo menos um indicador.

Considerou-se ainda na análise, a divisão dos programas nas três áreas estratégicas na perspectiva da SPI: social; infraestrutura; econômica e áreas especiais.

Na construção do banco de dados os programas 1078 - Nacional de Acessibilidade e 1086 – Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência por serem multissetoriais, executados por mais de um Ministério, foram considerados como sendo apenas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que é o Órgão Superior responsável pelo gerenciamento do programa segundo a lei 11653/2008.

Após a elaboração do banco de dados foi realizada a análise quanto às inconsistências quantitativa dos indicadores. Para tanto se verificou aqueles programas que não tiveram a apuração e publicação dos resultados alcançados.

3.5 Testes de Hipóteses

Esta seção trata dos Testes das Hipóteses. Dessa forma, as hipóteses explícitas derivadas da teoria de que indicadores de desempenho influenciam a alocação de recursos serão verificadas por um modelo estatístico não paramétrico de análise.

Quanto ao *timing* para o possível uso dos indicadores, ressalta-se que os indicadores da LOA 2008 publicados no relatório anual de avaliação em 15 de setembro de 2009, mas já disponíveis em SIGPLAN em 15 de fevereiro de 2009, e que podem auxiliar o processo de alocação de recursos no PLOA 2010, uma vez que quando os resultados dos indicadores de desempenho estão disponíveis, a LOA 2009 já está em execução. O Quadro 40 mostra as hipóteses e a relação entre as variáveis que serão comparadas.

Quadro 40: Hipóteses de pesquisa

Hipóteses	Relação entre variáveis
Os indicadores de desempenho influenciam a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Executivo quando do envio do PLOA.	Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores do PLOA 2010 enviado ao CN em 2009
	Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores do PLOA 2011 enviado ao CN 2010
Os indicadores de desempenho influenciam a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Legislativo quando da devolução do PLOA aprovado.	Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores do PLOA 2010 devolvido aprovado pelo CN em 2009
	Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores do PLOA 2011 devolvido aprovado pelo CN em 2010
Os indicadores de desempenho influenciam a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Legislativo quando da execução da LOA.	Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores da LOA 2009 executada pelo Executivo em 2009
	Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores da LOA 2010 executada pelo Executivo em 2010
	Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores da LOA 2010 executada pelo Executivo em 2010

Fonte: Elaboração própria

No estudo de Jordan e Hackbart (1999) 63,4% dos estados federados dos EUA afirmam utilizar os indicadores de desempenho como instrumento de decisão para alocar os recursos nos orçamentos seguintes. Assim espera-se que os indicadores sejam utilizados pelo Governo na alocação de recursos nos orçamentos seguintes.

Considerando a relação entre o Executivo-Legislativo e o uso de indicadores como critério na alocação de recursos, no caso norte-americano o Legislativo tem poucos incentivos para solicitar e utilizar informações sobre o desempenho dos programas. Tal fato decorre do risco que as informações geradas pelos indicadores possam servir de questionamento sobre o desempenho de programas individuais e podendo vir a afetar popularidade do legislador nos locais onde o programa é executado (STALEBRINK, FRISCO, 2011).

Quanto ao uso dos indicadores pelo Legislativo, no caso norte-americano, a evidência gerada a partir de estudos que buscaram explorar relação entre os escores do PART e

alocações de recursos pelo Congresso, ou foram inconclusivas ou indicaram uma ligação muito fraca (STALEBRINK; FRISCO, 2011).

Dessa forma no caso norte-americano, se por um lado os Estados Federados afirmam que utilizam os indicadores como critério para a alocação de recursos nos orçamentos seguintes; por outro lado no nível Federal na relação Executivo-Legislativo, existe o risco do Legislativo não utilizar os indicadores como instrumentos para alocação de recursos.

No caso do Brasil não foram encontrados estudos empíricos sobre a relação entre indicadores de desempenho dos programas finalísticos e alocação de recursos no orçamento federal.

Quanto aos pressupostos das hipóteses, no Brasil apesar de não haver legislação orçamentária que obrigue a utilização dos indicadores de desempenho na alocação de recursos, é sabido que no orçamento-programa, que é a metodologia adotada para as propostas orçamentárias, são utilizados indicadores que avaliem a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas de governo as Ações governamentais, bem como as decisões orçamentárias são tomadas com base nas avaliações e análises técnicas; nas emendas parlamentares coletivas de bancada estadual, que ao lado das emendas comissão representam aproximadamente 85% do volume de recursos das emendas, a relação benefício-custo é condição de admissibilidade para aprovação das mesmas; apesar de sugestivo e de fazer sentido que exista um “jogo orçamentário”, o estudo empírico de Limongi e Figueiredo (2005) mostrou que o Legislativo adota um papel ator coadjuvante, assim o Executivo que desempenha o papel de ator principal vem dando ênfase no uso dos indicadores, vide a publicação do Guia Metodológico em 2010.

A construção das duas variáveis para as hipóteses do Quadro 40 e que serão utilizadas nos testes: Qui-Quadrado, Exato de Fisher e dependência Phi estão sintetizadas nos Quadros 41 e 42.

Quadro 41: Discriminação das variáveis dependentes e independentes – perspectiva branda

Relação entre variáveis	Variável Independente e Proxy		Variável Dependente e proxy	
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores do PLOA 2010 enviado ao CN em 2009	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)	0= programa cujos indicadores não possuem nenhuma inconsistência quantitativa 1 = programa cujo algum indicador apresenta inconsistência quantitativa	PLEnv2010 ^a (variável <i>dummy</i>)	0 = programas que não tiveram recursos aumentados 1 = programas que tiveram recursos aumentados
Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores do PLOA 2011 enviado ao CN 2010	IND 2009 (variável <i>dummy</i>)		PLEnv2011 ^a (variável <i>dummy</i>)	
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores do PLOA 2010 devolvido aprovado pelo CN em 2009	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)		PLDev2010 ^b (variável <i>dummy</i>)	

Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores do PLOA 2011 devolvido aprovado pelo CN em 2010	IND 2009 (variável <i>dummy</i>)	PLDev2011 ^b (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores da LOA 2009 executada pelo Executivo em 2009	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)	LOAExe2009 ^c (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores da LOA 2010 executada pelo Executivo em 2010	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)	LOAExe2010 ^c (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores da LOA 2010 executada pelo Executivo em 2010	IND 2009 (variável <i>dummy</i>)	LOAExe2010 ^c (variável <i>dummy</i>)

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Obtido a partir do *ranking* AD; b) Obtido a partir do *ranking* AH; c) Obtido a partir do *ranking* AZ.

Quadro 42: Discriminação das variáveis dependentes e independentes – perspectiva rigorosa

Relação entre variáveis	Variável Independente e Proxy	Variável Dependente e proxy
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores do PLOA 2010 enviado ao CN em 2009	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)	PLEnv2010 ^a (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores do PLOA 2011 enviado ao CN 2010	IND 2009 (variável <i>dummy</i>)	PLEnv2011 ^a (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores do PLOA 2010 devolvido aprovado pelo CN em 2009	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)	PLDev2010 ^b (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores do PLOA 2011 devolvido aprovado pelo CN em 2010	IND 2009 (variável <i>dummy</i>)	PLDev2011 ^b (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores da LOA 2009 executada pelo Executivo em 2009	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)	LOAExe2009 ^c (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2008 publicados em 2009 e os valores da LOA 2010 executada pelo Executivo em 2010	IND 2008 (variável <i>dummy</i>)	LOAExe2010 ^c (variável <i>dummy</i>)
Indicadores de 2009 publicados em 2010 e os valores da LOA 2010 executada pelo Executivo em 2010	IND 2009 (variável <i>dummy</i>)	LOAExe2010 ^c (variável <i>dummy</i>)

0 = programa cujos indicadores não possuem nenhuma inconsistência quantitativa ou programas com mais de um indicador cujo pelo menos um esteja consistente
1 = programa cujos todos indicadores apresentam inconsistências quantitativas

0 = programas que não tiveram recursos aumentados
1 = programas que tiveram recursos aumentados

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Obtido a partir do *ranking* AD; b) Obtido a partir do *ranking* AH; c) Obtido a partir do *ranking* AZ.

Observa-se que pela construção da *proxy* da variável independente foram considerados dois cenários: um para programas cujos indicadores possuem, na totalidade, inconsistência quantitativa (perspectiva rigorosa); um para programas cujo com menos um indicador apresentando inconsistência quantitativa (perspectiva branda). O objetivo da construção

desses cenários é avaliar como se comportam as escolhas públicas na alocação de recursos para programas que não apresentam quaisquer resultados; e avaliar como se comportam as escolhas públicas na alocação de recursos para programas que apresentam alguns resultados ainda que com deficiências.

Quanto à construção da *Proxy* da variável dependente foi considerado o seguinte cenário: programas que tiveram aumento dos recursos.

Dessa forma, a partir do cruzamento das *proxies* serão construídas 14 tabelas de contingência (dois cenários de variáveis independentes multiplicados por um cenário de variável dependente e por sete tipos de relações entre de variáveis) que permitiram responder os testes de hipóteses e, por conseguinte, a questão de pesquisa.

Para análise da independência entre as variáveis foram escolhidos o testes: Qui-quadrado e exato de Fisher. Para análise da dependência entre as variáveis foi escolhido o teste Phi. O Quadro 43 mostra as hipóteses dos testes, com as perguntas sínteses e o poder de eficiência do teste para as Tabelas de Contingência que serão produzidas com os requisitos dos Quadros 41 e 42.

Quadro 43: Hipóteses e eficiência dos testes: Qui-quadrado de Pearson, Exato de Fisher e de dependência Phi.

Teste	H ₀	H ₁	Pergunta síntese do resultado do teste	Poder de eficiência do teste
Qui-Quadrado de Pearson	$p_{ij} = p_i * p_j$	$p_{ij} \neq p_i * p_j$	As variáveis são independentes?	Próximo de 100% quando N é grande
Exato de Fisher	P (observação da linha 1 ser classificada na coluna 1) = P (observação da linha 2 ser classificada na coluna 2)	P (observação da linha 1 ser classificada na coluna 1) \neq P (observação da linha 2 ser classificada na coluna 2)	Qual é a probabilidade quando H ₀ é verdadeira de ocorrência do resultado observado ou de resultados mais extremos?	Até 90% quando N é grande
Phi (Rϕ)	Não há correlação	Há correlação	Qual a correlação (-1 a 1) entre as variáveis?	Próximo de 100% quando N é grande

Fonte: Conover (1999), Siegel e Castellan (1988), Everitt (1977).

Tendo em vista que N é 212, observa-se que os resultados atingirão a eficiência máxima de cada teste. Para o teste Phi serão utilizados os seguintes parâmetros de análise dos resultados constantes no Quadro 44.

Quadro 44: Parâmetros de análise do teste de dependência Phi

Resultado	Correlação $R\phi^a$
[0,9; 1]	Muito Forte
[0,75; 0,9[Forte
[0,5; 0,75[Moderada
[0,25; 0,5[Fraca
[0,0; 0,25[Muito fraca

Fonte: Finney (1980)

Legenda: a) a interpretação da correlação Phi foi adaptada para o mesmo raciocínio do nível de correlação de Spearman.

Para os testes Qui-quadrado, o teste exato de Fisher e o teste de dependência Phi foi utilizado software SPSS versão 17.0.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo os quais estão estruturadas em quatro partes. Na primeira parte foi identificado um padrão comportamental nas escolhas públicas dos principais atores políticos envolvidos no processo, na segunda foram identificados os grupos de interesse que mais se beneficiaram e mais se prejudicaram em decorrência dessas escolhas, na terceira parte foram evidenciados e analisados resultados evidenciados das políticas públicas por meio dos indicadores de programas finalísticos; e na quarta parte foram testadas as três hipóteses de pesquisa quanto a influência dos resultados evidenciados das políticas públicas escolhas públicas subsequentes de alocação de recursos.

4.1. Análise das escolhas públicas dos poderes executivo e legislativo na alocação de recursos nas etapas da LOA

Nesta Seção serão analisadas as escolhas públicas dos Poderes: Executivo e Legislativo na alocação de recursos nos orçamentos de 2008 a 2011. Esta análise está dividida em duas partes. Na primeira parte será analisada a escolha pública de cada Poder numa mesma etapa entre os anos (2008 a 2011). A segunda etapa será realizada a análise da escolha pública entre os Poderes num determinado ano.

4.1.1 A escolha pública de cada Poder em orçamentos distintos

Nesta Seção será analisada a escolha pública de cada Poder numa mesma etapa entre os anos de 2008 a 2011. Assim, inicialmente será analisada a escolha pública do Poder Executivo quando do envio do PLOA (Tabelas 4 a 7). Na sequência será analisada a escolha pública do Poder Legislativo quando da devolução do PLOA aprovado (Tabelas 8 a 12). Por fim, será analisada a escolha pública do Poder Executivo quando da Execução da LOA (Tabelas 13 a 20).

4.1.1.1 A escolha pública do Poder Executivo na etapa de elaboração da LOA de 2008 a 2011

A partir dos resultados obtidos na Tabela 4, considerando como valores críticos de χ^2 356,13 para 311 graus de liberdade e 245,89 para 211 graus de liberdade, observa-se na

aplicação do teste de Friedman pelos *Rankings* AA e AB que os valores alocados pelo Poder Executivo entre os anos: tanto para o conglomerado composto por todos os programas, quanto para o conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos não provêm da mesma população estatística entre os anos de 2008 a 2011.

Observa-se na aplicação do teste de Kendall que a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos nos orçamentos de 2008 a 2011 possui concordância de 97,8% para o conglomerado composto por todos os programas e concordância de 97,9% para o conglomerado composto por pelos programas finalísticos.

Tabela 4: Resultados dos testes de Friedman e Kendall quanto à análise da escolha pública do Executivo na etapa de elaboração da LOA

Elaboração da LOA					
Ranking analisado	Relação analisada	Teste de Friedman		Teste de concordância de Kendall	
		χ^2	P-value	W	P-value
AA ^a	Valores brutos alocados pelo Executivo em todos os programas nos PLOAs de 2008 a 2011	1216,46	0,000	0,978	0,000
AB ^b	Valores brutos alocados pelo Executivo em todos os programas finalísticos nos PLOAs de 2008 a 2011	826,44	0,000	0,979	0,000
AC ^c	Varição bruta dos valores alocados pelo Executivo em todos os programas nos PLOAs de 2009 a 2011	285,64	0,846	0,306	0,846
AD ^d	Varição bruta dos valores alocados pelo Executivo em todos os programas finalísticos nos PLOAs de 2009 a 2011	265,25	0,007	0,419	0,007
AE ^c	Varição percentual dos valores alocados pelo Executivo em todos os programas nos PLOAs de 2009 a 2011	162,73	0,980	0,281	0,980
AF ^d	Varição percentual dos valores alocados pelo Executivo em todos os programas finalísticos nos PLOAs de 2009 a 2011	191,17	0,833	0,302	0,833

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) K = 4 e N = 312; b) K=4 e N 212; c) K=3 e N = 312; d) K=3 e N = 212.

Dessa forma, os valores brutos alocados aos programas pelo Poder Executivo nos orçamentos de 2008 a 2011, não provêm da mesma população estatística e possuem uma concordância muito forte entre os anos, o que mostra uma tendência de continuidade dos recursos alocados nos programas. Assim, programas que possuem mais recursos alocados em determinado ano, tendem a continuar com elevada alocação de recursos nos anos seguintes, ainda que eventualmente sofram uma pequena perda que reflita na queda de posicionamento do *ranking* de prioridades.

Quanto à variação na alocação de recursos, tanto bruta (*rankings* AC e AD) quanto percentual (*rankings* AE e AF), observa-se que apenas a variação bruta dos valores alocados pelo Executivo em todos os programas finalísticos (*ranking* AD) foi significativa.

Dessa forma, considerando como valor crítico de χ^2 : 245,89 para 211 graus de liberdade, observa-se que a escolha pública no Poder Executivo, quanto à alocação de recursos quando do envio do PLOA, no que tange a variação bruta por programas não provém da mesma população estatística o que permite a aplicação do teste de Kendall. Além disso, observa-se que há uma concordância fraca de 41,9% entre a variação dos recursos alocados em determinado programa de um ano e a variação de recursos alocados ao mesmo programa em outro ano.

Combinando os resultados dos *Rankings* AB e AD, observa-se que existe uma pré-disposição do Poder Executivo, quanto à escolha pública de alocação de recursos, quando do envio do PLOA ao CN, em alterar os valores alocados aos programas. No entanto, essa pré-disposição não é suficiente para alterar a estrutura final dos recursos alocados por programas finalísticos nos orçamentos, pois a concordância do *ranking* AB é muito forte.

Tabela 5: Resultados dos testes de correlação de Spearman quanto à análise da escolha pública do Executivo no envio do PLOA – perspectiva estática – valores brutos

Elaboração da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AA ^a	AB ^b
Valores no PLOA de 2008 e de 2009	Rho de Spearman	0,975	0,990
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores no PLOA de 2009 e de 2010	Rho de Spearman	0,977	0,977
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores no PLOA de 2010 e de 2011	Rho de Spearman	0,984	0,981
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores no PLOA de 2008 e de 2010	Rho de Spearman	0,965	0,967
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores no PLOA de 2008 e de 2011	Rho de Spearman	0,956	0,956
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores no PLOA de 2009 e de 2011	Rho de Spearman	0,967	0,981
	<i>P-value</i>	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A partir dos resultados expostos na Tabela 5, observa-se que há uma forte correlação (superior a 90%), entre os anos para os valores alocados por programas quando do envio do PLOA ao CN, tanto na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (*ranking* AA), quanto tanto na perspectiva do conglomerado contendo apenas os programas finalísticos (*ranking* AB).

Dessa forma, estes resultados mostram que o orçamento anterior é a melhor referência para o orçamento atual. Observa-se que quando há um distanciamento entre os orçamentos há uma tendência de diminuição da correlação (os orçamentos de 2008 e 2009 possuem correlação de 0,975; os orçamentos de 2008 e 2010 possuem correlação de 0,965; e os

orçamentos de 2008 e 2011 possuem correlação de 95,6%). Apesar dessa tendência, ela ainda não é suficiente para alterar a configuração final da alocação de recursos de um orçamento para o outro quando do envio do PLOA ao CN.

Tabela 6: Resultados dos testes de correlação de Spearman quanto à análise da escolha pública do Executivo no envio do PLOA – perspectiva incremental – valores brutos

Elaboração da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AC^a	AD^b
Variação orçamentária entre os PLOAs 2009- 2008 e 2010-2009	Rho de Spearman	-0,002	0,086
	<i>P-value</i>	0,970	0,211
Variação orçamentária entre os PLOAs 2010- 2009 e 2009-2008	Rho de Spearman	-0,056	0,106
	<i>P-value</i>	0,322	0,125
Variação orçamentária entre os PLOAs 2011- 2010 e 2009-2008	Rho de Spearman	-0,064	0,194
	<i>P-value</i>	0,260	0,005

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Tabela 7: Resultados dos testes de correlação de Spearman quanto à análise da escolha pública do Executivo no envio do PLOA – perspectiva incremental – valores percentuais

Elaboração da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AE^a	AF^b
Variação orçamentária entre os PLOAs 2009- 2008 e 2010-2009	Rho de Spearman	-0,096	-0,032
	<i>P-value</i>	0,092	0,648
Variação orçamentária entre os PLOAs 2010- 2009 e 2009-2008	Rho de Spearman	-0,105	-0,092
	<i>P-value</i>	0,063	0,184
Variação orçamentária entre os PLOAs 2011- 2010 e 2009-2008	Rho de Spearman	-0,037	-0,018
	<i>P-value</i>	0,518	0,796

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Quanto à análise da perspectiva incremental, tanto em valores brutos (dispostos na Tabela 6), quanto em valores percentuais (dispostos na Tabela 7), houve apenas resultados significativos (com $\alpha \leq 5\%$) para a variação dos recursos alocados entre o período de 2010-2011 com o período de 2008-2009 no *Ranking AD* (variação bruta dos recursos alocados nos programas finalísticos exposta na Tabela 6). No entanto, combinando este resultado da Tabela 6, com os resultados discutidos na Tabela 4, observa-se que quanto à variação na alocação de recursos aos programas entre um orçamento e outro existe uma correlação das variações de 0,086 de 2008 para 2009; uma correlação de 0,106 de 2009 para 2010; e uma correlação de 0,194 de 2010 para 2011. Dessa correlação, as duas primeiras não possuem uma significância estatística razoável ($\alpha \leq 5\%$): a primeira apresenta $\alpha = 21,1\%$ e a segunda, $\alpha = 12,5\%$; porém, para a análise do conjunto do *Ranking AD*, foram consideradas; uma vez que são mais robustas que as significâncias estatísticas do *Ranking AC*.

Dos resultados obtidos, os mais relevantes constam nas Tabelas 4 e 5 que apresentam que houve uma tendência muito fraca do Poder Executivo de alterar a configuração dos

programas finalísticos nos orçamentos de 2008 a 2011. Justamente por ser fraca, essa tendência foi insuficiente para alterar a configuração aos recursos finais alocados nos programas até 2011 frente aos recursos que já existiam em 2008.

4.1.1.2 A escolha pública do Poder Legislativo na etapa de discussão, votação e aprovação do PLOA de 2008 a 2011

A partir dos resultados obtidos na Tabela 8, considerando como valores críticos de χ^2 : 356,13 para 311 graus de liberdade e 245,89 para 211 graus de liberdade, observa-se pelos *rankings* AG e AH que os valores realocados pelo Poder Legislativo, tanto para o conglomerado composto por todos os programas, quanto para o conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos entre os anos de 2008 a 2011 não provêm da mesma população estatística rejeitando H_0 do teste de Friedman.

Diferentemente do Poder Executivo, o Poder Legislativo em regra não pode aumentar o orçamento recebido competindo-lhe realocar os recursos por meio de emendas parlamentares que propiciam uma configuração de orçamento final aprovada distinta da configuração orçamentária recebida.

Após verificar pelo teste de Friedman que os valores realocados pelo Legislativo em cada ano não provêm da mesma população estatística, observa-se que a escolha pública do Legislativo na realocação de recursos nos orçamentos de 2008 a 2011 por meio de emendas possui concordância de Kendall de 58,7% para o conglomerado composto por todos os programas e concordância de 63,9% para o conglomerado composto por todos os programas finalísticos.

Tabela 8: Resultados dos testes de Friedman e Kendall quanto à análise da escolha pública do Legislativo na etapa de discussão, votação e aprovação da LOA

Discussão, votação e aprovação da LOA					
Ranking analisado	Relação analisada	Teste de Friedman		Teste de concordância de Kendall	
		χ^2	<i>P-value</i>	W	<i>P-value</i>
AG ^a	Valores brutos realocados pelo Legislativo em todos os programas nos PLOAs de 2008 a 2011	729,778	0,000	0,587	0,000
AH ^b	Valores brutos realocados pelo Legislativo em todos os programas finalísticos nos PLOAs de 2008 a 2011	539,17	0,000	0,639	0,000
AI ^a	Valores percentuais realocados pelo Legislativo em todos os programas nos PLOAs de 2008 a 2011	539,170	0,000	0,433	0,000
AJ ^b	Valores percentuais realocados pelo Legislativo em todos os programas finalísticos nos PLOAs de 2008 a 2011	583,25	0,000	0,691	0,000

AK ^c	Varição bruta dos valores realocados pelo Legislativo em todos os programas nos PLOAs de 2009 a 2011	206,015	1,000	0,221	1,000
AL ^d	Varição bruta dos valores realocados pelo Legislativo em todos os programas finalísticos nos PLOAs de 2009 a 2011	135,56	1,000	0,214	1,000
AM ^c	Varição percentual dos valores realocados pelo Legislativo em todos os programas nos PLOAs de 2009 a 2011	Não foi possível realizar o teste			
NA ^d	Varição percentual dos valores realocados pelo Legislativo em todos os programas finalísticos nos PLOAs de 2009 a 2011	Não foi possível realizar o teste			

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) K = 4 e N = 312; b) K=4 e N 212; c) K=3 e N = 312; d) K=3 e N = 212.

Dessa forma, os valores brutos realocados pelo Poder Legislativo aos programas nos orçamento de 2008 a 2011 não provêm da mesma população estatística e possuem uma concordância moderada (entre 50% e 75%) entre os anos, mostrando a tendência de que mais de 58% programas (63% para os finalísticos) sofram realocações de recursos da mesma forma, seja para mais ou seja para menos, ao longo dos anos. Sabendo-se que cada programa possui um público-alvo, observa-se que existe uma tendência para que pelo menos 58% dos mesmos públicos-alvo sejam beneficiados ou prejudicados da mesma forma quando da realocação de recursos.

Quanto à variação percentual da realocação de recursos efetuada pelo Poder Legislativo, observa-se para os *Rankings* AI e AJ que tanto para o conglomerado composto por todos os programas, quanto para o conglomerado composto por todos os programas finalísticos entre os anos de 2008 a 2011 não provêm da mesma população estatística, rejeitando H_0 no Teste de Friedman.

Da aplicação do teste de Kendall observa-se que a escolha pública do Legislativo na realocação de recursos nos orçamentos de 2008 a 2011 por meio de emendas possui uma concordância fraca de 43,3% para o conglomerado composto por todos os programas e uma concordância moderada de 69,1% para o conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos.

Este resultado reforça o resultado anterior dos *rankings* AG e AH evidenciando a existência de uma tendência para que determinados programas sofram realocações de recursos pelo Legislativo da mesma forma sob a perspectiva percentual, seja para mais seja para menos, ao longo dos anos.

Quanto aos *rankings* AK e AL, os resultados não se mostraram significativos; enquanto para os *rankings* AM e AN não foi possível utilizar os testes de Friedman e de Kendall, pois alguns denominadores são zero.

Na Tabela 9, observa-se que há uma correlação fraca (superior a 0,457), entre os anos para os valores realocados por programas pelo Poder Legislativo na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (*ranking* AG). Na perspectiva do conglomerado contendo apenas os programas finalísticos (*ranking* AH) a correlação foi moderada (superior 0,513).

A Tabela 9 mostra dois resultados que se destacam: o primeiro é que a correlação para o conglomerado para os programas finalísticos é mais forte que a correlação do conglomerado contendo todos os programas; o segundo é que mais uma vez se observa que quando há um distanciamento no tempo entre os orçamentos há uma tendência de diminuição da correlação.

Tabela 9: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Legislativo quanto à realocação de recursos na etapa de discussão, votação e aprovação da LOA – perspectiva estática – valores brutos

Discussão, votação e aprovação da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Teste	Resultados por <i>ranking</i>	
		AG^a	AH^b
Valores realocados no PLOA de 2008 e de 2009	Rho de Spearman	0,570	0,586
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2009 e de 2010	Rho de Spearman	0,457	0,513
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2010 e de 2011	Rho de Spearman	0,578	0,640
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2008 e de 2010	Rho de Spearman	0,345	0,412
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2008 e de 2011	Rho de Spearman	0,416	0,526
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2009 e de 2011	Rho de Spearman	0,328	0,434
	<i>P-value</i>	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Para o conglomerado contendo todos os programas finalísticos, os orçamentos de 2008 e 2009 possuem correlação de 0,57; os orçamentos de 2008 e 2010 possuem correlação de 0,345; e os orçamentos de 2008 e 2011 possuem correlação de 0,416. Ainda que haja uma correlação maior entre os orçamentos de 2008 e 2011 do que a correlação entre os orçamento de 2008 e 2010; a correlação entre 2008 e 2009 é bem superior a correlação entre 2008 e 2011.

Na Tabela 10, observa-se que há uma correlação moderada (superior a 0,53) entre os anos para os valores percentuais realocados por programas pelo Poder Legislativo tanto na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (AI) quanto na perspectiva dos programas finalísticos (*ranking* AJ).

Tabela 10: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Legislativo quanto à realocação de recursos na Etapa de Discussão, Votação e Aprovação da LOA – perspectiva estática – valores percentuais

Discussão, votação e aprovação da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AI^a	AJ^b
Valores realocados no PLOA de 2008 e de 2009	Rho de Spearman	0,557	0,613
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2009 e de 2010	Rho de Spearman	0,530	0,608
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2010 e de 2011	Rho de Spearman	0,606	0,668
	<i>P-value</i>	0,029	0,000
Valores realocados no PLOA de 2008 e de 2010	Rho de Spearman	0,436	0,516
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores realocados no PLOA de 2008 e de 2011	Rho de Spearman	0,008	0,602
	<i>P-value</i>	0,887	0,000
Valores realocados no PLOA de 2009 e de 2011	Rho de Spearman	-0,096	0,522
	<i>P-value</i>	0,091	0,000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Dessa forma, considerando apenas a perspectiva do conglomerado contendo todos os programas finalísticos, observa-se que por mais que haja diferença entre os *rankings* de prioridades percentuais dos programas de um ano para o outro, estes resultados mostram que a realocação de recursos em termos percentuais, efetuada pelo Legislativo no orçamento anterior, é a melhor referência para a realocação de recursos percentual efetuada pelo Legislativo considerando o orçamento atual.

Para o conglomerado contendo todos os programas finalísticos: os orçamentos de 2008 e 2009 possuem correlação de 0,613; os orçamentos de 2008 e 2010 possuem correlação de 0,516; e os orçamentos de 2008 e 2011 possuem correlação de 0,602. Ainda que haja uma correlação maior entre os orçamentos de 2008 e 2011 que a correlação entre os orçamentos de 2008 e 2010; a correlação entre 2008 e 2009 ainda é superior a correlação entre os orçamentos de 2008 e 2011.

A Tabela 10 confirma, mais uma vez, dois resultados que se destacam: o primeiro é que a correlação para o conglomerado para os programas finalísticos é mais forte que a correlação do conglomerado contendo todos os programas (nos anos em que houve significância para o conglomerado contendo todos os programas); o segundo é que mais uma vez observa-se que quando há um distanciamento entre os orçamentos há uma tendência de diminuição da correlação.

Tabela 11: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Legislativo quanto à variação da realocação de recursos na etapa de discussão, votação e aprovação da LOA – perspectiva incremental – valores brutos

Elaboração da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AK^a	AL^b
Variação orçamentária dos valores realocados no PLOA de 2009-2008 e de 2010-2009	Rho de Spearman	0,387	-0,415
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Variação orçamentária dos valores realocados no PLOA de 2010-2009 e de 2011-2010	Rho de Spearman	0,151	-0,156
	<i>P-value</i>	0,000	0,023
Variação orçamentária dos valores realocados no PLOA de 2009-2008 e de 2011-2010	Rho de Spearman	0,034	0,036
	<i>P-value</i>	0,549	0,600

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Observa-se que há resultados significativos na Tabela 11 entre a variação orçamentária dos valores realocados no PLOA de 2009-2008 e a variação orçamentária dos valores realocados no PLOA de 2010-2009; entre a variação orçamentária dos valores realocados no PLOA de 2010-2009 e a variação orçamentária dos valores realocados no PLOA de 2011-2010. Assim, a Tabela 11 mostra a correlação da variação ocorrida nos volumes realocados entre os anos.

A Tabela 11 mostra um resultado que se diferencia dos anteriores, vistos nas Tabelas 9 e 10. A correlação da variação dos recursos alocados nos programas finalísticos foi negativa enquanto que a correlação da variação dos recursos alocados em todos os programas foi positiva. Assim, se considerássemos os programas de apoio às políticas públicas e áreas especiais, a correlação da variação deles seria positiva e superior a correlação do conglomerado contendo todos os programas (que incluem os finalísticos).

Isso mostra que, para os programas finalísticos para os quais se observou significância estatística, houve uma tendência fraca para que houvesse uma compensação na realocação de recursos de um ano para outro. Assim, programas que receberam mais recursos em um ano por meio de emendas, tendem a receber menos recursos ou perder mais recursos no ano seguinte.

Tabela 12: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Legislativo quanto à variação da realocação de recursos na Etapa de Discussão, Votação e Aprovação da LOA – perspectiva incremental – valores percentuais

Elaboração da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AM^a	AN^b
Variação orçamentária dos valores realocados no PLOA 2009-2008 e de 2010-2009	Rho de Spearman	-0,069	-0,086
	<i>P-value</i>	0,284	0,266
Variação orçamentária dos valores realocados no PLOA 2010-2009 e de 2011-2010	Rho de Spearman	0,130	0,147
	<i>P-value</i>	0,074	0,078
Variação orçamentária dos valores realocados no PLOA 2009-2008 e de 2011-2010	Rho de Spearman	0,011	0,075
	<i>P-value</i>	0,881	0,363

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A partir dos resultados da Tabela 12, observa-se que não houve resultados significativos, $\alpha \leq 5\%$. Assim, não há correlação estatisticamente significativa entre os anos quanto a variação percentual incremental.

4.1.1.3 A escolha pública pelo Poder Executivo na etapa de execução orçamentária e financeira da LOA de 2008, 2009 e 2010

Observa-se pelos *rankings* AO e AP na Tabela 13 que os valores realocados pelo Poder Executivo, após a aprovação do PLOA pelo Legislativo e antes da publicação da LOA, provêm da mesma população estatística não se rejeitando a H_0 do teste de Friedman. Diante do exposto, considera-se que os valores (amostra) provêm do mesmo universo apesar de terem sido selecionados de anos distintos. Este resultado reforça o pensamento de Giacomoni (2010) que a regra após a devolução do PLOA é a respectiva aprovação e publicação sem vetos pelo chefe do Poder Executivo Federal.

Observa-se pelos *Rankings* AQ e AR que os valores alocados pelo Poder Executivo quando da publicação da LOA, tanto para o conglomerado composto por todos os programas, quanto para o conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos não provêm da mesma população estatística entre os anos de 2008 a 2011, rejeitando H_0 do teste de Friedman.

Tabela 13: Resultados dos Testes de Friedman e Kendall da escolha pública do Executivo na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA

Execução Orçamentária e Financeira da LOA					
Ranking analisado	Relação analisada	Teste de Friedman		Teste de concordância de Kendall	
		χ^2	<i>P-value</i>	W	<i>P-value</i>
AO	Valores brutos realocados pelo Executivo antes da publicação da LOA em todos os programas nas LOAs de 2008 a 2011	260,35	0,983	0,209	0,983
AP	Valores brutos realocados pelo Executivo antes da publicação da LOA nos programas finalísticos nas LOAs de 2008 a 2011	197,59	0,737	0,234	0,737
AQ	Valores brutos alocados pelo Executivo nas dotações iniciais de todos os programas nas LOAs de 2008 a 2011	1214,43	0,000	0,976	0,000
AR	Valores brutos alocados pelo Executivo nas dotações iniciais nos programas finalísticos nas LOAs de 2008 a 2011	824,83	0,000	0,977	0,000
AS ^a	Valores brutos das despesas empenhadas em todos os programas nas LOAs de 2008 a 2010	919,09	0,000	0,985	0,000
AT ^b	Valores brutos das despesas empenhadas nos programas finalísticos nas LOAs de 2008 a 2010	624,06	0,000	0,986	0,000

Execução Orçamentária e Financeira da LOA					
Ranking analisado	Relação analisada	Teste de Friedman		Teste de concordância de Kendall	
		χ^2	P-value	W	P-value
AU ^c	Desempenho dos valores brutos das despesas empenhadas na LOA em relação aos valores brutos alocados no PLOA em todos os programas nos orçamentos de 2008 a 2010	575,69	0,000	0,617	0,000
AV ^d	Desempenho dos valores brutos das despesas empenhadas na LOA em relação aos valores brutos alocados no PLOA nos programas finalísticos nos orçamentos de 2008 a 2010	461,35	0,000	0,729	0,000
AW ^c	Desempenho dos valores brutos das despesas empenhadas na LOA em relação aos valores brutos alocados na dotação inicial da LOA em todos os programas nos orçamentos de 2008 a 2010	486,35	0,000	0,521	0,000
AX ^d	Desempenho dos valores brutos das despesas empenhadas na LOA em relação aos valores brutos alocados na dotação inicial da LOA em todos os programas finalísticos nos orçamentos de 2008 a 2010	460,24	0,000	0,727	0,000
AY ^e	Varição bruta das despesas empenhadas em todos os programas nos Orçamentos de 2009 e 2010	378,74	0,005	0,609	0,005
AZ ^f	Varição bruta das despesas empenhadas em todos os programas finalísticos nos Orçamentos de 2009 e 2010	259,17	0,013	0,614	0,013
BA ^e	Varição percentual das despesas empenhadas em todos os programas nos Orçamentos de 2009 e 2010	281,19	0,886	0,452	0,886
BB ^f	Varição percentual das despesas empenhadas em todos os programas finalísticos nos Orçamentos de 2009 e 2010	184,62	0,905	0,437	0,905

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) K = 4 e N = 312; b) K = 4 e N = 212; c) K = 3 e N = 312; d) K = 3 e N = 212; e) K = 2 e N = 312; f) K = 2 e N = 212.

Da aplicação do teste de Kendall observa-se que a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos na publicação das LOAs de 2008 a 2011 (*rankings* AQ e AR) possui concordância de 97,6% para o conglomerado composto por todos os programas e concordância de 97,7% para o conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos.

Combinando este resultado dos *rankings* AQ e AR com os resultados dos *rankings* AA e AB, vistos na Seção 4.1.1.1, observa-se que tanto o processo de alocação inicial quanto na publicação da LOA uma alta concordância em relação ao orçamento anterior.

Conforme visto na Seção 2.5, após a publicação da LOA o Executivo publica o decreto de contingenciamento, e inicia a execução da LOA. Os *rankings* AS e AT estão relacionados a este processo de execução orçamentária e financeira. Observa-se que valores empenhados por programas nas LOAs, tanto para o conglomerado composto por todos os programas, quanto para o conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos entre os anos de 2008 a 2011. Na Tabela 10, observa-se que há uma correlação moderada (superior a 0,53) entre os anos para os valores percentuais realocados por programas pelo Poder

Legislativo tanto na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (AI) quanto na perspectiva no programas finalísticos (*ranking* AJ).

Apesar de os valores diferirem entre si, observa-se que a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos na Execução das LOAs de 2008 a 2011 possui concordância de Kendall 98,5% para o conglomerado composto por todos os programas e concordância de 98,6% para o conglomerado composto por todos os programas finalísticos.

Ainda na análise da Tabela 13, observa-se que quanto ao desempenho dos valores brutos das despesas empenhadas na LOA em relação aos valores brutos alocados no PLOA nos orçamentos de 2008 a 2010, tanto no conglomerado composto por todos os programas (*ranking* AU), quanto no conglomerado compostos pelos programas finalísticos (*ranking* AV), houve, respectivamente, uma concordância de 61,7% e de 72,9%. Isso mostra que a relação entre Despesa Empenhada (cujo ator principal é o Poder Executivo) e a despesa alocada quando do envio do PLOA pelo Poder Executivo, possui concordância moderada (entre 50% e 75%).

Analisando os *rankings* AW e AX, que tratam do desempenho dos valores brutos das despesas empenhadas na LOA em relação aos valores brutos alocados na dotação inicial da LOA nos orçamentos de 2008 a 2010, tanto no conglomerado composto por todos os programas (*ranking* AW), quanto no conglomerado compostos pelos programas finalísticos (*ranking* AX), observa-se que houve concordância de 52,1% e de 68,5% respectivamente. Isso mostra que no geral a relação entre Despesa Empenhada (cujo ator principal é o Poder Executivo) e a despesa alocada na dotação inicial pelo Poder Executivo (que é o PLOA configurado com os interesses do Poder Legislativo), possui concordância moderada (superior a 52%).

Combinando os resultados dos *rankings* AU (concordância de 61,7%) e AW (concordância de 52,1%), e dos *rankings* AV (concordância de 72,9%) e AX (concordância de 68,5%), observa-se que existe um grau de concordância maior na relação despesa empenhada/despesa alocada quando do envio do PLOA pelo Poder Executivo do que na relação despesa empenhada/despesa alocada na dotação inicial. Isso mostra que apesar dos esforços do Legislativo configurar orçamento conforme sua ordem de prioridade, o Executivo está mais propenso a executar os valores inicialmente alocados conforme seu planejamento.

Por fim, encerrando a análise da Tabela 13, observa-se que os *rankings* AY e AZ (variação bruta das despesas empenhadas) apresentaram resultados significativos, enquanto os *rankings* BA e BB (variação percentual das despesas empenhadas) não apresentaram resultados significativos.

Assim, quanto à variação bruta das despesas empenhadas nas LOAs de 2008 a 2010, houve concordância de 60,9% para o conglomerado composto por todos os programas e uma concordância de 61,4% para o conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos. Este resultado para o Poder Executivo reforça o mesmo encontrado na análise da Tabela 8 na escolha pública do Poder Legislativo de que existe uma tendência para que dentro da escolha pública na execução do orçamento pelo Poder Executivo existem programas que sofram realocações para mais ou para menos da mesma forma ao longo dos anos. Assim, no geral há concordância superior a 60% para que as variações das alocações de recursos na Etapa de Execução da LOA sigam a mesma tendência.

Tabela 14: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à realocação de recursos na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira no momento do veto da LOA – perspectiva estática – valores brutos

Execução Orçamentária e Financeira da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AO ^a	AP ^b
Valores realocados antes da publicação no PLOA de 2008 e de 2009	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,264 0,000	0,296 0,000
Valores realocados antes da publicação no PLOA de 2009 e de 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	-0,070 0,218	0,146 0,033
Valores realocados antes da publicação no PLOA de 2010 e de 2011	Rho de Spearman <i>P-value</i>	-0,174 0,002	-0,158 0,021
Valores realocados antes da publicação no PLOA de 2008 e de 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	-0,071 0,212	0,028 0,684
Valores realocados antes da publicação no PLOA de 2008 e de 2011	Rho de Spearman <i>P-value</i>	-0,132 0,019	-0,140 0,042
Valores realocados antes da publicação no PLOA de 2009 e de 2011	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,079 0,162	0,093 0,178

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A partir dos resultados obtidos na Tabela 14, observa-se que houve significância estatística para os valores realocados antes da publicação: entre os anos de 2008 e 2009 para os dois conglomerados (todos os programas e programas finalísticos); entre os anos de 2009 e 2010 para os programas finalísticos; e entre os anos de 2010 e 2011 para os dois conglomerados (todos os programas e programas finalísticos).

Houve correlação positiva entre 2008 e 2009 antes da publicação, 0,264 para o ranking AO e de 0,296 para o ranking AP. A tendência seria que a correlação fosse mais alta uma vez que o Executivo tende não alterar ao PLOA aprovado pelo CN antes da publicação, porém devido ao elevado número de empates, ocasionado pelo elevado número de zeros, em ambos os rankings o resultado foi menor.

Na Tabela 15, observa-se que há forte correlação (superior a 0,90), entre os anos para os valores alocados por programas quando da publicação da LOA, tanto na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (*ranking* AQ), quanto tanto na perspectiva do conglomerado contendo apenas pelos programas finalísticos (*ranking* AR).

Tabela 15: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira no momento da publicação da LOA – perspectiva estática – valores brutos

Execução Orçamentária e Financeira da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por <i>ranking</i>	
		AQ ^a	AR ^b
Valores na LOA de 2008 e de 2009	Rho de Spearman	0,975	0,986
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores na LOA de 2009 e de 2010	Rho de Spearman	0,971	0,970
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores na LOA de 2010 e de 2011	Rho de Spearman	0,983	0,983
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores na LOA de 2008 e de 2010	Rho de Spearman	0,963	0,967
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores na LOA de 2008 e de 2011	Rho de Spearman	0,962	0,958
	<i>P-value</i>	0,000	0,000
Valores na LOA de 2009 e de 2011	Rho de Spearman	0,955	0,955
	<i>P-value</i>	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A Tabela 15 mostra dois resultados que se destacam: o primeiro é que a correlação para o conglomerado para os programas finalísticos é muito próxima da correlação do conglomerado contendo todos os programas (entre 2008 e 2009 a correlação dos programas finalísticos foi maior, entre 2009 e 2010 a correlação foi menor; entre 2010 e 2011 a correlação foi igual); o segundo é que mais uma vez se observa que quando há um distanciamento entre os orçamentos há uma tendência de diminuição da correlação.

Na Tabela 16 observa-se que há uma forte correlação (superior a 90%), entre os anos para os valores alocados por programas quando da execução da LOA, tanto na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (*ranking* AS), quanto tanto na perspectiva do conglomerado contendo apenas pelos programas finalísticos (*ranking* AT).

Tabela 16: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira na execução da despesa da LOA – perspectiva estática – valores brutos

Execução Orçamentária e Financeira da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AS ^a	AT ^b
Despesas empenhadas na LOA de 2008 e de 2009	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,982 0,000	0,982 0,000
Despesas empenhadas na LOA de 2009 e de 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,982 0,000	0,986 0,000
Despesas empenhadas na LOA de 2008 e de 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,969 0,000	0,968 0,000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A Tabela 16 mostra um resultado que se destaca. A correlação para o conglomerado dos programas finalísticos é muito próxima da correlação do conglomerado contendo todos os programas (entre 2008 e 2009 a correlação dos programas finalísticos foi maior, entre 2009 e 2010 a correlação foi menor).

Tabela 17: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto ao desempenho da despesa executada sobre a despesa inicialmente fixada pelo Executivo quando do envio do PLOA – perspectiva estática – valores percentuais

Execução Orçamentária e Financeira da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AU ^a	AV ^b
Desempenho das despesas empenhadas sobre as despesas fixadas no PLOA de 2008 e 2009	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,591 0,000	0,586 0,000
Desempenho das despesas empenhadas sobre as despesas fixadas no PLOA de 2009 e 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,651 0,000	0,671 0,000
Desempenho das despesas empenhadas sobre as despesas fixadas no PLOA de 2008 e 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,482 0,000	0,523 0,000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A partir dos resultados obtidos na Tabela 17, observa-se que há uma correlação moderada (entre 0,50 e 0,75), entre os anos para os valores percentuais alocados por programas quando da execução da LOA, tanto na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (*ranking* AU), quanto tanto na perspectiva do conglomerado contendo apenas os programas finalísticos (*ranking* AT).

Na Tabela 18, observa-se que há uma correlação moderada, entre os anos para os valores percentuais alocados por programas quando da execução da LOA, tanto na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas (*ranking* AW), quanto tanto na perspectiva do conglomerado contendo apenas os programas finalísticos (*ranking* AX).

Tabela 18: Resultados dos testes de correlação de Spearman quanto à análise da escolha pública do Executivo quanto ao desempenho da despesa executada sobre a despesa inicialmente fixada pelo Executivo quando da publicação da LOA – perspectiva estática – valores percentuais

Execução Orçamentária e Financeira da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AW ^a	AX ^b
Desempenho das despesas empenhadas sobre as despesas fixadas na LOA de 2008 e 2009	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,568 0,000	0,591 0,000
Desempenho das despesas empenhadas sobre as despesas fixadas na LOA de 2009 e 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,603 0,000	0,636 0,000
Desempenho das despesas empenhadas sobre as despesas fixadas na LOA de 2008 e 2010	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,507 0,000	0,544 0,000

Fonte: Elaboração própria
Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Diferentemente dos resultados anteriores (Tabelas 14, 15 e 16), nas Tabelas 17 e 18 existem variáveis no numerador e no denominador, tornando adimensional a análise.

Analisando o conglomerado composto, por todos os programas, *rankings* AU e AW, observa-se que a correlação considerando o desempenho da despesa empenhada sobre as despesas alocadas no PLOA enviado pelo Poder Executivo é maior do que a correlação considerando o desempenho da despesa empenhada sobre as despesas alocadas no PLOA aprovado pelo CN. Combinando este resultado com o resultado disposto na Tabela 13 para os mesmos *rankings*, observa-se que além do desempenho da despesa empenhada sobre as despesas alocadas no PLOA enviado pelo Poder Executivo ser superior à concordância do desempenho da despesa empenhada sobre as despesas alocadas no PLOA aprovado pelo CN, a correlação entre os pares de anos também é superior.

Este resultado mostra que o Executivo está mais concordante com o orçamento inicialmente enviado antes das alterações efetuadas pelo CN do que o orçamento aprovado e devolvido pelo CN.

Tabela 19: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à variação na alocação de recursos na etapa de execução orçamentária e financeira – perspectiva incremental – valores brutos

Execução Orçamentária e Financeira da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		AY ^a	AZ ^b
Variação da despesa empenhada entre a LOAs de 2009-2008 e as LOAS 2010-2009	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,218 0,000	0,228 0,001

Fonte: Elaboração própria
Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A partir dos resultados obtidos na Tabela 19, observa-se que há uma correlação muito fraca (entre 0 e 0,25), entre os anos para a variação bruta dos valores alocados no conglomerado composto por todos os programas quando da execução da LOA. Na

perspectiva do conglomerado contendo todos os programas finalísticos (*ranking* AZ) a correlação foi de 22,8%.

Tabela 20: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo quanto à variação na alocação de recursos na etapa de execução orçamentária e financeira – perspectiva incremental – valores percentuais

Execução Orçamentária e Financeira da LOA			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por <i>ranking</i>	
		BA ^a	BB ^b
Variação da despesa empenhada entre as LOA de 2009-2008 e 2010-2009	Rho de Spearman <i>P-value</i>	0,097 0,087	-0,125 0,069

Fonte: Elaboração própria
Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

A partir dos resultados obtidos na Tabela 20, observa-se que há uma correlação muito fraca (entre 0 e 25), entre os anos para a variação percentual dos valores alocados no conglomerado composto por todos os programas quando da execução da LOA. Na perspectiva do conglomerado contendo todos os programas finalísticos (*ranking* BB) a correlação foi de -0,125.

4.1.2 A escolha pública dos Poderes no mesmo orçamento

Nesta Seção será realizada a análise da escolha pública entre os Poderes no mesmo orçamento. Assim, será evidenciado se em determinado ano a escolha pública do Poder Executivo quando do envio do PLOA; a escolha pública do Poder Legislativo quando da devolução do PLOA aprovado; e a escolha pública do Poder Executivo quando da Execução da LOA apresentaram comportamentos semelhantes. A análise está separada em duas partes: a primeira parte consiste na análise sob a perspectiva incremental (*rankings* BM a BP), enquanto a segunda parte consiste na análise sob a perspectiva estática (*rankings* BQ a BV).

4.1.2.1 A escolha pública dos poderes no mesmo orçamento: perspectiva incremental

Nesta primeira parte buscou-se evidenciar se eventuais variações em determinada etapa são acompanhadas nas demais etapas. Foram consideradas variações brutas e percentuais. As Tabelas 21 a 27 mostram os resultados.

Tabela 21: Resultados dos Testes de Friedman e Kendall da escolha pública do Executivo e do Legislativo nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva incremental

Ranking analisado	Relação analisada	Teste de Friedman		Teste de concordância de Kendall	
		χ^2	P-value	W	P-value
BM ^a	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2009 para todos os programas nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva incremental.	366,551	0,016	0,393	0,016
BN ^a	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2010 para todos os programas nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva incremental.	445,749	0,000	0,478	0,000
BO ^b	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2009 para os programas finalísticos nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva incremental.	209,831	0,510	0,331	0,510
BP ^b	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2010 para os programas finalísticos nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva incremental.	241,346	0,074	0,381	0,074

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) K = 3 e N = 312; b) K=3 e N = 212.

A partir dos resultados obtidos na Tabela 21, considerando como valores críticos de χ^2 : 356,13 para 311 graus de liberdade e 245,89 para 211 graus de liberdade, observa-se na perspectiva incremental que:

-Os *rankings* BM e BN (escolha pública nas etapas de discussão e execução nos orçamentos de 2009 e 2010), a hipótese nula do teste de Friedman foi rejeitada, logo se pode afirmar que os valores da amostra não provieram do mesmo universo para o conglomerado composto por todos os programas;

-Os *rankings* BO e BP (escolha pública nas etapas de: discussão e execução nos orçamentos de 2009 e 2010), a hipótese nula do teste de Friedman não foi rejeitada para o *ranking* BO (variação entre 2008 e 2009), mas foi rejeita para o *ranking* BP (variação entre 2009 e 2010) que se referem ao conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos. Diante do exposto, pode-se afirmar para o *ranking* BP que os valores da amostra não provieram do mesmo universo.

Observa-se significância estatisticamente na perspectiva incremental que existe uma concordância estatisticamente significativa das variações orçamentárias no mesmo orçamento nas etapas da Elaboração e de Execução da LOA.

Isso significa que no orçamento de 2009, para o conglomerado de todos os programas (*ranking* BM), as variações nas alocações de recursos em relação ao orçamento de 2008 realizadas na etapa de Elaboração do PLOA foram acompanhadas nas Etapas: de Discussão,

Votação e Aprovação e de Execução Orçamentária e Financeira na LOA 2009 em relação à LOA de 2008 com uma concordância de até 39,3%.

Quando se consideram as variações no orçamento de 2010 em relação ao ano de 2009, para o conglomerado de todos os programas (*ranking* BN), houve uma concordância de 47,8% entre as três etapas da LOA.

Estes resultados mostram que o orçamento federal não é uma ficção como Souza (2008), Aguiar (2008), Santos, Machado e Rocha (1997) afirmam. Se assim o fosse, as variações ocorridas na etapa de elaboração, não se refletiriam nas variações da etapa de execução. Isso porque segundo os autores, o Executivo é autorizado e não obrigado a cumprir o orçamento elaborado e aprovado; e dessa forma, subverteria na etapa de execução, por meio de créditos adicionais e contingenciamentos, o orçamento da forma que bem entendesse.

Tabela 22: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo no orçamento de 2009-2008 nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva incremental

Variação da LOA 2009-2008			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por <i>ranking</i>	
		BM ^a	BO ^b
Variação do PLOA 2009-2008 e Variação das emendas 2009-2008	Rho de Spearman	-0,181	-0,002
	<i>P-value</i>	0,000	0,978
Variação do PLOA 2009-2008 e Variação das despesas empenhadas 2009-2008	Rho de Spearman	0,483	0,081
	<i>P-value</i>	0,000	0,238
Variação das emendas 2009-2008 e Variação das despesas empenhadas 2009-2008	Rho de Spearman	-0,034	-0,088
	<i>P-value</i>	0,553	0,203

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Tabela 23: Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo no orçamento de 2010-2009 nas Etapas: de Elaboração; Discussão, votação e aprovação; e de Execução da LOA – perspectiva incremental

Variação da LOA 2010-2009			
Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por <i>ranking</i>	
		BN	BP
Variação do PLOA 2010-2009 e variação das emendas 2010-2009	Rho de Spearman	0,008	0,005
	<i>P-value</i>	0,884	0,943
Variação do PLOA 2010-2009 e variação das despesas empenhadas 2010-2009	Rho de Spearman	0,439	-0,025
	<i>P-value</i>	0,000	0,717
Variação das emendas 2010-2009 e variação das despesas empenhadas 2010-2009	Rho de Spearman	0,202	-0,236
	<i>P-value</i>	0,000	0,001

Fonte: Elaboração própria

Prosseguindo na análise da perspectiva incremental, as Tabelas 22 e 23 mostram a aplicação do teste de correlação de Spearman. Observa-se que houve resultado significativo

em ambas as Tabelas apenas para o conglomerado de todos os programas na relação entre a variação na etapa de Elaboração e variação na etapa de Execução.

Observa-se que quando se considera a variação dos valores alocados do PLOA de um ano para outro e a variação das despesas empenhadas de um ano para outro existiu uma correlação de 0,483 no orçamento de 2009 e uma correlação de 0,439 no orçamento de 2010. Dessa forma, observa-se que as variações no PLOA são refletivas nas variações da execução da LOA ainda que de forma fraca.

Este resultado reforça o disposto na Tabela 21, de que o orçamento não é uma ficção como Souza (2008), Aguiar (2008), Santos, Machado e Rocha (1997) afirmam, pois as variações ocorridas na etapa de elaboração se refletem com uma correlação superior a 0,40 para o conglomerado composto por todos os programas.

Quanto aos demais resultados que foram significativos, observa-se na Tabela 22 que quando se considera a variação do PLOA 2009-2008 e a variação das emendas 2009-2008 existe uma correlação de -0,181. Dessa forma, variações no PLOA são refletivas nas variações da discussão, votação e aprovação do PLOA. Observa-se na Tabela 23 que quando se considera a variação das emendas ao PLOA 2010-2009 e a variação das despesas empenhadas 2009-2008 existe uma correlação 0,202 para o conglomerado composto por todos os programas e uma correlação de -0,236 para o conglomerado apenas dos programas finalísticos. Este primeiro resultado já havia sido observado na Tabela 21.

4.1.2.2 A escolha pública entre os poderes no mesmo orçamento: perspectiva estática

Nesta seção buscou-se comparar a relação por programa: despesa empenhada/valor alocado quando do envio do PLOA e despesa empenhada/dotação inicial (quando da devolução do PLOA).

Na Tabela 24, observa-se na perspectiva incremental que:

-Os *rankings* BQ, BR e BS (escolha nas etapas de elaboração e discussão nos orçamentos de 2008, 2009 e 2010), a hipótese nula do teste de Friedman foi rejeitada, logo se pode afirmar que os valores da amostra não provieram do mesmo universo para o conglomerado de todos os programas;

-Os *rankings* BT, BU e BV (escolha pública nas etapas de elaboração e discussão nos orçamentos de 2009, 2010 e 2011), a hipótese nula do teste de Friedman foi rejeitada, logo se

pode afirmar que os valores da amostra não provieram do mesmo universo para o conglomerado de todos os programas finalísticos.

Tabela 24: Resultados dos Testes de Friedman e Kendall da escolha pública do Executivo e do Legislativo nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática

Ranking analisado	Relação analisada	Teste de Friedman		Teste de concordância de Kendall	
		χ^2	P-value	W	P-value
BQ ^a	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2008 para todos os programas nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva estática.	520,871	0,000	0,837	0,000
BR ^a	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2009 para todos os programas nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva estática.	501,310	0,000	0,806	0,000
BS ^a	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2010 para todos os programas nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva estática.	522,347	0,000	0,840	0,000
BT ^b	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2008 para os programas finalísticos nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva estática.	331,999	0,000	0,787	0,000
BU ^b	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2009 para os programas finalísticos nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva estática.	263,177	0,008	0,624	0,008
BV ^b	Escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2010 para os programas finalísticos nas etapas: de elaboração, de discussão e de execução – perspectiva estática.	335,000	0,000	0,795	0,000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) K = 2 e N = 312; b) K = 2 e N = 212.

Dessa forma, observa-se na perspectiva estática que existe uma concordância estatisticamente significativa entre as relações despesa empenhada/valor alocado quando do envio do PLOA e despesa empenhada/dotação inicial quando da devolução do PLOA: no orçamento de 2008 (*ranking* BS) as relações despesa empenhada/valor alocado quando do envio do PLOA e despesa empenhada/dotação inicial possuem concordância de 83,7%; enquanto o orçamento de 2009, de 80,6%; e no orçamento de 2010, de 84%.

Nesta relação estudada o que muda, além do ano, é a base de cálculo que na primeira parte é o PLOA enviado, a escolha pública do Executivo, e na segunda parte é o PLOA aprovado, a escolha pública do Legislativo. Observa-se que no primeiro momento o Legislativo realiza emendas na escolha do Executivo e que no segundo momento quando da Execução da LOA o Executivo está autorizado a realizar escolha pública na etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA. Assim, este alto nível de concordância mostra

que as diferenças em relação ao PLOA enviado e ao PLOA aprovado se situam abaixo de 20% (considerando o grau de concordância de 80,6% em 2009).

Realizando a análise anterior para o conglomerado dos programas finalísticos, o orçamento de 2008 atingiu concordância de 78,7%, no orçamento de 2009, 62,4%, e o orçamento de 2010, 79,5%. Assim, este alto nível de concordância mostra que as diferenças em relação ao PLOA enviado e ao PLOA aprovado se situam abaixo de 40% (considerando o grau de concordância de 62,4% em 2009).

Combinando os dois resultados, observa-se que quando se consideram apenas os programas finalísticos, o grau de concordância diminui. Este resultado mostra que os programas finalísticos, como estão voltados para a oferta de bens ou serviços diretamente à sociedade, tendem a gerar mais conflitos redistributivos, diminuindo a concordância. Além disso, observa-se que o ano de 2009 foi o de maior discordância entre os poderes.

Prosseguindo na análise da perspectiva estática, as Tabelas 25, 26 e 27 mostram a aplicação do teste de correlação de Spearman.

Tabela 25 – Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2008 para os programas nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática

Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		BQ	BT
Despesas empenhadas/ valores alocados quando do envio do PLOA versus Despesas empenhadas/ valores alocados quando do envio do PLOA	Rho de Spearman	0,675	0,573
	P-value	0,000	0,000

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Tabela 26 – Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2009 para os programas nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática

Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		BR	BU
Despesas empenhadas/ valores alocados quando do envio do PLOA versus Despesas empenhadas/ valores alocados quando do envio do PLOA	Rho de Spearman	0,612	0,247
	P-value	0,000	0,000

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Tabela 27 – Resultados dos testes de correlação de Spearman da escolha pública do Executivo e do Legislativo orçamento de 2010 para os programas nas etapas: de elaboração; discussão, votação e aprovação; e de execução da LOA – perspectiva estática

Fenômeno-objeto analisado	Testes	Resultados por ranking	
		BS	BV
Despesas empenhadas/ valores alocados quando do envio do PLOA versus Despesas empenhadas/ valores alocados quando do envio do PLOA	Rho de Spearman	0,680	0,590
	P-value	0,000	0,000

Legenda: a) N = 312; b) N = 212.

Observa-se que o resultado foi significativo em todas as Tabelas. Estes resultados mostram que a correlação entre PLOA enviado e o PLOA aprovado, considerando o conglomerado contendo todos os programas, fica acima de 61%. Mais uma vez essa correlação diminui quando se consideram apenas os programas finalísticos e mais uma vez 2009 foi o ano de menor correlação. Os resultados sugerem novamente que a alocação de recursos para os programas finalísticos gera maior conflito entre os poderes.

4.2 Grupos de interesse com maior e menor alocação de recursos na LOA

Na seção anterior buscou-se evidenciar a existência de um padrão de concordância e correlação entre os recursos alocados no orçamento federal, analisando tanto a escolha pública de alocação de recursos do mesmo Poder em orçamentos distintos, quando a escolha pública de alocação de recursos entre os Poderes no mesmo orçamento.

Nesta seção serão apresentados os grupos de interesse que foram mais beneficiados e os que foram menos beneficiados (mais prejudicados) pelas escolhas públicas na alocação de recursos.

Conforme a Seção 2.3.4, os grupos de interesse influenciam a escolha pública na alocação de recursos. O Quadro 45 apresenta, sob a perspectiva do conglomerado de todos os programas, os que mais se beneficiaram e mais se prejudicaram nas escolhas públicas orçamentárias.

Quadro 45: Os dez programas com maior e os dez programas com menor alocação de recursos nas LOAs de 2008 a 2011 dentre todos os programas

Nr	Elaboração do PLOA ^a		Discussão, votação e aprovação ^b		Execução orçamentária e financeira ^c	
	Programa	%	Programa	%	Programa	%
1	0907 - Operações especiais: refinanciamento da dívida interna	31,18	1166 - Turismo no Brasil: uma viagem para todos	0,1554	0907 - Operações especiais: refinanciamento da dívida interna	20,33
2	0083 - Previdência social básica	13,49	0903 - Operações especiais: transferências constitucionais e as decorrentes de legislação específica	0,1522	0083 - Previdência social básica	15,21
3	0905 - Operações especiais: serviço da dívida interna (juros e amortizações)	11,52	0310 - Gestão da política de desenvolvimento urbano	0,1094	0905 - Operações especiais: serviço da dívida interna (juros e amortizações)	15,21
4	0903 - Operações especiais: transferências	8,77	1220 - Assistência ambulatorial e hospitalar	0,0938	0903 - Operações especiais: transferências	9,58

Nr	Elaboração do PLOA ^a		Discussão, votação e aprovação ^b		Execução orçamentária e financeira ^c	
	Programa	%	Programa	%	Programa	%
	constitucionais e as decorrentes de legislação específica		especializada		constitucionais e as decorrentes de legislação específica	
5	0089 - Previdência de inativos e pensionistas da união	3,76	0907 – Operações especiais: refinanciamento da dívida interna	0,0738	0909 - Operações especiais: outros encargos especiais	5,93
6	0909 – Operações especiais: outros encargos especiais	3,35	1250 - Esporte e lazer da cidade	0,0560	0089 - Previdência de inativos e pensionistas da união	4,35
7	0750 - Apoio administrativo	2,90	6003 - Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário	0,0458	0750 - Apoio administrativo	3,12
8	0286 - Oferta de petróleo e gás natural	1,90	0352 - Abastecimento agro alimentar	0,0318	0286 - Oferta de petróleo e gás natural	2,05
9	1220 - Assistência ambulatorial e hospitalar especializada	1,61	9989 - Mobilidade urbana	0,0292	1220 - Assistência ambulatorial e hospitalar especializada	1,95
10	0099 – Integração das políticas públicas de emprego, trabalho e renda	1,46	1025 – Promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais - PROMESO	0,0266	0099 - Integração das políticas públicas de emprego, trabalho e renda	1,72
303	1164 - Combate ao crime transnacional	0,0002	0122 - Saneamento ambiental urbano	- 0,0085	1387 - Microcrédito produtivo orientado	0,0001
304	1404 – Promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa	0,0002	1444 - Vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos	- 0,0114	1164 - Combate ao crime transnacional	0,0001
305	1102 - Agenda 21	0,0001	8034 - Nacional de inclusão de jovens - PROJOVEM	- 0,0117	1404 - Promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa	0,0001
306	1137 – Reabilitação de áreas urbanas centrais	0,0001	0412 - Desenvolvimento do comércio exterior	- 0,0121	1016 - Artesanato brasileiro	0,0001
307	1080 - Combate a desertificação	0,0001	1036 – Integração de bacias hidrográficas	- 0,0128	0103 - Crédito orientado ao desenvolvimento e geração de emprego e renda	0,0001
308	0810 - Qualidade e produtividade do habitat – PBQP-H	0,0001	1054 – Gestão de recursos humanos e democratização das relações de trabalho no setor público	- 0,0161	0257 - Universalização dos serviços de telecomunicações	<0,0000
309	1016 - Artesanato brasileiro	0,0001	1388 – Ciência, tecnologia e inovação para a política industrial	- 0,0186	8010 - Educação fiscal	<0,0000
310	8010 -Educação fiscal	<0,0000	1128 - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários	- 0,0365	1143 - Promoção da ética pública	<0,0000
311	1143 - Promoção da ética pública	<0,0000	0750 - Apoio administrativo	- 0,0505	0810 - Qualidade e produtividade do habitat - PBQP-H	<0,0000
312	0904 - Operações	<0,0000	0905 - Operações	-	0904 - Operações	<0,0000

Nr	Elaboração do PLOA ^a		Discussão, votação e aprovação ^b		Execução orçamentária e financeira ^c	
	Programa	%	Programa	%	Programa	%
	especiais: outras transferências		especiais: serviço da dívida interna (juros e amortizações)	0,1083	especiais: outras transferências	

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Somatório dos valores brutos dos programas contido no PLOA enviado dividido pelo somatório dos PLOAs enviados (R\$ 6.865.960.253.326) de 2008 a 2011; b) Somatório de todas as emendas dividido pelo somatório dos PLOAs enviados (R\$ 6.865.960.253.326); c) Somatório dos valores empenhados por programas contido na LOA executada dividido pelo somatório das LOAs executadas (R\$ 4.383.126.405.542) de 2008 a 2010.

Ainda no Quadro 45 reforça-se o fato de que há uma alta concordância entre a escolha pública realizada na etapa de Elaboração do PLOA e a escolha pública realizada na etapa de Execução da LOA. Outro aspecto que chama a atenção é que o refinanciamento da dívida interna consome na etapa de elaboração 31,18% do recursos enquanto foram efetivamente empenhados 20,33%. Ainda comparando as etapas de Elaboração e Execução, observa-se que os demais programas nas primeiras colocações são programas destinados exclusivamente às operações especiais cuja característica principal é a inexistência de um produto ou serviço entregue quer para sociedade, quer para o próprio Estado.

Quanto à etapa de Discussão, Votação e Aprovação, observa-se que os percentuais realocados pelo Legislativo são ínfimos quando comparados com os percentuais alocados pelo Executivo. Dessa forma, reforça-se o resultado já encontrado por Limongi e Figueiredo (2005) de que o Legislativo desempenha no processo orçamentário um papel coadjuvante.

Quadro 46: Grupos de interesses privilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado de todos os programas

Códigos dos programas	Público alvo atendido	Etapa da LOA ^a
0083	Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social	1 e 3
0089	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.	1 e 3
0099	Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.	1 e 3
0286	Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo.	1 e 3
0310	Governo	2
0352	Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional.	2
0750	<i>Governo (folha de pagamento)</i>	1 e 3
0903	Operações especiais: transferências constitucionais e as decorrentes de legislação específica.	1, 2 e 3
0905	<i>Operações especiais: serviço da dívida interna (juros e amortizações)</i>	1 e 3
0907	Operações especiais: refinanciamento da dívida interna	1, 2 e 3
0909	Operações especiais: outros encargos especiais	1 e 3
1025	Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com	2

Códigos dos programas	Público alvo atendido	Etapa da LOA ^a
	ênfase nos pequenos e médios empreendedores.	
1166	Turistas domésticos e trade turístico.	2
1220	Sociedade.	1, 2 e 3
1250	Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento.	2
6003	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.	2
9989	População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas	2
0083	Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social	1 e 3

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) 1 - Elaboração; 2 - Discussão, votação e aprovação; 3 - Execução Orçamentária e Financeira.

O Quadro 46, elaborado a partir do Quadro 44, mostra os grupos de interesse dos programas que mais se beneficiaram entre os anos de 2008 e 2011; enquanto que o Quadro 47 mostra os grupos de interesse dos programas que menos se beneficiaram.

Quadro 47: Grupos de interesses desprivilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado de todos os programas

Códigos dos programas	Público alvo atendido	Etapa da LOA ^a
0103	Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, micro-empresendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais.	3
0122	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	2
0257	Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência.	3
0412	Segmentos econômicos importadores e exportadores; potenciais e efetivos	2
0750	<i>Governo (folha de pagamento)</i>	2
0810	População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.	1 e 3
0904	Operações especiais: outras transferências	1 e 3
0905	<i>Operações especiais: serviço da dívida interna (juros e amortizações)</i>	2
1016	Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes.	1 e 3
1036	Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.	2
1054	Servidores públicos federais	2
1080	População das Áreas Suscetíveis á Desertificação – ASD	1
1102	Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local.	1
1128	Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários.	2
1137	População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas.	2
1143	Alta administração federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto 1.171/94, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira.	1 e 3
1164	Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário.	1 e 3
1387	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004.	3
1388	Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de	2

Códigos dos programas	Público alvo atendido	Etapa da LOA ^a
	química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológico.	
1404	População idosa brasileira.	1 e 3
1444	Sociedade.	2
810	Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas,	1 e 3
8034	Jovens que possuam entre 15 e 29 anos	2

Fonte: Elaboração própria

Legenda: 1 - Elaboração; 2 - Discussão, votação e aprovação; 3 - Execução Orçamentária e Financeira.

Comparando o Quadro 46 com o Quadro 47, observa-se que existem 17 grupos de interesse que se beneficiaram e 23 grupos de interesse que se prejudicaram. Além disso, observa-se que ocorreram dois conflitos: situação em que determinado programa foi beneficiado em uma etapa da LOA, mas foi prejudicado em outra etapa da LOA. Estes programas foram: o 0750 - Apoio administrativo e o 0905 Operações especiais: serviço da dívida interna (juros e amortizações).

Estes programas (0750 e 0905) estão entre os que tiveram maior quantidade de recursos realocados para menos pelo Congresso Nacional na etapa de Aprovação, porém estão entre os programas que tiveram maior quantidade de recursos alocados na etapa de Elaboração e na etapa de Execução. Por serem programas destinados as despesas obrigatórias (folha de pagamento e serviço da dívida), teoricamente não deveriam ter recursos realocados na segunda etapa da LOA. Estes resultados se enquadram no que Albuquerque et alli (2008) consideram como uma das espécies de fragilidades orçamentárias: a inversão de prioridades (priorizar despesas de seu interesse em detrimento de despesas inevitáveis ou obrigatórias).

Até esta etapa da seção se considerou na análise dos grupos de interesse todos os programas, porém esta análise fica parcialmente prejudicada, haja vista as operações especiais não possuem um grupo de interesse específico e os programas de apoio as políticas públicas e áreas especiais se destinarem ao próprio Estado. Dessa forma, estão apresentados a seguir os resultados considerando apenas os programas finalísticos.

Observou-se na Seção 2.4 que os programas finalísticos são aqueles em que de fato há a entrega de um produto ou prestação de serviço diretamente à sociedade. Na Seção 4.1 observou-se que existe uma concordância menor entre os Poderes quanto à alocação dos recursos para os programas finalísticos, possivelmente decorrente de sua característica: ofertar um serviço ou bem diretamente ao cidadão. Dessa forma, são programas mais atrativos no que tange a maximização dos benefícios eleitorais gerando maior disputa pelos políticos.

O Quadro 48 apresenta, sob a perspectiva do conglomerado composto apenas pelos programas finalísticos, os que mais se beneficiaram e mais se prejudicaram nas escolhas públicas orçamentárias.

Quadro 48: Os dez programas finalísticos com maior e os dez programas finalísticos com menor alocação de recursos nas LOAs de 2008 a 2011 dentre todos os programas finalísticos

Nr	Elaboração do PLOA ^a		Discussão, votação e aprovação ^b		Execução orçamentária e financeira ^c	
	Programa	%	Programa	%	Programa	%
1	0083 - Previdência social básica	13,49	1166 - Turismo no Brasil: uma viagem para todos	0,1554	0083 – Previdência social básica	15,21
2	0286 - Oferta de petróleo e gás natural	1,90	1220 - Assistência ambulatorial e hospitalar especializada	0,0938	0286 - Oferta de petróleo e gás natural	2,05
3	1220 - Assistência ambulatorial e hospitalar especializada	1,61	1250 - Esporte e lazer da cidade	0,0560	1220 - Assistência ambulatorial e hospitalar especializada	1,95
4	0099 - Integração das políticas públicas de emprego, trabalho e renda	1,46	6003 - Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário	0,0458	0099 – Integração das políticas públicas de emprego, trabalho e renda	1,72
5	1384 - Proteção social básica	1,21	0352 - Abastecimento agroalimentar	0,0318	1384 – Proteção social básica	1,33
6	0288 - Refino de petróleo	1,09	9989 - Mobilidade urbana	0,0292	1073 – Brasil universitário	1,26
7	1073 - Brasil universitário	1,01	1025 – Promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais - PROMESO	0,0266	0288 - Refino de petróleo	0,90
8	1335 - Transferência de renda com condicionalidades	0,74	1073 - Brasil universitário	0,0246	1335 – Transferência de renda com condicionalidades	0,85
9	1061 - Brasil escolarizado	0,71	1214 – Atenção básica em saúde	0,0174	1061 - Brasil escolarizado	0,75
10	1214 - Atenção básica em saúde	0,57	0643 - Calha norte	0,0167	1214 – Atenção básica em saúde	0,6310
203	1132 - Democratização das relações de trabalho	0,0003	1375 - Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa	- 0,0053	1132 - Democratização das relações de trabalho	0,0001
204	1086 - Promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência	0,0003	1460 - Vetor logístico nordeste meridional	- 0,0070	1080 - Combate a desertificação	0,0001
305	0103 - Crédito orientado ao desenvolvimento e geração de emprego e renda	0,0002	1061 - Brasil escolarizado	- 0,0085	1079 - Educação previdenciária	0,0001
206	1079 - Educação previdenciária	0,0002	0122 - Saneamento ambiental urbano	- 0,0085	1387 - Microcrédito produtivo orientado	0,0001
207	1404 - Promoção e defesa dos direitos da	0,0002	1444 - Vigilância,	- 0,0114	1404 - Promoção e defesa dos direitos da	0,0001

Nr	Elaboração do PLOA ^a		Discussão, votação e aprovação ^b		Execução orçamentária e financeira ^c	
	Programa	%	Programa	%	Programa	%
	pessoa idosa		prevenção e controle de doenças e agravos		pessoa idosa	
208	1137 - Reabilitação de áreas urbanas centrais	0,0001	8034 - Nacional de inclusão de jovens – PROJOVEM	- 0,0117	1016 - Artesanato brasileiro	0,0001
209	1080 - Combate a desertificação	0,0001	0412 - Desenvolvimento do comércio exterior	- 0,0121	0103 - Crédito orientado ao desenvolvimento e geração de emprego e renda	0,0001
210	0810 - Qualidade e produtividade do habitat - PBQP-H	0,0001	1036 – Integração de bacias hidrográficas	-0,012	0257 - Universalização dos serviços de telecomunicações	<0,0000
211	1016 - Artesanato brasileiro	0,0001	1388 – Ciência, tecnologia e inovação para a política industrial	- 0,0186	8010 - Educação fiscal	<0,0000
212	8010 - Educação fiscal	<0,0000	1128 – Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários	- 0,0365	0810 - Qualidade e produtividade do habitat - PBQP-H	<0,0000

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) Somatório dos valores brutos dos programas contido no PLOA enviado dividido pelo somatório dos PLOAs enviados (R\$ 6.865.960.253.326) de 2008 a 2011; b) Somatório de todas as emendas dividido pelo somatório dos PLOAs enviados (R\$ 6.865.960.253.326); c) Somatório dos valores empenhados por programas contido na LOA executada dividido pelo somatório das LOAs executadas (R\$ 4.383.126.405.542) de 2008 a 2010.

A partir dos resultados do Quadro 48 reforça-se que de fato há uma alta concordância entre a escolha pública realizada na etapa de Elaboração do PLOA e a escolha pública realizada na etapa de Execução da LOA. Este resultado põe em xeque novamente a “ficção orçamentária” sugerida por Giacomoni (2010), Souza (2008), Aguiar (2008), Santos, Machado e Rocha (1997).

Quanto à etapa de Discussão, Votação e Aprovação observa-se que os percentuais realocados pelo Legislativo são ínfimos quando comparados com os percentuais alocados pelo Executivo. Dessa forma, reforça-se mais uma vez o resultado já encontrado por Limongi e Figueiredo (2005) de que o Legislativo desempenha no processo orçamentário um papel de ator coadjuvante.

Comparando o Quadro 48 com o Quadro 45, observa-se que, com a retirada dos programas destinados exclusivamente às operações especiais e os programas de apoio as políticas públicas e áreas especiais, o somatório do valor percentual acumulado dos 10 primeiros programas finalísticos é menor do que o maior programa destinado às operações especiais.

O Quadro 49 elaborado a partir do Quadro 48 mostra os grupos de interesse dos programas que mais se beneficiaram entre os anos de 2008 e 2011; enquanto o Quadro 50 mostra os grupos de interesse dos programas que menos se beneficiaram.

Esse resultado mostra que o orçamento é comprometido por programas destinados exclusivamente às operações especiais. Assim, no Orçamento Federal sobram menos recursos para alocar nos programas que ofertam bens ou serviços diretamente à sociedade.

Quadro 49: Grupos de interesses privilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado dos programas finalísticos

Códigos dos programas	Público alvo atendido	Em qual etapa da LOA? ^a
0083	Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social	1 e 3
0099	Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.	1 e 3
0286	Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo.	1 e 3
0288	Consumidores de derivados do petróleo	1 e 3
0352	Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional.	2
0643	População dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios da calha norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó.	2
1025	Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.	2
1061	<i>Crianças, adolescentes e jovens</i>	1 e 3
1073	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas	1, 2 e 3
1166	Turistas domésticos e trade turístico.	2
1214	Sociedade.	1, 2 e 3
1220	Sociedade.	1, 2 e 3
1250	Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento.	2
1335	Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 60,00	1 e 3
1384	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos de pertencimento social.	1 e 3
6003	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.	2
9989	População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas.	2

Fonte: Elaboração própria

Legenda: 1 - Elaboração; 2 - Discussão, votação e aprovação; 3 - Execução Orçamentária e Financeira.

Comparando o Quadro 49 com o Quadro 50, observa-se que existem 17 grupos de interesse que se beneficiaram e 21 que se prejudicaram. Além disso, observa-se que ocorreu um conflito: situação em que determinado programa foi beneficiado em uma etapa da LOA, mas foi prejudicado em outra etapa da LOA. Este programa foi o 1061 - Brasil escolarizado .

Este programa está entre os que tiveram maior quantidade de recursos realocados para menos pelo Congresso Nacional na etapa de Aprovação, porém está entre os programas que tiveram maior quantidade de recursos alocados para mais na etapa de Elaboração e na etapa de Execução.

Quadro 50: Grupos de interesses desprivilegiados nas escolhas públicas orçamentárias de 2008 a 2011 para o conglomerado contendo todos os programas finalísticos

Códigos dos programas	Público alvo atendido	Em qual etapa da LOA? ^a
0103	Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, micro empreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais.	1 e 3
0122	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	2
0257	Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência.	3
0412	Segmentos econômicos importadores e exportadores; potenciais e efetivos	2
0810	População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.	1 e 3
1016	Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes.	1 e 3
1036	Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.	2
1061	<i>Crianças, adolescentes e jovens</i>	2
1079	População brasileira.	1 e 3
1080	População das Áreas Suscetíveis á Desertificação – ASD	1
1086	Pessoas com Deficiência	1
1128	Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários.	2
1132	Trabalhadores, empresas e organizações sindicais	1 e 3
1137	População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas.	2
1375	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada	2
1387	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004.	3
1388	Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológico.	2
1404	População idosa brasileira.	1 e 3
1444	Sociedade.	2
1460	Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe	2
810	Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas,	1 e 3

Fonte: Elaboração própria

Legenda: a) 1 - Elaboração; 2 - Discussão, votação e aprovação; 3 - Execução Orçamentária e Financeira.

Por fim, analisando o conteúdo dos Quadros 46, 47, 49 e 50, observa-se que muitos programas não possuem público-alvo bem delimitado (por exemplo: programa 1079, programa 1061); fato este que dificulta a posterior de medição de resultados e é considerado uma inconsistência qualitativa na visão do TCU conforme visto na Seção 2.7.4.

4.3 Análise quantitativa dos indicadores dos programas finalísticos publicados nos relatórios anuais de avaliação dos orçamentos de 2008 e 2009

Após analisar o grau de concordância das escolhas públicas orçamentárias e os principais grupos de interesse que se beneficiaram as escolha públicas orçamentárias, nesta Seção serão apresentados os resultados sobre as inconsistências quantitativas nos indicadores dos programas finalísticos.

Inicialmente cabe fazer uma comparação entre os resultados dos indicadores apresentados nas Tabelas 28 a 31 e os resultados apresentados nas Tabelas 2 e 3. Observa-se que existe uma divergência quanto à quantidade de indicadores.

As Tabelas 28 a 31 foram construídas a partir do Relatório de Avaliação Anual dos Programas, enquanto que as Tabelas 2 e 3 foram extraídas a partir dos dados do TCU (BRASIL, 2009) e da SPI (PINHO, 2011). Nos trabalhos do TCU e da SPI não foram apresentadas as fontes dos dados obtidos.

Apesar da divergência quanto à quantidade de indicadores entre este estudo e os estudos do TCU (BRASIL, 2009) e da SPI (PINHO, 2011), a área de infraestrutura continua sendo a mais deficiente na medição dos resultados obtidos por programas com 54% de indicadores com inconsistências em 2008 (Tabela 28) e com 60% com inconsistências em 2009 (Tabela 29). Na área social 18% dos indicadores apresentaram inconsistências em 2008 e 15% apresentaram inconsistências em 2009. Na área econômica e áreas especiais 31% dos indicadores apresentaram inconsistências em 2008 e 24% apresentaram inconsistências em 2009.

Tabela 25: Análise quantitativa dos indicadores de desempenho (ID) dos programas finalísticos por órgão em 2008

Área estratégia	Órgão responsável pelo programa finalístico	2008		
		Total de ID	ID sem índice apurado	% ID com inconsistência
Social	Ministério da Cultura	14	1	7
	Ministério da Educação	41	2	5
	Ministério da Justiça	21	6	29
	Ministério da Previdência Social (MPS)	10	1	10
	Ministério da Saúde	51	7	14
	Ministério das Cidades	27	5	19
	Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA)	21	5	24
	Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF)	18	3	17
	Ministério Esporte	7	3	43
	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	32	3	9
	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)	7	2	29
	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)	14	4	29
	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	29	12	41
	SUBTOTAL		292	54
Infraestrutura	Ministério da Integração	34	32	94
	Ministério das Comunicações	15	5	33
	Ministério das Minas e Energia	95	11	12
	Ministério dos Transportes	64	64	100
SUBTOTAL		208	112	54
Econômica e áreas especiais	Câmara dos Deputados	O único programa finalístico não possui indicador		
	Presidência da República	15	9	60
	Justiça do DF e Territórios	1	0	0
	Justiça do Trabalho	4	0	0
	Justiça Eleitoral	2	0	0
	Justiça Federal	1	0	0
	Justiça Militar da União	1	0	0
	MAPA	56	14	25
	MCT	28	5	18
	Ministério da Defesa (MD)	7	1	14
	Ministério da Fazenda (MF)	4	0	0
	Ministério Relações Exteriores (MRE)	8	1	13
	MDIC	20	2	10
	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	33	17	52
	MP	9	6	67
	Ministério Turismo	6	5	83
	Ministério Público da União (MPU)	1	0	0
Ministério da Pesca	3	3	100	
Senado Federal (SF)	O único programa finalístico não possui indicador			
STJ	1	0	0	
STF	1	0	0	
SUBTOTAL		201	63	31
TOTAL		701	229	33

Fonte: Elaboração própria

Tabela 26: Análise quantitativa dos indicadores de desempenho (ID) dos programas finalísticos por programa e por órgão em 2008

Órgão responsável pelo programa finalístico	Programa sem indicador ou com falta de apuração em todos os índices		Programa com algum índice sem apuração		Programas com todos os índices apurados		Total de Programas sob responsabilidade de órgão
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde
Ministério da Cultura	0	0	1	10	9	90	10
Ministério da Educação	0	0	1	12,5	7	87,5	8
Ministério da Justiça	1	11,1	3	33,3	5	55,6	9
MPS	1	20	0	0	4	80	5
Ministério da Saúde	1	8	2	17	9	75	12
Ministério das Cidades	1	12,5	2	25	5	62,5	8
MDA	0	0	2	22,2	7	77,8	9
MDSCF	0	0	2	40	3	60	5
Ministério Esporte	2	50	0	0	2	50	4
MTE	0	0	1	11,1	8	88,9	9
SEPPIR	0	0	1	50	1	50	2
SEPM	0	0	2	100	0	0	2
SEDH	2	20	6	60	2	20	10
SUBTOTAL	8	8,6	23	24,7	62	66,7	93
Ministério da Integração	7	77,8	1	11,1	1	11,1	9
Ministério das Comunicações	0	0	2	50	2	50	4
MME	4	19	2	9,5	15	71,5	21
Ministério dos Transportes	9	100	0	0	0	0	9
SUBTOTAL	20	46,5	5	11,6	18	41,9	43
CD	1	100	0	0	0	0	1
Presidência da República	1	20	3	60	1	20	5
Justiça do DF e Territórios	0	0	0	0	1	100	1
Justiça do Trabalho	0	0	0	0	1	100	1
Justiça Eleitoral	0	0	0	0	1	100	1
Justiça Federal	0	0	0	0	1	100	1
Justiça Militar da União	0	0	0	0	1	100	1
MAPA	2	15,4	2	15,4	9	69,2	13
MCT	1	12,5	2	25	5	62,5	8
MD	0	0	1	20	4	80	5
MF	0	0	0	0	1	100	1
MRE	0	0	1	25	3	75	4
MDIC	1	12,5	1	12,5	6	75	8
MMA	2	14,2	1	7,1	11	78,7	14
MP	1	25	1	25	2	50	4
Ministério Turismo	1	50	1	50	0	0	2
MPU	0	0	0	0	1	100	1
Ministério da Pesca	2	100	0	0	0	0	2
SF	1	100	0	0	0	0	1
STJ	0	0	0	0	1	100	1
STF	0	0	0	0	1	100	1
SUBTOTAL	13	17,6	13	17,6	50	64,8	76
TOTAL	41	19,3	41	19,3	130	61,4	212

Fonte: Elaboração própria

Tabela 27: Análise quantitativa dos indicadores de desempenho (ID) dos programas finalísticos por órgão em 2009

Área estratégia	Órgão responsável pelo programa finalístico	2009		
		Total de ID	ID sem índice apurado	% ID com inconsistência
Social	Ministério da Cultura	14	3	21
	Ministério da Educação	41	1	2
	Ministério da Justiça	27	9	33
	MPS	11	2	18
	Ministério da Saúde	51	1	2
	Ministério das Cidades	27	7	26
	MDA	21	3	14
	MDSCF	19	4	21
	Ministério Esporte	7	3	43
	MTE	32	3	9
	SEPPIR	7	1	14
	SEPM	15	4	27
SEDH	29	5	17	
SUBTOTAL		301	46	15
Infra-estrutura	Ministério da Integração	34	33	97
	Ministério das Comunicações	15	7	47
	Ministério das Minas e Energia	95	21	22
	Ministério dos Transportes	64	63	98
SUBTOTAL		208	124	60
Econômica e áreas especiais	Câmara dos Deputados (CD)	O único programa finalístico não possui indicador		
	Presidência da República	16	8	50
	Justiça do DF e Territórios	1	0	0
	Justiça do Trabalho	4	0	0
	Justiça Eleitoral	2	0	0
	Justiça Federal	1	0	0
	Justiça Militar da União	1	0	0
	MAPA	58	5	9
	MCT	28	0	0
	Ministério da Defesa	7	0	0
	Ministério da Fazenda	4	0	0
	Ministério Relações Exteriores	8	0	0
	MDIC	20	3	15
	MMA	39	23	59
	MP	9	4	44
	Ministério Turismo	6	5	83
	MPU	1	0	0
	Ministério da Pesca	3	2	67
	Senado Federal (SF)	O único programa finalístico não possui indicador		
	STJ	1	0	0
STF	1	0	0	
SUBTOTAL		210	50	24
TOTAL		719	220	31

Fonte: Elaboração própria

Tabela 28: Análise quantitativa dos indicadores de desempenho (ID) dos programas finalísticos por programa e por órgão em 2009

Órgão responsável pelo programa finalístico	Programa sem indicador ou com falta de apuração em todos os índices		Programa com algum índice sem apuração		Programas com todos os índices apurados		Total de Programas sob responsabilidade de órgão
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde
Ministério da Cultura	1	10	2	20	7	70	10
Ministério da Educação	0	0	0	0	8	100	8
Ministério da Justiça	1	11,1	3	33,3	5	55,6	9
MPS	0	0	2	40	3	60	5
Ministério da Saúde	0	0	1	8,3	11	91,7	12
Ministério das Cidades	2	25	2	25	4	50	8
MDA	1	11,1	2	22,2	6	66,7	9
MDSCF	0	0	3	60	2	40	5
Ministério Esporte	2	50	0	0	2	50	4
MTE	0	0	1	11,1	8	88,9	9
SEPPIR	0	0	1	50	1	50	2
SEPM	0	0	2	100	0	0	2
SEDH	1	10	2	20	7	70	10
SUBTOTAL	8	8,6	21	22,6	64	68,8	93
Ministério da Integração	8	88,9	1	11,1	0	0	9
Ministério das Comunicações	2	50	1	25	1	25	4
MME	4	19	2	9,5	15	71,5	21
Ministério dos Transportes	8	87,5	1	12,5	0	0	9
SUBTOTAL	22	51,2	5	11,6	16	37,2	43
CD	1	100	0	0	0	0	1
Presidência da República	2	40	0	0	3	60	5
Justiça do DF e Territórios	0	0	0	0	1	100	1
Justiça do Trabalho	0	0	0	0	1	100	1
Justiça Eleitoral	0	0	0	0	1	100	1
Justiça Federal	0	0	0	0	1	100	1
Justiça Militar da União	0	0	0	0	1	100	1
MAPA	1	7,7	3	23	9	69,3	13
MCT	0	0	0	0	8	100	8
MD	0	0	0	0	5	100	5
MF	0	0	0	0	1	100	1
MRE	0	0	0	0	4	100	4
MDIC	1	12,5	2	25	5	62,5	8
MMA	5	35,7	0	0	9	64,3	14
MP	0	0	1	25	3	75	4
Ministério Turismo	1	50	0	50	1	0	2
MPU	0	0	0	0	1	100	1
Ministério da Pesca	1	0	1	50	1	50	2
SF	1	100	0	0	0	0	1
STJ	0	0	0	0	1	100	1
STF	0	0	0	0	1	100	1
SUBTOTAL	13	17,1	7	9,2	56	73,7	76
TOTAL	43	20,3	33	15,5	136	64,2	212

Fonte: Elaboração própria

Quando se considera a análise de indicadores por programas, uma vez que existem programas com mais de um indicador, a área de infraestrutura continua sendo a mais deficitária na medição dos resultados obtidos com 58,1% dos programas apresentando indicadores com inconsistências em 2008 e com 37,2% dos programas com inconsistências em 2009. Na área social 33,3 % dos programas apresentaram inconsistências nos indicadores em 2008 e 31,2% dos programas apresentaram inconsistências em 2009. Na área econômica e áreas especiais 38,6% dos programas apresentaram inconsistências nos indicadores em 2008 e 26,3% dos programas apresentaram inconsistências em 2009.

De todos os resultados o que mais se destaca é a quantidade de programas que não sem nenhuma medição. Na área de infraestrutura foram 20 programas em 2008 e 22 em 2009; na área econômica e áreas especiais, 13 em 2008 e 13 em 2009; e na área social, 8 em 2008 e 8 em 2009. Dessa forma, 19,3% dos programas finalísticos não apresentaram quaisquer resultados em 2008 e 19,8% não apresentaram quaisquer resultados em 2009. Ressalta-se que os programas de 2009 sem resultado também não haviam apresentado resultados em 2008.

Os Órgãos Superiores que apresentaram maior quantidade de inconsistências de indicadores em 2008 e 2009 estão os seguintes: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Meio Ambiente; Ministério Turismo, Ministério da Integração, Ministério dos Transportes, Ministério da Pesca. Desses, os seguintes Ministérios tiveram troca de Ministros devido à irregularidades em 2011 a na aplicação de recursos públicos (pagamentos em a comprovação da entrega do bem ou serviço): Ministério Turismo (50% dos programas sem quaisquer resultados em 2009); Ministério dos Transportes (87,5% dos programas sem quaisquer resultados); Ministério da Agricultura (11,1% dos programas sem quaisquer resultados) (ALVES, 2011).

Esses resultados indicam que Ministérios com os maiores problemas na apuração dos resultados dos programas apresentaram problemas na aplicação dos recursos orçamentários e que foram capazes de afetar a alta administração.

4.4 Testes das hipóteses de pesquisa

Nesta seção serão apresentados os resultados sobre a relação entre os indicadores dos programas finalísticos e a escolha pública dos Poderes quanto à alocação de recursos; retomando a questão da pesquisa: **De que forma os indicadores dos programas finalísticos publicados nos relatórios anuais de avaliação influenciaram o processo de alocação de recursos no ciclo orçamentário federal no período entre 2008 e 2011?**

4.4.1 Hipótese 1: Os indicadores influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder Executivo quando do envio do PLOA (1ª etapa).

Para averiguar esta hipótese foi elaborada a Tabela 32 que contém o resultado da aplicação dos testes: qui-quadrado de Pearson, exato de Fisher e de dependência Phi.

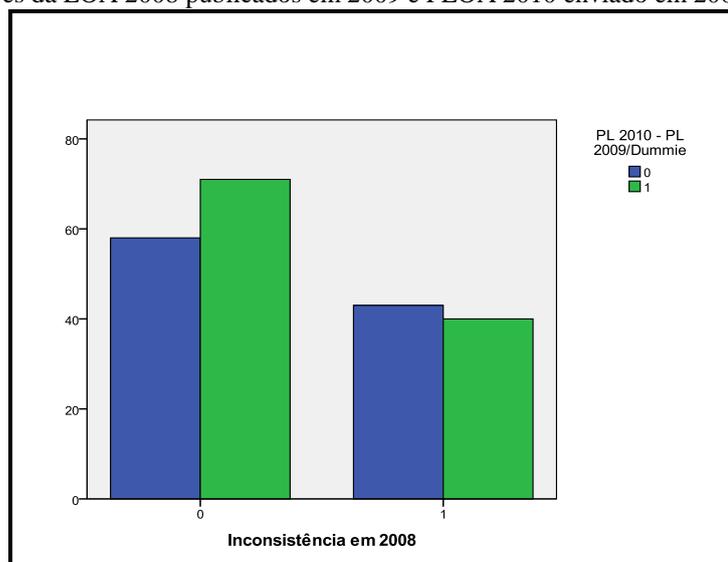
Na Tabela 32 observa-se que não houve resultado com significância estatística para nenhum dos testes. Dessa forma, pode se afirmar que a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos não considerou os resultados apresentados nos indicadores dos programas finalísticos. A fim de aprofundar a análise estão representadas nas Figuras 20, 21, 22 e 23 o gráfico de barras das Tabelas de Contingência.

Tabela 29: Resultados dos Testes: Qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi sobre a relação entre escolha pública na alocação de recursos e os indicadores dos programas finalísticos

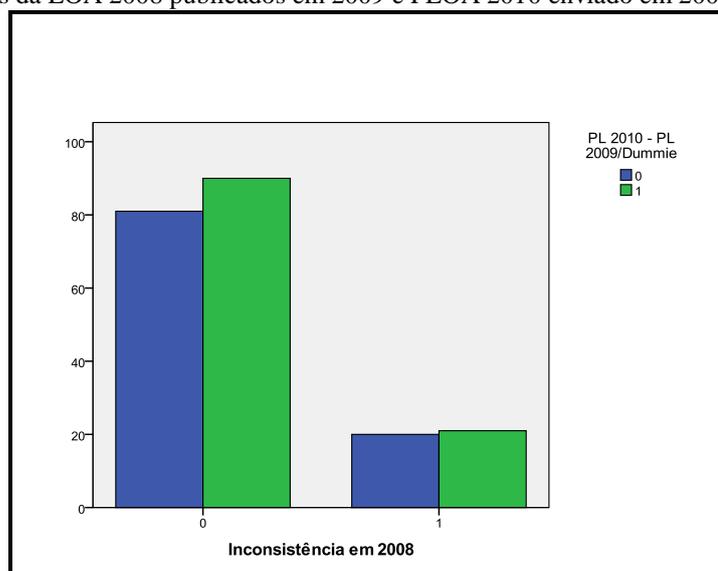
Relação analisada	Qui-quadrado de Pearson		Exato de Fisher	Dependência Phi		Hipótese de pesquisa
	χ^2	<i>P-value</i>	<i>P-value</i>	<i>Rϕ</i>	<i>P-value</i>	
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e PLOA 2010 enviado em 2009 – perspectiva branda	0,949	0,330	0,398	0,067	0,330	Rejeitada
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e PLOA 2010 enviado em 2009 – perspectiva rigorosa	0,026	0,871	1,000	0,011	0,871	Rejeitada
Indicadores publicados da LOA de 2009 publicados em 2010 e PLOA 2011 enviado em 2010 – perspectiva branda	0,450	0,503	0,552	0,046	0,503	Rejeitada
Indicadores publicados da LOA de 2009 publicados em 2010 e PLOA 2011 enviado em 2010 – perspectiva rigorosa	0,740	0,390	0,477	0,059	0,390	Rejeitada

Fonte: Elaboração própria

Uma observação importante e que poderia ter inviabilizado a análise é que todos os programas poderiam ter tido recursos aumentados de um ano para outro. Utilizando-se dos dados da Tabela de Contingência observa-se que apesar do volume de recursos no orçamento de 2009 para 2010 ter aumentado, 101 programas tiveram recursos diminuídos ou estáveis de um ano para outro enquanto 111 tiveram recursos aumentados de um ano para o outro. Dessa forma, este resultado indica que o orçamento federal de 2010 não foi incremental em relação a 2009 na etapa de Elaboração.

Figura 20: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e PLOA 2010 enviado em 2009 – perspectiva branda**Fonte:** Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências e o conjunto da direita, os programas com inconsistências. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Figura 21: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e PLOA 2010 enviado em 2009 – perspectiva rigorosa**Fonte:** Elaboração própria

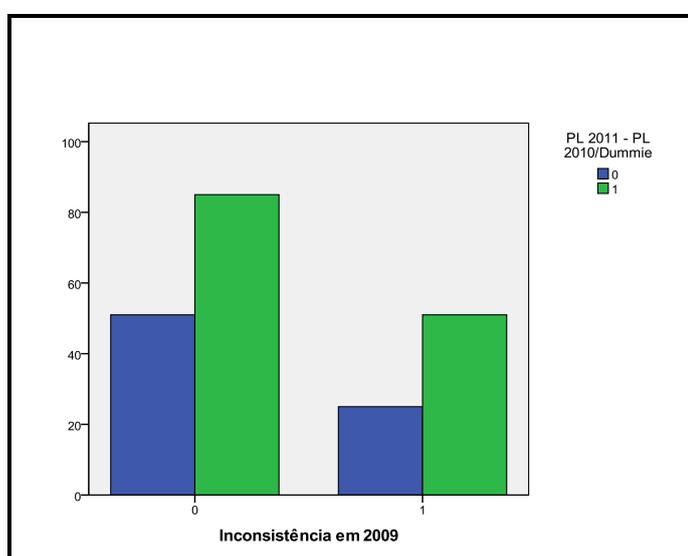
Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências ou com algum resultado e o conjunto da direita, os programas sem resultados. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Comparando as Figuras 20 e 21, observa-se que mesmo quando se consideram apenas os programas com todos os indicadores inconsistentes, não há correlação estatisticamente significativa. Na Figura 21, observa-se, ainda, que dos 41 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2008, 21 (9,91% em relação a todos os programas finalísticos)

tiveram seus recursos aumentados em 2010, apesar de não terem comprovado quaisquer resultados.

Prosseguindo na análise da escolha pública na Etapa de Elaboração do PLOA, observa-se nas Figuras 22 e 23 que apesar o volume de recursos no orçamento de 2010 para 2011 ter aumentado, 76 dos programas tiveram recursos diminuídos ou estáveis de um ano para outro enquanto 136 tiveram recursos aumentados de um ano para o outro. Dessa forma, este resultado indica que o orçamento federal de 2011 não foi incremental em relação ao orçamento de 2010 na etapa de Elaboração.

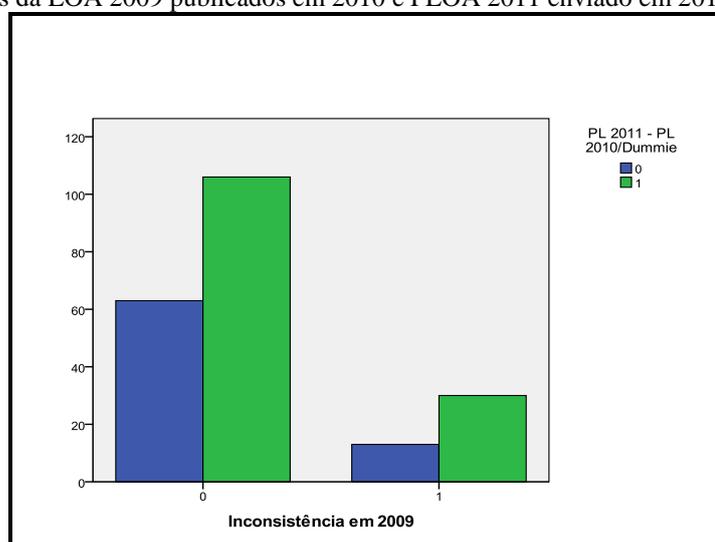
Figura 22: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e PLOA 2011 enviado em 2010 – perspectiva branda



Fonte: Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências e o conjunto da direita, os programas com inconsistências. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Figura 23: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e PLOA 2011 enviado em 2010 – perspectiva rigorosa



Fonte: Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências ou com algum resultado e o conjunto da direita, os programas sem resultados. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Comparando as Figuras 22 e 23, observa-se que mesmo quando se consideram apenas os programas com todos os indicadores inconsistentes, não há correlação estatisticamente significativa. Observando-se com mais atenção a Figura 23, observa-se que dos 43 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2009, 30 (14,15%) tiveram seus recursos aumentados em 2011, apesar de não terem comprovado qualquer resultado. Dessa forma, conclui-se que no período de 2008 a 2011 a escolha pública na alocação de recursos quando do envio do PLOA não considerou o resultado dos programas evidenciados nos indicadores de desempenho. Diante do exposto, rejeita a hipótese de pesquisa 1.

4.4.2 Hipótese 2: Os indicadores de desempenho influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder pelo Poder Legislativo quando da devolução do PLOA aprovado (2ª etapa).

Para averiguar esta hipótese foi elaborada a Tabela 33 que contém o resultado da aplicação dos testes: Qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi.

Tabela 30: Resultados dos Testes: Qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi sobre a relação entre escolha pública na alocação de recursos e os indicadores dos programas finalísticos

Relação analisada	Qui-quadrado de Pearson		Exato de Fisher	Dependência Phi		Hipótese de pesquisa
	χ^2	P-value	P-value	R ϕ	P-value	
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2010 – perspectiva branda	1,027	0,311	0,326	0,070	0,311	Rejeitada
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2010 – perspectiva rigorosa	3,781	0,052	0,057	0,134	0,052	Aceita
Indicadores publicados da LOA de 2009 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2011 – perspectiva branda	1,768	0,184	0,200	0,091	0,184	Rejeitada
Indicadores publicados da LOA de 2009 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2011 – perspectiva rigorosa	2,155	0,142	0,172	0,101	0,142	Rejeitada

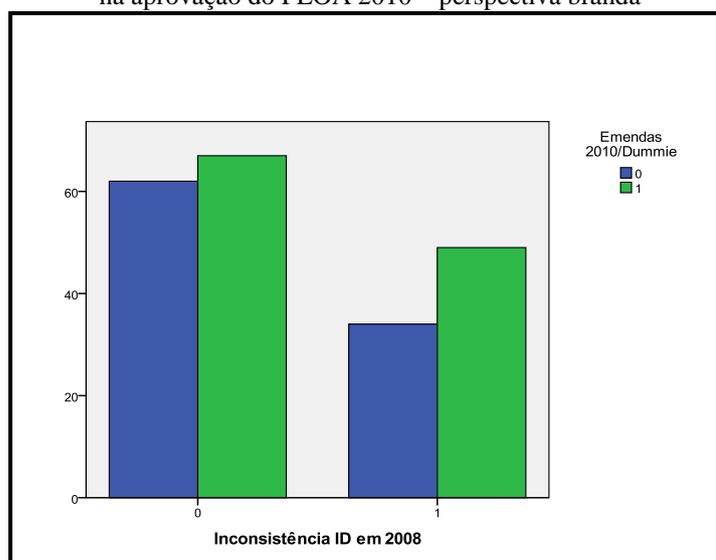
Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 33 observa-se que houve resultado com significância estatística na realocação de recursos em 2010 pelo Legislativo na etapa de Discussão, Votação e

Aprovação do PLOA. Dessa forma, pode se afirmar que a escolha pública do Legislativo quanto à alocação de recursos em 2010 pode ter considerado os resultados apresentados nos indicadores dos programas finalísticos. Pode ter considerado, pois não existe uma norma que obrigue os parlamentares a utilizar como critério de alocação de recursos os resultados apresentados pelos Programas Finalísticos. Ainda em 2010 pode-se afirmar que houve correlação estatisticamente significativa de dependência ($R\phi$) entre as variáveis de 13,4%.

Quando se considera a perspectiva rigorosa em 2011 observa-se no teste exato de Fisher que existe uma probabilidade de 17,2% quando H_0 é verdadeira de ocorrência do resultado observado. Apesar de ser superior a 5%, estando na zona de rejeição, observa-se que esta probabilidade é menor que a probabilidade na perspectiva branda, o que sugere que existe uma diferença entre a realocação de recursos para programas sem quaisquer resultados e a realocação de recursos para programas que apresentaram resultados incompletos. As Figuras 24, 25, 26 e 27 o gráfico de barras das Tabelas de Contingência.

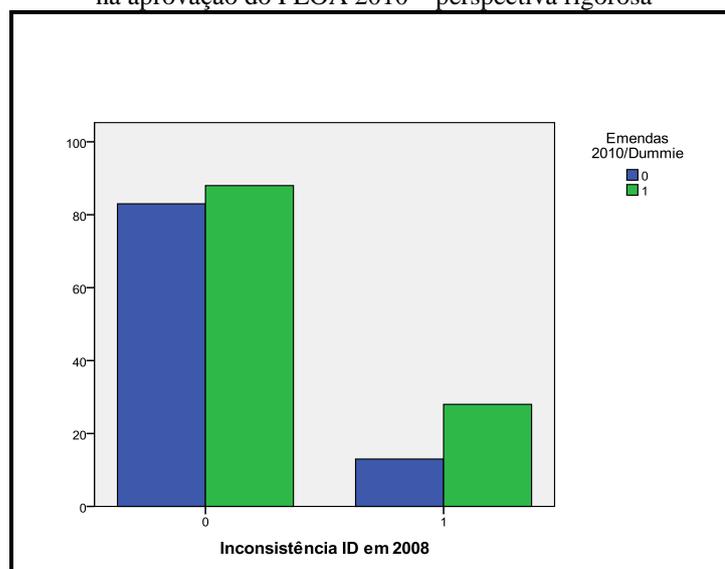
Figura 24: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2010 – perspectiva branda



Fonte: Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências e o conjunto da direita, os programas com inconsistências. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Figura 25: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2010 – perspectiva rigorosa



Fonte: Elaboração própria

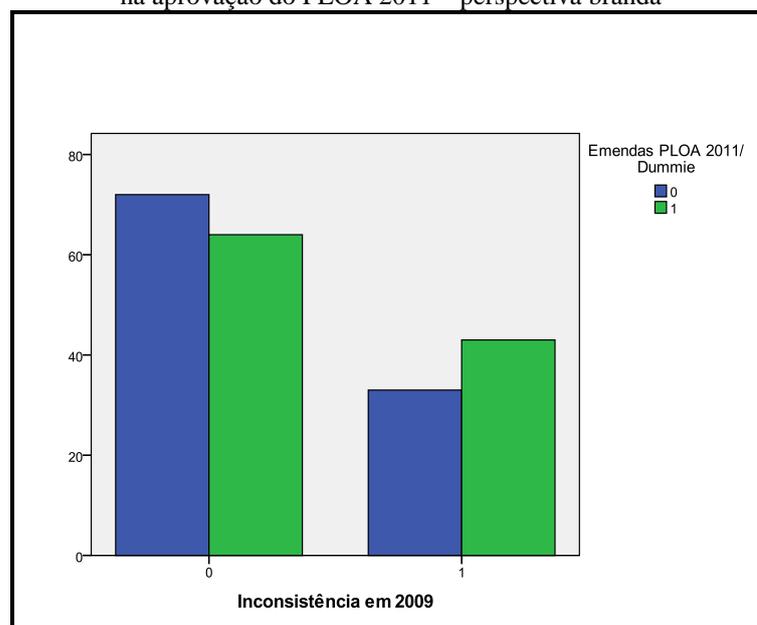
Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências ou com algum resultado e o conjunto da direita, os programas sem resultados. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Utilizando-se dos dados da Tabela de Contingência observa-se que apesar o volume de recursos no orçamento de 2009 para 2010 ter aumentado, 96 dos programas tiveram recursos diminuídos ou estáveis na realocação em 2010 enquanto 116 dos programas tiveram recursos aumentados na realocação em 2010. Dessa forma, este resultado indica que o orçamento federal não foi incremental em 2010 na etapa de Elaboração.

Comparando as Figuras 24 e 25, observa-se que quando se consideram apenas os programas com todos os indicadores inconsistentes, há correlação estatisticamente significativa. Observando-se com mais atenção a Figura 25, observa-se que dos 41 programas não apresentaram quaisquer resultado em 2008, 28 (13,21% em relação a todos os programas finalísticos) tiveram seus recursos aumentados na realocação ocorrida em 2010, apesar de não terem comprovado qualquer resultado.

Prosseguindo na análise da escolha pública na etapa de Discussão, Votação e Aprovação do PLOA, observa-se nas Figuras 26 e 27 mais uma vez que apesar o volume de recursos no orçamento de 2010 para 2011 ter aumentado, 105 dos programas tiveram recursos diminuídos ou estáveis na realocação em 2011 enquanto que 107 dos programas tiveram recursos aumentados na realocação em 2011. Dessa forma, este resultado indica que o orçamento federal não foi incremental em 2010 na etapa de Discussão, Votação e Aprovação do PLOA.

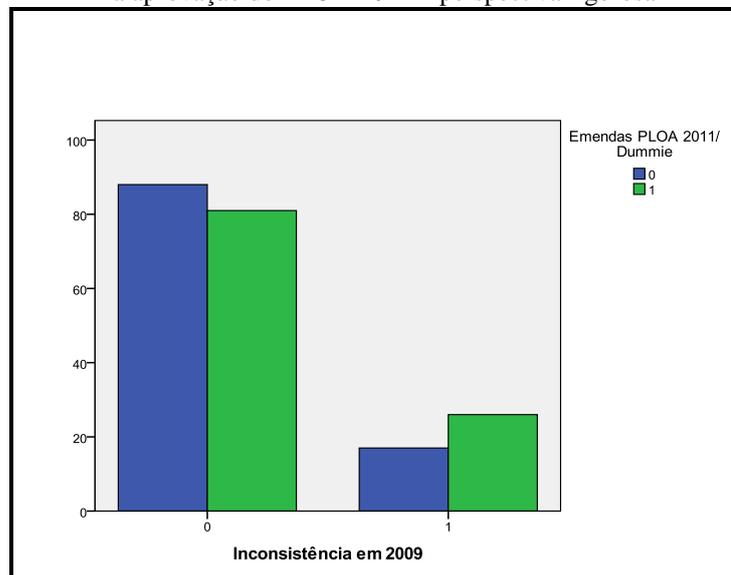
Figura 26: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2011 – perspectiva branda



Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências e o conjunto da direita, os programas com inconsistências. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Figura 27: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e realocações de recursos efetuadas pelo Legislativo na aprovação do PLOA 2011 – perspectiva rigorosa



Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências ou com algum resultado e o conjunto da direita, os programas sem resultados. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Comparando as Figuras 26 e 27, observa-se que quando se consideram apenas os programas com todos os indicadores inconsistentes, ainda não há correlação estatisticamente significativa a 5%, uma vez que o *P-value* de 14,2%. Observando-se com mais atenção a Figura 27, observa-se que dos 43 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2009,

26 (12,26%) tiveram seus recursos aumentados na realocação em 2011, apesar de não terem comprovado qualquer resultado.

Dessa forma, conclui-se que no período de 2008 a 2011 a escolha pública na alocação de recursos na etapa de Discussão, Votação e Aprovação do PLOA pode ter sido influenciada pelos resultados dos programas evidenciados nos indicadores de desempenho em 2010. Em 2011 não há evidências de que o resultado dos programas evidenciados nos indicadores de desempenho publicados em 2010 tenha sido considerado. Diante do exposto, a hipótese de pesquisa 2 foi atendida parcialmente.

4.4.3 Hipótese 3: Os indicadores influenciaram a escolha pública quanto à alocação de recursos pelo Poder pelo Poder Executivo quando da execução da LOA (3ª etapa).

Para averiguar esta hipótese foi elaborada a Tabela 34 que contém o resultado da aplicação dos testes: qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi.

A partir dos resultados da Tabela 34 observa-se que houve resultado com significância estatística na alocação de recursos em 2009 e em 2010 pelo Executivo na etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA. Dessa forma, pode se afirmar a escolha pública do Executivo quanto à alocação de recursos em 2009 e 2010 **pode ter** considerado os resultados apresentados nos indicadores dos programas finalísticos **evidenciados em 2009**. Pode ter considerado, pois não existe uma norma que obrigue o Executivo a utilizar como critério de alocação de recursos os resultados apresentados pelos Programas Finalísticos

Tabela 31: Resultados dos Testes: qui-quadrado, exato de Fisher e de dependência Phi sobre a relação entre escolha pública na alocação de recursos e os indicadores dos programas finalísticos

Relação analisada	Qui-quadrado de Pearson		Exato de Fisher	Dependência Phi		Hipótese de pesquisa
	χ^2	<i>P-value</i>	<i>P-value</i>	<i>Rϕ</i>	<i>P-value</i>	
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2009 – perspectiva branda	3,138	0,076	0,090	0,122	0,076	Aceita
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2009 – perspectiva branda – perspectiva rigorosa	3,667	0,055	0,084	0,132	0,055	Aceita
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2010 – perspectiva branda	5,649	0,017	0,022	0,163	0,017	Aceita
Indicadores publicados da LOA de 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2010 – perspectiva branda – perspectiva rigorosa	8,965	0,003	0,003	0,206	0,003	Aceita

Indicadores publicados da LOA de 2009 publicados em 2010 e LOA executada em 2010 – perspectiva branda	0,522	0,470	0,559	0,050	0,470	Rejeitada
Indicadores publicados da LOA de 2009 publicados em 2010 e LOA executada em 2010 – perspectiva branda – perspectiva rigorosa	1,275	0,259	0,298	0,078	0,259	Rejeitada

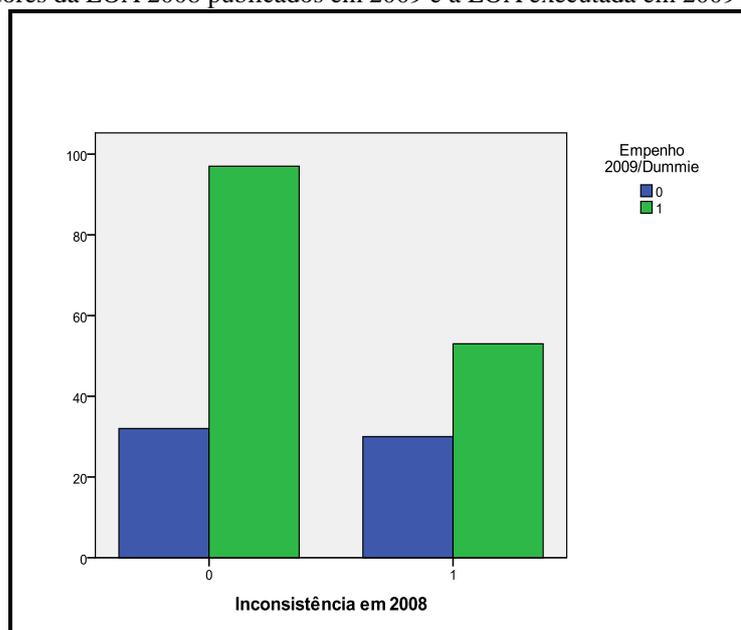
Fonte: Elaboração própria

Apesar do resultado anterior, quando se avalia a dependência Phi ($R\phi$): em 2009 houve uma correlação negativa de 0,132 para a perspectiva rigorosa; e em 2010 em uma correlação positiva de 0,206. Apesar de ser uma correlação muito fraca (entre 0% e 25%) o primeiro resultado de 2009 não faz sentido para o que se propõe o modelo, uma que seria como assumir o governo federal aumenta recursos para programas que não apresentaram quaisquer resultados. Em 2010 o resultado faz mais sentido para o ciclo de políticas públicas, pois não se deveria aumentar recursos para programas que não apresentaram quaisquer resultados.

O teste exato de Fisher mostra a probabilidade exata de H_0 ser verdadeira em vista da ocorrência do resultado observado. Apesar de em algumas relações analisadas o resultados ter sido superior a 5%, estando na zona de rejeição, observa-se que esta probabilidade exata do teste na perspectiva rigorosa é menor que a probabilidade na perspectiva branda. Isso sugere que existe uma diferença entre a alocação de recursos para programas sem quaisquer resultados e a alocação de recursos para programas que apresentaram resultados incompletos.

Quanto aos resultados apresentados nos indicadores dos programas finalísticos evidenciados em 2010, não há correlação estatisticamente significativa entre o indicadores e a escolha pública na alocação de recursos na etapa de Execução Orçamentária e Financeira.

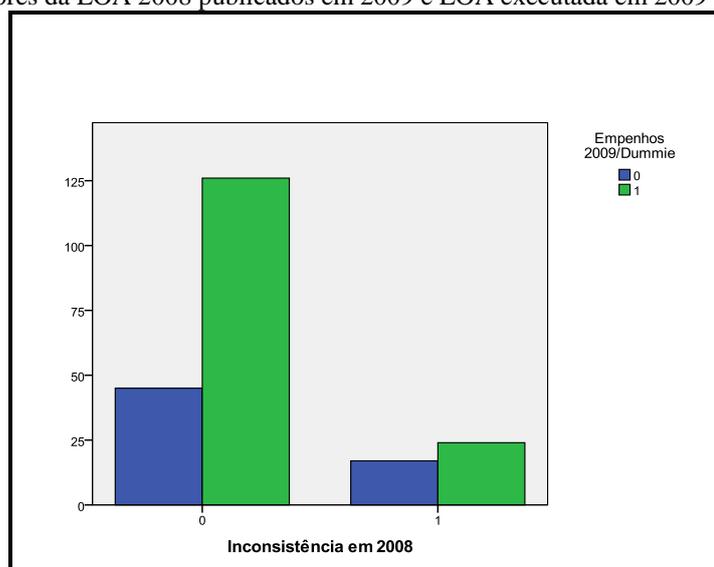
As Figuras 28, 29, 30, 31, 32 e 33 o gráfico de barras das Tabelas de Contingência. Utilizando-se dos dados das Tabelas de Contingências e que constam nas Figuras 28 e 29 observa-se que apesar o volume de recursos no orçamento de 2008 para 2009 ter aumentado, 62 dos programas tiveram recursos diminuídos ou estáveis em 2009 enquanto 150 dos programas tiveram recursos aumentados em 2009. Dessa forma, este resultado indica que o orçamento federal não foi incremental em 2009 na etapa de Execução Orçamentária e Financeira.

Figura 28: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e a LOA executada em 2009 – perspectiva branda

Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências e o conjunto da direita, os programas com inconsistências. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Na Figura 29, observa-se que dos 41 programas que não apresentaram quaisquer resultados em 2008, 24 (11,32% em relação a todos os programas finalísticos) tiveram seus recursos aumentados em 2009 na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira.

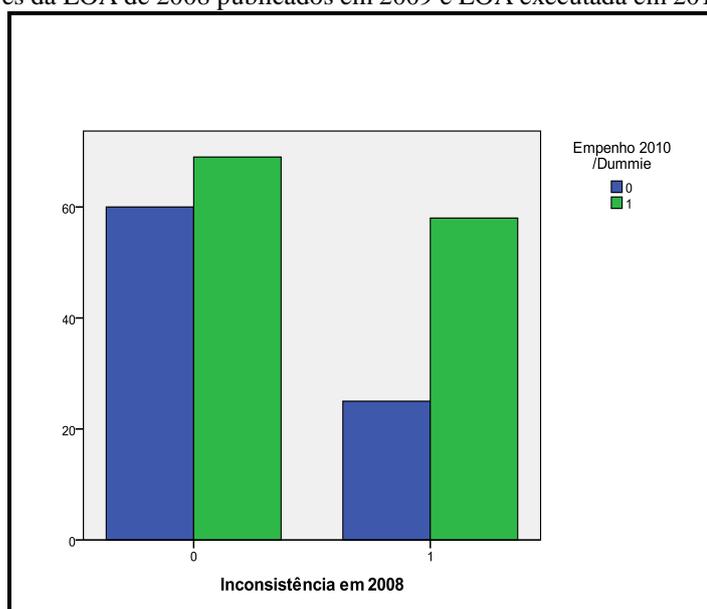
Figura 29: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2009 – perspectiva rigorosa

Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências ou com algum resultado e o conjunto da direita, os programas sem resultados. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Prosseguindo na análise da escolha pública na etapa de Etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA em 2010, observa-se nas Figuras 30 e 31 mais uma vez que apesar o volume de recursos no orçamento de 2009 para 2010 ter aumentado, 85 dos programas tiveram recursos diminuídos ou estáveis em 2010 enquanto que 127 dos programas tiveram recursos aumentados em 2010. Dessa forma, este resultado indica que o orçamento federal não foi incremental em 2010 na etapa de Execução Orçamentária e Financeira.

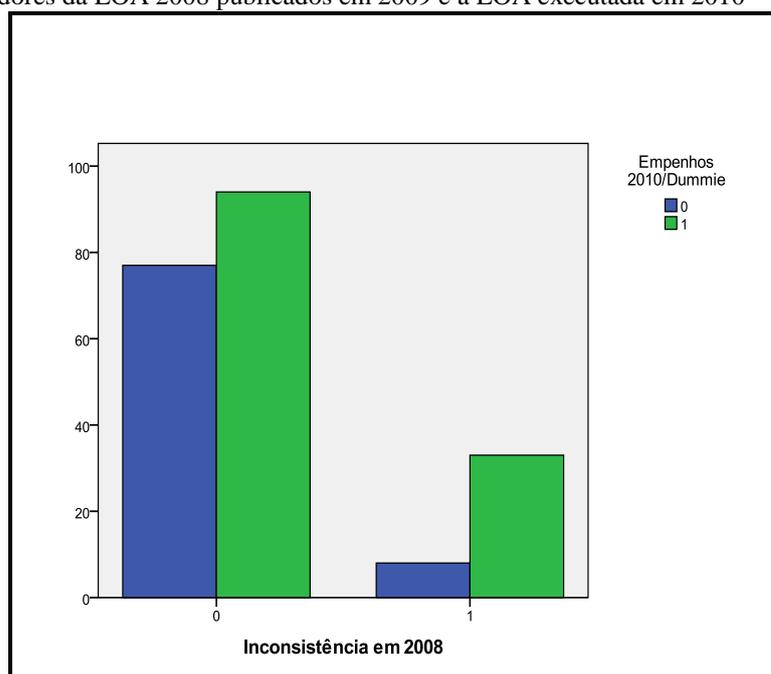
Figura 30: Indicadores da LOA de 2008 publicados em 2009 e LOA executada em 2010 – perspectiva branda



Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências e o conjunto da direita, os programas com inconsistências. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Comparando as Figuras 30 e 31, observa-se que tanto na perspectiva branda quando na perspectiva rigorosa há correlação estatisticamente significativa a 5%, uma vez que o *P-value* foi de 14,2%. Observando-se com mais atenção a Figura 31, observa-se que dos 41 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2008, 33 (15,57% em relação a todos os programas finalístico) tiveram seus recursos aumentados na realocação em 2010 na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira.

Figura 31: Indicadores da LOA 2008 publicados em 2009 e a LOA executada em 2010 – perspectiva rigorosa

Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências ou com algum resultado e o conjunto da direita, os programas sem resultados. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Na Figuras 28, 29, 30 e 31 analisou-se o impacto dos indicadores dos programas executados em 2008 e evidenciados em 2009. Nas Figuras 32 e 33 estão representados os gráficos de barras referentes aos indicadores dos programas executados em 2009 e evidenciados em 2010.

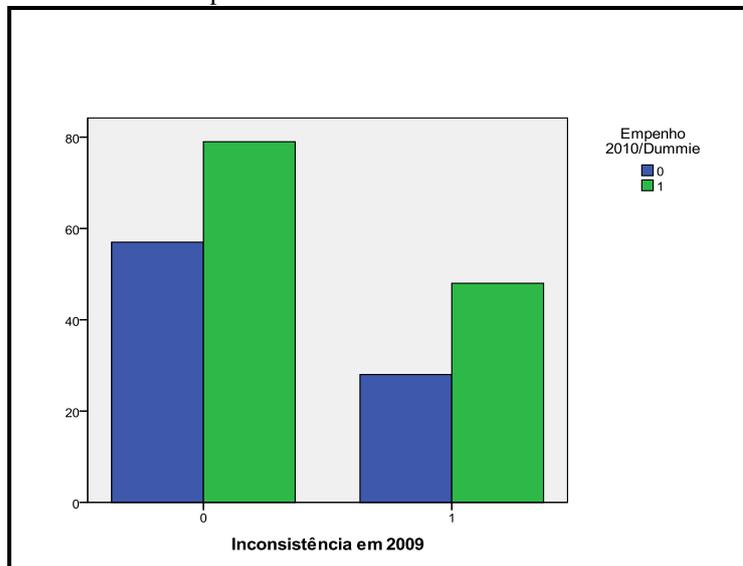
Utilizando-se dos dados das Tabelas de Contingências e que constam nas Figura 32 e 33 observa-se que apesar o volume de recursos no orçamento de 2009 para 2010 ter aumentado, 85 dos programas tiveram recursos diminuídos ou estáveis em 2010 enquanto que 127 dos programas tiveram recursos aumentados em 2010. Dessa forma, este resultado indica que o orçamento federal não foi incremental em 2010 na etapa de Execução Orçamentária e Financeira.

Observando-se com mais atenção a Figura 33, observa-se que dos 43 programas que não apresentaram quaisquer resultados em 2009, 29 (13,68% em relação a todos os programas finalísticos) tiveram seus recursos aumentados em 2010 na Etapa de Execução Orçamentária e Financeira.

Dessa forma, conclui-se que no período de 2008 a 2011 a escolha pública na alocação de recursos na etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA pode ter considerado o resultado dos programas de 2008 evidenciados nos relatório de avaliação de 2009 nos orçamentos de 2009 e de 2010. Quanto aos indicadores de 2009 evidenciados em 2010, não

há evidências de que os mesmos tenha sido considerados na etapa de Execução Orçamentária em 2010.

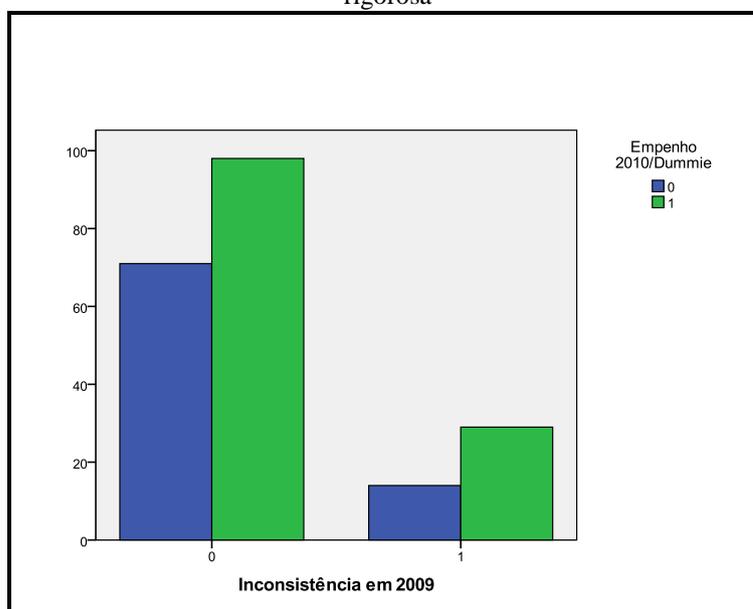
Figura 32: Indicadores da LOA 2009 publicados em 2010 e a LOA executada em 2010 – perspectiva branda



Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências e o conjunto da direita, os programas com inconsistências. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

Figura 33: Indicadores publicados da LOA 2009 publicados em 2010 e a LOA executada em 2010 – perspectiva rigorosa



Fonte: Elaboração própria

Legenda: O conjunto das duas colunas da esquerda representam os programas sem inconsistências ou com algum resultado e o conjunto da direita, os programas sem resultados. Dentro de cada conjunto, a coluna da direita representa os programas que tiveram recursos aumentados de um ano para outro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximadamente dois trilhões setenta e três bilhões de reais (R\$ 2,073 bilhões): este foi o valor do orçamento federal publicado pelo Poder Executivo para o exercício financeiro de 2011, e destinado pelo Governo Federal para atingir seus objetivos previstos nos programas finalísticos e nos programas de apoio às políticas públicas e áreas especiais.

O orçamento reflete a convergência dos interesses de vários atores da democracia representativa: os políticos, os burocratas e os cidadãos. Os políticos representados pelos Poderes Executivo e Legislativo desempenham um papel de destaque nas etapas da Lei Orçamentária Anual. Os burocratas conhecedores da máquina estatal auxiliam os políticos na definição das prioridades. Os cidadãos esperam que a alocação de recursos públicos consiga atender as demandas da sociedade.

O orçamento federal representa uma das manifestações mais puras da Escolha Pública no Brasil, pois a decisão de poucos afeta, no caso do Brasil e de outros países, a vida de quase duas centenas de milhões.

Até o início da década de 60 acreditava-se que o agente público era um ser altruísta voltado única e exclusivamente para o bem público. Os pensadores e cientistas da teoria da escolha pública, discordando desse tipo de premissa, mostraram que em verdade o *homo publicus* e *homo economicus* são a mesma pessoa. Assim, o agente público buscará maximizar seus benefícios pessoais na área política.

Este estudo buscou responder de que forma ocorreram as escolhas públicas orçamentárias entre os anos de 2008 e 2011, mais especificamente de que forma os resultados das políticas públicas apresentados nos indicadores dos programas finalísticos afetaram a alocação de recursos nos orçamentos seguintes.

Quanto à existência de um padrão comportamental nas escolhas públicas dos principais atores políticos envolvidos no processo, houve uma concordância na escolha pública do Poder Executivo na etapa de Elaboração entre anos de 2008 a 2011 de 97,8 % na alocação de recursos brutos para todos os programas e de 97,9% para os programas finalísticos; para o Poder Legislativo na etapa de Discussão, Votação e Aprovação a concordância foi de 58,7% entre 2008 e 2011 na realocação de recursos brutos para todos os programas e de 63,9% para os programas finalísticos; para o Poder Executivo na etapa de Execução Orçamentária e Financeira a concordância foi de 98,% entre 2008 e 2010 na alocação de recursos brutos para todos os programas e de 98,6% para os programas finalísticos. Deste modo nota-se que existiu entre 2008 e 2011 uma concordância forte na

primeira e na terceira etapa da LOA; e uma concordância moderada na segunda etapa da LOA.

Quando se considerou a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo no mesmo Orçamento, obteve-se na perspectiva incremental uma concordância de 39,3% entre os orçamentos de 2009 e 2008 considerando todos os programas, e de 47,8% para os programas finalísticos.

Encerrando a análise quanto à existência de um padrão comportamental nas escolhas públicas dos principais atores políticos envolvidos no processo observou-se que houve para todos os programas uma concordância de: 83,7% em 2008, de 80,6% em 2009 e de 84% em 2010. Quando se consideram os programas finalísticos houve uma concordância de: 78,7% em 2008, de 62,4% em 2009 e de 79,5% em 2010. Assim conclui-se que entre 2008 e 2011 houve uma concordância menor entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para os programas finalísticos do que para os programas de apoios às políticas públicas e áreas especiais.

Conclui-se na primeira etapa da pesquisa que existe uma concordância maior de cada Poder em cada etapa da LOA ao longo dos anos, do que entre todos os poderes no mesmo orçamento. Além disso, a concordância diminui quando se consideram apenas os programas finalísticos.

Na segunda etapa da pesquisa, quanto aos grupos de interesse que mais se beneficiaram e mais se prejudicaram em decorrência dessas escolhas observou-se que os programas destinados exclusivamente às operações especiais como o refinanciamento da dívida foram os que mais tiveram recursos alocados. Durante esta análise, houve um reforço aos resultados anteriores (maior concordância entre a primeira e terceira etapa da LOA) com um acréscimo: os valores realocados pelo Legislativo quando comparados com os valores alocados pelo Executivo são ínfimos. Assim, evidenciou-se que capacidade do Legislativo em alterar materialmente o orçamento federal foi fraca entre 2008 e 2011.

Estes últimos resultados contestam a real existência do jogo orçamentário, ponto de divergência teórica exposta na seção 2.6. Se há um jogo ou não, a verdade é que o Legislativo é um jogador coadjuvante no que tange à materialidade dos recursos alocados no programas.

Na terceira etapa da pesquisa, quanto à análise dos resultados das políticas públicas evidenciados por meio dos indicadores dos programas finalísticos observou-se que 41 programas finalísticos não apresentaram quaisquer resultados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas publicado em 2009 referente ao orçamento de 2008. Quando se considerou o Relatório Anual de Avaliação dos Programas publicado em 2010 referente ao

orçamento de 2009, 43 programas finalísticos não apresentaram quaisquer resultados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas.

Das três áreas (social; infraestrutura; econômica e áreas especiais) em que foram segregados os programas, a área cujos programas apresentaram maior quantidade de problemas foi a área de infraestrutura (20 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2009 e 22 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2010), seguida pela área econômica e áreas especiais (13 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2009 e 13 de programas não apresentaram quaisquer resultados em 2010) e pela área social (8 programas não apresentaram quaisquer resultados em 2009 e 8 de programas não apresentaram quaisquer resultados em 2010). Ressalta-se que os programas que não apresentaram resultados em 2009 foram os mesmos que não apresentaram resultados em 2010.

Na quarta e última etapa da pesquisa, quando da aplicação dos testes de qui-quadrado de Pearson e de dependência Phi considerando apenas os programas que não apresentaram quaisquer resultados, houve correlação significativamente estatística, de 13,4%, apenas em 2009 na etapa de Discussão, Votação e aprovação da LOA, atendendo parcialmente a primeira hipótese. Em 2010 na etapa de Execução Orçamentária e Financeira da LOA 2010 observou-se uma correlação estatisticamente significativa de 20,6% entre as variáveis, atendendo parcialmente a terceira hipótese de pesquisa. Quanto à primeira hipótese os testes Qui-Quadrado e de dependência Phi não apresentaram correlação significativamente.

Diante do exposto, quanto aos testes de hipóteses, que buscaram averiguar, se os resultados evidenciados pelos programas por intermédio dos indicadores de desempenho foram considerados nas na alocação de recursos subsequentes concluiu-se que a primeira hipótese foi rejeitada; a segunda hipótese, aceita parcialmente; a terceira hipótese, aceita parcialmente.

A despeito da relação entre variáveis, o fato é que 19,3% dos programas finalísticos não apresentaram quaisquer resultados em 2009 referente ao orçamento de 2008 e 19,8% dos programas finalísticos não apresentaram quaisquer resultados em 2010 referente ao orçamento de 2009. Dessa percentagem em ambos os anos aproximadamente a metade teve recursos aumentados.

Parafraseando Takeda e Talbot (2006), seria o mesmo que colocar combustível no avião em 2008 e não saber o que foi percorrido ao longo do ano; e em 2009 decidir não só colocar a mesma quantidade de combustível, mas uma quantidade maior. E por mais absurdo

que pareça, isso ocorresse novamente nos anos seguintes. A despeito da contextualização, essa é a realidade de alguns programas finalísticos da administração pública federal.

Apesar de a atual legislação orçamentária não estabelecer como obrigatório o uso dos indicadores na escolha pública de alocação de recursos, e o setor público pautar-se pelo princípio da legalidade, onde ao administrador público compete realizar apenas o que está previsto em lei, constatou-se que estão sendo alocados ano após ano em programas que não foram capazes de evidenciar resultados. Tal postura vai contra a tendência internacional capitaneada pelos EUA, por meio do GPRA (*Government Performance Results Act*) e do PART (*Program Assessment Rating Tool*), de que os resultados evidenciados anteriores dos programas sejam considerados na alocação de recursos nos orçamentos subsequentes.

Se por um lado não há a obrigatoriedade da legislação orçamentária quanto ao uso dos indicadores na escolha pública de alocação de recursos, por outro lado, a legislação obriga que os programas finalísticos evidenciem seus resultados ao final do período na quarta etapa da LOA: controle e avaliação. Assim, estes programas que não apresentaram quaisquer resultados estão em clara desobediência à legislação e prejudicam a transparência dos gastos.

Ainda sobre a questão do uso de indicadores no processo de alocação de recursos no orçamento federal brasileiro, pode-se citar como uma iniciativa, em termos de legislação orçamentária, a Resolução 01/CN de 2006 que determina a consideração da relação custo-benefício na aprovação das emendas. Porém, estariam os atuais indicadores voltados para este tipo de análise ou estariam voltados para análise de produtos ofertados ou serviços prestados? Pesquisas futuras podem se propor a responder a esse questionamento.

Dentre as limitações do estudo destaca-se a existência de outras variáveis (partidos políticos, financiamento de campanha, grupos de interesse, crise econômica) que podem influenciar a alocação de recursos nos programas além dos indicadores dos programas finalísticos e que podem ter tido uma forte influência na concordância da escolha pública entre os anos de 2008 e 2011.

Quanto à análise das inconsistências dos indicadores, o critério utilizado neste estudo foi a ausência de resultados. Não se questionou a qualidade dos indicadores quanto às propriedades essenciais exigidas (validade, confiabilidade e simplicidade). O fato de os indicadores não atenderem às propriedades essenciais pode causar o descrédito e o respectivo desuso pelos tomadores de decisão. De tal modo, estudos futuros podem avaliar a qualidade dos indicadores, quanto às propriedades essenciais, utilizados nos programas finalísticos.

Além das propostas de pesquisas futuras já mencionadas, outras questões podem ser aprofundadas: a questão do uso de critérios mais técnicos na alocação de recursos em países

cujo financiamento de campanhas políticas seja custeado pelo próprio Estado, diminuindo assim a zona de influência dos grupos de interesse sobre os agentes políticos; a questão da percepção dos políticos e burocratas quanto ao uso dos indicadores nas decisões orçamentárias na alocação de recursos; e o desenvolvimento de metodologias de indicadores de programas que meçam a relação custo-benefício subsidiando os tomadores de decisão na alocação de recursos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Henrique Monteiro De. **O processo de elaboração da lei orçamentária do município do rio de janeiro: ficção ou realidade?** Dissertação de mestrado. 2008. Rio de Janeiro.

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da, 2008. **Gestão de finanças públicas**. 2ª ed. Brasília: Gestão Pública.

ALDRIGHI, Dante Mendes. Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1 (101), pp. 137-57 janeiro-março, 2006.

ALVAREZ, R. Michael; SAVING, Jason L. Deficits, Democrats, and Distributive Benefits: Congressional Elections and the Pork Barrel in the 1980s. **Political Research Quarterly** 50 (4): 809-831, 1997.

ALVES, Nara. Em menos de 3 meses, quatro ministros deixam governo Dilma. **Último Segundo Online**, São Paulo, 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 15 set. 2011.

APÓS sete horas de debate, Senado confirma mínimo de R\$545. **Jornal do Senado**, XVII, 3392, 24 fev. 2011.

ARROW, K. J.[1951] **Social choice and individual values**. New York: John Wiley and Sons, 1963.

_____. **Principal and agents: the structure of American business**. Boston: Harvard Business School Press, 1985.

AZEDO, Luiz Carlos; LYRA, Paulo de Tarso. Vou trocar todo mundo. **Clipping Planejamento Online**, Brasília, 23 jul. 2011. Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BARRY, Brian M. 1965. **The political argument**. London: Routledge and Kegan Paul.

BAUMOL, W. J. **Entrepreneurship, management and the structure of pay-offs**. Cambridge: MIT Press, 1993.

BECKETT, Julia; KING, Cheryl S. ‘The Challenge to Improve Citizen Participation in Public Budgeting: A Discussion, **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management** 14, nº. 3, 463–485, 2002.

BLACK, D. **The Theory of Committees and Elections**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

BOETTKE, Peter J.; LEESON, Peter T. **An ‘Austrian’ Perspective on Public Choice**. Peter J. Encyclopedia of Public Choice, Charles Rowley, ed., pp. 439-444, Boston, Kluwer Academic Publishers, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 mar. 1964.

_____. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 1967.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 maio 2000, Seção 1, p. 1.

_____. Secretaria Federal de Controle. Instrução Normativa nº 1, de 6 de abril de 2001. Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 abr. 2001, Seção 1.

_____. Exército Brasileiro. **Instruções Provisórias Sistema de Medição do Desempenho Organizacional – IP SMDO – PEG**. Brasília: Exército Brasileiro, 2005.

_____. Congresso Nacional. Resolução n.º 1, de 2006, do Congresso Nacional: Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo. Brasília, dez. 2006.

_____. Lei nº 11.653 de 7 de abril de 2008. Dispõe sobre o plano plurianual para o período 2008/2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 abr. 2008a.

_____. Decreto 6.601 de 10 de outubro de 2008. Dispõe sobre a gestão do plano plurianual 2008-2011 e seus programas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 out. 2008b.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão N° 102**, 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas: Guia Metodológico**. Brasília: MP, 2010a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento - MTO**. Versão 2011. Brasília, 2010b. 189 p. Disponível em: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/MTO>. Acesso em 12/01/2011.

_____. Tribunal de Contas da União. **Técnica de indicadores de desempenho para auditorias**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 2011a.

_____. Tribunal de contas da União. Portaria nº 123 de 12 de maio de 2011. Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos

dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011. Brasília: **Boletim Interno do TCU**, 18 maio 2011b.

_____. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de contabilidade aplicado ao setor público – Parte I**. 4 ed. Brasília, 2011c.

_____. Câmaras dos Deputados. Quadro de tramitação de projetos. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/creditos>. Último acesso em: 5 ago. 2011d.

_____. Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 ago. 2011e.

_____. Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 fev. 2011f.

BRANDT, U. S.; SVENDSEN, G. T. Bureaucrats at Sea: A Budget Catch Model. **Journal of European Public Policy (JEPP)**, Vol 13.3, 329-40, 2006.

BRESCIANI, Eduardo. Oposição se une por CPI sobre Palocci e quer investigar campanha de Dilma. **Último segundo Online**, São Paulo, 20 maio 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The calculus of consent: the logical foundations of constitutional democracy**. Ann Arbor: The University of Michigan Press. 1962.

BUCHANAN, James M. Rent-Seeking and Profit-Seeking in: BUCHANAN, James M.; TOLLISON, Robert D.; TULLOCK, Gordon. **Toward a Theory of the Rent-Seeking Society**. Texas A & M University economics series. nº 4, 1980.

BUCHANAN, J. M. **La perspectiva de elección pública**, 1983. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/textos/buchanan-elecc-publica.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2011.

BUCHANAN, James M. **Custo e escolha: uma indagação em teoria econômica**. Tradução de Luiz Antonio Pedroso Rafael. São Paulo: Inconfidentes, 1993.

BUCHANAN, J. M. Elección pública: Génesis y desarrollo de un programa de investigación, tradução de Mario Piñera, **Revista Asturiana de Economía - RAE**, nº 33, 2005.

CAIN, Bruce, FERREJOHN, John e FIORINA, Morris. **The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence**. Harvard, Harvard University Press, 1987 apud LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: v. 48, n. 4, p.737-776, 2005.

PARDO, José Casas; PARRA, Bru. **Economía y Política escritos seleccionados**. València: Universitat de València, 1988 apud JIMÉNEZ, Lina María López. Efectividad de los procedimientos de participación ciudadana establecidos por la Ley 152 de 1994 en la

discusión de los planes de desarrollo: un análisis desde la teoría de la elección pública. **Contexto - Revista de Derecho y Economía**, n.º 29, pp. 93-123, 2008.

CEOLIN, Adriano; SADI, Andréia. À espera de cargos, base aliada promete aprovar mínimo de R\$ 545. **Último segundo Online**, Brasília, 16 fev. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

CEOLIN, Adriano. Furnas e Caixa estão na lista da fatura do PMDB após mínimo. **Último segundo Online**, Brasília, 17 fev. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011a.

CEOLIN, Adriano. Crises fazem Dilma dar caráter mais técnico ao ministério. **Último segundo Online**, Brasília, 18 jul. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011b.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook of organization studies**. London: Sage Publications, 1996 apud SATO, Fábio Ricardo Loureiro. A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. **RAP**. Rio de Janeiro, 41: 49-62, Jan./Fev. 2007.

COEN, D. Lobbying in the European Union. Working paper, European Parliament, Brussels, 2007 apud KOLLMANN, Andrea. Why does Environmental Policy in Representative Democracies Tend to be Inadequate? A Preliminary Public Choice Analysis. **CESIFO WORKING PAPER N° 3223 Category 2: Public Choice**, october 2010.

CONOVER, W.J. **Practical Nonparametric Statistics**. 3rd edition. John Wiley & Sons, New York, NY, USA, 1999.

COX, G. W; McCUBBINS, M. D. Electoral politics as a redistributive game. **Journal of Politics** 48, 370–89, 1986.

CRESPIN, Michael; FINOCCHIARO, Charles. **Parties and the Politics of Pork in the U.S. Senate**. Washington Duke Inn, Duke University, Durham, N.C. 2006.

DIAMOND, Jack. **A Note on the Public Choice Approach to the Growth in Government Expenditure**. INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1988.

DILMA cede à base e promete pagar emendas pendentes. **R7 Notícias Online**, 30 jun. 2011. Disponível em: <http://noticias.r7.com>. Acesso em: 15 jul. 2011.

DIXIT, A.; LONDREGAN, J. Ideology, tactics, and efficiency in redistributive politics. **Quarterly Journal of Economics** 113(2), 497–529, may 1998.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. Harper & Row, 1957.

ELLWOOD, John W.; PATASHNIK, Eric M. In Praise of Pork. **Public Interest**, n° 110, Winter, 19- 33, 1993.

EMPRESA que tem negócios com governo contratou consultoria de Pallocci. **Estadão Online**, São Paulo, 20 maio 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

ENGSTROM, Erik; VANBERG, Georg. **The Politics of Congressional Earmarking**. December 24, 2007. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1081654>.

EISENHARDT, K. M. Control: organizational and economic approaches. **Management Science**, v. 31, n. 2, p. 134-149, 1985.

EVERITT, Brian. *The analysis of contingency tables*. London: Chapman and Hall, 1977.

FEREJOHN, John F. 1974. **Pork barrel politics**. Stanford: Stanford University Press.

FERRAZ, C.; FINAN, F. Exposing Corrupt Politicians: The Effects of Brazil's Publicly Released Audits on Electoral Outcomes. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 123, p. 703-745, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, nº 29, out. 1995a.

_____. O Processo Legislativo e a Produção Legal no Congresso Pós-Constituinte. **Novos Estudos Cebrap**, nº 38, mar. 1995b.

FINNEY, D.J. **Statistics for biologists**. London: Chapman and Hall, 1980.

GARRETT, Elizabeth. Direct democracy and public choice. **Forthcoming: The Elgar Handbook on Public Law and Public Choice**. 1 ago. 2009.

GEDAJLOVIC, E. R.; SHAPIRO, D. M. Management and ownership effects: evidence from five countries. **Strategic Management Journal**, v. 19, p. 533-553, 1998.

GERBER, Elisabeth R.; LUPIA, Arthur. Voter Competence in Direct Elections in: ELKIN, Stephen L.; SOLTAN, Karol Edward (eds), **Citizen Competence and Democratic Institutions, University Park, PA: Pennsylvania State University Press**, pp. 147-60, 1999 apud GARRETT, Elizabeth. Direct democracy and public choice. **Forthcoming: The Elgar Handbook on Public Law and Public Choice**. 1 ago. 2009.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3ª ed revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus editora, 2007.

GILMOUR, John B.; LEWIS, David E. Assessing Performance Budgeting at OMB: The Influence of Politics, Performance, and Program Size. **Journal of Public Administration Research and Theory** 16, nº. 2, 169-186, 2006a.

GILMOUR, John B.; LEWIS, David E. Does Performance Budgeting Work? An Examination of the Office of Management and Budget's PART Scores. **Public Administration Review** 66, nº. 5, 742-752, 2006b.

GILMOUR, J. B. Implementing OMB's Program Assessment Rating Tool (PART): Meeting the Challenges of Integrating Budget and Performance. **OECD Journal on Budgeting**, 7(1), 1C, 2007.

GOLDEN, Miriam A.; PICCI, Lucio. Pork Barrel Politics in Postwar Italy, 1953–1994. **Cambridge Working Papers in Economics**, Faculty of Economics, University of Cambridge, 2007.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de gestão: utilização de indicadores no setor público. Cadernos de Estudos da FIPECAFI, São Paulo, n. 21, p.17, 1999.

HATCH, M. J. **Organization theory: modern symbolic and postmodern perspectives**. New York: Oxford University Press, 1997 apud SATO, Fábio Ricardo Loureiro. A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. *RAP*. Rio de Janeiro, 41: 49-62, Jan./Fev. 2007.

HORN, M. J. **The political economy of public administration**. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.

IRISITY J., Jorge. Critérios para la evaluación del gasto público y bases para el diseño de una metodología para medir susefectos en el desarrollo económico y social. **Revista de la Asociación Interamericana de Presupuesto Público**. Caracas, 1(3), 27-7, 1973/74 apud GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n.2, 137-160, Abr/Jun 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-SAGI/MDS**. Brasília: ago. 2011. 60 slides, color.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, October, 1976, V. 3, N°. 4, pp. 305-360.

JERÔNIMO, Josie. A invasão das terceirizadas. **Clipping Planejamento Online**, Brasília, 21 jul. 2011. Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

JIMÉNEZ, Lina María López. Efectividad de los procedimientos de participación ciudadana establecidos por la Ley 152 de 1994 en la discusión de los planes de desarrollo: un análisis desde la teoría de la elección pública. **Contexto - Revista de Derecho y Economía**, n.º 29, pp. 93-123, 2008.

JORDAN, M.M; HACKBART, M.M. Performance Budgeting and Performance Funding in the states, **Public Budgeting and Finance**, Vol. 19, N°.1, 1999.

JUÍZES negociam benefícios com ajuda de deputado e irmã de Jucá. **Último Segundo Online**, São Paulo, 22 jun. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em 15 jul. 2011.

KATZUMATA, Suzi. Obama sanciona plano que eleva teto da dívida nacional e evita default. **Valor Online**, São Paulo, 2 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

KETTL, Donald F. **Reinventing Government: A 5th Year Report Card**. Washington, D.C.:The Brookings Institution, Center for Performance Management (September) CPM Report 98-1, 1998 apud WILLOUBY, Katherine; BENSON, Paul. Program Evaluation, Performance Budgeting and PART: The U.S. Federal Government Experience. **International Studies Program Working Paper** 11-12, Andrew Young School of Policy Studies, Georgia State University, May 2011.

KIMENYI, Mwangi S. e MBAKU, John Mukum. **Institutions and Collective Choice in Developing Countries**. Aldershot: Ashgate, 1999.

KLEBER, Leandro; PARIZ, Tiago. Senadores da oposição sofreram mais com cortes do Orçamento. **Correio Braziliense Online**, Brasília, 22 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

KOLLMANN, Andrea. Schneider, Friedrich. Why does Environmental Policy in Representative Democracies Tend to be Inadequate? A Preliminary Public Choice Analysis. **CESIFO WORKING PAPER N° 3223 Category 2: Public Choice**, october 2010.

KRUEGER, Anne. O. The political economy of rent-seeking. **American Economic Review**, v. 64, 1974.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAZARUS, Jeffrey. Giving the people what they want? The distribution of earmarks in the U.S. House of Representatives. **American Journal of Political Science**, v. 54, Issue 2, pages 338–353, April 2010.

LEMIEUX, Pierre. The Public Choice Revolution. **Regulation**, Fall, 2004

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: v. 48, n. 4, p.737-776, 2005.

LINDBECK, A.; WEIBULL, J. Balanced budget redistribution and the outcome of political competition. **Public Choice** 52, 273–97,1987.

LIRA, Francisco de Assis de Sousa (Org.). PPA – SIGPlan. Brasília: Abr. 2006.

LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, Vol. 32, No. 4. (Jul. - Aug., 1972), pp. 298-310.

LEGENDRE, Pierre. Species Associations: The Kendall Coefficient of Concordance Revisited. **American Statistical Association and the International Biometric Society Journal of Agricultural, Biological, and Environmental Statistics**, Volume 10, Number 2, Pages 226–245, 2005.

LUIZ, Edson. Governo luta para evitar aprovação de PEC que unifica salários das polícias. **Correio Braziliense Online**, Brasília, 25 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

- LUSA. Parlamento grego aprovou plano de austeridade. **Diário de Notícias Online**, Lisboa, 29 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.dn.pt>>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- MCNUTT, Paddy A. **The Economics of Public Choice**, Cheltenham (U.K.): Edward Elgar, 1996.
- MARTELLO, Alexandro. Governo anuncia corte recorde de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011. **G1 Online**, 9 fev. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira. **Economia Política**. Universidade Lusíada de Lisboa: 2005.
- MARTINEZ, Antonio Lopo. Agency Theory na Pesquisa Contábil. ENANPAD 98, 1998, Foz de Iguaçu. **Anais ...**. ENANPAD 98, 1998.
- MARTNER, Gonzalo. **Planificación y presupuesto por programas**. 4. ed. México: Siglo Veintinuno, 1972. p. 195. In: GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MESA aprova novas regras para apresentação de emendas de bancada ao Orçamento. 16 jun. 2011. **Portal do Senado Online**, Brasília, 16 jun. 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- MILLER, Gerald J.; EVERS, Lyn. Budgeting Structures and Citizen Participation, **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management** 14, n°. 2, 233–272, 2002.
- MINISTRO da CGU defende o fim das emendas individuais ao Orçamento. **Potiguar notícias**, Natal, 21 dez. 2010. Disponível em: <http://www.potiguarnoticias.com.br/internas.php?pd=noticias_visualizar&id=8103>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. “Carrossel constitucional” & grandes tendências em 2011. **Revista de Administração Pública (RAP)** - Rio de Janeiro 45(2):541-49, mar./abr. 2011.
- MOTTA, Paulo Roberto. Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 6(3):42, jul./set. 1972.
- MOYNIHAN, D. P. What Do We Talk About When We Talk About Performance? Dialogue Theory and Performance Budgeting. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 16(2): 151-168, 2006.
- MUELLER, Dennis C. Public Choice: a survey. **Journal of Economic Literature**, Vol. 14, Issue 2, Jun. 1976, 395-433.
- NISKANEN, W. A. **Bureaucracy and representative government**. Chicago: Aldine-Atherton, 1971.
- OLSON, Mancur. [1965] **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Massachusetts and London: Harvard University Press, 2001.
- OLSON, M. **The rise and decline of nations: economic growth and stagflation and social rigidities**. Yale: Yale University Press, 1982.

PENNOCK, J. Roland. 1970. The 'pork barrel' and majority rule: A note. **Journal of Politics**, 32, 709-16, may 1970.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, vol. XXXII (141), 1997 (2.º), 419-442.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 45, no 2, pp. 265-301, 2002.

PINHO, Carlos. **Indicadores de programas Guia Metodológico**. Brasília: Curso de Pós-Graduação em Auditoria e Controle Governamental, 2011. 80 slides, color.

PLATÃO apud DURANT, Will. **História da Filosofia**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. [s.n.]: Nova Cultural, 1996. 42p.

PMDB quer 50 cargos para seguir na defesa de Palocci. **Último Segundo Online**, São Paulo, 30 maio 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

PRZEWORSKI, A. On the desing of the State: A principal-agent perspective. New York University Discussion Paper, abr. 1996.

QUIPROQUÓ no PMDB, 2011. **Veja Online**, Rio de Janeiro, 20 maio 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

REIS, H.C. Em busca da transparência na contabilidade governamental. **Revista de Administração Municipal IBAM**, Rio de Janeiro, v.39, n. 202, jan-mar, 1992.

REVESZ, Richard L. Federalism and Environmental Regulation: A Public Choice Analysis. **Havard Law Review**, Vol 115, n.º.2, 2001.

ROACH, Kent. The problems of public choice: the case of short limitation periods. **Osgoode Hail Law Journal**, Vol 31 n.º.4, 1994.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Análise econômica progressista do direito – e o novo direito administrativo**, in Mattos, Paulo (coord.) – **Regulação Econômica e Democracia**, CEBRAP, 2004.

ROSEN, H.S. **Public finance**. Irwin. 1992.

SAMPLES, John. Financiamento de Campanhas pelo Governo: Escolha pública e valores públicos. **Encarte especial da Revista Think Tank**, n.º 27, Ano VIII, Jun/Ago 2004.

SAMUELSON, Paul A; NORRDHAUS, William D. **Economia**. Tradução: FONTAINHA, Elsa Nobre; GOMES, Jorge Pires. 14 ed. Portugal: McGraw-Hiil, 1993.

SANTOS, A.Q. **Democratização do orçamento público federal: comentários e sugestões**. Seminário internacional sobre Avaliação do Setor Público, Brasília, outubro 1993.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **Dados** vol. 40 n.º. 3 Rio de Janeiro 1997.

SANTOS, Maria Helena de Castro; MACHADO, Érica Massimo; ROCHA, Paulo Eduardo Nunes de Moura. **O jogo orçamentário da União: relações executivo-legislativo na terra do pork-barrel**, in E. Diniz e S. Azevedo (orgs.), **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília, Editora da UnB/ENAP, 1997.

SASSINE, Vinicius. Auditoria indica superfaturamento em ferrovias que nem saíram do papel. **Correio Braziliense Online**, Brasília, 18 jul. 2011. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SATO, Fábio Ricardo Loureiro. A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. **Revista de Administração Pública (RAP)** - Rio de Janeiro, 41: 49-62, Jan./Fev. 2007.

SCHUMPETER, J. A. (1942) **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Row, 1950.

SCULLY, G. The “growth tax” in the United States, **Public Choice** 85: 71-80, 1995.

SHUGHART, William F. II; RAZZOLINI, Laura. **The Elgar Companion to Public Choice**, 2001.

SELIGMAN, Felipe. Para procurador-geral, segredo de orçamento da Copa é absurdo. **Folha Online**, São Paulo, 16 jun. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SENADO resiste a acabar com supersalários. **Clipping Planejamento**, Brasília, 3 jul. 2011. Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SERRA, José. As vicissitudes do orçamento. **Revista de Economia Política**, v.2, n.4, out./dez. 1993.

SIEGEL, Sidney. Estatística não paramétrica para as ciências do comportamento. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo: MacGraw-Hill, 1975.

SIEGEL, S.; CASTELLAN, N. J. **Nonparametric Statistics for the Behavioral Sciences** (2nd ed.), New York: McGraw-Hill, 1988.

SIGPLAN - **Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento Plurianual**. Disponível em <<http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SILVA, Lino M. Quem controla o controlador? E a teoria da agência. **Blog do Professor Lino Martins**, Rio de Janeiro, 7 jul. 2009. Disponível em: <http://linomartins.wordpress.com>. Acesso em: 9 jan. 2011.

SILVA, M. F. G. O processo orçamentário no Brasil. **Relatório de pesquisa, Núcleo de Pesquisas e Publicações da Fundação Getúlio Vargas-EAESP/FGV-SP**, 1995.

_____. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas da escolha pública – parte I. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 36, n.3, p.32-41, jul./set, 1996a.

_____. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas da escolha pública – parte II. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 36, n.4, p.38-50, out./dez, 1996b.

_____. Constituição, finanças públicas e desempenho econômico. **Relatório de pesquisa, Núcleo de Pesquisas e Publicações da Fundação Getúlio Vargas** – EAESP/FGV-SP, 1997.

SILVA, M. F. G. The political economy of corruption in Brazil. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 3, jul./set, 1999.

SILVA, M. F. G. Abrindo a caixa preta do estado: a economia política da informação. In: Evelyn Levy, Pedro Drago. (Org.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. 1 ed. São Paulo: Edições FUNDAP, v. 1, p. 70-80, 2005.

SINK, D. Scott; MORRIS, William T. By What Method? Engineers Press. Atlanta, Georgia. 1995 apud BRASIL. Exército Brasileiro. **Instruções Provisórias Sistema de Medição do Desempenho Organizacional – IP SMDO – PEG**. Brasília: Exército Brasileiro, 2005.

SMITH, Daniel A.; TOLBERT, Caroline. The Instrumental and Educative Effects of Ballot Measures: Research on Direct Democracy in the American States, **State Politics and Policy Quarterly**, v. 7, n. 4, p. 416-45, 2007.

SOUSA, F. H. **Caráter impositivo da lei orçamentária anual e seus efeitos no sistema de planejamento orçamentário**. Tema 3: Orçamentos e sistemas de informação sobre a administração financeira pública. XIII Prêmio Tesouro Nacional. Segundo Lugar, Brasília, DF, 2008.

STALEBRINK, Odd J.; FRISCO, Velda. PART in Retrospect: An Examination of Legislators' Attitudes Toward PART. **Public Budgeting & Finance**, v. 31, n. 2, p. 1-21, 2011.

TAKEDA, S.; TALBOT, Y. Avaliar, uma responsabilidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 11, n. 3, p. 564-76, 2006.

TOLLISON, Robert D. Rent Seeking: A Survey, *Kyklos*, Wiley Blackwell, vol. 35(4), pages 575-602, 1982.

TULLOCK, Gordon; SELDON, Arthur; BRADY, Gordon L. **Falhas de governo: uma introdução à teoria de escolha pública**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005.

USAID. **Guidelines for indicator and data quality**. Washington: USAID, 1998.

WEINGAST, Barry R. A Rational Choice Perspective on Congressional Norms. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 2, p. 245-262, mai. 1979.

WILDAVSKY, Aaron. **The new politics of the budgetary process**. Scott, Foresman and Company, 1988.

WICKSELL, Knut. [1896] **A new principle of just taxation**. London: New York: Macmillan, 1958. p.72-118 (Classics in the theory of public finance).

WILLIANSO, O. E. Managerial discretion and business behavior. **American Economy Review**, v. 53, p. 1032-1047, 1963.

WILLOUBY, Katherine; BENSON, Paul. Program Evaluation, Performance Budgeting and PART: The U.S. Federal Government Experience. **International Studies Program Working Paper** 11-12, Andrew Young School of Policy Studies, Georgia State University, May 2011.

WISEMAN, R. M.; GOMEZ-MEJIA, L. R. A behavioral agency model of managerial risk taking. **Academy Management Review**, v. 23, n. 1, p. 133-153, 1998.

WRIGHT, P. et al. The impact of the corporate insider, blockholder and institutional ownership on firm-risk taking. **Academy of Management Journal**, v. 39, p. 441-463, 1996.

APÊNDICE A: Orçamento Federal de 2008 com todos os programas (valores em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
1	0016 - GESTAO DA POLITICA DE SAUDE	628.477.000	499.482.279	499.482.279	514.813.681	398.867.105
2	0052 - EDUCACAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS	4.921.113	15.582.113	15.582.113	14.932.113	7.240.226
3	0068 - ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	368.088.529	335.786.445	335.786.445	280.669.895	242.849.046
4	0073 - COMBATE AO ABUSO E A EXPLORACAO SEXUAL DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	68.371.820	75.776.366	75.776.366	88.359.282	73.662.363
5	0083 - PREVIDENCIA SOCIAL BASICA	194.723.179.152	195.322.331.127	195.322.331.127	197.824.723.081	197.149.979.423
6	0085 - QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS	276.665.860	263.200.504	263.200.504	322.282.212	245.437.175
7	0086 - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	8.043.660	7.723.481	7.723.481	7.723.481	1.647.601
8	0087 - GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL	105.122.583	99.485.939	99.485.939	127.692.174	78.139.959
9	0088 - INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIAO	902.097.097	902.097.097	902.097.097	1.015.897.097	937.002.987
10	0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	51.346.404.520	51.303.649.322	51.303.649.322	56.225.469.221	56.079.488.154
11	0099 - INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	18.868.594.046	19.005.134.845	19.005.134.845	20.970.290.429	20.532.242.927
12	0101 - QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL	298.314.608	403.364.805	403.364.805	446.217.251	141.261.156
13	0102 - REDE DE PROTECAO AO TRABALHO	34.533.000	28.075.400	28.075.400	28.275.400	20.250.172
14	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	6.531.472	5.325.178	5.325.178	4.842.661	784.518
15	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS	677.324.424	675.867.700	675.867.700	630.935.737	559.321.052
16	0106 - GESTAO DA POLITICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	228.977.885	192.343.912	192.343.912	217.508.951	189.167.994
17	0107 - ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO	12.892.835	11.543.750	11.543.750	14.310.903	11.375.082
18	0120 - DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	3.540.000	164.116.497	164.116.497	165.116.497	95.255.828
19	0122 - SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	1.716.182.109	1.617.341.218	1.617.341.218	2.056.378.562	1.849.017.845
20	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	965.231.000	956.449.600	956.449.600	1.502.506.338	787.812.942
21	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.997.421.726	1.913.625.570	1.913.525.570	1.979.494.498	1.793.488.924
22	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	78.402.600	80.211.359	80.211.359	125.766.960	95.404.014
23	0139 - GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	34.950.000	30.910.000	30.910.000	34.665.000	22.132.411
24	0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	616.963.338	530.460.365	530.460.365	671.694.122	603.828.342

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
25	0152 - ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	82.730.000	85.254.209	85.254.209	79.984.580	57.024.106
26	0153 - PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	18.317.659	17.517.660	17.517.660	18.127.660	14.889.120
27	0154 - DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	11.757.000	20.087.000	20.087.000	20.267.000	14.528.877
28	0155 - GESTAO DA POLITICA DE DIREITOS HUMANOS	7.618.140	7.618.140	7.618.140	7.618.140	7.370.062
29	0156 - COMBATE A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	28.500.000	28.833.500	28.833.500	28.833.500	25.378.902
30	0167 - BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	77.955.927	88.633.940	88.633.940	91.691.940	61.991.998
31	0168 - LIVRO ABERTO	122.336.059	112.601.641	112.601.641	109.061.241	92.404.642
32	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	138.710.503	141.471.573	141.471.573	187.120.561	143.125.727
33	0171 - MUSEU MEMORIA E CIDADANIA	48.946.346	45.827.106	45.827.106	45.827.106	42.829.624
34	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	14.432.986	33.058.805	33.058.805	33.795.376	9.963.295
35	0173 - GESTAO DA POLITICA DE CULTURA	55.823.026	47.245.607	47.245.607	48.170.607	43.754.455
36	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	60.777.373	55.731.899	55.731.899	436.897.795	124.889.792
37	0225 - GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES	469.850.085	458.962.868	458.962.868	865.332.623	682.483.527
38	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	474.000.000	474.000.000	474.000.000	222.500.000	124.064.682
39	0257 - UNIVERSALIZACAO DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	10.269.276	8.469.276	8.469.276	8.233.406	994.356
40	0271 - ABASTECIMENTO DE PETROLEO, SEUS DERIVADOS, GAS NATURALE ALCOOL COMBUSTIVEL	276.334.180	235.490.258	235.490.258	372.970.808	237.658.303
41	0272 - QUALIDADE DO SERVICO DE ENERGIA ELETRICA	181.939.399	160.339.160	160.339.160	160.449.160	143.493.449
42	0273 - LUZ PARA TODOS/ ENERGIA CIDADÃ	591.484.357	604.252.293	604.252.293	488.030.382	220.392.461
43	0276 - GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA	205.818.128	159.551.128	159.551.128	171.832.980	57.238.483
44	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	6.620.842.894	6.620.842.894	6.620.842.894	6.141.455.922	5.797.612.135
45	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	649.524.162	649.524.162	649.524.162	564.012.745	498.731.549
46	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	230.474.977	230.474.977	230.474.977	183.202.993	158.700.684
47	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	24.266.625.267	24.266.625.267	24.266.625.267	26.092.083.998	24.290.491.416
48	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	9.073.275.639	9.073.275.639	9.073.275.639	9.838.102.120	8.221.006.795
49	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	2.732.210.011	2.732.210.011	2.732.210.011	2.611.517.084	1.792.693.747
50	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.027.811.772	1.042.811.772	1.027.811.772	1.102.038.342	741.023.512
51	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	1.129.488.300	1.129.488.300	1.129.488.300	1.417.358.970	849.207.333
52	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	2.343.956.801	2.343.956.801	2.343.956.801	2.696.543.976	1.771.176.073

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
53	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	366.500.000	351.500.000	366.500.000	306.500.000	219.529.067
54	0310 - GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	37.573.816	254.694.668	254.694.668	2.344.216.523	1.659.086.979
55	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.560.345.622	2.553.002.713	2.553.002.713	2.553.002.713	2.239.267.778
56	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.573.875.011	2.576.850.809	2.576.850.809	2.561.487.375	1.345.183.467
57	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	6.680.897.654	5.566.991.592	5.566.991.592	5.608.792.528	2.268.040.893
58	0355 - PROMOCAO DAS EXPORTACOES	17.450.000	14.050.000	14.050.000	11.650.000	11.095.531
59	0356 - SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	73.884.280	61.358.076	61.358.076	71.084.605	65.496.856
60	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	146.990.746	253.009.806	253.009.806	254.508.200	134.027.765
61	0360 - GESTAO DA POLITICA AGROPECUARIA	69.208.498	49.896.707	49.896.707	50.036.707	42.246.219
62	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	28.247.224	26.861.898	26.861.898	28.547.224	17.596.002
63	0365 - MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	249.248.315	200.040.514	200.040.514	220.105.887	191.999.542
64	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVICOS AGROPECUARIOS	19.470.120	18.229.747	18.229.747	18.403.631	15.249.942
65	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	482.587.713	726.492.619	726.492.619	875.827.965	608.642.545
66	0390 - METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	429.405.446	365.163.854	365.163.854	412.804.354	392.423.927
67	0391 - MINERACAO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	113.490.187	112.432.189	112.432.189	119.632.189	111.803.832
68	0392 - POLO INDUSTRIAL DE MANAUS	68.096.837	58.696.837	58.696.837	69.572.677	56.841.813
69	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	171.121.499	159.544.696	159.544.696	171.074.696	163.005.825
70	0411 - GESTAO DAS POLITICAS INDUSTRIAL, DE COMERCIO E DE SERVICOS	13.456.197	11.312.312	11.312.312	12.902.312	8.466.061
71	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR	2.361.226.101	1.549.485.799	1.549.485.799	2.344.976.199	995.429.360
72	0413 - GESTAO DAS POLITICAS DE ESPORTE E DE LAZER	9.900.000	8.420.001	8.420.001	25.706.054	8.374.108
73	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS	39.912.611	49.772.611	49.772.611	63.216.011	34.062.755
74	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	624.006.866	579.986.181	579.986.181	580.986.181	588.109.467
75	0461 - PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	763.809.611	627.363.095	627.363.095	682.191.746	644.525.058
76	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	229.597.473	182.875.679	182.875.679	269.077.205	213.080.217
77	0471 - CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL	36.098.662	248.158.529	248.158.529	268.591.671	238.349.061
78	0472 - PROANTAR	13.046.661	18.946.659	18.946.659	18.740.093	20.461.791
79	0473 - GESTAO DA POLITICA DE CIENCIA E TECNOLOGIA	28.896.246	27.578.441	27.578.441	27.578.441	21.555.289
80	0474 - RECURSOS DO MAR	4.512.999	5.212.999	5.212.999	172.612.999	44.237.637

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
81	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	41.501.513	41.501.513	41.501.513	43.109.401	40.142.977
82	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.549.613.297	1.549.613.297	1.549.613.297	1.614.551.089	1.555.812.689
83	0496 - INFORMACOES INTEGRADAS PARA PROTECAO DA AMAZONIA	100.000.000	82.057.729	82.057.729	118.310.729	108.118.195
84	0497 - GESTAO DA POLITICA NACIONAL DE RECURSOS HIDRICOS	6.529.132	6.529.132	6.529.132	6.029.132	5.369.703
85	0503 - PREVENCAO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCENDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	47.785.959	57.208.959	57.208.959	72.508.959	54.939.076
86	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	61.139.194	64.490.035	64.490.035	64.150.761	23.129.805
87	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	37.156.760	36.974.976	36.974.976	36.231.257	24.285.122
88	0511 - GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE	91.584.100	79.216.902	79.216.902	82.092.906	58.563.342
89	0512 - ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO	18.064.999	35.187.082	35.187.082	33.815.250	11.206.908
90	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	1.020.753.717	1.261.435.224	1.261.435.224	1.287.193.164	1.119.321.366
91	0550 - CONTROLE EXTERNO	766.659.282	725.522.545	725.522.545	787.655.059	782.012.594
92	0551 - ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.080.136.150	1.993.107.014	1.993.107.014	2.128.117.014	2.049.531.792
93	0553 - ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	2.732.912.715	2.896.700.959	2.896.700.959	2.896.700.959	2.474.432.336
94	0565 - PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	345.172.287	322.966.606	322.966.606	324.907.241	316.489.078
95	0566 - PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	178.271.457	172.786.676	172.786.676	170.206.725	166.168.976
96	0567 - PRESTACAO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.033.079.162	991.459.653	991.459.653	1.014.020.871	1.014.020.637
97	0568 - PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	621.508.958	600.740.412	600.740.412	598.305.875	597.075.592
98	0569 - PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	5.537.810.709	5.346.034.520	5.346.034.520	5.336.368.185	5.282.861.229
99	0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	3.684.797.713	3.511.289.231	3.511.289.231	3.581.204.949	3.513.650.567
100	0571 - PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	8.028.375.286	7.875.480.117	7.875.480.117	7.913.715.710	7.844.062.406
101	0580 - DEFESA JURIDICA DA UNIAO	1.616.236.793	1.566.338.665	1.566.338.665	1.889.880.696	1.843.256.127
102	0581 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA	2.768.208.214	2.672.498.754	2.672.498.754	2.693.751.555	2.624.796.733
103	0620 - ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DO EXERCITO	774.629.828	718.583.263	718.583.263	743.124.009	663.086.118
104	0621 - ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA AERONAUTICA	925.407.126	854.025.644	854.025.644	983.232.144	921.436.413
105	0622 - PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	928.646.026	859.384.172	859.384.172	893.319.925	793.518.473
106	0623 - PROTECAO AO VOO E SEGURANCA DO TRAFEGO AEREO	626.875.039	568.978.950	568.978.950	805.281.539	753.529.949
107	0625 - GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL	15.729.000	25.029.000	25.029.000	25.029.000	12.322.469

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
108	0626 - REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL	508.203.765	459.807.833	459.807.833	452.563.283	381.169.506
109	0627 - TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	41.388.220	47.964.720	47.964.720	53.706.388	44.099.953
110	0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO	389.661.392	353.329.392	353.329.392	449.977.240	301.511.814
111	0629 - TECNOLOGIA DE USO NAVAL	134.088.159	131.577.159	131.577.159	132.888.159	113.749.562
112	0630 - DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL	360.712.307	338.900.054	338.900.054	338.740.721	200.997.827
113	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	1.951.743.039	1.939.707.233	1.929.707.233	2.550.041.017	598.067.147
114	0632 - REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA	1.068.656.681	954.473.681	954.473.681	1.133.999.388	1.218.129.777
115	0633 - ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	17.500.361	15.751.106	15.751.106	17.500.361	18.247.257
116	0637 - SERVICO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS	981.048.625	892.705.386	892.705.386	1.081.899.247	1.077.927.715
117	0638 - ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO	22.700.000	22.555.000	22.555.000	22.958.000	22.555.513
118	0639 - SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA	321.543.708	118.244.062	118.244.062	120.219.602	113.207.047
119	0640 - ENSINO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	14.710.000	17.010.000	17.010.000	17.010.000	16.212.242
120	0641 - INTELIGENCIA FEDERAL	183.529.469	182.365.469	182.365.469	239.372.527	221.434.819
121	0642 - TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	63.070.000	58.453.740	58.453.740	59.379.740	54.495.821
122	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	303.978.713	303.978.713	303.978.713	222.518.758
123	0647 - PRODUCAO DE MATERIAL BELICO	1.260.000	1.260.000	2.520.000	193.637.318	128.918.138
124	0660 - SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	131.000.000	106.110.002	106.110.002	310.110.002	122.974.759
125	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	198.970.000	182.810.570	182.810.570	551.578.570	226.652.662
126	0662 - COMBATE A CRIMINALIDADE	163.000.000	183.000.000	183.000.000	232.580.024	210.976.591
127	0663 - SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	387.552.706	354.418.891	354.418.891	641.388.518	493.201.864
128	0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	13.000.000	11.771.001	11.771.001	12.671.001	11.388.364
129	0670 - ASSISTENCIA A VITIMAS E A TESTEMUNHAS AMEACADAS	28.322.000	28.232.000	28.232.000	29.762.000	25.373.194
130	0682 - DIFUSAO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	30.000.000	24.533.837	24.533.837	23.033.837	28.920.647
131	0683 - GESTAO DA POLITICA EXTERNA	95.200.000	76.970.000	76.970.000	52.360.000	46.396.227
132	0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO	6.000.000	5.020.000	5.020.000	4.020.000	3.124.738
133	0695 - DEFESA ECONOMICA E DA CONCORRENCIA	14.391.585	12.623.753	12.623.753	13.126.972	11.700.070
134	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	9.500.000	10.558.613	10.558.613	11.049.474	8.092.620
135	0698 - GESTAO DA POLITICA NA AREA DA JUSTICA	32.400.000	29.384.000	29.384.000	29.034.000	26.333.085

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
136	0699 - ASSISTENCIA JURIDICA INTEGRAL E GRATUITA	78.598.859	87.208.224	87.208.224	92.597.224	89.989.849
137	0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	40.459.498.762	37.747.362.449	37.747.362.449	40.585.833.695	39.093.844.779
138	0752 - GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO	174.000.000	139.200.000	139.200.000	139.200.000	136.200.000
139	0753 - DIVULGACAO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUCAO GRAFICA	75.352.921	67.060.878	67.060.878	71.050.878	68.664.519
140	0757 - GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	11.615.116	10.173.629	10.173.629	31.888.229	26.338.425
141	0758 - PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA	52.000.000	52.000.000	52.000.000	52.000.000	39.495.224
142	0770 - ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA	5.040.841.744	4.866.095.921	4.866.095.921	6.725.814.366	6.538.839.231
143	0771 - GESTAO DAS POLITICAS MONETARIA, CAMBIAL E DE CREDITO	18.000.000	14.500.001	14.500.001	10.916.382	8.880.091
144	0773 - GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO	336.605.340	318.113.312	318.113.312	361.903.476	264.754.676
145	0775 - RECUPERACAO DE CREDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	341.557.239	319.604.379	319.604.379	358.694.578	341.722.430
146	0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.122.589.429	1.077.737.021	1.077.737.021	1.333.306.832	1.304.171.988
147	0777 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS EM FINANÇAS PUBLICASE AREAS AFINS	21.064.696	17.491.295	17.491.295	21.064.696	16.330.335
148	0778 - DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	99.593.679	93.995.081	93.995.081	99.198.167	94.859.982
149	0779 - DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZACAO	74.769.509	71.837.226	71.837.226	76.988.157	70.292.896
150	0780 - GESTAO DA POLITICA DE REGULACAO DE MERCADOS	4.483.428	4.483.428	4.483.428	4.483.428	3.422.110
151	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	1.270.537.741	1.270.537.741	1.270.537.741	1.305.119.352	878.697.123
152	0794 - GESTAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIAO	51.962.000	44.262.000	44.262.000	44.190.940	35.859.563
153	0796 - INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOCIENTIFICAS	860.024.433	839.300.080	839.300.080	859.985.975	848.487.693
154	0797 - PROSPECCAO E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS	119.590.985	115.510.197	115.510.197	125.224.914	120.050.903
155	0798 - COMPRAS GOVERNAMENTAIS	30.535.452	24.678.362	24.678.362	46.195.452	27.081.546
156	0801 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS EM GESTAO PUBLICA	23.081.688	21.063.154	21.063.154	25.556.687	23.300.406
157	0802 - GESTAO DO PLANO PLURIANUAL	34.201.965	30.315.765	30.315.765	63.037.446	26.723.063
158	0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	3.855.712.487	3.853.712.487	3.853.712.487	3.439.354.744	2.294.253.199
159	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	55.917
160	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	12.263.355	24.263.355	24.263.355	24.263.355	3.129.124

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
161	0813 - MONUMENTA	67.000.000	59.526.000	59.526.000	48.926.000	43.015.674
162	0901 - OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	10.406.006.650	10.406.006.650	10.406.006.650	10.499.268.002	10.444.717.070
163	0902 - OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	22.237.627.494	22.164.348.920	22.164.348.920	22.937.423.344	17.646.546.231
164	0903 - OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA	125.299.439.661	133.443.991.685	133.443.991.685	140.312.558.760	140.303.636.220
165	0904 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERENCIAS	0	7.496.541	7.496.541	7.496.541	0
166	0905 - OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS EAMORTIZACOES)	193.883.480.619	188.818.480.927	188.818.480.927	248.473.092.528	202.731.560.900
167	0906 - OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZACOES)	18.512.805.338	18.512.805.338	18.512.805.338	19.625.931.702	14.314.143.125
168	0907 - OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	388.255.523.706	393.320.523.398	393.320.523.398	440.408.661.477	272.462.683.780
169	0908 - OPERACOES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	20.861.747.452	20.861.747.452	20.861.747.452	20.861.747.452	3.830.180.803
170	0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	39.917.024.250	39.867.036.853	39.867.036.853	83.533.325.040	82.350.683.679
171	0910 / 0681 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	429.839.475	364.210.437	364.460.437	380.829.198	439.853.334
172	1001 - GESTAO DA POLITICA DE TURISMO	28.463.000	26.013.500	26.013.500	27.513.500	24.247.782
173	1003 - GESTAO DA POLITICA NA AREA DE PLANEJAMENTO	67.452.656	65.984.656	65.984.656	67.510.656	20.801.864
174	1004 - GESTAO DAS POLITICAS DE GOVERNO	26.488.400	26.948.400	26.848.400	26.848.400	14.487.573
175	1006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATEÀ FOME	48.372.702	44.795.001	44.795.001	47.616.487	45.786.034
176	1008 - INCLUSAO DIGITAL	120.775.000	216.606.717	216.606.717	194.504.602	163.290.238
177	1009 - REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL	19.599.869	19.599.869	19.599.869	15.729.869	7.776.108
178	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	1.841.001	5.241.001	5.241.001	4.842.001	2.075.570
179	1020 - INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA OCIDENTAL	9.050.000	147.655.152	147.655.152	148.765.152	23.793.041
180	1025 - PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	19.640.205	303.694.470	303.694.470	340.698.070	203.094.091
181	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	43.858.603	122.437.007	122.437.007	616.509.214	318.765.382
182	1030 - DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO ARQUIVISTICA GOVERNAMENTAL	44.775.763	42.683.798	42.683.798	46.000.404	44.654.986
183	1032 - DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO	425.587.788	357.813.790	357.813.790	391.433.916	358.098.128

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL					
184	1036 - INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	1.117.650.044	1.023.432.792	1.023.432.792	1.135.012.054	1.121.916.122
185	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	708.011.766	708.011.766	708.011.766	647.342.419	396.417.722
186	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL	144.341.770	144.341.770	147.461.770	11.785.100	2.645.644
187	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	2.543.794.336	2.543.794.336	2.543.794.336	4.959.133.663	2.629.234.920
188	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	150.191.422	150.191.422	150.191.422	158.045.375	101.091.757
189	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO -CONVIVER	13.082.600	14.027.852	14.027.852	13.588.028	10.419.267
190	1049 - ACESSO A ALIMENTACAO	752.043.330	685.986.869	685.986.869	695.682.469	683.611.868
191	1054 - GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO NO SETOR PUBLICO	4.373.519.131	3.679.228.329	3.679.228.329	162.859.916	61.421.036
192	1057 - COMUNICACOES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGENCIA NAS FORCAS ARMADAS	32.513.552	30.067.060	30.067.060	30.067.060	25.324.071
193	1060 - BRASIL ALFABETIZADO	381.000.000	353.986.161	353.986.161	297.438.316	290.456.790
194	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	8.452.287.160	8.177.387.180	8.177.387.180	7.651.431.647	7.465.418.162
195	1062 - DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCACAO PROFISSIONAL, TECNOLOGICA E UNIVERSITARIA	1.684.867.887	1.905.356.668	1.905.356.668	2.235.287.587	2.027.287.724
196	1067 - GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO	84.256.152	96.256.152	96.256.152	87.365.753	77.193.887
197	1068 - GESTAO DA POLITICA DE GENERO	6.400.000	6.100.000	6.100.000	6.100.000	5.441.146
198	1069 - GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	4.807.142	3.917.142	3.917.142	3.917.142	2.571.086
199	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	13.094.803.121	13.373.167.492	13.373.167.492	15.653.732.242	14.730.618.706
200	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	48.500.000	32.526.634	32.526.634	32.526.634	8.685.510
201	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.320.403	3.320.403	3.320.403	3.320.403	1.693.249
202	1080 - COMBATE A DESERTIFICACAO	3.000.000	10.379.000	10.379.000	8.879.000	1.481.162
203	1083 - REFORMA DA JUSTICA BRASILEIRA	2.500.000	4.860.000	4.860.000	4.860.000	3.015.591
204	1086 - PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	5.986.000	9.468.800	9.468.800	9.468.800	7.467.663
205	1088 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	115.760.879	115.610.879	115.610.879	113.980.679	78.877.002
206	1102 - AGENDA 21	3.782.857	3.798.654	3.798.654	3.798.654	2.703.073
207	1107 - PROBACIAS	71.376.371	67.290.692	67.290.692	61.020.112	55.990.277
208	1109 - CERTIFICACAO DIGITAL	17.441.297	15.268.609	15.268.609	16.293.609	14.578.096
209	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	950.707.447	895.962.353	895.962.353	1.048.755.403	999.287.540
210	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	193.060.049	184.066.029	184.066.029	227.350.486	219.652.627

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
211	1116 - CREDITO FUNDIARIO	580.440.817	517.100.824	517.100.824	499.310.824	396.458.635
212	1120 - PAZ NO CAMPO	12.300.000	10.300.000	10.300.000	14.886.058	10.441.634
213	1122 - CIENCIA, NATUREZA E SOCIEDADE	65.715.951	60.598.640	60.598.640	60.598.640	58.849.416
214	1127 - SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA	309.000.000	376.250.784	376.250.784	561.384.676	383.141.452
215	1128 - URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS	2.109.487.410	1.318.926.009	1.318.926.009	2.328.580.034	2.243.166.141
216	1132 - DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	6.423.788	6.423.788	6.423.788	3.364.788	1.810.533
217	1133 - ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	71.663.000	90.083.000	90.083.000	82.521.999	57.373.493
218	1136 - FORTALECIMENTO DA GESTAO MUNICIPAL URBANA	57.108.000	42.949.737	42.949.737	46.735.909	35.249.957
219	1137 - REABILITACAO DE AREAS URBANAS CENTRAIS	2.400.000	33.915.942	33.915.942	33.915.942	13.163.900
220	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSAO MARÍTIMA E FLUVIAL	97.594.358	263.308.061	263.308.061	365.755.229	171.630.300
221	1141 - CULTURA, IDENTIDADE E CIDADANIA	135.400.000	120.362.722	120.362.722	141.943.722	119.713.542
222	1142 - ENGENHO DAS ARTES	71.746.705	207.325.120	207.325.120	272.841.000	90.107.285
223	1143 - PROMOCAO DA ETICA PUBLICA	380.000	380.000	380.000	380.000	155.163
224	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	20.147.473	25.838.464	25.838.464	85.178.464	25.895.497
225	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGOCIO	157.098.225	146.268.788	146.268.788	269.318.788	249.889.715
226	1157 - OFERTA DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	128.723.905	107.950.116	107.950.116	105.720.443	62.113.618
227	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERCAO SOCIAL	14.740.174	15.260.598	15.260.598	15.260.598	14.710.899
228	1163 - BRASIL: DESTINO TURISTICO INTERNACIONAL	113.059.622	110.505.115	110.505.115	173.032.568	144.388.988
229	1164 - COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL	2.917.734	2.917.734	2.917.734	2.868.242	1.484.002
230	1166 - TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	397.045.203	2.525.785.110	2.525.785.110	2.819.107.870	2.188.870.786
231	1172 - FORTALECIMENTO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS - PNAFM	71.654.988	78.404.988	78.404.988	78.404.988	67.617.803
232	1173 - AVALIACAO DA GESTAO DOS ADMINISTRADORES DE RECURSOS PUBLICOS FEDERAIS	404.364.095	396.546.281	396.546.281	469.489.270	458.461.145
233	1184 - SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO	46.652.181	43.588.326	43.588.326	55.550.200	52.908.597
234	1185 - ASSISTENCIA SUPLEMENTAR A SAUDE	160.092.571	141.070.074	141.070.074	170.622.074	163.369.610
235	1201 - CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	434.635.000	323.653.037	323.653.037	401.399.906	388.115.665
236	1214 - ATENCAO BASICA EM SAUDE	7.987.280.000	8.168.123.707	8.167.923.707	8.591.324.077	8.409.835.849
237	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	22.878.357.334	24.550.818.345	24.551.018.345	26.662.244.032	25.318.661.789

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
238	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	22.270.000	18.220.630	18.220.630	18.220.630	11.696.427
239	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	21.040.000	852.749.142	852.749.142	846.888.889	585.377.916
240	1264 - RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS	514.398.000	413.018.412	413.018.412	429.778.412	533.782.872
241	1266 - GESTAO DA POLITICA ECONOMICA	10.571.067	10.305.887	10.305.887	11.305.887	7.447.103
242	1279 - ANALISE E DIFUSAO DA POLITICA EXTERNA BRASILEIRA	14.802.371	13.038.271	13.038.271	13.387.489	13.246.643
243	1287 - SANEAMENTO RURAL	201.572.865	204.863.812	204.863.812	335.500.598	302.761.642
244	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	273.300.000	245.128.441	245.128.441	269.136.722	266.048.725
245	1291 - SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	422.500.000	354.596.602	354.596.602	354.246.602	277.663.052
246	1293 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	4.521.450.000	4.460.506.982	4.460.506.982	4.655.812.955	4.419.079.441
247	1295 - DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIOURBANO DE PASSAGEIROS	895.939.813	882.214.306	882.214.306	934.145.578	835.474.780
248	1305 - REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL	412.411.059	394.486.403	394.486.403	379.341.637	291.568.026
249	1312 - ATENCAO A SAUDE DE POPULACOES ESTRATEGICAS E EM SITUACOES ESPECIAIS DE AGRAVOS	60.000.000	56.761.484	56.761.484	57.343.484	47.950.247
250	1332 - CONSERVACAO E RECUPERACAO DOS BIOMAS BRASILEIROS	68.464.289	94.790.026	94.790.026	101.041.616	47.090.220
251	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	245.436.000	229.634.630	229.634.630	298.492.611	252.804.573
252	1335 - TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES	10.942.487.345	10.885.357.347	10.885.357.347	11.096.257.347	11.062.540.487
253	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	87.400.234	71.560.952	71.660.952	53.403.042	12.370.838
254	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	90.768.151	188.150.183	188.150.183	195.205.841	113.127.332
255	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	28.884.083	49.949.083	49.949.083	39.111.604	29.246.599
256	1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQÜÍCOLA E PESQUEIRA	13.111.500	15.591.500	15.591.500	34.661.500	21.636.598
257	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	25.686.290	40.245.537	40.245.537	41.633.876	20.757.870
258	1350 - EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	67.576.471	55.016.472	55.016.472	71.496.472	31.671.345
259	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	145.000.000	173.974.443	173.974.443	153.624.443	139.802.036
260	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	8.570.000	9.160.000	9.160.000	9.160.000	7.181.264
261	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	137.924.535	108.514.535	108.514.535	111.642.239	105.126.539
262	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUIS	926.534.717	926.934.717	926.934.717	1.058.982.142	1.038.917.590
263	1377 - EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	148.102.970	85.768.970	85.768.970	61.021.591	35.020.572
264	1383 - ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORCAS ARMADAS A SOCIEDADE	104.803.364	104.993.364	104.993.364	108.485.064	45.523.885

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
265	1384 - PROTECAO SOCIAL BASICA	15.821.105.343	16.000.020.519	16.000.170.519	16.390.312.271	16.289.573.852
266	1385 - PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	139.934.707	222.926.723	222.626.723	240.346.486	188.312.233
267	1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FED	52.298.548	76.850.388	76.850.388	73.267.383	47.223.330
268	1387 - MICROCREDITO PRODUTIVO ORIENTADO	15.000.000	12.687.586	12.687.586	3.390.831	3.375.240
269	1388 - CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRI	1.840.694.366	1.769.036.698	1.769.036.698	1.774.028.732	1.747.877.191
270	1389 - CONTROLE DA ATUACAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODE	81.994.354	74.481.715	74.481.715	69.467.055	60.297.466
271	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	13.200.000	11.900.000	11.900.000	12.501.103	7.790.977
272	1401 - REPARACAO DE VIOLACOES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.193.056.941	1.193.056.941	1.193.056.941	1.127.787.485	1.113.921.860
273	1402 - EDUCACAO EM DIREITOS HUMANOS	20.678.223	18.578.213	18.578.213	18.368.213	14.976.847
274	1404 - PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.930.000	1.930.000	1.930.000	1.930.000	1.929.394
275	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	263.339.652	281.444.527	219.891.070	519.624.029	256.717.457
276	1413 - PROMOCAO DA JUSTICA E DA CIDADANIA	4.088.000	4.188.000	4.188.000	3.319.500	2.736.041
277	1421 - METEOROLOGIA E MUDANCAS CLIMATICAS	20.188.190	18.509.290	18.509.290	18.509.290	18.205.925
278	1426 - CONSERVACAO, MANEJO E USO SUSTENTAVEL DA AGROBIODIVERSI	31.773.722	32.123.722	32.123.722	31.572.012	10.091.110
279	1427 - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NA AGRICULTURA FAM	395.990.350	365.083.550	365.083.550	556.733.550	331.308.553
280	1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTAVEL	8.505.546	168.628.142	168.628.142	167.378.142	91.671.807
281	1432 - PROMOCAO DE POLITICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACI	5.297.423	18.067.423	18.067.423	18.817.423	11.003.760
282	1433 - CIDADANIA E EFETIVACAO DE DIREITOS DAS MULHERES	36.750.000	39.500.000	39.500.000	40.700.000	32.330.583
283	1436 - APERFEICOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCACAO NA SAUDE	477.749.000	384.176.237	384.176.237	360.346.758	325.590.624
284	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO NO COMERCIO INTERNACIONA	4.060.469	4.060.469	4.060.469	4.060.469	3.190.794
285	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO AGRONEGOCIO	22.878.317	24.656.251	24.656.251	24.656.251	18.790.056
286	1444 - VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS	2.760.560.000	2.334.440.456	2.334.440.456	2.688.611.952	2.421.752.177
287	1446 - IMPLEMENTACAO DA POLITICA DE PROMOCAO DA SAUDE	38.620.000	30.762.487	30.762.487	31.527.824	28.566.125
288	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	667.885.118	1.009.277.019	1.009.277.019	1.477.695.601	1.334.804.335
289	1449 - ESTATISTICAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS	319.114.188	299.114.188	299.114.188	315.646.918	258.119.003

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
290	1453 - NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.406.000.000	1.404.190.724	1.404.190.724	1.132.388.087	1.026.113.701
291	1456 - VETOR LOGISTICO AMAZONICO	1.161.214.456	1.346.933.701	1.346.933.701	1.566.893.487	1.300.724.876
292	1457 - VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE	1.213.797.392	1.720.291.424	1.720.291.424	1.888.582.721	1.536.536.684
293	1458 - VETOR LOGISTICO LESTE	2.002.085.255	2.062.492.789	2.062.492.789	2.075.803.080	1.595.284.806
294	1459 - VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL	994.229.516	1.157.652.730	1.157.652.730	1.376.217.836	942.042.839
295	1460 - VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL	598.505.831	568.214.042	568.214.042	904.520.946	445.611.931
296	1461 - VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE	1.061.685.111	1.243.035.874	1.228.035.874	1.751.219.082	1.274.279.315
297	1462 - VETOR LOGISTICO SUL	1.635.319.250	1.625.603.787	1.625.603.787	2.204.584.985	1.757.573.696
298	1463 - QUALIDADE DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	41.560.160	34.143.270	34.143.270	42.483.870	35.753.692
299	1470 - GESTAO DA POLITICA PORTUARIA	15.830.072	55.900.708	55.900.708	60.830.072	8.170.717
300	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	14.978.291	591.437.819	591.437.819	621.437.819	409.977.460
301	8002 - GOVERNO ELETRONICO	9.664.548	9.034.548	9.034.548	9.034.548	3.315.499
302	8006 - GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACOES	12.328.045	17.438.045	17.438.045	17.769.045	6.684.679
303	8007 - RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	83.847.510	104.683.090	104.683.090	136.246.777	73.616.135
304	8010 - EDUCACAO FISCAL	581.000	581.000	581.000	581.000	368.906
305	8025 - INOVACAO TECNOLOGICA EM TELECOMUNICACOES	68.300.000	59.910.501	59.910.501	94.086.305	89.055.790
306	8026 - MOBILIZACAO PARA DEFESA NACIONAL	6.406.966	5.901.271	5.901.271	5.901.271	5.243.064
307	8028 - SEGUNDO TEMPO	137.980.000	175.921.001	175.921.001	297.465.201	191.793.602
308	8032 - ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORCAS ARMADAS	171.924.358	154.920.701	154.920.701	165.220.701	159.488.870
309	8034 - NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJovem	1.436.067.000	1.223.007.593	1.223.007.593	1.126.932.153	770.730.501
310	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	2.366.959.310	2.343.960.122	2.343.960.122	2.348.748.455	2.280.774.236
311	9989 - MOBILIDADE URBANA	24.200.000	420.681.642	420.681.642	459.824.042	116.571.570
312	9991 - HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	947.216.400	814.168.833	814.168.833	937.978.389	713.274.849

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B: Orçamento Federal de 2009 com todos os programas (valores em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
1	0016 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	701.186.758	569.818.602	569.818.602	585.066.376	511.412.533
2	0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	5.285.887	6.955.887	6.955.887	6.875.887	5.483.184
3	0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	348.706.000	281.275.379	281.275.379	310.533.699	285.391.709
4	0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	79.073.844	82.705.526	82.705.526	98.803.375	85.644.985
5	0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	223.678.318.712	223.502.608.372	223.502.608.372	223.608.488.522	220.992.442.868
6	0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	340.833.076	385.517.293	385.517.293	1.004.136.479	592.313.279
7	0086 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	7.416.005	7.332.483	7.332.483	4.831.466	3.120.882
8	0087 - GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	146.552.235	124.907.915	124.907.915	162.579.468	161.202.750
9	0088 - INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	813.487.649	813.421.966	813.421.966	1.134.182.989	1.061.877.356
10	0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	63.315.599.952	63.315.599.952	63.315.599.952	63.920.854.878	63.659.460.253
11	0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	23.927.660.036	23.913.612.168	23.913.612.168	27.464.731.679	26.493.943.950
12	0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	271.930.558	336.046.209	336.046.209	312.702.673	158.935.613
13	0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	32.854.000	31.465.000	31.465.000	31.465.000	25.199.857
14	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.527.000	3.527.000	3.527.000	3.527.000	1.475.507
15	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	839.971.770	836.539.434	836.539.434	929.116.210	922.092.277
16	0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	234.509.801	204.501.033	204.501.033	203.301.033	171.186.298
17	0107 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	19.758.249	17.985.630	17.985.630	11.706.831	8.631.842
18	0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.200.000	372.766.462	372.766.462	166.358.307	113.198.351
19	0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	2.191.114.025	1.883.991.910	1.883.991.910	2.355.390.403	2.186.722.275
20	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.022.550.261	1.022.550.261	1.022.550.261	1.021.550.261	789.396.640
21	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.830.712.901	1.734.485.639	1.734.485.639	1.748.696.831	1.684.267.581
22	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	175.652.209	224.832.378	224.832.378	222.975.378	106.768.504
23	0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	37.116.259	37.116.259	37.116.259	36.936.259	19.833.824
24	0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	741.149.490	661.609.123	661.609.123	724.871.123	685.374.353
25	0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	88.280.648	88.780.648	88.780.648	91.390.488	80.347.581

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
26	0153 - SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	21.996.850	21.996.850	21.996.850	27.028.669	23.588.878
27	0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	10.054.396	17.904.396	17.904.396	26.316.456	20.718.896
28	0155 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	8.802.000	8.802.000	8.802.000	9.008.000	8.271.729
29	0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	28.844.000	40.909.000	40.909.000	40.909.000	39.150.233
30	0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	69.420.942	81.182.602	81.182.602	74.623.140	64.160.130
31	0168 - LIVRO ABERTO	106.175.070	112.050.070	112.050.070	104.739.920	84.388.930
32	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	203.638.857	204.788.857	204.788.857	218.857.387	208.906.519
33	0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	43.513.479	45.263.479	45.263.479	42.767.865	38.603.187
34	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	16.602.362	18.302.362	18.302.362	18.610.362	16.297.533
35	0173 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	57.590.399	57.590.399	57.590.399	56.973.427	50.991.277
36	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	60.310.970	73.720.970	73.720.970	408.590.970	315.560.716
37	0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	499.982.950	508.189.956	508.189.956	786.817.474	525.586.726
38	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	518.000.000	518.000.000	518.000.000	305.101.930	179.756.293
39	0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	9.392.000	7.356.800	7.356.800	7.356.800	855.441
40	0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	450.276.360	383.420.765	383.420.765	470.715.565	440.729.699
41	0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	183.195.953	160.955.923	160.955.923	185.725.063	162.362.803
42	0273 - LUZ PARA TODOS	727.239.180	734.327.554	734.327.554	668.859.095	325.663.688
43	0276 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	274.153.909	262.665.127	262.665.127	204.264.008	88.968.577
44	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	6.727.965.691	6.727.965.691	6.727.965.691	4.967.838.681	4.730.894.647
45	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	556.458.822	556.458.822	556.458.822	656.526.589	587.879.996
46	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	232.486.074	232.486.074	232.486.074	3.426.962.559	2.117.931.826
47	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	29.209.470.378	29.209.470.378	29.209.470.378	32.081.236.185	29.720.964.740
48	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	18.215.385.757	18.200.385.757	18.200.385.757	13.632.076.955	12.503.500.894
49	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	2.906.987.049	2.906.987.049	2.906.987.049	3.287.878.086	2.929.863.033
50	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.353.633.731	1.353.633.731	1.353.633.731	1.244.071.360	1.010.086.017
51	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	1.148.716.253	1.148.716.253	1.148.716.253	1.222.303.904	1.001.492.814
52	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	2.967.943.016	2.967.943.016	2.967.943.016	2.807.364.601	2.734.476.455
53	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	383.000.000	383.000.000	383.000.000	336.870.000	273.259.514

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
54	0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	44.163.620	2.751.288.166	2.751.288.166	2.099.183.219	1.512.607.847
55	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.844.221.967	2.844.221.967	2.844.221.967	2.543.200.053	1.776.197.909
56	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.384.282.562	2.388.232.562	2.388.232.562	2.380.393.562	1.945.780.784
57	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	6.294.820.691	7.695.205.876	7.695.205.876	7.462.562.641	6.005.201.349
58	0355 - PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	20.750.000	11.750.000	11.750.000	20.750.000	16.122.881
59	0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	94.856.000	80.493.961	80.493.961	91.685.688	84.390.760
60	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	147.511.000	174.456.000	174.456.000	180.056.000	124.679.610
61	0360 - GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	89.307.988	57.286.194	57.286.194	78.523.918	54.821.032
62	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	46.136.789	39.529.338	39.529.338	46.336.789	39.963.331
63	0365 - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	240.412.468	221.109.930	221.109.930	331.912.468	235.686.390
64	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	23.250.988	21.725.302	21.725.302	20.088.599	17.658.809
65	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	542.260.687	651.847.540	651.847.540	694.391.974	569.848.694
66	0390 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	542.172.451	542.172.451	542.172.451	540.965.001	470.297.335
67	0391 - MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	146.411.193	142.823.058	142.823.058	145.096.883	136.450.490
68	0392 - PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	72.705.505	72.705.505	72.705.505	72.705.505	53.533.926
69	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	198.733.188	198.733.188	198.733.188	237.442.188	182.678.608
70	0411 - GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	63.596.527	41.596.527	41.596.527	63.596.527	60.851.288
71	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	2.357.104.920	2.344.402.118	2.344.402.118	2.347.317.847	1.483.787.263
72	0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER	12.266.352	8.620.352	8.620.352	14.566.352	9.310.052
73	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	26.831.691	42.711.691	42.711.691	42.711.691	21.354.712
74	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	753.918.000	573.475.174	573.475.174	751.960.031	748.121.117
75	0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	716.760.901	619.963.873	619.963.873	645.973.921	637.004.435
76	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	348.622.429	282.328.864	282.328.864	433.790.738	412.625.463
77	0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	40.408.915	233.946.231	233.946.231	143.017.209	134.854.956
78	0472 - PROANTAR	8.421.016	27.421.016	27.421.016	27.421.016	21.886.840
79	0473 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	32.520.400	22.399.972	22.399.972	26.939.972	25.422.136
80	0474 - RECURSOS DO MAR	5.169.000	4.722.796	4.722.796	132.122.796	96.141.379

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
81	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	40.572.300	40.167.300	40.167.300	31.681.421	26.852.256
82	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.124.670.051	2.124.670.051	2.124.670.051	2.117.346.824	2.032.267.723
83	0496 - INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	102.800.000	94.982.746	94.982.746	107.591.483	93.988.173
84	0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	6.417.944	5.315.823	5.315.823	6.417.944	3.803.335
85	0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	83.580.000	116.911.280	116.911.280	112.890.826	85.803.136
86	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	60.150.324	55.587.047	55.587.047	65.043.384	31.991.434
87	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	33.365.361	30.453.812	30.453.812	33.537.361	25.998.668
88	0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	82.498.968	62.035.285	62.035.285	81.668.858	59.061.431
89	0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	10.867.479	31.808.908	31.808.908	14.522.322	4.259.711
90	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	545.233.373	690.068.229	690.068.229	808.984.797	666.941.175
91	0550 - CONTROLE EXTERNO	884.294.678	887.534.678	887.534.678	847.999.178	842.022.647
92	0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.103.458.741	2.044.489.731	2.044.489.731	2.006.965.881	1.881.231.351
93	0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.821.039.752	2.778.959.086	2.778.959.086	2.736.872.856	2.440.097.540
94	0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	355.100.355	354.615.847	354.615.847	356.215.847	331.888.857
95	0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	190.669.563	189.111.965	189.111.965	192.100.965	186.059.019
96	0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.178.088.437	1.186.918.294	1.186.918.294	1.200.236.614	1.197.464.444
97	0568 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	657.598.358	660.776.981	660.776.981	704.306.981	694.452.256
98	0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.870.959.463	5.850.163.044	5.850.163.044	5.839.812.639	5.770.968.675
99	0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	3.375.866.560	3.367.747.382	3.367.747.382	3.566.498.904	3.471.234.377
100	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	8.820.398.842	8.847.263.560	8.847.263.560	8.776.808.584	8.699.481.183
101	0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	2.141.831.036	2.075.128.360	2.075.128.360	2.075.178.360	2.007.715.132
102	0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	2.931.490.770	2.927.934.933	2.927.934.933	2.915.732.177	2.835.275.529
103	0620 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	838.825.523	801.391.529	801.391.529	833.635.071	761.207.920
104	0621 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA	1.072.024.987	1.022.625.064	1.022.625.064	1.009.791.289	898.291.804
105	0622 - PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	1.351.785.864	1.357.943.097	1.357.943.097	1.356.413.082	974.261.933
106	0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	960.098.681	960.098.681	960.098.681	970.813.817	838.703.597
107	0625 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	19.887.761	32.052.000	32.052.000	19.035.237	11.790.190
108	0626 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	589.753.447	544.469.188	544.469.188	2.609.869.188	1.016.563.504
109	0627 - TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	26.480.000	26.480.000	26.480.000	89.350.000	54.431.590

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
110	0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	497.699.000	390.858.375	390.858.375	509.742.997	452.685.148
111	0629 - TECNOLOGIA DE USO NAVAL	135.029.000	145.029.000	145.029.000	188.029.000	185.349.432
112	0630 - DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	321.285.269	310.575.939	310.575.939	340.371.174	265.647.348
113	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	1.526.602.846	1.391.382.346	1.391.382.346	1.321.602.697	680.731.392
114	0632 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	1.267.319.010	1.115.321.917	1.115.321.917	1.560.941.609	1.374.180.388
115	0633 - ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	34.738.051	34.738.051	34.738.051	34.738.051	33.741.062
116	0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	1.112.723.988	1.105.355.817	1.105.355.817	1.226.649.314	1.219.472.608
117	0638 - ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	29.505.000	22.128.000	22.128.000	29.235.000	29.217.415
118	0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	152.594.477	152.694.477	152.694.477	152.694.477	140.919.918
119	0640 - ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	24.207.219	18.857.219	18.857.219	18.857.219	18.275.845
120	0641 - INTELIGÊNCIA FEDERAL	267.310.526	260.932.003	260.932.003	273.711.967	260.606.755
121	0642 - TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	122.278.915	112.700.142	112.700.142	122.823.915	105.108.334
122	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	253.570.000	253.570.000	247.870.000	182.209.286
123	0647 - PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	57.225.920	57.225.920	57.225.920	57.225.920	23.881.194
124	0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	534.000.000	534.100.000	534.100.000	534.100.000	428.417.807
125	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	181.000.000	186.500.000	186.500.000	174.830.350	101.278.954
126	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	178.856.141	176.136.525	176.136.525	257.236.525	166.366.533
127	0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	409.082.631	369.977.554	369.977.554	632.049.925	359.161.829
128	0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	11.500.000	16.750.000	16.750.000	16.750.000	11.347.874
129	0670 - PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	29.139.091	29.139.091	29.139.091	29.184.091	28.456.607
130	0682 - DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	40.000.000	23.747.511	23.747.511	38.730.538	34.377.374
131	0683 - GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	190.703.023	122.410.000	122.410.000	71.810.000	55.544.516
132	0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	7.000.000	5.120.000	5.120.000	5.120.000	4.505.004
133	0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.359.247	13.359.247	13.359.247	13.547.906	11.212.044
134	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	12.680.000	16.716.000	16.716.000	14.507.529	8.939.250
135	0698 - GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	28.615.250	26.665.250	26.665.250	61.155.250	26.000.536
136	0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	92.075.653	126.899.303	126.899.303	150.141.070	135.194.038
137	0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	48.044.514.494	47.488.413.025	47.488.413.025	47.364.498.188	45.776.901.674
138	0752 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	184.000.000	155.000.000	155.000.000	175.000.000	174.066.601
139	0753 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	73.996.379	73.996.379	73.996.379	87.001.996	80.561.951

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
140	0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	35.522.338	20.893.510	20.893.510	34.464.338	20.281.910
141	0758 - PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA	412.600.000	142.600.000	142.600.000	457.860.000	225.224.116
142	0770 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	7.832.387.029	7.832.387.029	7.832.387.029	7.683.348.925	7.306.851.933
143	0771 - GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	19.360.459	19.360.459	19.360.459	18.934.338	9.742.913
144	0773 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	212.272.390	209.056.598	209.056.598	227.378.604	187.171.516
145	0775 - RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	394.875.217	394.875.217	394.875.217	424.419.609	411.333.770
146	0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.477.677.176	1.440.866.315	1.440.866.315	1.456.940.179	1.408.801.006
147	0777 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS	25.000.000	22.537.168	22.537.168	61.150.457	44.359.005
148	0778 - DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	100.976.756	100.976.756	100.976.756	121.152.235	112.567.900
149	0779 - DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO	74.221.973	74.221.973	74.221.973	85.157.073	77.004.305
150	0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	4.489.182	4.489.182	4.489.182	4.489.182	3.106.250
151	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	1.457.291.096	1.457.291.096	1.457.291.096	1.459.356.292	987.793.373
152	0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	61.134.379	45.677.976	45.677.976	58.532.030	49.508.516
153	0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS	1.208.043.176	1.030.202.408	1.030.202.408	1.127.633.887	1.086.862.588
154	0797 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	155.557.322	151.772.590	151.772.590	157.934.563	144.786.977
155	0798 - COMPRAS GOVERNAMENTAIS	42.900.000	27.025.198	27.025.198	39.850.000	39.847.238
156	0801 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA	28.736.408	25.051.081	25.051.081	29.229.682	28.092.780
157	0802 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	38.050.000	29.261.900	29.261.900	60.164.223	23.000.197
158	0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4.559.617.940	4.559.617.940	4.559.617.940	3.916.286.067	2.890.449.477
159	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	2.000.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	400.000
160	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	3.063.242	5.063.242	5.063.242	5.063.242	2.575.480
161	0813 - MONUMENTA	60.993.832	46.540.910	46.540.910	42.487.382	35.586.843
162	0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	14.056.467.904	14.056.467.904	14.056.467.904	14.294.819.960	14.248.928.869
163	0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	26.391.894.253	26.086.823.808	26.086.823.808	26.086.823.808	19.514.066.114
164	0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	156.130.148.574	154.080.047.310	154.080.047.310	156.581.204.748	133.666.815.589
165	0904 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0	21.500.000	21.500.000	5.527.680	0

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
166	0905 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	194.043.728.927	191.672.746.157	191.672.746.157	320.512.065.973	266.692.845.051
167	0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	17.819.959.444	17.819.959.444	17.819.959.444	22.958.622.189	16.095.047.404
168	0907 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	511.274.073.528	511.274.073.528	511.274.073.528	393.241.073.528	256.657.789.095
169	0908 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	11.321.474.486	11.321.474.486	11.321.474.486	11.208.200.610	4.952.406.889
170	0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	28.912.615.294	28.453.383.458	28.453.383.458	114.661.176.554	108.255.457.381
171	0910 / 0681 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	396.324.944	171.854.385	171.854.385	397.032.058	374.109.343
172	1001 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	25.344.553	25.184.474	25.184.474	27.644.878	24.657.894
173	1003 - GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO	31.693.534	19.989.534	19.989.534	27.861.264	16.961.409
174	1004 - GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	38.172.120	27.874.250	27.874.250	30.925.015	17.605.602
175	1006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	78.894.066	58.356.623	58.356.623	54.099.092	46.355.839
176	1008 - INCLUSÃO DIGITAL	134.475.000	286.799.624	286.799.624	230.199.128	144.051.143
177	1009 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	19.381.030	19.381.030	19.381.030	18.740.830	3.203.710
178	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	1.421.673	10.701.195	10.701.195	10.701.195	743.890
179	1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA	8.220.667	121.763.167	121.763.167	203.695.472	41.277.606
180	1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	26.462.353	415.400.627	415.400.627	306.682.866	179.947.408
181	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	45.072.326	370.018.706	370.018.706	646.565.600	450.608.871
182	1030 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	55.177.800	54.503.689	54.503.689	55.127.367	52.385.061
183	1032 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	417.000.000	325.422.280	325.422.280	425.077.780	420.612.799
184	1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.685.434.862	1.334.317.158	1.334.317.158	1.275.332.609	1.264.301.548
185	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	730.018.510	730.018.510	730.018.510	904.280.125	557.397.730
186	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	112.470.500	137.399.808	137.399.808	16.187.444	2.217.645
187	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	3.469.846.039	3.469.846.039	3.469.846.039	6.322.656.625	5.708.608.973
188	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	125.039.979	125.039.979	125.039.979	103.026.310	79.205.579

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
189	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	12.331.000	23.620.991	23.620.991	21.913.791	18.906.887
190	1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	880.143.331	703.964.942	703.964.942	962.226.705	735.646.199
191	1054 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO	1.613.013.647	1.202.663.092	1.202.663.092	265.995.001	70.340.697
192	1057 - COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	32.513.552	31.023.983	31.023.983	31.023.983	21.819.308
193	1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	306.420.000	300.204.000	300.204.000	357.880.000	290.519.076
194	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	10.677.810.188	10.362.211.282	10.362.211.282	10.713.998.566	10.309.537.660
195	1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2.536.103.018	2.329.870.918	2.329.870.918	3.136.844.333	2.812.727.574
196	1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	3.687.145.675	3.683.614.873	3.683.614.873	185.990.955	86.710.287
197	1068 - GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5.860.000	5.960.000	5.960.000	5.960.000	5.939.603
198	1069 - GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	10.946.536	4.017.142	4.017.142	4.017.142	2.511.444
199	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	14.879.257.503	14.927.264.472	14.927.264.472	19.475.056.547	18.492.300.607
200	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	15.731.500	22.131.500	22.131.500	18.860.500	3.802.723
201	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	4.981.250	3.332.988	3.332.988	3.162.988	2.099.905
202	1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1.500.000	19.400.000	19.400.000	4.961.884	2.354.496
203	1083 - REFORMA DO JUDICIÁRIO	3.500.000	3.005.000	3.005.000	3.005.000	2.853.396
204	1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	3.840.360	5.690.360	5.690.360	5.904.396	5.411.983
205	1088 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	77.447.330	70.296.800	70.296.800	63.842.750	49.496.639
206	1102 - AGENDA 21	2.267.655	23.676.737	23.676.737	7.021.069	2.132.451
207	1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	72.692.624	102.692.624	102.692.624	80.569.098	60.961.245
208	1109 - MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	17.607.843	15.098.600	15.098.600	17.877.133	15.620.137
209	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.020.725.398	1.003.976.391	1.003.976.391	1.279.996.242	1.185.118.149
210	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	306.404.551	238.735.269	238.735.269	298.987.770	294.648.201
211	1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	573.177.157	523.868.379	523.868.379	533.868.379	514.702.376
212	1120 - PAZ NO CAMPO	15.414.196	15.414.196	15.414.196	15.414.196	7.887.217
213	1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	69.030.877	75.313.459	75.313.459	67.559.556	59.021.378
214	1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	316.000.000	333.192.878	333.192.878	316.875.331	234.705.878
215	1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO	3.771.959.671	2.684.074.594	2.684.074.594	3.206.853.594	3.060.702.290

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS					
216	1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	4.400.000	3.048.169	3.048.169	3.048.169	1.617.062
217	1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	68.570.000	85.569.560	85.569.560	119.767.567	65.902.262
218	1136 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	43.816.000	29.328.000	29.328.000	31.628.000	23.759.541
219	1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	2.394.000	45.994.000	45.994.000	2.894.000	1.406.024
220	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	218.837.119	418.857.188	418.857.188	717.240.910	573.813.284
221	1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	130.183.000	139.993.000	139.993.000	139.643.000	119.547.737
222	1142 - ENGENHO DAS ARTES	92.117.521	254.129.521	254.129.521	275.110.198	209.809.932
223	1143 - PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	380.000	352.700	352.700	352.700	239.961
224	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	12.348.000	30.984.706	30.984.706	16.822.114	7.446.515
225	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	444.965.142	397.140.681	397.140.681	399.811.983	386.028.420
226	1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	152.813.140	118.480.247	118.480.247	111.480.247	55.174.424
227	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	12.490.699	13.390.699	13.390.699	14.479.397	14.206.297
228	1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	114.188.643	110.509.351	110.509.351	114.330.745	110.752.560
229	1164 - PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	3.055.100	3.055.100	3.055.100	3.003.841	1.404.025
230	1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	416.450.000	2.890.338.301	2.890.338.301	2.806.248.599	2.349.946.477
231	1172 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM	135.062.538	141.062.538	141.062.538	136.249.833	56.547.003
232	1173 - CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	465.395.762	454.921.452	454.921.452	573.164.192	564.646.671
233	1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	51.338.208	47.220.568	47.220.568	65.429.454	63.147.484
234	1185 - REGULIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	139.965.717	139.965.717	139.965.717	176.683.894	174.295.818
235	1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	478.591.153	344.109.595	344.109.595	376.794.695	360.558.745
236	1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	9.090.881.347	9.363.304.235	9.363.304.235	9.374.210.611	9.160.462.299
237	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	26.308.751.185	27.088.825.665	27.088.825.665	29.568.720.153	28.896.562.728
238	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	13.765.265	12.222.688	12.222.688	13.765.265	13.173.801
239	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	14.125.370	938.338.103	938.338.103	970.317.336	635.970.865
240	1264 - RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	488.480.000	425.180.003	425.180.003	590.875.765	404.205.106
241	1266 - GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	2.916.659	2.916.659	2.916.659	2.906.629	2.489.375
242	1279 - ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	18.032.823	13.469.885	13.469.885	13.872.885	13.673.476
243	1287 - SANEAMENTO RURAL	316.600.000	264.154.956	264.154.956	362.926.498	335.199.999

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
244	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	299.758.464	299.658.464	299.658.464	312.844.464	291.568.977
245	1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	525.197.621	449.992.783	449.992.783	471.096.383	346.042.595
246	1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.133.387.498	5.062.771.715	5.062.771.715	5.594.512.668	5.552.822.848
247	1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	1.010.228.115	1.165.288.989	1.165.288.989	1.082.823.749	1.021.774.026
248	1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	564.072.940	468.895.805	468.895.805	482.201.842	443.542.173
249	1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	65.507.000	59.422.804	59.422.804	59.762.172	55.002.964
250	1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	79.150.475	66.904.766	66.904.766	81.788.659	67.115.875
251	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	313.871.518	465.713.791	465.713.791	458.848.871	381.461.650
252	1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	12.005.305.000	11.952.629.166	11.952.629.166	12.389.366.266	12.305.410.363
253	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	53.791.846	55.871.846	55.871.846	56.467.282	13.278.026
254	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	182.500.000	270.399.607	270.399.607	245.221.042	144.391.726
255	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	35.185.326	35.062.122	35.062.122	43.693.449	25.595.500
256	1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQUÍCOLA E PESQUEIRA	64.000.000	65.500.000	65.500.000	63.123.583	33.807.960
257	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	40.842.137	28.462.982	28.462.982	40.842.137	21.731.517
258	1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.716.912	70.716.912	70.716.912	70.270.521	23.093.254
259	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	158.998.859	167.670.274	167.670.274	175.093.140	120.022.725
260	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	7.800.000	8.700.000	8.700.000	8.670.000	8.522.014
261	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	123.457.331	130.415.377	130.415.377	142.135.765	115.097.225
262	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	1.415.293.613	1.042.922.707	1.042.922.707	1.437.726.441	1.286.285.469
263	1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	155.032.158	114.120.612	114.120.612	139.984.501	80.615.282
264	1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	99.901.530	105.951.946	105.951.946	113.123.946	79.397.609
265	1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	19.062.171.539	19.066.646.406	19.066.646.406	19.794.802.226	19.290.831.872
266	1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	143.470.149	165.505.915	165.505.915	227.268.261	172.510.473
267	1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL	42.307.000	64.157.000	64.157.000	79.337.000	59.943.848
268	1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	4.300.000	3.461.731	3.461.731	3.461.731	58.151
269	1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA	2.767.383.632	1.782.581.837	1.782.581.837	2.225.481.837	1.991.117.542

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)					
270	1389 - CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	125.130.544	122.024.710	122.024.710	120.524.710	112.056.976
271	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	25.499.000	25.499.000	25.499.000	25.649.000	7.127.063
272	1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.072.867.749	1.072.867.749	1.072.867.749	968.472.749	955.635.341
273	1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	12.600.000	22.750.000	22.750.000	22.766.000	21.027.131
274	1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.500.000	1.600.000	1.600.000	1.640.000	1.350.199
275	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	172.925.665	173.947.665	130.500.000	341.119.507	203.442.106
276	1413 - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	3.865.500	3.248.395	3.248.395	3.248.395	2.563.618
277	1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	28.243.190	38.104.798	38.104.798	38.104.798	37.993.131
278	1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	25.097.660	24.649.769	24.649.769	25.697.660	7.010.103
279	1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	514.665.443	528.870.443	528.870.443	506.411.642	389.290.211
280	1430 - DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	18.775.448	320.574.750	320.574.750	155.443.571	95.796.330
281	1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	7.024.000	19.074.000	19.074.000	19.074.000	11.043.574
282	1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	38.737.344	54.662.344	54.662.344	54.662.344	40.750.263
283	1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	522.960.936	412.029.116	412.029.116	380.901.656	357.009.661
284	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	5.100.000	4.294.400	4.294.400	5.100.000	3.140.698
285	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	21.154.216	20.614.746	20.614.746	21.624.216	16.106.908
286	1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	2.853.018.060	2.566.424.317	2.566.424.317	3.759.800.109	3.606.880.047
287	1446 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	45.486.295	35.763.915	35.763.915	37.045.455	35.499.347
288	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	1.863.051.095	1.854.312.295	1.854.312.295	2.365.210.337	1.674.233.641
289	1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	433.844.393	299.322.078	299.322.078	444.273.638	326.494.207
290	1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.406.000.000	1.154.435.149	1.154.435.149	1.294.435.149	1.237.820.419
291	1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	1.524.548.522	1.527.273.282	1.527.273.282	1.831.761.235	1.694.998.622
292	1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	2.401.743.750	2.567.581.724	2.567.581.724	2.490.120.289	2.294.312.597
293	1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	1.913.791.005	1.815.868.240	1.815.868.240	2.677.059.778	2.293.777.877
294	1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	854.218.495	993.789.256	993.789.256	2.232.976.948	1.684.862.970

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
295	1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	603.265.780	594.424.074	594.424.074	857.884.269	759.518.087
296	1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	1.009.357.161	1.183.234.002	1.183.234.002	2.077.949.618	1.728.892.792
297	1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	1.096.993.335	1.203.223.079	1.203.223.079	1.782.256.405	1.530.920.561
298	1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	51.265.601	49.033.840	49.033.840	61.023.401	42.627.116
299	1470 - GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	608.256.530	508.756.530	508.756.530	70.125.000	29.663.623
300	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	25.948.545	748.814.328	748.814.328	712.370.243	567.331.694
301	8002 - GOVERNO ELETRÔNICO	17.000.000	8.614.548	8.614.548	14.742.548	7.246.950
302	8006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	36.808.000	23.028.253	23.028.253	25.862.001	16.236.393
303	8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	70.296.618	284.520.970	284.520.970	215.408.142	180.316.930
304	8010 - EDUCAÇÃO FISCAL	200.000	200.000	200.000	200.000	103.630
305	8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	97.000.000	85.695.737	85.695.737	85.695.737	40.154.273
306	8026 - MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	6.295.267	6.445.267	6.445.267	6.445.267	5.975.940
307	8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	237.646.321	321.736.321	321.736.321	272.067.843	210.408.913
308	8032 - PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	177.898.977	165.627.037	165.627.037	162.589.645	147.258.499
309	8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJÓVEM	1.713.878.205	1.112.582.301	1.112.582.301	1.512.571.268	1.197.434.525
310	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	3.113.021.296	3.113.021.296	3.113.021.296	3.113.021.296	2.438.096.393
311	9989 - MOBILIDADE URBANA	20.198.000	636.253.885	636.253.885	263.148.380	50.435.399
312	9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	959.011.185	880.246.098	880.246.098	503.102.098	355.020.734

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE C: Orçamento Federal de 2010 com todos os programas (valores em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
1	0016 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	646.460.863	611.215.485	612.115.485	622.842.288	490.553.681
2	0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	4.699.952	10.939.952	15.939.952	14.739.952	3.025.756
3	0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	308.599.000	309.599.000	309.599.000	309.599.000	283.170.042
4	0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	88.210.756	96.410.756	101.410.756	101.410.756	77.463.477
5	0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	237.771.015.166	237.771.015.166	237.781.015.166	249.164.930.307	248.701.201.049
6	0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	267.029.731	290.779.731	290.779.731	320.307.731	275.651.537
7	0086 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	6.112.123	6.112.123	6.112.123	6.242.075	2.597.203
8	0087 - GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	114.515.758	114.515.758	114.515.758	208.568.859	142.263.500
9	0088 - INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DAUNIÃO	1.026.178.117	1.026.178.117	1.026.178.117	1.374.713.967	1.264.823.889
10	0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	69.516.414.674	69.516.414.674	69.678.593.807	70.962.095.735	70.813.617.513
11	0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	28.185.163.960	28.188.163.960	28.188.163.960	28.341.991.031	28.242.165.299
12	0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	163.321.000	219.033.073	229.033.073	236.316.373	151.203.632
13	0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	26.801.000	26.801.000	26.801.000	26.801.000	24.387.147
14	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	4.625.000	4.625.000	4.625.000	4.625.000	382.209
15	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	953.647.892	953.647.892	953.647.892	1.225.421.412	1.195.200.911
16	0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	199.152.000	202.342.000	202.342.000	202.842.000	171.299.229
17	0107 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	13.204.658	13.204.658	13.204.658	10.130.796	8.057.005
18	0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.200.000	175.712.121	175.712.121	154.924.649	68.676.518
19	0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.963.193.860	1.950.157.279	1.957.717.279	2.077.499.607	1.662.595.710
20	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	681.000.000	562.000.000	561.000.000	1.042.000.000	525.443.198
21	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.517.975.000	1.441.503.852	1.441.503.852	1.411.459.513	1.267.588.248
22	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	336.018.894	332.774.420	332.774.420	247.423.895	174.553.009
23	0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	40.226.227	41.518.785	41.518.785	42.318.785	33.677.160
24	0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	720.590.850	719.015.650	732.115.650	803.137.555	745.375.298

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
25	0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	86.660.724	85.260.724	85.260.724	107.754.404	89.436.588
26	0153 - SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	25.385.919	26.385.919	31.385.919	31.385.919	23.414.049
27	0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	10.039.896	27.812.896	32.812.896	32.812.896	14.469.683
28	0155 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	10.937.757	10.937.757	10.937.757	10.937.757	6.677.613
29	0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	26.050.000	40.270.000	40.270.000	41.250.000	35.293.644
30	0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	54.726.957	75.778.457	82.778.457	96.403.882	46.659.297
31	0168 - LIVRO ABERTO	93.672.344	113.783.886	209.132.838	214.299.612	56.890.751
32	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	194.369.201	217.292.486	343.159.213	346.544.532	247.069.695
33	0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	46.682.800	52.348.800	52.348.800	53.648.800	36.079.388
34	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	16.158.484	19.358.484	19.358.484	19.241.748	13.244.050
35	0173 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	59.219.481	59.219.481	94.219.481	91.867.295	52.005.023
36	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	648.236.453	703.678.354	703.678.354	1.336.395.354	772.491.057
37	0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	613.977.494	552.949.965	644.949.965	789.762.765	648.940.455
38	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	458.310.000	458.310.000	458.310.000	294.131.506	183.169.722
39	0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	7.300.326	7.300.326	7.300.326	7.300.326	25.750
40	0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	589.736.705	583.806.705	583.806.705	606.503.700	408.073.490
41	0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	205.747.677	199.047.677	199.047.677	208.369.295	167.238.060
42	0273 - LUZ PARA TODOS	1.333.218.158	1.375.825.164	1.375.825.164	1.410.838.126	633.787.825
43	0276 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	187.435.070	186.435.070	186.435.070	162.581.001	70.758.890
44	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	4.672.253.000	4.672.253.000	4.672.253.000	6.218.131.000	4.700.972.155
45	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	558.891.000	558.891.000	558.891.000	802.001.000	799.075.716
46	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	6.855.782.000	6.855.782.000	6.855.782.000	4.834.247.000	3.459.206.682
47	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	36.695.018.000	36.695.018.000	36.695.018.000	40.135.343.051	35.870.205.149
48	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	19.011.731.000	19.011.731.000	19.011.731.000	21.919.186.624	18.581.047.805
49	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	3.754.347.000	3.754.347.000	3.754.347.000	4.288.335.383	3.597.315.645
50	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.411.120.789	1.411.120.789	1.411.120.789	1.325.274.096	918.086.935

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
51	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	1.001.812.741	1.001.812.741	1.001.812.741	1.211.130.843	1.065.003.248
52	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	2.491.539.223	2.491.539.223	2.491.539.223	3.195.276.251	2.041.901.895
53	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	685.927.724	685.927.724	685.927.724	602.073.724	395.517.688
54	0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	76.200.000	2.281.452.001	2.281.452.001	2.457.025.035	1.084.956.016
55	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.845.867.291	2.845.867.291	2.845.867.291	2.845.867.291	1.808.588.197
56	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.238.049.796	2.219.625.974	2.235.867.184	2.455.867.184	1.654.494.221
57	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	6.208.057.175	7.810.057.175	7.810.057.175	7.899.637.985	5.825.921.924
58	0355 - PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	25.300.000	25.300.000	25.300.000	25.300.000	14.256.950
59	0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	81.100.000	77.492.789	77.492.789	77.492.789	74.384.659
60	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	142.400.000	131.644.468	241.644.468	241.644.468	199.365.802
61	0360 - GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	89.202.205	89.202.205	89.202.205	89.202.205	68.642.102
62	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	30.928.581	31.028.581	31.028.581	31.365.721	26.266.468
63	0365 - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	307.872.795	307.872.795	307.872.795	397.872.795	357.220.495
64	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	25.880.000	25.880.000	25.880.000	2.122.000	2.078.591
65	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	665.556.633	623.218.003	733.218.003	774.253.744	590.325.916
66	0390 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	464.846.092	465.846.092	465.846.092	589.926.200	579.749.997
67	0391 - MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	135.380.659	195.030.659	201.030.659	243.406.929	169.949.882
68	0392 - PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	58.183.246	58.183.246	58.183.246	56.628.246	48.441.724
69	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	212.056.574	212.056.574	212.056.574	217.520.202	199.579.342
70	0411 - GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	21.048.001	21.048.001	21.048.001	20.453.001	8.948.373
71	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	1.535.839.619	1.537.839.619	1.537.839.619	1.538.354.912	1.477.906.831
72	0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER	14.505.493	14.505.493	14.505.493	15.605.493	14.563.335
73	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	21.477.652	57.789.601	57.789.601	50.931.990	25.621.160
74	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	805.742.264	807.242.264	807.242.264	866.121.892	864.721.580
75	0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	746.068.498	771.185.877	771.185.877	778.975.877	761.431.245
76	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	353.347.251	351.947.251	351.947.251	345.868.218	326.450.937
77	0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E	38.814.000	320.913.583	330.913.583	312.216.582	198.086.093

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
78	0472 - PROANTAR	6.890.580	18.392.700	18.392.700	18.392.700	17.480.531
79	0473 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	34.527.400	54.127.400	54.127.400	53.927.400	46.756.385
80	0474 - RECURSOS DO MAR	4.540.859	4.540.859	4.540.859	4.540.859	4.517.292
81	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	59.185.996	64.185.996	64.185.996	59.181.996	30.116.970
82	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.141.322.000	2.141.322.000	2.141.322.000	2.058.840.000	1.786.852.222
83	0496 - INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	112.800.000	99.920.000	99.920.000	102.564.185	85.332.051
84	0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	4.772.421	4.772.421	4.772.421	4.772.421	1.189.544
85	0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	91.180.000	90.700.000	90.700.000	99.483.000	95.706.126
86	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	52.930.082	56.715.082	56.715.082	58.251.082	38.899.522
87	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	37.477.659	38.277.659	38.277.659	39.635.480	25.213.337
88	0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	95.823.903	97.812.403	97.812.403	100.936.853	58.528.466
89	0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	7.150.490	11.250.490	11.250.490	11.190.490	1.868.189
90	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	720.034.198	1.014.522.423	1.025.522.423	1.049.866.021	662.242.165
91	0550 - CONTROLE EXTERNO	953.002.973	953.155.304	957.155.304	930.351.304	923.601.529
92	0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.036.277.709	2.031.943.155	2.237.833.155	2.187.833.155	2.073.751.200
93	0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.663.560.594	2.682.760.886	2.921.954.886	2.851.153.386	2.663.564.770
94	0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	390.255.458	419.255.458	419.305.883	408.305.883	366.729.994
95	0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	189.118.261	189.118.261	189.316.868	185.817.342	178.410.968
96	0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.292.111.756	1.307.920.486	1.311.141.182	1.316.605.192	1.313.962.518
97	0568 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	694.662.568	709.662.568	709.799.486	699.611.687	688.150.766
98	0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.977.069.574	6.061.028.613	6.089.181.296	6.141.257.552	6.037.713.232
99	0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	4.320.510.072	4.327.386.004	4.361.265.625	4.376.198.771	4.229.824.456
100	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	8.958.267.692	9.004.866.616	9.016.766.535	9.534.187.151	9.446.285.368
101	0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	2.054.588.453	2.052.523.206	2.052.523.206	2.217.322.060	2.175.860.559
102	0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	3.054.312.826	3.138.269.960	3.142.613.861	3.160.088.326	3.095.320.628
103	0620 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	843.764.112	843.764.112	946.927.312	1.337.251.682	1.105.898.334

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
104	0621 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA	912.032.461	939.750.341	939.750.341	904.628.560	878.880.805
105	0622 - PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	786.537.263	809.389.383	809.389.383	814.983.264	817.370.408
106	0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	1.041.115.819	1.041.115.819	1.041.115.819	1.053.296.458	1.015.549.635
107	0625 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	21.040.510	31.692.630	31.692.630	28.709.754	14.611.046
108	0626 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	2.766.290.560	2.794.060.106	2.794.060.106	4.305.925.953	3.555.651.473
109	0627 - TECNOLOGIA DE USO AEROSPAÇIAL	226.480.000	196.480.000	196.480.000	127.423.212	120.275.217
110	0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	361.180.000	434.511.086	454.511.086	530.725.279	474.545.343
111	0629 - TECNOLOGIA DE USO NAVAL	104.347.001	122.100.769	122.100.769	182.100.769	122.974.065
112	0630 - DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	329.645.513	329.745.513	329.745.513	394.146.925	332.213.291
113	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	1.869.440.377	1.893.197.739	1.930.908.294	1.406.001.838	847.230.135
114	0632 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	1.318.506.001	1.350.606.001	1.350.606.001	1.665.489.611	1.448.309.492
115	0633 - ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	37.647.534	37.647.534	37.647.534	35.326.911	35.387.427
116	0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	1.303.783.204	1.325.768.204	1.346.360.804	1.482.360.211	1.476.495.929
117	0638 - ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	37.400.000	37.400.000	37.400.000	38.249.626	38.247.289
118	0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	142.588.433	142.688.433	142.688.433	142.688.433	142.881.234
119	0640 - ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	24.210.000	24.560.000	24.560.000	24.560.000	23.045.687
120	0641 - INTELIGÊNCIA FEDERAL	305.657.886	305.657.886	316.657.886	341.349.197	321.835.771
121	0642 - TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	134.650.000	134.650.000	134.650.000	134.800.000	117.599.010
122	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	373.352.792	373.352.792	358.743.871	194.047.424
123	0647 - PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	51.700.000	51.700.000	51.700.000	51.700.000	27.392.970
124	0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	497.143.127	497.643.127	499.643.127	492.846.427	327.289.750
125	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	181.000.000	187.159.694	187.159.694	185.427.980	90.439.164
126	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	160.895.000	160.895.000	268.895.000	384.382.074	271.015.308
127	0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	299.194.339	326.344.554	326.344.554	701.823.554	581.417.088
128	0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	11.500.000	24.130.000	24.130.000	124.130.000	90.017.118
129	0670 - PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	30.239.054	34.739.054	34.739.054	34.739.054	32.054.964
130	0682 - DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	40.000.000	40.000.000	40.000.000	40.000.000	29.012.966

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
131	0683 - GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	139.167.628	140.267.628	140.267.628	140.267.628	72.110.007
132	0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	5.120.000	5.120.000	5.120.000	5.120.000	4.864.321
133	0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.744.181	13.744.181	13.744.181	13.793.618	11.533.489
134	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	13.462.000	17.962.000	17.962.000	17.962.000	12.995.893
135	0698 - GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	36.180.000	36.880.000	36.880.000	68.108.000	60.336.280
136	0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	123.797.220	162.201.460	162.201.460	186.869.970	176.734.865
137	0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	52.303.229.918	52.204.005.974	52.388.555.169	52.957.016.291	51.975.408.794
138	0752 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	184.000.000	184.200.000	184.200.000	184.200.000	180.188.183
139	0753 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	72.576.098	72.576.098	72.576.098	77.078.026	70.724.202
140	0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	44.136.103	41.878.278	41.878.278	42.121.730	26.667.539
141	0758 - PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA	349.860.580	349.860.580	349.860.580	349.860.580	244.278.868
142	0770 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	7.333.050.683	7.335.050.683	7.335.050.683	7.784.544.584	7.755.670.577
143	0771 - GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	19.754.873	19.754.873	19.754.873	19.754.873	15.053.413
144	0773 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	234.987.163	249.987.163	249.987.163	227.022.163	195.037.477
145	0775 - RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	433.403.575	433.403.575	433.403.575	498.818.542	470.767.824
146	0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.447.549.163	1.447.549.163	1.447.549.163	1.567.804.641	1.526.897.651
147	0777 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS	38.423.235	38.423.235	38.423.235	38.423.235	28.437.613
148	0778 - DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	124.302.598	124.302.598	124.302.598	142.198.437	127.782.965
149	0779 - DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO	86.219.499	86.219.499	86.219.499	102.012.514	93.384.207
150	0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	4.489.182	4.489.182	4.489.182	4.489.182	3.147.240
151	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	1.655.907.511	1.655.907.511	1.655.907.511	1.753.180.904	1.254.589.581
152	0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	56.490.371	56.490.371	56.490.371	56.490.371	49.081.203
153	0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS	2.318.001.744	2.267.721.744	2.318.001.744	2.400.463.928	2.246.587.735
154	0797 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	164.383.425	161.473.425	164.483.425	189.074.331	177.270.179
155	0798 - COMPRAS GOVERNAMENTAIS	57.227.508	57.227.508	57.227.508	57.227.508	52.534.995
156	0801 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA	32.043.857	32.043.857	32.043.857	39.076.380	34.738.212
157	0802 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA	36.963.000	36.963.000	36.963.000	37.243.000	22.097.739

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	UNIÃO					
158	0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4.423.024.748	4.423.024.748	4.423.024.748	3.901.772.988	2.985.606.103
159	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	199.517
160	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	4.129.055	4.129.055	4.129.055	4.129.055	3.033.328
161	0813 - MONUMENTA	150.000.000	150.000.000	150.000.000	143.290.000	72.384.370
162	0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	15.316.936.900	15.316.936.900	15.716.936.900	14.981.899.414	14.346.190.182
163	0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	22.668.105.025	22.668.105.025	22.668.105.025	22.738.105.025	21.248.698.056
164	0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	149.486.989.645	149.487.589.645	153.387.589.645	154.938.653.102	145.981.367.398
165	0904 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERENCIAS	0	161.377.040	161.377.040	45.532.634	0
166	0905 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	165.073.772.740	165.073.772.740	165.073.772.740	213.114.581.740	197.096.198.721
167	0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	18.078.236.635	18.078.236.635	18.078.236.635	18.070.423.635	13.069.212.874
168	0907 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	574.725.503.678	574.725.503.678	574.725.503.678	574.725.503.678	361.818.269.108
169	0908 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	9.369.692.140	9.369.692.140	9.369.692.140	9.369.692.140	9.145.415.058
170	0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	112.059.894.284	112.030.600.236	112.030.600.236	117.964.857.765	69.234.744.855
171	0910 / 0681 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	584.525.400	584.525.400	584.525.400	585.334.418	455.687.708
172	1001 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	31.547.465	36.877.465	36.877.465	36.877.465	26.624.788
173	1003 - GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO	33.900.000	33.900.000	33.900.000	35.900.000	30.288.845
174	1004 - GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	33.816.234	33.816.234	47.648.498	51.598.498	20.044.350
175	1006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	77.088.487	62.088.487	75.588.487	74.238.487	55.642.599
176	1008 - INCLUSÃO DIGITAL	135.101.734	456.800.525	456.800.525	439.250.188	302.025.998
177	1009 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	15.794.630	15.794.630	15.794.630	17.194.093	13.970.066
178	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	985.408	1.135.408	1.135.408	1.135.408	905.028
179	1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DAS UFRA	8.979.420	159.607.898	159.607.898	248.561.001	30.922.894

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
180	1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	29.122.275	532.147.966	532.147.966	488.156.968	247.054.683
181	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	41.160.240	168.008.718	168.008.718	425.000.603	280.357.009
182	1030 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	56.440.526	56.440.526	56.440.526	65.300.208	63.365.118
183	1032 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	507.384.271	504.759.607	512.511.395	535.475.814	488.539.128
184	1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.596.407.124	1.359.814.794	1.359.814.794	1.267.461.034	1.013.547.486
185	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	1.105.287.558	1.105.287.558	1.105.287.558	671.748.006	355.623.165
186	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	65.750.000	65.750.000	65.750.000	38.837.260	10.126.040
187	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	3.150.513.000	3.150.513.000	3.150.513.000	4.343.827.200	4.072.561.116
188	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	195.669.000	195.669.000	195.669.000	157.434.540	109.625.105
189	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER	12.331.000	17.001.300	17.001.300	17.001.300	11.342.970
190	1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	940.143.330	956.753.330	958.253.330	1.029.580.792	947.574.303
191	1054 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO	3.571.369.586	3.571.369.586	4.521.369.586	101.435.895	79.037.169
192	1057 - COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	32.513.552	32.513.552	32.513.552	32.513.552	19.125.526
193	1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	621.627.771	621.527.771	621.527.771	820.777.771	628.252.824
194	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	12.897.809.080	12.897.909.080	12.936.909.080	16.026.861.473	15.245.512.740
195	1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	3.519.363.694	3.641.221.983	3.641.221.983	4.325.057.579	4.018.189.209
196	1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	2.094.407.609	2.094.407.609	2.094.407.609	152.067.825	119.703.431
197	1068 - GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5.744.000	5.944.000	5.944.000	5.794.000	4.854.391
198	1069 - GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	656.402
199	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	18.866.576.280	19.588.125.837	19.588.125.837	24.068.398.167	21.926.850.838
200	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	9.999.664	24.699.664	24.699.664	24.699.664	22.499.115
201	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	1.778.458
202	1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1.425.000	5.425.000	5.425.000	5.425.000	1.812.213
203	1083 - REFORMA DO JUDICIÁRIO	3.500.000	8.390.000	8.390.000	8.390.000	5.424.397
204	1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM	3.840.696	4.690.696	9.690.696	9.690.696	3.867.862

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	DEFICIÊNCIA					
205	1088 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	54.550.000	54.550.000	54.550.000	55.919.000	38.266.011
206	1102 - AGENDA 21	1.120.687	1.370.687	1.370.687	1.370.687	757.967
207	1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	119.764.083	119.764.083	134.764.083	136.764.083	98.122.365
208	1109 - MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	16.883.020	16.883.020	16.883.020	17.339.992	15.801.366
209	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.237.497.154	1.234.497.154	1.234.497.154	1.351.652.513	1.319.298.608
210	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	279.149.567	276.937.561	276.937.561	349.221.839	339.804.587
211	1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	420.745.524	418.644.630	420.745.524	420.745.524	367.469.955
212	1120 - PAZ NO CAMPO	15.695.550	15.695.550	15.695.550	15.695.550	8.345.703
213	1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	57.814.623	117.063.040	117.063.040	109.660.652	91.696.332
214	1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	316.000.000	459.667.646	464.667.646	433.583.271	225.847.755
215	1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	2.635.299.112	2.288.493.654	2.292.493.654	2.400.338.228	2.123.688.248
216	1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	2.283.182
217	1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	81.730.000	103.954.000	108.954.000	108.954.000	59.983.584
218	1136 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	53.315.053	53.165.053	53.165.053	52.663.829	16.725.668
219	1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	1.400.000	19.608.463	19.608.463	13.725.318	278.713
220	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	861.708.055	1.002.657.363	1.002.657.363	1.011.600.182	624.584.828
221	1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	127.191.659	113.751.659	216.114.705	205.267.705	107.876.528
222	1142 - ENGENHO DAS ARTES	185.371.399	414.279.293	613.878.015	611.222.863	387.199.942
223	1143 - PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	450.000	450.000	450.000	450.000	294.611
224	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	11.200.500	12.550.500	12.550.500	12.750.500	2.937.181
225	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	372.353.590	438.797.806	438.797.806	430.127.299	430.113.965
226	1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	121.900.928	121.900.928	121.900.928	123.415.026	56.341.454
227	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	62.906.551	63.506.551	63.506.551	63.506.551	31.357.898
228	1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	172.491.030	173.591.030	178.591.030	179.446.012	155.891.352
229	1164 - PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	3.428.000	3.428.000	3.428.000	3.428.000	2.291.162
230	1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	653.189.190	3.925.302.191	4.021.302.191	4.003.312.087	2.183.350.961
231	1172 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM	139.000.000	140.500.000	140.500.000	140.500.000	67.978.811

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
232	1173 - CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	578.787.865	578.787.865	578.787.865	660.051.316	630.941.329
233	1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	60.418.655	60.418.655	60.418.655	66.777.266	64.160.559
234	1185 - REGULIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	183.819.043	183.819.043	183.819.043	201.804.407	195.215.682
235	1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	359.331.534	339.992.822	339.992.822	342.379.906	316.905.481
236	1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	10.007.989.746	10.352.656.227	10.352.656.227	10.341.628.158	10.085.079.446
237	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	27.452.340.291	28.995.749.092	31.286.949.092	32.496.256.907	31.074.811.996
238	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	17.765.265	18.265.265	18.265.265	18.265.265	17.631.190
239	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	29.308.670	1.041.556.121	1.053.556.121	1.009.216.841	539.366.293
240	1264 - RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	673.080.000	673.080.000	673.080.000	880.380.000	713.563.119
241	1266 - GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	4.742.774	4.742.774	4.742.774	4.742.774	3.950.192
242	1279 - ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	17.848.584	17.848.584	17.848.584	19.245.238	18.578.193
243	1287 - SANEAMENTO RURAL	239.066.806	207.621.787	207.621.787	204.351.081	202.515.140
244	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	303.741.184	303.761.184	303.761.184	309.612.500	282.195.141
245	1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	665.811.863	630.420.365	630.420.365	601.128.665	348.947.541
246	1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	4.941.625.957	5.020.923.181	5.021.224.781	5.646.401.797	5.562.594.642
247	1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	937.898.975	968.568.845	968.568.845	1.363.304.685	1.276.580.331
248	1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	493.354.999	423.676.727	423.676.727	475.241.873	413.029.902
249	1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	65.302.460	66.274.460	66.274.460	67.213.660	54.683.175
250	1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	96.922.274	96.802.274	96.802.274	252.657.732	121.489.788
251	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	302.355.680	403.912.230	465.322.335	559.308.824	385.480.208
252	1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	13.681.025.000	13.681.025.000	13.681.025.000	14.079.025.000	14.073.804.209
253	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	88.160.371	83.860.371	83.860.371	73.219.371	43.678.362
254	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	214.173.943	491.897.072	491.897.072	472.369.045	142.037.159

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
255	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	51.449.972	77.399.585	77.399.585	71.397.584	40.477.724
256	1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQUÍCOLA E PESQUEIRA	101.968.594	118.618.594	118.618.594	118.618.594	42.929.516
257	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	33.570.847	33.670.847	33.670.847	48.751.079	20.871.048
258	1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.354.912	71.154.912	71.154.912	28.154.912	15.414.319
259	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	189.700.000	199.753.863	199.753.863	199.783.863	117.670.414
260	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	7.638.720	11.788.720	11.788.720	11.788.720	7.708.247
261	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	137.705.741	151.195.741	151.195.741	157.266.929	128.908.982
262	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	1.772.489.358	1.775.179.358	1.775.179.358	1.794.172.450	1.536.540.812
263	1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	150.397.467	150.947.467	150.947.467	151.373.198	104.539.869
264	1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	283.500.000	284.500.000	284.500.000	487.961.000	208.404.230
265	1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	22.617.178.351	22.703.724.306	22.703.724.306	22.903.841.710	22.853.981.009
266	1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	179.829.150	269.229.715	269.229.715	316.988.180	255.137.712
267	1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	51.845.000	76.257.323	76.257.323	83.472.406	64.136.055
268	1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	4.300.000	4.300.000	4.300.000	4.300.000	1.835.446
269	1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)	2.729.867.192	2.930.857.991	2.930.857.991	2.990.061.424	2.793.294.050
270	1389 - CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	193.043.068	188.105.068	193.065.544	159.822.783	148.513.547
271	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	25.748.811	25.748.811	25.748.811	25.748.811	5.421.946
272	1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	855.256.927	855.556.927	855.556.927	921.066.927	873.533.794
273	1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	23.060.000	24.210.000	24.210.000	24.210.000	22.319.886
274	1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.500.000	1.500.000	11.500.000	11.500.000	1.447.546
275	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	199.771.877	240.443.944	168.158.000	104.819.000	68.376.838
276	1413 - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	23.725.000	23.725.000	23.725.000	24.125.000	21.847.332
277	1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	32.160.000	34.460.000	35.860.000	33.784.405	33.333.018
278	1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	23.627.620	23.627.620	23.627.620	23.627.620	8.298.804
279	1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	593.752.120	615.682.120	625.682.120	625.682.120	339.603.814
280	1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	23.015.425	218.147.388	218.147.388	196.837.456	74.061.754
281	1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A	6.024.000	34.064.000	44.064.000	44.064.000	23.326.084

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	IGUALDADE RACIAL					
282	1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	48.291.700	68.471.700	68.471.700	67.641.700	45.380.925
283	1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	431.375.116	427.610.621	427.610.621	427.791.211	386.088.175
284	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	6.100.000	6.100.000	6.100.000	6.100.000	5.209.792
285	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	19.045.000	21.445.000	21.445.000	21.445.000	8.296.077
286	1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	2.705.927.740	2.689.114.953	2.689.114.953	3.507.933.733	3.352.979.737
287	1446 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	39.753.440	39.351.120	39.351.120	40.131.120	31.709.338
288	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	2.720.953.705	2.906.392.401	2.922.192.401	3.011.858.433	2.593.121.603
289	1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	533.403.051	533.403.051	533.403.051	572.903.527	442.126.565
290	1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.400.000.000	1.428.045.037	1.528.045.037	1.835.045.037	1.425.745.794
291	1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	2.033.910.346	2.086.917.370	2.086.917.370	2.548.163.484	2.252.500.481
292	1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	1.817.745.224	1.835.591.263	1.827.639.393	2.928.080.247	2.641.630.703
293	1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	2.895.483.032	2.936.905.767	2.982.785.233	3.943.561.185	3.446.371.247
294	1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.327.322.007	1.758.354.172	1.781.844.172	2.487.397.028	1.863.883.931
295	1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	1.844.921.744	1.787.355.088	1.790.865.088	1.632.474.739	1.397.768.357
296	1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	1.741.957.779	2.069.959.248	2.072.959.248	2.356.976.629	1.974.819.624
297	1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	1.577.093.133	1.644.127.315	1.644.127.315	1.768.208.736	1.607.209.604
298	1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	315.483.335	281.081.614	285.483.335	120.483.335	62.785.776
299	1470 - GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	38.688.000	58.888.000	58.888.000	92.888.000	68.720.861
300	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	26.068.000	973.376.754	1.013.376.754	1.072.339.858	668.411.105
301	8002 - GOVERNO ELETRÔNICO	13.440.445	13.440.445	13.440.445	13.440.445	10.114.008
302	8006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	64.199.000	54.418.800	54.418.800	54.418.800	15.600.553
303	8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	109.153.103	150.995.562	150.995.562	151.497.914	115.540.368
304	8010 - EDUCAÇÃO FISCAL	535.500	535.500	535.500	535.500	302.048
305	8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	77.000.000	77.000.000	77.000.000	135.000.000	100.704.225
306	8026 - MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	6.798.043	6.798.043	6.798.043	11.431.204	7.123.006
307	8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	219.517.897	239.992.897	239.992.897	232.896.397	175.350.717
308	8032 - PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	177.898.977	177.898.977	177.898.977	718.954.115	708.919.617
309	8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem	1.567.355.421	1.578.485.421	1.588.485.421	1.719.075.064	1.377.331.252

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
310	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	4.902.899.984	4.902.899.984	4.902.899.984	4.902.899.984	2.920.735.482
311	9989 - MOBILIDADE URBANA	8.000.000	409.182.393	409.182.393	358.311.152	77.745.023
312	9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	134.583.855	212.086.702	212.086.702	209.194.702	91.557.575

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE D: Orçamento Federal de 2011 com todos os programas (valores em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
1	0016 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	798.304.011	731.442.992	731.442.992	722.249.778
2	0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	5.139.075	14.821.116	14.821.116	14.821.116
3	0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	310.500.000	283.500.000	283.500.000	255.888.900
4	0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	91.151.400	93.601.400	93.601.400	87.393.560
5	0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	270.030.239.780	269.933.451.294	269.933.451.294	269.959.796.046
6	0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	282.452.080	337.738.460	337.738.460	315.853.188
7	0086 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	14.709.439	14.709.439	14.709.439	14.709.439
8	0087 - GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	141.707.256	141.707.256	136.707.256	Não disponível
9	0088 - INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	1.312.561.326	1.312.561.326	1.312.561.326	1.312.561.326
10	0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	73.966.875.920	74.016.209.087	74.016.209.087	74.329.764.381
11	0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	29.140.496.018	29.143.496.018	29.143.496.018	29.143.496.018
12	0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	202.450.000	271.722.517	271.722.517	271.722.517
13	0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	30.300.000	30.300.000	30.300.000	30.300.000
14	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	2.397.000	2.397.000	2.397.000	2.397.000
15	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	1.282.557.630	1.282.557.630	1.282.557.630	1.282.557.630
16	0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	209.149.871	211.049.871	211.049.871	211.049.871
17	0107 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	12.355.107	12.355.107	12.355.107	12.355.107
18	0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.637.600	103.126.350	103.126.350	103.126.350
19	0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	2.400.918.816	2.234.550.882	2.234.550.882	2.234.550.882
20	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	614.300.000	594.300.000	594.300.000	594.300.000
21	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.406.528.800	1.405.228.800	1.405.228.800	1.405.228.800
22	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	268.869.181	247.381.405	247.381.405	247.381.405
23	0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	23.773.508	24.473.508	24.473.508	24.473.508
24	0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	776.570.515	770.360.515	770.360.515	734.303.515
25	0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	51.230.648	51.230.648	51.230.648	48.797.594

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
26	0153 - SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	18.052.085	19.192.085	19.192.085	19.192.085
27	0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	10.887.284	35.751.684	35.751.684	35.751.684
28	0155 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	29.185.045	29.185.045	29.185.045	29.185.045
29	0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	25.800.000	42.316.122	36.916.122	36.916.122
30	0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	81.743.564	102.313.564	90.363.564	90.192.564
31	0168 - LIVRO ABERTO	99.188.760	143.958.964	138.708.964	138.879.964
32	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	275.437.801	297.437.801	286.237.801	286.268.801
33	0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	65.245.567	88.655.770	88.655.770	88.655.770
34	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	20.061.856	24.531.856	24.531.856	24.834.356
35	0173 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	69.858.185	69.858.185	69.858.185	69.610.685
36	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	1.461.434.000	1.496.177.443	1.496.177.443	1.536.177.443
37	0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	924.815.513	1.254.956.000	1.254.956.000	1.249.269.389
38	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	379.000.000	379.000.000	458.310.000	Não disponível
39	0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	5.872.203	5.872.203	5.872.203	5.872.203
40	0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	528.097.507	514.097.507	514.097.507	466.462.507
41	0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	203.134.423	197.708.359	197.708.359	197.708.359
42	0273 - LUZ PARA TODOS	275.617.037	347.487.952	1.398.850.561	Não disponível
43	0276 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	164.877.347	164.877.347	171.701.784	Não disponível
44	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	4.953.591.000	4.953.591.000	4.672.253.000	Não disponível
45	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	825.616.000	825.616.000	558.891.000	Não disponível
46	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	3.382.694.000	3.382.694.000	6.855.782.000	Não disponível
47	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	40.499.504.000	40.499.504.000	36.695.018.000	Não disponível
48	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	28.841.435.000	28.841.435.000	19.011.731.000	Não disponível
49	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	6.271.058.000	6.271.058.000	19.011.731.000	Não disponível
50	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.814.245.553	1.814.245.553	1.411.120.789	Não disponível
51	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	800.202.166	800.202.166	1.001.812.741	Não disponível
52	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	3.990.173.067	3.990.173.067	2.491.539.223	Não disponível
53	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	593.802.292	593.802.292	750.927.724	Não disponível
54	0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	32.300.000	2.417.125.088	2.417.125.088	2.425.125.088

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
55	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.714.773.270	2.714.773.270	2.714.773.270	2.714.773.270
56	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.913.698.582	2.888.625.426	2.888.625.426	2.888.625.426
57	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	7.624.870.509	7.919.870.509	7.919.870.509	7.920.810.509
58	0355 - PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	20.300.000	21.300.000	21.300.000	21.300.000
59	0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	100.201.825	97.069.825	97.069.825	97.069.825
60	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	161.200.000	190.464.293	170.264.293	170.264.293
61	0360 - GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	100.199.415	69.322.711	69.322.711	69.322.711
62	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	31.969.800	30.998.562	30.998.562	30.998.562
63	0365 - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	274.190.000	479.301.318	479.301.318	479.301.318
64	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	33.585.175	33.210.175	33.080.175	Não disponível
65	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	456.746.450	574.898.124	574.898.124	582.443.446
66	0390 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	575.149.904	580.207.965	580.207.965	579.919.965
67	0391 - MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	161.066.358	226.066.358	226.066.358	287.586.358
68	0392 - PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	55.710.000	57.430.000	57.430.000	57.430.000
69	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	221.132.359	221.132.359	221.132.359	220.832.359
70	0411 - GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	19.834.880	19.834.880	19.834.880	19.834.880
71	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	2.427.933.000	2.421.363.102	2.421.363.102	2.421.363.102
72	0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER	12.002.747	12.602.747	12.602.747	12.602.747
73	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	20.978.832	38.608.934	38.608.934	38.608.934
74	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	876.816.000	881.916.000	881.916.000	881.916.000
75	0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	762.903.790	688.161.297	676.161.297	676.161.297
76	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	333.384.684	332.522.398	332.522.398	332.536.398
77	0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	47.976.615	261.708.028	77.950.797	74.452.879
78	0472 - PROANTAR	6.415.125	18.372.303	18.372.303	18.372.303
79	0473 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	33.227.045	33.227.045	33.227.045	33.227.045
80	0474 - RECURSOS DO MAR	3.833.859	3.833.859	3.833.859	3.833.859
81	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	59.018.736	59.018.736	57.845.996	Não disponível

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
82	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.821.344.000	1.821.344.000	2.141.322.000	Não disponível
83	0496 - INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	103.620.000	88.870.000	88.870.000	88.870.000
84	0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	4.431.594	4.431.594	4.431.594	4.431.594
85	0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	96.150.000	96.350.000	96.350.000	96.350.000
86	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	43.330.040	48.795.091	48.795.091	52.081.136
87	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	32.223.135	33.273.135	33.273.135	33.273.135
88	0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	67.357.404	67.857.404	67.857.404	67.977.404
89	0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	4.739.025	5.039.025	5.039.025	5.039.025
90	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	636.418.850	839.542.306	839.542.306	820.691.869
91	0550 - CONTROLE EXTERNO	946.241.733	951.299.794	951.299.794	951.299.794
92	0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.399.002.858	2.412.666.454	2.412.666.454	2.412.666.454
93	0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.181.632.354	3.276.506.303	3.276.506.303	3.278.506.303
94	0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	402.204.759	409.570.055	409.570.055	409.570.055
95	0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	201.506.034	201.506.034	201.506.034	206.200.911
96	0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.366.152.475	1.386.052.475	1.386.052.475	1.390.331.736
97	0568 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	735.348.762	755.464.884	755.464.884	760.885.611
98	0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	6.139.390.119	6.219.931.241	6.219.931.241	6.301.075.240
99	0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	3.535.914.306	3.563.394.306	3.563.394.306	3.571.722.686
100	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	9.307.063.998	9.386.991.616	9.386.991.616	9.841.582.898
101	0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	2.161.960.413	2.161.043.550	2.161.043.550	2.164.193.550
102	0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	3.271.329.665	3.432.979.443	3.432.979.443	3.489.296.631
103	0620 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	872.685.263	997.019.101	997.019.101	1.132.789.497
104	0621 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA	1.013.679.775	1.014.829.775	1.014.829.775	1.014.829.775
105	0622 - PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	1.033.938.900	1.192.388.900	1.192.388.900	1.192.388.900
106	0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	1.223.851.016	1.123.851.016	1.039.261.607	Não disponível
107	0625 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	17.873.500	23.580.679	23.580.679	23.580.679
108	0626 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	2.348.174.719	2.358.282.898	2.358.282.898	2.358.282.898
109	0627 - TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	338.745.153	242.452.331	242.452.331	242.452.331
110	0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	427.009.430	493.226.338	493.226.338	493.226.338
111	0629 - TECNOLOGIA DE USO NAVAL	257.527.520	265.484.699	265.484.699	265.484.699

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
112	0630 - DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	375.085.554	375.085.554	375.085.554	375.085.554
113	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	2.478.829.885	2.488.835.922	1.899.372.534	Não disponível
114	0632 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	913.890.103	919.597.282	919.597.282	919.597.282
115	0633 - ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	54.051.423	54.361.423	54.361.423	54.361.423
116	0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	1.706.781.679	1.724.663.691	1.724.663.691	1.739.327.611
117	0638 - ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	47.400.000	48.200.000	48.200.000	48.200.000
118	0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	123.839.280	125.389.280	125.389.280	125.389.280
119	0640 - ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	24.560.000	26.260.000	26.260.000	26.260.000
120	0641 - INTELIGÊNCIA FEDERAL	313.505.880	302.705.880	302.705.880	307.655.880
121	0642 - TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	121.080.000	123.170.000	123.170.000	123.170.000
122	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	484.951.546	484.951.546	484.951.546
123	0647 - PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	41.461.612	41.461.612	41.461.612	41.461.612
124	0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	214.000.000	196.733.353	196.733.353	196.733.353
125	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	124.900.000	125.150.000	125.150.000	125.150.000
126	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	225.500.000	225.500.000	225.500.000	289.130.276
127	0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	509.772.000	487.304.541	487.304.541	567.304.541
128	0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	13.500.000	30.070.000	30.070.000	30.070.000
129	0670 - PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	34.050.000	39.450.000	39.450.000	39.450.000
130	0682 - DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
131	0683 - GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	109.500.000	119.716.122	119.716.122	119.716.122
132	0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	5.050.000	5.050.000	5.050.000	5.050.000
133	0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.033.088	13.033.088	13.033.088	13.033.088
134	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	14.300.000	21.458.060	21.458.060	21.458.060
135	0698 - GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	49.870.000	50.460.000	50.460.000	50.460.000
136	0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	174.741.234	202.755.592	202.755.592	257.195.592
137	0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	58.236.077.782	58.133.554.946	58.133.554.946	58.210.896.211
138	0752 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	205.000.000	205.300.000	205.300.000	205.300.000
139	0753 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	71.859.980	71.859.980	71.859.980	71.859.980
140	0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	37.366.502	37.366.502	37.366.502	37.366.502
141	0758 - PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA	360.000.000	360.000.000	349.860.580	Não disponível
142	0770 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	7.859.198.124	7.813.786.670	7.813.786.670	7.813.845.529

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
143	0771 - GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	17.737.844	17.737.844	17.737.844	17.737.844
144	0773 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	232.912.489	233.635.298	233.635.298	233.635.298
145	0775 - RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	454.237.244	454.237.244	454.237.244	458.851.657
146	0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.505.808.504	1.505.808.504	1.505.808.504	1.506.856.504
147	0777 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS	35.890.736	35.890.736	35.890.736	35.890.736
148	0778 - DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	134.635.035	134.635.035	134.635.035	134.810.035
149	0779 - DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO	94.333.581	92.933.581	92.933.581	99.464.581
150	0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	3.666.287	3.666.287	3.666.287	3.666.287
151	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	2.135.601.719	2.135.601.719	1.655.907.511	Não disponível
152	0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	81.373.265	76.373.265	76.373.265	76.373.265
153	0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS	1.041.825.877	1.040.350.277	1.040.350.277	1.036.810.277
154	0797 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	185.145.652	192.449.724	191.449.724	191.465.724
155	0798 - COMPRAS GOVERNAMENTAIS	70.972.000	65.972.000	65.972.000	65.972.000
156	0801 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA	43.308.119	43.308.119	43.308.119	45.664.647
157	0802 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	34.000.000	34.000.000	34.000.000	34.000.000
158	0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	3.672.445.412	3.672.445.412	4.423.024.748	
159	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
160	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	5.910.120	12.124.681	12.124.681	12.124.681
161	0813 - MONUMENTA	130.524.686	105.135.994	105.135.994	105.135.994
162	0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	16.382.699.420	16.382.699.420	16.382.699.420	15.503.212.316
163	0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	25.923.336.898	26.078.489.898	26.078.489.898	26.078.489.898
164	0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	171.556.307.782	175.907.852.694	175.907.852.694	175.907.852.694
165	0904 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0	30.050.000	30.050.000	30.050.000
166	0905 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	237.790.566.452	237.790.566.452	237.790.566.452	237.790.296.452
167	0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	16.685.052.600	16.685.052.600	16.685.052.600	22.367.169.151
168	0907 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	666.235.127.888	666.235.127.888	666.235.127.888	660.553.281.337
169	0908 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	8.258.771.173	8.258.771.173	8.258.771.173	8.258.771.173

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
170	0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	48.918.720.876	49.447.450.329	49.447.450.329	49.757.750.329
171	0910 / 0681 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	629.106.200	572.667.509	572.667.509	572.667.509
172	1001 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	23.616.607	33.266.607	33.266.607	33.266.607
173	1003 - GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO	53.501.662	49.901.662	49.901.662	49.901.662
174	1004 - GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	40.150.000	40.150.000	40.150.000	40.150.000
175	1006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	77.088.487	167.088.487	167.088.487	150.459.640
176	1008 - INCLUSÃO DIGITAL	510.810.679	896.098.145	250.521.815	249.481.809
177	1009 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	6.406.340	6.406.340	6.406.340	6.406.340
178	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	1.286.160	2.096.160	2.096.160	2.096.160
179	1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA	10.590.000	165.365.842	6.000.000	6.000.000
180	1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	21.665.742	673.211.672	673.211.672	675.457.596
181	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	31.245.208	137.459.479	137.459.479	307.459.479
182	1030 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	61.570.129	61.570.129	61.570.129	61.670.129
183	1032 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	532.832.144	529.116.957	529.116.957	529.426.957
184	1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.530.700.000	1.334.411.690	1.334.411.690	1.341.171.831
185	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	1.017.788.613	1.017.788.613	1.105.287.558	
186	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	87.496.000	87.496.000	66.150.000	
187	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	2.097.471.000	2.097.471.000	3.150.513.000	
188	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	116.907.000	116.907.000	195.544.000	
189	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	8.714.000	31.314.000	31.314.000	31.314.000
190	1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	963.143.330	975.233.330	963.143.330	871.984.341
191	1054 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO	2.199.617.990	2.201.845.864	2.201.845.864	2.036.489.931
192	1057 - COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	32.513.552	32.513.552	32.513.552	32.513.552
193	1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	747.886.840	752.336.840	752.336.840	935.094.566
194	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	16.890.061.499	16.896.233.540	16.896.233.540	17.324.853.648

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
195	1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	4.891.637.975	4.974.485.708	4.974.485.708	5.274.172.726
196	1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	2.985.877.197	2.986.877.197	2.986.877.197	2.537.071.436
197	1068 - GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	6.500.000	6.700.000	6.700.000	6.700.000
198	1069 - GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
199	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	22.213.615.810	22.851.802.095	22.851.802.095	23.335.881.342
200	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	10.245.077	12.031.077	12.031.077	12.031.077
201	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.600.000	3.600.000	3.600.000	3.240.000
202	1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1.500.000	16.824.183	16.824.183	16.824.183
203	1083 - REFORMA DO JUDICIÁRIO	4.000.000	10.950.000	10.950.000	10.950.000
204	1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	4.216.185	8.366.185	8.366.185	8.366.185
205	1088 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	72.120.000	72.120.000	72.120.000	72.120.000
206	1102 - AGENDA 21	1.495.955	1.495.955	1.495.955	1.495.955
207	1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	176.983.517	162.580.584	162.580.584	163.882.616
208	1109 - MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	17.295.481	17.295.481	17.295.481	17.297.481
209	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.483.970.332	1.483.970.332	1.483.970.332	1.484.850.332
210	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	330.901.702	330.901.702	330.901.702	378.901.702
211	1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	400.690.450	391.190.450	391.190.450	391.190.450
212	1120 - PAZ NO CAMPO	13.096.024	13.096.024	13.096.024	13.096.024
213	1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	55.214.080	82.419.367	52.219.367	52.219.367
214	1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	628.300.000	620.020.000	620.020.000	625.020.000
215	1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	2.369.000.001	2.089.805.249	2.089.805.249	2.089.805.249
216	1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	4.600.000	4.600.000	4.600.000	4.600.000
217	1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	72.771.264	145.480.237	107.085.967	102.935.841
218	1136 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	143.140.157	139.271.657	139.271.657	139.271.657
219	1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	1.350.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
220	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	433.871.534	634.063.396	634.063.396	648.631.141
221	1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	110.800.000	119.000.000	99.000.000	99.000.000

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
222	1142 - ENGENHO DAS ARTES	217.194.528	516.801.961	328.419.731	328.419.731
223	1143 - PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	500.000	500.000	500.000	500.000
224	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	3.418.100	4.168.100	4.168.100	4.168.100
225	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	357.330.190	391.429.632	343.318.093	343.315.632
226	1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	113.270.721	113.270.721	113.270.721	113.270.721
227	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	29.679.737	36.734.975	36.034.975	36.034.975
228	1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	221.722.932	222.122.932	222.122.932	222.142.932
229	1164 - PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	3.745.411	3.745.411	3.745.411	3.745.411
230	1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	614.028.552	3.412.093.898	3.412.093.898	3.412.093.898
231	1172 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM	161.000.000	164.000.000	164.000.000	164.000.000
232	1173 - CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	647.776.370	633.876.370	633.876.370	633.241.370
233	1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	75.422.592	75.422.592	75.422.592	75.422.592
234	1185 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	216.681.608	216.681.608	216.681.608	218.231.608
235	1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	417.308.964	378.648.782	376.131.732	
236	1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	11.822.383.429	12.221.645.170	12.221.645.170	12.219.485.170
237	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	33.838.672.638	36.286.402.800	36.286.402.800	36.695.609.463
238	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	26.800.000	27.360.000	27.360.000	27.360.000
239	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	284.214.359	1.364.187.290	1.364.187.290	1.364.187.290
240	1264 - RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	685.950.000	635.566.122	635.566.122	635.566.122
241	1266 - GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	4.126.936	3.888.675	3.888.675	3.888.675
242	1279 - ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	18.487.489	18.487.489	18.487.489	19.947.489
243	1287 - SANEAMENTO RURAL	296.000.000	256.875.000	256.875.000	256.875.000
244	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	330.513.327	330.297.327	330.297.327	330.297.327
245	1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	670.362.136	700.920.911	757.629.789	
246	1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.728.316.576	5.813.777.702	5.813.777.702	6.037.274.701
247	1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	1.143.087.590	1.102.798.290	1.102.798.290	1.128.338.290
248	1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	319.789.286	293.939.287	293.939.287	293.939.287

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
249	1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	87.414.997	86.798.997	86.798.997	86.798.997
250	1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	58.917.044	89.384.649	89.384.649	207.604.649
251	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	522.950.061	677.981.503	677.981.503	677.981.503
252	1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	13.992.165.000	13.992.165.000	13.992.165.000	15.272.962.500
253	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	74.357.635	55.723.757	55.723.757	55.723.757
254	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	164.200.000	327.240.000	327.240.000	327.240.000
255	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	45.698.310	44.573.309	44.573.309	44.573.309
256	1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQUÍCOLA E PESQUEIRA	84.050.000	58.951.997	58.951.997	58.951.997
257	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	261.588.896	61.588.896	61.588.896	76.788.896
258	1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	30.700.000	31.000.000	31.000.000	31.000.000
259	1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	237.900.000	245.835.000	254.157.179	254.157.179
260	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	14.060.000	16.060.000	15.460.000	15.460.000
261	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	194.672.820	211.492.820	211.492.820	211.899.067
262	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	2.274.752.530	2.280.092.530	2.280.092.530	2.282.852.934
263	1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	144.848.679	144.848.679	144.848.679	168.789.101
264	1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	304.270.000	304.670.000	304.670.000	434.492.653
265	1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	25.489.736.213	25.529.808.160	25.465.022.595	25.400.911.025
266	1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	214.219.150	266.059.150	204.219.150	187.300.705
267	1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	79.370.000	93.401.321	93.401.321	93.401.321
268	1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	2.600.000	2.700.000	2.700.000	2.700.000
269	1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)	3.058.380.725	2.639.061.390	2.572.811.390	2.575.941.721
270	1389 - CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	198.919.644	195.312.144	195.312.144	175.323.801
271	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	27.900.000	27.900.000	27.900.000	27.900.000
272	1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.149.218.682	1.149.218.682	1.149.218.682	1.163.318.682
273	1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	24.054.000	20.404.000	20.404.000	20.404.000
274	1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	6.201.192	6.401.192	6.401.192	6.401.192
275	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	144.941.500	151.303.105	168.158.000	

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
276	1413 - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	5.100.000	5.100.000	5.100.000	5.100.000
277	1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	36.336.800	36.636.800	36.336.800	36.336.800
278	1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	33.714.231	29.427.145	29.427.145	29.427.145
279	1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	507.677.619	418.597.619	418.597.619	418.597.619
280	1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	44.208.556	231.442.272	231.442.272	233.392.272
281	1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	11.024.000	59.975.121	59.975.121	59.975.121
282	1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	40.344.899	81.621.020	81.621.020	81.621.020
283	1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	477.332.164	467.857.310	467.857.310	467.857.310
284	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	6.100.000	6.100.000	6.100.000	6.100.000
285	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	20.158.287	59.462.558	59.462.558	58.796.985
286	1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	3.615.486.700	3.563.603.020	3.563.603.020	3.599.981.020
287	1446 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	40.373.283	40.265.283	40.265.283	40.265.283
288	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	3.538.051.129	3.430.322.483	3.430.322.483	3.606.256.816
289	1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	547.942.999	547.942.999	547.942.999	547.922.999
290	1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	2.100.000.000	2.064.645.712	2.064.645.712	2.153.865.712
291	1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	2.389.539.338	2.491.825.930	2.338.374.101	
292	1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	2.157.791.282	2.374.090.809	2.301.218.320	
293	1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	3.246.236.571	3.248.354.567	3.090.101.575	
294	1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.959.608.793	1.953.084.148	1.906.909.293	
295	1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	2.790.535.635	2.406.134.014	2.387.678.135	
296	1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	2.259.722.968	2.706.047.341	2.567.952.427	
297	1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	2.188.313.316	2.032.550.819	2.032.550.819	1.991.700.819
298	1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	335.588.178	304.805.780	304.805.780	298.805.780
299	1470 - GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	109.550.000	107.000.000	107.000.000	107.000.000
300	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	32.147.266	928.112.469	927.012.469	927.678.042
301	8002 - GOVERNO ELETRÔNICO	12.479.338	12.479.338	12.479.338	12.479.338
302	8006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	53.983.000	97.581.944	97.581.944	97.581.944
303	8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	180.701.553	357.271.738	357.271.738	356.151.738
304	8010 - EDUCAÇÃO FISCAL	535.500	535.500	535.500	535.500
305	8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	250.000.000	250.000.000	250.000.000	250.000.000

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
306	8026 - MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	7.739.823	7.739.823	7.739.823	7.739.823
307	8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	227.159.008	259.431.049	259.431.049	259.431.049
308	8032 - PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	277.898.977	277.898.977	277.898.977	277.898.977
309	8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem	1.251.707.400	1.251.921.170	1.251.921.170	1.246.900.684
310	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	3.497.207.240	3.497.207.240	3.497.207.240	3.497.207.240
311	9989 - MOBILIDADE URBANA	56.000.000	650.136.341	650.136.341	650.136.341
312	9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	190.000.000	290.173.333	290.173.333	290.173.333

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE E: Orçamento Federal 2008 dos programas finalísticos (em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
1	0052 - EDUCACAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS	4.921.113	15.582.113	15.582.113	14.932.113	7.240.226
2	0068 - ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	368.088.529	335.786.445	335.786.445	280.669.895	242.849.046
3	0073 - COMBATE AO ABUSO E A EXPLORACAO SEXUAL DE CRIANCAS E ADOLESCENTES	68.371.820	75.776.366	75.776.366	88.359.282	73.662.363
4	0083 - PREVIDENCIA SOCIAL BASICA	194.723.179.152	195.322.331.127	195.322.331.127	197.824.723.081	197.149.979.423
5	0085 - QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS	276.665.860	263.200.504	263.200.504	322.282.212	245.437.175
6	0086 - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	8.043.660	7.723.481	7.723.481	7.723.481	1.647.601
7	0099 - INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	18.868.594.046	19.005.134.845	19.005.134.845	20.970.290.429	20.532.242.927
8	0101 - QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL	298.314.608	403.364.805	403.364.805	446.217.251	141.261.156
9	0102 - REDE DE PROTECAO AO TRABALHO	34.533.000	28.075.400	28.075.400	28.275.400	20.250.172
10	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	6.531.472	5.325.178	5.325.178	4.842.661	784.518
11	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS	677.324.424	675.867.700	675.867.700	630.935.737	559.321.052
12	0107 - ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO	12.892.835	11.543.750	11.543.750	14.310.903	11.375.082
13	0120 - DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	3.540.000	164.116.497	164.116.497	165.116.497	95.255.828
14	0122 - SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	1.716.182.109	1.617.341.218	1.617.341.218	2.056.378.562	1.849.017.845
15	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	965.231.000	956.449.600	956.449.600	1.502.506.338	787.812.942
16	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.997.421.726	1.913.625.570	1.913.525.570	1.979.494.498	1.793.488.924
17	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	78.402.600	80.211.359	80.211.359	125.766.960	95.404.014
18	0150 - IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	616.963.338	530.460.365	530.460.365	671.694.122	603.828.342
19	0152 - ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	82.730.000	85.254.209	85.254.209	79.984.580	57.024.106
20	0153 - PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	18.317.659	17.517.660	17.517.660	18.127.660	14.889.120
21	0154 - DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	11.757.000	20.087.000	20.087.000	20.267.000	14.528.877
22	0156 - COMBATE A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	28.500.000	28.833.500	28.833.500	28.833.500	25.378.902
23	0167 - BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	77.955.927	88.633.940	88.633.940	91.691.940	61.991.998
24	0168 - LIVRO ABERTO	122.336.059	112.601.641	112.601.641	109.061.241	92.404.642

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
25	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	138.710.503	141.471.573	141.471.573	187.120.561	143.125.727
26	0171 - MUSEU MEMORIA E CIDADANIA	48.946.346	45.827.106	45.827.106	45.827.106	42.829.624
27	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	14.432.986	33.058.805	33.058.805	33.795.376	9.963.295
28	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	60.777.373	55.731.899	55.731.899	436.897.795	124.889.792
29	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	474.000.000	474.000.000	474.000.000	222.500.000	124.064.682
30	0257 - UNIVERSALIZACAO DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	10.269.276	8.469.276	8.469.276	8.233.406	994.356
31	0271 - ABASTECIMENTO DE PETROLEO, SEUS DERIVADOS, GAS NATURALE ALCOOL COMBUSTIVEL	276.334.180	235.490.258	235.490.258	372.970.808	237.658.303
32	0272 - QUALIDADE DO SERVICO DE ENERGIA ELETRICA	181.939.399	160.339.160	160.339.160	160.449.160	143.493.449
33	0273 - LUZ PARA TODOS/ ENERGIA CIDADÃ	591.484.357	604.252.293	604.252.293	488.030.382	220.392.461
34	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	6.620.842.894	6.620.842.894	6.620.842.894	6.141.455.922	5.797.612.135
35	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCMBUSTÍVEIS	649.524.162	649.524.162	649.524.162	564.012.745	498.731.549
36	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	230.474.977	230.474.977	230.474.977	183.202.993	158.700.684
37	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	24.266.625.267	24.266.625.267	24.266.625.267	26.092.083.998	24.290.491.416
38	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	9.073.275.639	9.073.275.639	9.073.275.639	9.838.102.120	8.221.006.795
39	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS	2.732.210.011	2.732.210.011	2.732.210.011	2.611.517.084	1.792.693.747
40	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.027.811.772	1.042.811.772	1.027.811.772	1.102.038.342	741.023.512
41	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	1.129.488.300	1.129.488.300	1.129.488.300	1.417.358.970	849.207.333
42	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	2.343.956.801	2.343.956.801	2.343.956.801	2.696.543.976	1.771.176.073
43	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	366.500.000	351.500.000	366.500.000	306.500.000	219.529.067
44	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.560.345.622	2.553.002.713	2.553.002.713	2.553.002.713	2.239.267.778
45	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.573.875.011	2.576.850.809	2.576.850.809	2.561.487.375	1.345.183.467
46	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	6.680.897.654	5.566.991.592	5.566.991.592	5.608.792.528	2.268.040.893
47	0355 - PROMOCAO DAS EXPORTACOES	17.450.000	14.050.000	14.050.000	11.650.000	11.095.531
48	0356 - SEGURANCA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	73.884.280	61.358.076	61.358.076	71.084.605	65.496.856
49	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	146.990.746	253.009.806	253.009.806	254.508.200	134.027.765
50	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DAS REGIOES PRODUTORAS DE CACAU	28.247.224	26.861.898	26.861.898	28.547.224	17.596.002
51	0365 - MINIMIZACAO DE RISCOS NO AGRONEGOCIO	249.248.315	200.040.514	200.040.514	220.105.887	191.999.542
52	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVICOS AGROPECUARIOS	19.470.120	18.229.747	18.229.747	18.403.631	15.249.942
53	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	482.587.713	726.492.619	726.492.619	875.827.965	608.642.545

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
54	0390 - METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	429.405.446	365.163.854	365.163.854	412.804.354	392.423.927
55	0391 - MINERACAO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	113.490.187	112.432.189	112.432.189	119.632.189	111.803.832
56	0392 - POLO INDUSTRIAL DE MANAUS	68.096.837	58.696.837	58.696.837	69.572.677	56.841.813
57	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	171.121.499	159.544.696	159.544.696	171.074.696	163.005.825
58	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR	2.361.226.101	1.549.485.799	1.549.485.799	2.344.976.199	995.429.360
59	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS	39.912.611	49.772.611	49.772.611	63.216.011	34.062.755
60	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	624.006.866	579.986.181	579.986.181	580.986.181	588.109.467
61	0461 - PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	763.809.611	627.363.095	627.363.095	682.191.746	644.525.058
62	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	229.597.473	182.875.679	182.875.679	269.077.205	213.080.217
63	0471 - CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL	36.098.662	248.158.529	248.158.529	268.591.671	238.349.061
64	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	41.501.513	41.501.513	41.501.513	43.109.401	40.142.977
65	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.549.613.297	1.549.613.297	1.549.613.297	1.614.551.089	1.555.812.689
66	0503 - PREVENCAO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCENDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	47.785.959	57.208.959	57.208.959	72.508.959	54.939.076
67	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	61.139.194	64.490.035	64.490.035	64.150.761	23.129.805
68	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	37.156.760	36.974.976	36.974.976	36.231.257	24.285.122
69	0512 - ZONEAMENTO ECOLOGICO-ECONOMICO	18.064.999	35.187.082	35.187.082	33.815.250	11.206.908
70	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	1.020.753.717	1.261.435.224	1.261.435.224	1.287.193.164	1.119.321.366
71	0551 - ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.080.136.150	1.993.107.014	1.993.107.014	2.128.117.014	2.049.531.792
72	0553 - ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS	2.732.912.715	2.896.700.959	2.896.700.959	2.896.700.959	2.474.432.336
73	0565 - PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	345.172.287	322.966.606	322.966.606	324.907.241	316.489.078
74	0566 - PRESTACAO JURISDICIONAL MILITAR	178.271.457	172.786.676	172.786.676	170.206.725	166.168.976
75	0567 - PRESTACAO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.033.079.162	991.459.653	991.459.653	1.014.020.871	1.014.020.637
76	0568 - PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	621.508.958	600.740.412	600.740.412	598.305.875	597.075.592
77	0569 - PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL	5.537.810.709	5.346.034.520	5.346.034.520	5.336.368.185	5.282.861.229
78	0570 - GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL	3.684.797.713	3.511.289.231	3.511.289.231	3.581.204.949	3.513.650.567
79	0571 - PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA	8.028.375.286	7.875.480.117	7.875.480.117	7.913.715.710	7.844.062.406

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
80	0581 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA	2.768.208.214	2.672.498.754	2.672.498.754	2.693.751.555	2.624.796.733
81	0623 - PROTECAO AO VOO E SEGURANCA DO TRAFEGO AEREO	626.875.039	568.978.950	568.978.950	805.281.539	753.529.949
82	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	1.951.743.039	1.939.707.233	1.929.707.233	2.550.041.017	598.067.147
83	0639 - SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA	321.543.708	118.244.062	118.244.062	120.219.602	113.207.047
84	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	303.978.713	303.978.713	303.978.713	222.518.758
85	0660 - SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	131.000.000	106.110.002	106.110.002	310.110.002	122.974.759
86	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	198.970.000	182.810.570	182.810.570	551.578.570	226.652.662
87	0662 - COMBATE A CRIMINALIDADE	163.000.000	183.000.000	183.000.000	232.580.024	210.976.591
88	0663 - SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	387.552.706	354.418.891	354.418.891	641.388.518	493.201.864
89	0670 - ASSISTENCIA A VITIMAS E A TESTEMUNHAS AMEACADAS	28.322.000	28.232.000	28.232.000	29.762.000	25.373.194
90	0682 - DIFUSAO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	30.000.000	24.533.837	24.533.837	23.033.837	28.920.647
91	0695 - DEFESA ECONOMICA E DA CONCORRENCIA	14.391.585	12.623.753	12.623.753	13.126.972	11.700.070
92	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	9.500.000	10.558.613	10.558.613	11.049.474	8.092.620
93	0699 - ASSISTENCIA JURIDICA INTEGRAL E GRATUITA	78.598.859	87.208.224	87.208.224	92.597.224	89.989.849
94	0753 - DIVULGACAO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUCAO GRAFICA	75.352.921	67.060.878	67.060.878	71.050.878	68.664.519
95	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	1.270.537.741	1.270.537.741	1.270.537.741	1.305.119.352	878.697.123
96	0794 - GESTAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DA UNIAO	51.962.000	44.262.000	44.262.000	44.190.940	35.859.563
97	0796 - INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOCIENTIFICAS	860.024.433	839.300.080	839.300.080	859.985.975	848.487.693
98	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	55.917
99	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	12.263.355	24.263.355	24.263.355	24.263.355	3.129.124
100	0813 - MONUMENTA	67.000.000	59.526.000	59.526.000	48.926.000	43.015.674
101	1008 - INCLUSAO DIGITAL	120.775.000	216.606.717	216.606.717	194.504.602	163.290.238
102	1009 - REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL	19.599.869	19.599.869	19.599.869	15.729.869	7.776.108
103	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	1.841.001	5.241.001	5.241.001	4.842.001	2.075.570
104	1020 - INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA OCIDENTAL	9.050.000	147.655.152	147.655.152	148.765.152	23.793.041
105	1025 - PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	19.640.205	303.694.470	303.694.470	340.698.070	203.094.091
106	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	43.858.603	122.437.007	122.437.007	616.509.214	318.765.382

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
107	1030 - DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO ARQUIVISTICA GOVERNAMENTAL	44.775.763	42.683.798	42.683.798	46.000.404	44.654.986
108	1032 - DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	425.587.788	357.813.790	357.813.790	391.433.916	358.098.128
109	1036 - INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	1.117.650.044	1.023.432.792	1.023.432.792	1.135.012.054	1.121.916.122
110	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	708.011.766	708.011.766	708.011.766	647.342.419	396.417.722
111	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL	144.341.770	144.341.770	147.461.770	11.785.100	2.645.644
112	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	2.543.794.336	2.543.794.336	2.543.794.336	4.959.133.663	2.629.234.920
113	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	150.191.422	150.191.422	150.191.422	158.045.375	101.091.757
114	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO -CONVIVER	13.082.600	14.027.852	14.027.852	13.588.028	10.419.267
115	1049 - ACESSO A ALIMENTACAO	752.043.330	685.986.869	685.986.869	695.682.469	683.611.868
116	1060 - BRASIL ALFABETIZADO	381.000.000	353.986.161	353.986.161	297.438.316	290.456.790
117	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	8.452.287.160	8.177.387.180	8.177.387.180	7.651.431.647	7.465.418.162
118	1062 - DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCACAO PROFISSIONAL, TECNOLOGICA E UNIVERSITARIA	1.684.867.887	1.905.356.668	1.905.356.668	2.235.287.587	2.027.287.724
119	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	13.094.803.121	13.373.167.492	13.373.167.492	15.653.732.242	14.730.618.706
120	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	48.500.000	32.526.634	32.526.634	32.526.634	8.685.510
121	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.320.403	3.320.403	3.320.403	3.320.403	1.693.249
122	1080 - COMBATE A DESERTIFICACAO	3.000.000	10.379.000	10.379.000	8.879.000	1.481.162
123	1086 - PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	5.986.000	9.468.800	9.468.800	9.468.800	7.467.663
124	1107 - PROBACIAS	71.376.371	67.290.692	67.290.692	61.020.112	55.990.277
125	1109 - CERTIFICACAO DIGITAL	17.441.297	15.268.609	15.268.609	16.293.609	14.578.096
126	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	950.707.447	895.962.353	895.962.353	1.048.755.403	999.287.540
127	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	193.060.049	184.066.029	184.066.029	227.350.486	219.652.627
128	1116 - CREDITO FUNDIARIO	580.440.817	517.100.824	517.100.824	499.310.824	396.458.635
129	1120 - PAZ NO CAMPO	12.300.000	10.300.000	10.300.000	14.886.058	10.441.634
130	1122 - CIENCIA, NATUREZA E SOCIEDADE	65.715.951	60.598.640	60.598.640	60.598.640	58.849.416
131	1127 - SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA	309.000.000	376.250.784	376.250.784	561.384.676	383.141.452
132	1128 - URBANIZACAO, REGULARIZACAO E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS	2.109.487.410	1.318.926.009	1.318.926.009	2.328.580.034	2.243.166.141
133	1132 - DEMOCRATIZACAO DAS RELACOES DE TRABALHO	6.423.788	6.423.788	6.423.788	3.364.788	1.810.533
134	1133 - ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	71.663.000	90.083.000	90.083.000	82.521.999	57.373.493

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
135	1137 - REABILITACAO DE AREAS URBANAS CENTRAIS	2.400.000	33.915.942	33.915.942	33.915.942	13.163.900
136	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSAO MARÍTIMA E FLUVIAL	97.594.358	263.308.061	263.308.061	365.755.229	171.630.300
137	1141 - CULTURA, IDENTIDADE E CIDADANIA	135.400.000	120.362.722	120.362.722	141.943.722	119.713.542
138	1142 - ENGENHO DAS ARTES	71.746.705	207.325.120	207.325.120	272.841.000	90.107.285
139	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	20.147.473	25.838.464	25.838.464	85.178.464	25.895.497
140	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGOCIO	157.098.225	146.268.788	146.268.788	269.318.788	249.889.715
141	1157 - OFERTA DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	128.723.905	107.950.116	107.950.116	105.720.443	62.113.618
142	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERCAO SOCIAL	14.740.174	15.260.598	15.260.598	15.260.598	14.710.899
143	1163 - BRASIL: DESTINO TURISTICO INTERNACIONAL	113.059.622	110.505.115	110.505.115	173.032.568	144.388.988
144	1166 - TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS	397.045.203	2.525.785.110	2.525.785.110	2.819.107.870	2.188.870.786
145	1184 - SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO	46.652.181	43.588.326	43.588.326	55.550.200	52.908.597
146	1185 - ASSISTENCIA SUPLEMENTAR A SAUDE	160.092.571	141.070.074	141.070.074	170.622.074	163.369.610
147	1201 - CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	434.635.000	323.653.037	323.653.037	401.399.906	388.115.665
148	1214 - ATENCAO BASICA EM SAUDE	7.987.280.000	8.168.123.707	8.167.923.707	8.591.324.077	8.409.835.849
149	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	22.878.357.334	24.550.818.345	24.551.018.345	26.662.244.032	25.318.661.789
150	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	22.270.000	18.220.630	18.220.630	18.220.630	11.696.427
151	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	21.040.000	852.749.142	852.749.142	846.888.889	585.377.916
152	1264 - RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS	514.398.000	413.018.412	413.018.412	429.778.412	533.782.872
153	1279 - ANALISE E DIFUSAO DA POLITICA EXTERNA BRASILEIRA	14.802.371	13.038.271	13.038.271	13.387.489	13.246.643
154	1287 - SANEAMENTO RURAL	201.572.865	204.863.812	204.863.812	335.500.598	302.761.642
155	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	273.300.000	245.128.441	245.128.441	269.136.722	266.048.725
156	1291 - SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	422.500.000	354.596.602	354.596.602	354.246.602	277.663.052
157	1293 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	4.521.450.000	4.460.506.982	4.460.506.982	4.655.812.955	4.419.079.441
158	1295 - DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIOURBANO DE PASSAGEIROS	895.939.813	882.214.306	882.214.306	934.145.578	835.474.780
159	1305 - REVITALIZACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE E DEGRADACAO AMBIENTAL	412.411.059	394.486.403	394.486.403	379.341.637	291.568.026
160	1312 - ATENCAO A SAUDE DE POPULACOES ESTRATEGICAS E EM SITUACOES ESPECIAIS DE AGRAVOS	60.000.000	56.761.484	56.761.484	57.343.484	47.950.247
161	1332 - CONSERVACAO E RECUPERACAO DOS BIOMAS	68.464.289	94.790.026	94.790.026	101.041.616	47.090.220

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	BRASILEIROS					
162	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS	245.436.000	229.634.630	229.634.630	298.492.611	252.804.573
163	1335 - TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES	10.942.487.345	10.885.357.347	10.885.357.347	11.096.257.347	11.062.540.487
164	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	87.400.234	71.560.952	71.660.952	53.403.042	12.370.838
165	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	90.768.151	188.150.183	188.150.183	195.205.841	113.127.332
166	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AÇÚCULTURA	28.884.083	49.949.083	49.949.083	39.111.604	29.246.599
167	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	25.686.290	40.245.537	40.245.537	41.633.876	20.757.870
168	1350 - EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	67.576.471	55.016.472	55.016.472	71.496.472	31.671.345
169	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	8.570.000	9.160.000	9.160.000	9.160.000	7.181.264
170	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	137.924.535	108.514.535	108.514.535	111.642.239	105.126.539
171	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUIS	926.534.717	926.934.717	926.934.717	1.058.982.142	1.038.917.590
172	1377 - EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	148.102.970	85.768.970	85.768.970	61.021.591	35.020.572
173	1383 - ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORCAS ARMADAS A SOCIEDADE	104.803.364	104.993.364	104.993.364	108.485.064	45.523.885
174	1384 - PROTECAO SOCIAL BASICA	15.821.105.343	16.000.020.519	16.000.170.519	16.390.312.271	16.289.573.852
175	1385 - PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	139.934.707	222.926.723	222.626.723	240.346.486	188.312.233
176	1387 - MICROCREDITO PRODUTIVO ORIENTADO	15.000.000	12.687.586	12.687.586	3.390.831	3.375.240
177	1388 - CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRI	1.840.694.366	1.769.036.698	1.769.036.698	1.774.028.732	1.747.877.191
178	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	13.200.000	11.900.000	11.900.000	12.501.103	7.790.977
179	1401 - REPARACAO DE VIOLACOES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.193.056.941	1.193.056.941	1.193.056.941	1.127.787.485	1.113.921.860
180	1402 - EDUCACAO EM DIREITOS HUMANOS	20.678.223	18.578.213	18.578.213	18.368.213	14.976.847
181	1404 - PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.930.000	1.930.000	1.930.000	1.930.000	1.929.394
182	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	263.339.652	281.444.527	219.891.070	519.624.029	256.717.457
183	1421 - METEOROLOGIA E MUDANCAS CLIMATICAS	20.188.190	18.509.290	18.509.290	18.509.290	18.205.925
184	1426 - CONSERVACAO, MANEJO E USO SUSTENTAVEL DA AGROBIODIVERSI	31.773.722	32.123.722	32.123.722	31.572.012	10.091.110
185	1427 - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NA AGRICULTURA FAM	395.990.350	365.083.550	365.083.550	556.733.550	331.308.553
186	1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTAVEL	8.505.546	168.628.142	168.628.142	167.378.142	91.671.807
187	1432 - PROMOCAO DE POLITICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACI	5.297.423	18.067.423	18.067.423	18.817.423	11.003.760

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
188	1433 - CIDADANIA E EFETIVACAO DE DIREITOS DAS MULHERES	36.750.000	39.500.000	39.500.000	40.700.000	32.330.583
189	1436 - APERFEICOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCACAO NA SAUDE	477.749.000	384.176.237	384.176.237	360.346.758	325.590.624
190	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO NO COMERCIO INTERNACIONA	4.060.469	4.060.469	4.060.469	4.060.469	3.190.794
191	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO AGRONEGOCIO	22.878.317	24.656.251	24.656.251	24.656.251	18.790.056
192	1444 - VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS	2.760.560.000	2.334.440.456	2.334.440.456	2.688.611.952	2.421.752.177
193	1446 - IMPLEMENTACAO DA POLITICA DE PROMOCAO DA SAUDE	38.620.000	30.762.487	30.762.487	31.527.824	28.566.125
194	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	667.885.118	1.009.277.019	1.009.277.019	1.477.695.601	1.334.804.335
195	1453 - NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.406.000.000	1.404.190.724	1.404.190.724	1.132.388.087	1.026.113.701
196	1456 - VETOR LOGISTICO AMAZONICO	1.161.214.456	1.346.933.701	1.346.933.701	1.566.893.487	1.300.724.876
197	1457 - VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE	1.213.797.392	1.720.291.424	1.720.291.424	1.888.582.721	1.536.536.684
198	1458 - VETOR LOGISTICO LESTE	2.002.085.255	2.062.492.789	2.062.492.789	2.075.803.080	1.595.284.806
199	1459 - VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL	994.229.516	1.157.652.730	1.157.652.730	1.376.217.836	942.042.839
200	1460 - VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL	598.505.831	568.214.042	568.214.042	904.520.946	445.611.931
201	1461 - VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE	1.061.685.111	1.243.035.874	1.228.035.874	1.751.219.082	1.274.279.315
202	1462 - VETOR LOGISTICO SUL	1.635.319.250	1.625.603.787	1.625.603.787	2.204.584.985	1.757.573.696
203	1463 - QUALIDADE DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	41.560.160	34.143.270	34.143.270	42.483.870	35.753.692
204	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	14.978.291	591.437.819	591.437.819	621.437.819	409.977.460
205	8007 - RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	83.847.510	104.683.090	104.683.090	136.246.777	73.616.135
206	8010 - EDUCACAO FISCAL	581.000	581.000	581.000	581.000	368.906
207	8025 - INOVACAO TECNOLOGICA EM TELECOMUNICACOES	68.300.000	59.910.501	59.910.501	94.086.305	89.055.790
208	8028 - SEGUNDO TEMPO	137.980.000	175.921.001	175.921.001	297.465.201	191.793.602
209	8034 - NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJovem	1.436.067.000	1.223.007.593	1.223.007.593	1.126.932.153	770.730.501
210	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	2.366.959.310	2.343.960.122	2.343.960.122	2.348.748.455	2.280.774.236
211	9989 - MOBILIDADE URBANA	24.200.000	420.681.642	420.681.642	459.824.042	116.571.570
212	9991 - HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	947.216.400	814.168.833	814.168.833	937.978.389	713.274.849

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE F: Orçamento Federal 2009 dos programas finalísticos (em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
1	0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	5.285.887	6.955.887	6.955.887	6.875.887	5.483.184
2	0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	348.706.000	281.275.379	281.275.379	310.533.699	285.391.709
3	0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	79.073.844	82.705.526	82.705.526	98.803.375	85.644.985
4	0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	223.678.318.712	223.502.608.372	223.502.608.372	223.608.488.522	220.992.442.868
5	0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	340.833.076	385.517.293	385.517.293	1.004.136.479	592.313.279
6	0086 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	7.416.005	7.332.483	7.332.483	4.831.466	3.120.882
7	0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	23.927.660.036	23.913.612.168	23.913.612.168	27.464.731.679	26.493.943.950
8	0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	271.930.558	336.046.209	336.046.209	312.702.673	158.935.613
9	0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	32.854.000	31.465.000	31.465.000	31.465.000	25.199.857
10	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.527.000	3.527.000	3.527.000	3.527.000	1.475.507
11	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	839.971.770	836.539.434	836.539.434	929.116.210	922.092.277
12	0107 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	19.758.249	17.985.630	17.985.630	11.706.831	8.631.842
13	0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.200.000	372.766.462	372.766.462	166.358.307	113.198.351
14	0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	2.191.114.025	1.883.991.910	1.883.991.910	2.355.390.403	2.186.722.275
15	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.022.550.261	1.022.550.261	1.022.550.261	1.021.550.261	789.396.640
16	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.830.712.901	1.734.485.639	1.734.485.639	1.748.696.831	1.684.267.581
17	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	175.652.209	224.832.378	224.832.378	222.975.378	106.768.504
18	0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	741.149.490	661.609.123	661.609.123	724.871.123	685.374.353
19	0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	88.280.648	88.780.648	88.780.648	91.390.488	80.347.581
20	0153 - SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	21.996.850	21.996.850	21.996.850	27.028.669	23.588.878
21	0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	10.054.396	17.904.396	17.904.396	26.316.456	20.718.896
22	0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	28.844.000	40.909.000	40.909.000	40.909.000	39.150.233
23	0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	69.420.942	81.182.602	81.182.602	74.623.140	64.160.130
24	0168 - LIVRO ABERTO	106.175.070	112.050.070	112.050.070	104.739.920	84.388.930

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
25	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	203.638.857	204.788.857	204.788.857	218.857.387	208.906.519
26	0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	43.513.479	45.263.479	45.263.479	42.767.865	38.603.187
27	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	16.602.362	18.302.362	18.302.362	18.610.362	16.297.533
28	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	60.310.970	73.720.970	73.720.970	408.590.970	315.560.716
29	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	518.000.000	518.000.000	518.000.000	305.101.930	179.756.293
30	0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	9.392.000	7.356.800	7.356.800	7.356.800	855.441
31	0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	450.276.360	383.420.765	383.420.765	470.715.565	440.729.699
32	0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	183.195.953	160.955.923	160.955.923	185.725.063	162.362.803
33	0273 - LUZ PARA TODOS	727.239.180	734.327.554	734.327.554	668.859.095	325.663.688
34	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	6.727.965.691	6.727.965.691	6.727.965.691	4.967.838.681	4.730.894.647
35	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	556.458.822	556.458.822	556.458.822	656.526.589	587.879.996
36	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	232.486.074	232.486.074	232.486.074	3.426.962.559	2.117.931.826
37	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	29.209.470.378	29.209.470.378	29.209.470.378	32.081.236.185	29.720.964.740
38	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	18.215.385.757	18.200.385.757	18.200.385.757	13.632.076.955	12.503.500.894
39	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	2.906.987.049	2.906.987.049	2.906.987.049	3.287.878.086	2.929.863.033
40	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.353.633.731	1.353.633.731	1.353.633.731	1.244.071.360	1.010.086.017
41	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	1.148.716.253	1.148.716.253	1.148.716.253	1.222.303.904	1.001.492.814
42	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	2.967.943.016	2.967.943.016	2.967.943.016	2.807.364.601	2.734.476.455
43	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	383.000.000	383.000.000	383.000.000	336.870.000	273.259.514
44	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.844.221.967	2.844.221.967	2.844.221.967	2.543.200.053	1.776.197.909
45	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.384.282.562	2.388.232.562	2.388.232.562	2.380.393.562	1.945.780.784
46	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	6.294.820.691	7.695.205.876	7.695.205.876	7.462.562.641	6.005.201.349
47	0355 - PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	20.750.000	11.750.000	11.750.000	20.750.000	16.122.881
48	0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	94.856.000	80.493.961	80.493.961	91.685.688	84.390.760
49	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	147.511.000	174.456.000	174.456.000	180.056.000	124.679.610
50	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	46.136.789	39.529.338	39.529.338	46.336.789	39.963.331
51	0365 - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	240.412.468	221.109.930	221.109.930	331.912.468	235.686.390
52	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	23.250.988	21.725.302	21.725.302	20.088.599	17.658.809
53	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	542.260.687	651.847.540	651.847.540	694.391.974	569.848.694

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
54	0390 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	542.172.451	542.172.451	542.172.451	540.965.001	470.297.335
55	0391 - MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	146.411.193	142.823.058	142.823.058	145.096.883	136.450.490
56	0392 - PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	72.705.505	72.705.505	72.705.505	72.705.505	53.533.926
57	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	198.733.188	198.733.188	198.733.188	237.442.188	182.678.608
58	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	2.357.104.920	2.344.402.118	2.344.402.118	2.347.317.847	1.483.787.263
59	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	26.831.691	42.711.691	42.711.691	42.711.691	21.354.712
60	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	753.918.000	573.475.174	573.475.174	751.960.031	748.121.117
61	0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	716.760.901	619.963.873	619.963.873	645.973.921	637.004.435
62	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	348.622.429	282.328.864	282.328.864	433.790.738	412.625.463
63	0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	40.408.915	233.946.231	233.946.231	143.017.209	134.854.956
64	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	40.572.300	40.167.300	40.167.300	31.681.421	26.852.256
65	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.124.670.051	2.124.670.051	2.124.670.051	2.117.346.824	2.032.267.723
66	0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	83.580.000	116.911.280	116.911.280	112.890.826	85.803.136
67	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	60.150.324	55.587.047	55.587.047	65.043.384	31.991.434
68	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	33.365.361	30.453.812	30.453.812	33.537.361	25.998.668
69	0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	10.867.479	31.808.908	31.808.908	14.522.322	4.259.711
70	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	545.233.373	690.068.229	690.068.229	808.984.797	666.941.175
71	0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.103.458.741	2.044.489.731	2.044.489.731	2.006.965.881	1.881.231.351
72	0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.821.039.752	2.778.959.086	2.778.959.086	2.736.872.856	2.440.097.540
73	0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	355.100.355	354.615.847	354.615.847	356.215.847	331.888.857
74	0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	190.669.563	189.111.965	189.111.965	192.100.965	186.059.019
75	0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.178.088.437	1.186.918.294	1.186.918.294	1.200.236.614	1.197.464.444
76	0568 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	657.598.358	660.776.981	660.776.981	704.306.981	694.452.256
77	0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.870.959.463	5.850.163.044	5.850.163.044	5.839.812.639	5.770.968.675

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
78	0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	3.375.866.560	3.367.747.382	3.367.747.382	3.566.498.904	3.471.234.377
79	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	8.820.398.842	8.847.263.560	8.847.263.560	8.776.808.584	8.699.481.183
80	0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	2.931.490.770	2.927.934.933	2.927.934.933	2.915.732.177	2.835.275.529
81	0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	960.098.681	960.098.681	960.098.681	970.813.817	838.703.597
82	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	1.526.602.846	1.391.382.346	1.391.382.346	1.321.602.697	680.731.392
83	0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	152.594.477	152.694.477	152.694.477	152.694.477	140.919.918
84	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	253.570.000	253.570.000	247.870.000	182.209.286
85	0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	534.000.000	534.100.000	534.100.000	534.100.000	428.417.807
86	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	181.000.000	186.500.000	186.500.000	174.830.350	101.278.954
87	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	178.856.141	176.136.525	176.136.525	257.236.525	166.366.533
88	0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	409.082.631	369.977.554	369.977.554	632.049.925	359.161.829
89	0670 - PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	29.139.091	29.139.091	29.139.091	29.184.091	28.456.607
90	0682 - DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	40.000.000	23.747.511	23.747.511	38.730.538	34.377.374
91	0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.359.247	13.359.247	13.359.247	13.547.906	11.212.044
92	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	12.680.000	16.716.000	16.716.000	14.507.529	8.939.250
93	0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	92.075.653	126.899.303	126.899.303	150.141.070	135.194.038
94	0753 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	73.996.379	73.996.379	73.996.379	87.001.996	80.561.951
95	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	1.457.291.096	1.457.291.096	1.457.291.096	1.459.356.292	987.793.373
96	0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	61.134.379	45.677.976	45.677.976	58.532.030	49.508.516
97	0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS	1.208.043.176	1.030.202.408	1.030.202.408	1.127.633.887	1.086.862.588
98	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	2.000.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	400.000
99	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	3.063.242	5.063.242	5.063.242	5.063.242	2.575.480
100	0813 - MONUMENTA	60.993.832	46.540.910	46.540.910	42.487.382	35.586.843
101	1008 - INCLUSÃO DIGITAL	134.475.000	286.799.624	286.799.624	230.199.128	144.051.143
102	1009 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	19.381.030	19.381.030	19.381.030	18.740.830	3.203.710
103	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	1.421.673	10.701.195	10.701.195	10.701.195	743.890
104	1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA	8.220.667	121.763.167	121.763.167	203.695.472	41.277.606
105	1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-	26.462.353	415.400.627	415.400.627	306.682.866	179.947.408

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	REGIONAIS -PROMESO					
106	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	45.072.326	370.018.706	370.018.706	646.565.600	450.608.871
107	1030 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	55.177.800	54.503.689	54.503.689	55.127.367	52.385.061
108	1032 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	417.000.000	325.422.280	325.422.280	425.077.780	420.612.799
109	1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.685.434.862	1.334.317.158	1.334.317.158	1.275.332.609	1.264.301.548
110	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	730.018.510	730.018.510	730.018.510	904.280.125	557.397.730
111	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	112.470.500	137.399.808	137.399.808	16.187.444	2.217.645
112	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	3.469.846.039	3.469.846.039	3.469.846.039	6.322.656.625	5.708.608.973
113	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	125.039.979	125.039.979	125.039.979	103.026.310	79.205.579
114	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER	12.331.000	23.620.991	23.620.991	21.913.791	18.906.887
115	1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	880.143.331	703.964.942	703.964.942	962.226.705	735.646.199
116	1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	306.420.000	300.204.000	300.204.000	357.880.000	290.519.076
117	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	10.677.810.188	10.362.211.282	10.362.211.282	10.713.998.566	10.309.537.660
118	1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2.536.103.018	2.329.870.918	2.329.870.918	3.136.844.333	2.812.727.574
119	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	14.879.257.503	14.927.264.472	14.927.264.472	19.475.056.547	18.492.300.607
120	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	15.731.500	22.131.500	22.131.500	18.860.500	3.802.723
121	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	4.981.250	3.332.988	3.332.988	3.162.988	2.099.905
122	1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1.500.000	19.400.000	19.400.000	4.961.884	2.354.496
123	1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	3.840.360	5.690.360	5.690.360	5.904.396	5.411.983
124	1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	72.692.624	102.692.624	102.692.624	80.569.098	60.961.245
125	1109 - MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	17.607.843	15.098.600	15.098.600	17.877.133	15.620.137
126	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.020.725.398	1.003.976.391	1.003.976.391	1.279.996.242	1.185.118.149
127	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	306.404.551	238.735.269	238.735.269	298.987.770	294.648.201
128	1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	573.177.157	523.868.379	523.868.379	533.868.379	514.702.376
129	1120 - PAZ NO CAMPO	15.414.196	15.414.196	15.414.196	15.414.196	7.887.217
130	1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	69.030.877	75.313.459	75.313.459	67.559.556	59.021.378
131	1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	316.000.000	333.192.878	333.192.878	316.875.331	234.705.878
132	1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO	3.771.959.671	2.684.074.594	2.684.074.594	3.206.853.594	3.060.702.290

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS					
133	1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	4.400.000	3.048.169	3.048.169	3.048.169	1.617.062
134	1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	68.570.000	85.569.560	85.569.560	119.767.567	65.902.262
135	1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	2.394.000	45.994.000	45.994.000	2.894.000	1.406.024
136	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	218.837.119	418.857.188	418.857.188	717.240.910	573.813.284
137	1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	130.183.000	139.993.000	139.993.000	139.643.000	119.547.737
138	1142 - ENGENHO DAS ARTES	92.117.521	254.129.521	254.129.521	275.110.198	209.809.932
139	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	12.348.000	30.984.706	30.984.706	16.822.114	7.446.515
140	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	444.965.142	397.140.681	397.140.681	399.811.983	386.028.420
141	1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	152.813.140	118.480.247	118.480.247	111.480.247	55.174.424
142	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	12.490.699	13.390.699	13.390.699	14.479.397	14.206.297
143	1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	114.188.643	110.509.351	110.509.351	114.330.745	110.752.560
144	1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	416.450.000	2.890.338.301	2.890.338.301	2.806.248.599	2.349.946.477
145	1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	51.338.208	47.220.568	47.220.568	65.429.454	63.147.484
146	1185 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	139.965.717	139.965.717	139.965.717	176.683.894	174.295.818
147	1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	478.591.153	344.109.595	344.109.595	376.794.695	360.558.745
148	1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	9.090.881.347	9.363.304.235	9.363.304.235	9.374.210.611	9.160.462.299
149	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	26.308.751.185	27.088.825.665	27.088.825.665	29.568.720.153	28.896.562.728
150	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	13.765.265	12.222.688	12.222.688	13.765.265	13.173.801
151	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	14.125.370	938.338.103	938.338.103	970.317.336	635.970.865
152	1264 - RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	488.480.000	425.180.003	425.180.003	590.875.765	404.205.106
153	1279 - ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	18.032.823	13.469.885	13.469.885	13.872.885	13.673.476
154	1287 - SANEAMENTO RURAL	316.600.000	264.154.956	264.154.956	362.926.498	335.199.999
155	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	299.758.464	299.658.464	299.658.464	312.844.464	291.568.977
156	1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	525.197.621	449.992.783	449.992.783	471.096.383	346.042.595
157	1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.133.387.498	5.062.771.715	5.062.771.715	5.594.512.668	5.552.822.848
158	1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	1.010.228.115	1.165.288.989	1.165.288.989	1.082.823.749	1.021.774.026

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
159	1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	564.072.940	468.895.805	468.895.805	482.201.842	443.542.173
160	1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	65.507.000	59.422.804	59.422.804	59.762.172	55.002.964
161	1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	79.150.475	66.904.766	66.904.766	81.788.659	67.115.875
162	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	313.871.518	465.713.791	465.713.791	458.848.871	381.461.650
163	1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	12.005.305.000	11.952.629.166	11.952.629.166	12.389.366.266	12.305.410.363
164	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	53.791.846	55.871.846	55.871.846	56.467.282	13.278.026
165	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	182.500.000	270.399.607	270.399.607	245.221.042	144.391.726
166	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	35.185.326	35.062.122	35.062.122	43.693.449	25.595.500
167	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	40.842.137	28.462.982	28.462.982	40.842.137	21.731.517
168	1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.716.912	70.716.912	70.716.912	70.270.521	23.093.254
169	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	7.800.000	8.700.000	8.700.000	8.670.000	8.522.014
170	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	123.457.331	130.415.377	130.415.377	142.135.765	115.097.225
171	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	1.415.293.613	1.042.922.707	1.042.922.707	1.437.726.441	1.286.285.469
172	1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	155.032.158	114.120.612	114.120.612	139.984.501	80.615.282
173	1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	99.901.530	105.951.946	105.951.946	113.123.946	79.397.609
174	1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	19.062.171.539	19.066.646.406	19.066.646.406	19.794.802.226	19.290.831.872
175	1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	143.470.149	165.505.915	165.505.915	227.268.261	172.510.473
176	1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	4.300.000	3.461.731	3.461.731	3.461.731	58.151
177	1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)	2.767.383.632	1.782.581.837	1.782.581.837	2.225.481.837	1.991.117.542
178	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	25.499.000	25.499.000	25.499.000	25.649.000	7.127.063
179	1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.072.867.749	1.072.867.749	1.072.867.749	968.472.749	955.635.341
180	1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	12.600.000	22.750.000	22.750.000	22.766.000	21.027.131
181	1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.500.000	1.600.000	1.600.000	1.640.000	1.350.199
182	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	172.925.665	173.947.665	130.500.000	341.119.507	203.442.106
183	1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	28.243.190	38.104.798	38.104.798	38.104.798	37.993.131
184	1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	25.097.660	24.649.769	24.649.769	25.697.660	7.010.103
185	1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA	514.665.443	528.870.443	528.870.443	506.411.642	389.290.211

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
	FAMILIAR					
186	1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	18.775.448	320.574.750	320.574.750	155.443.571	95.796.330
187	1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	7.024.000	19.074.000	19.074.000	19.074.000	11.043.574
188	1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	38.737.344	54.662.344	54.662.344	54.662.344	40.750.263
189	1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	522.960.936	412.029.116	412.029.116	380.901.656	357.009.661
190	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	5.100.000	4.294.400	4.294.400	5.100.000	3.140.698
191	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	21.154.216	20.614.746	20.614.746	21.624.216	16.106.908
192	1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	2.853.018.060	2.566.424.317	2.566.424.317	3.759.800.109	3.606.880.047
193	1446 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	45.486.295	35.763.915	35.763.915	37.045.455	35.499.347
194	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	1.863.051.095	1.854.312.295	1.854.312.295	2.365.210.337	1.674.233.641
195	1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.406.000.000	1.154.435.149	1.154.435.149	1.294.435.149	1.237.820.419
196	1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	1.524.548.522	1.527.273.282	1.527.273.282	1.831.761.235	1.694.998.622
197	1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	2.401.743.750	2.567.581.724	2.567.581.724	2.490.120.289	2.294.312.597
198	1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	1.913.791.005	1.815.868.240	1.815.868.240	2.677.059.778	2.293.777.877
199	1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	854.218.495	993.789.256	993.789.256	2.232.976.948	1.684.862.970
200	1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	603.265.780	594.424.074	594.424.074	857.884.269	759.518.087
201	1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	1.009.357.161	1.183.234.002	1.183.234.002	2.077.949.618	1.728.892.792
202	1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	1.096.993.335	1.203.223.079	1.203.223.079	1.782.256.405	1.530.920.561
203	1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	51.265.601	49.033.840	49.033.840	61.023.401	42.627.116
204	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	25.948.545	748.814.328	748.814.328	712.370.243	567.331.694
205	8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	70.296.618	284.520.970	284.520.970	215.408.142	180.316.930
206	8010 - EDUCAÇÃO FISCAL	200.000	200.000	200.000	200.000	103.630
207	8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	97.000.000	85.695.737	85.695.737	85.695.737	40.154.273
208	8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	237.646.321	321.736.321	321.736.321	272.067.843	210.408.913
209	8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	1.713.878.205	1.112.582.301	1.112.582.301	1.512.571.268	1.197.434.525
210	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	3.113.021.296	3.113.021.296	3.113.021.296	3.113.021.296	2.438.096.393
211	9989 - MOBILIDADE URBANA	20.198.000	636.253.885	636.253.885	263.148.380	50.435.399

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
212	9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	959.011.185	880.246.098	880.246.098	503.102.098	355.020.734

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE G: Orçamento Federal 2010 dos programas finalísticos (em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
1	0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	4.699.952	10.939.952	15.939.952	14.739.952	3.025.756
2	0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	308.599.000	309.599.000	309.599.000	309.599.000	283.170.042
3	0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	88.210.756	96.410.756	101.410.756	101.410.756	77.463.477
4	0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	237.771.015.166	237.771.015.166	237.781.015.166	249.164.930.307	248.701.201.049
5	0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	267.029.731	290.779.731	290.779.731	320.307.731	275.651.537
6	0086 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	6.112.123	6.112.123	6.112.123	6.242.075	2.597.203
7	0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	28.185.163.960	28.188.163.960	28.188.163.960	28.341.991.031	28.242.165.299
8	0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	163.321.000	219.033.073	229.033.073	236.316.373	151.203.632
9	0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	26.801.000	26.801.000	26.801.000	26.801.000	24.387.147
10	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	4.625.000	4.625.000	4.625.000	4.625.000	382.209
11	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	953.647.892	953.647.892	953.647.892	1.225.421.412	1.195.200.911
12	0107 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	13.204.658	13.204.658	13.204.658	10.130.796	8.057.005
13	0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.200.000	175.712.121	175.712.121	154.924.649	68.676.518
14	0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.963.193.860	1.950.157.279	1.957.717.279	2.077.499.607	1.662.595.710
15	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	681.000.000	562.000.000	561.000.000	1.042.000.000	525.443.198
16	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.517.975.000	1.441.503.852	1.441.503.852	1.411.459.513	1.267.588.248
17	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	336.018.894	332.774.420	332.774.420	247.423.895	174.553.009
18	0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	720.590.850	719.015.650	732.115.650	803.137.555	745.375.298
19	0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	86.660.724	85.260.724	85.260.724	107.754.404	89.436.588
20	0153 - SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	25.385.919	26.385.919	31.385.919	31.385.919	23.414.049
21	0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	10.039.896	27.812.896	32.812.896	32.812.896	14.469.683
22	0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	26.050.000	40.270.000	40.270.000	41.250.000	35.293.644
23	0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	54.726.957	75.778.457	82.778.457	96.403.882	46.659.297
24	0168 - LIVRO ABERTO	93.672.344	113.783.886	209.132.838	214.299.612	56.890.751

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
25	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	194.369.201	217.292.486	343.159.213	346.544.532	247.069.695
26	0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	46.682.800	52.348.800	52.348.800	53.648.800	36.079.388
27	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	16.158.484	19.358.484	19.358.484	19.241.748	13.244.050
28	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	648.236.453	703.678.354	703.678.354	1.336.395.354	772.491.057
29	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	458.310.000	458.310.000	458.310.000	294.131.506	183.169.722
30	0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	7.300.326	7.300.326	7.300.326	7.300.326	25.750
31	0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	589.736.705	583.806.705	583.806.705	606.503.700	408.073.490
32	0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	205.747.677	199.047.677	199.047.677	208.369.295	167.238.060
33	0273 - LUZ PARA TODOS	1.333.218.158	1.375.825.164	1.375.825.164	1.410.838.126	633.787.825
34	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	4.672.253.000	4.672.253.000	4.672.253.000	6.218.131.000	4.700.972.155
35	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	558.891.000	558.891.000	558.891.000	802.001.000	799.075.716
36	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	6.855.782.000	6.855.782.000	6.855.782.000	4.834.247.000	3.459.206.682
37	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	36.695.018.000	36.695.018.000	36.695.018.000	40.135.343.051	35.870.205.149
38	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	19.011.731.000	19.011.731.000	19.011.731.000	21.919.186.624	18.581.047.805
39	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	3.754.347.000	3.754.347.000	3.754.347.000	4.288.335.383	3.597.315.645
40	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.411.120.789	1.411.120.789	1.411.120.789	1.325.274.096	918.086.935
41	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	1.001.812.741	1.001.812.741	1.001.812.741	1.211.130.843	1.065.003.248
42	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	2.491.539.223	2.491.539.223	2.491.539.223	3.195.276.251	2.041.901.895
43	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	685.927.724	685.927.724	685.927.724	602.073.724	395.517.688
44	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.845.867.291	2.845.867.291	2.845.867.291	2.845.867.291	1.808.588.197
45	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.238.049.796	2.219.625.974	2.235.867.184	2.455.867.184	1.654.494.221
46	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	6.208.057.175	7.810.057.175	7.810.057.175	7.899.637.985	5.825.921.924
47	0355 - PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	25.300.000	25.300.000	25.300.000	25.300.000	14.256.950
48	0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	81.100.000	77.492.789	77.492.789	77.492.789	74.384.659
49	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	142.400.000	131.644.468	241.644.468	241.644.468	199.365.802
50	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	30.928.581	31.028.581	31.028.581	31.365.721	26.266.468
51	0365 - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	307.872.795	307.872.795	307.872.795	397.872.795	357.220.495

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
52	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	25.880.000	25.880.000	25.880.000	2.122.000	2.078.591
53	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	665.556.633	623.218.003	733.218.003	774.253.744	590.325.916
54	0390 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	464.846.092	465.846.092	465.846.092	589.926.200	579.749.997
55	0391 - MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	135.380.659	195.030.659	201.030.659	243.406.929	169.949.882
56	0392 - PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	58.183.246	58.183.246	58.183.246	56.628.246	48.441.724
57	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	212.056.574	212.056.574	212.056.574	217.520.202	199.579.342
58	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	1.535.839.619	1.537.839.619	1.537.839.619	1.538.354.912	1.477.906.831
59	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	21.477.652	57.789.601	57.789.601	50.931.990	25.621.160
60	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	805.742.264	807.242.264	807.242.264	866.121.892	864.721.580
61	0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	746.068.498	771.185.877	771.185.877	778.975.877	761.431.245
62	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	353.347.251	351.947.251	351.947.251	345.868.218	326.450.937
63	0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	38.814.000	320.913.583	330.913.583	312.216.582	198.086.093
64	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	59.185.996	64.185.996	64.185.996	59.181.996	30.116.970
65	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.141.322.000	2.141.322.000	2.141.322.000	2.058.840.000	1.786.852.222
66	0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	91.180.000	90.700.000	90.700.000	99.483.000	95.706.126
67	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	52.930.082	56.715.082	56.715.082	58.251.082	38.899.522
68	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	37.477.659	38.277.659	38.277.659	39.635.480	25.213.337
69	0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	7.150.490	11.250.490	11.250.490	11.190.490	1.868.189
70	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	720.034.198	1.014.522.423	1.025.522.423	1.049.866.021	662.242.165
71	0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.036.277.709	2.031.943.155	2.237.833.155	2.187.833.155	2.073.751.200
72	0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.663.560.594	2.682.760.886	2.921.954.886	2.851.153.386	2.663.564.770
73	0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	390.255.458	419.255.458	419.305.883	408.305.883	366.729.994
74	0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	189.118.261	189.118.261	189.316.868	185.817.342	178.410.968
75	0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.292.111.756	1.307.920.486	1.311.141.182	1.316.605.192	1.313.962.518

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
76	0568 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	694.662.568	709.662.568	709.799.486	699.611.687	688.150.766
77	0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.977.069.574	6.061.028.613	6.089.181.296	6.141.257.552	6.037.713.232
78	0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	4.320.510.072	4.327.386.004	4.361.265.625	4.376.198.771	4.229.824.456
79	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	8.958.267.692	9.004.866.616	9.016.766.535	9.534.187.151	9.446.285.368
80	0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	3.054.312.826	3.138.269.960	3.142.613.861	3.160.088.326	3.095.320.628
81	0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	1.041.115.819	1.041.115.819	1.041.115.819	1.053.296.458	1.015.549.635
82	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	1.869.440.377	1.893.197.739	1.930.908.294	1.406.001.838	847.230.135
83	0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	142.588.433	142.688.433	142.688.433	142.688.433	142.881.234
84	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	373.352.792	373.352.792	358.743.871	194.047.424
85	0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	497.143.127	497.643.127	499.643.127	492.846.427	327.289.750
86	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	181.000.000	187.159.694	187.159.694	185.427.980	90.439.164
87	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	160.895.000	160.895.000	268.895.000	384.382.074	271.015.308
88	0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	299.194.339	326.344.554	326.344.554	701.823.554	581.417.088
89	0670 - PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	30.239.054	34.739.054	34.739.054	34.739.054	32.054.964
90	0682 - DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	40.000.000	40.000.000	40.000.000	40.000.000	29.012.966
91	0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.744.181	13.744.181	13.744.181	13.793.618	11.533.489
92	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	13.462.000	17.962.000	17.962.000	17.962.000	12.995.893
93	0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	123.797.220	162.201.460	162.201.460	186.869.970	176.734.865
94	0753 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	72.576.098	72.576.098	72.576.098	77.078.026	70.724.202
95	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	1.655.907.511	1.655.907.511	1.655.907.511	1.753.180.904	1.254.589.581
96	0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	56.490.371	56.490.371	56.490.371	56.490.371	49.081.203
97	0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS	2.318.001.744	2.267.721.744	2.318.001.744	2.400.463.928	2.246.587.735
98	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	199.517
99	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	4.129.055	4.129.055	4.129.055	4.129.055	3.033.328
100	0813 - MONUMENTA	150.000.000	150.000.000	150.000.000	143.290.000	72.384.370
101	1008 - INCLUSÃO DIGITAL	135.101.734	456.800.525	456.800.525	439.250.188	302.025.998
102	1009 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	15.794.630	15.794.630	15.794.630	17.194.093	13.970.066

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
103	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	985.408	1.135.408	1.135.408	1.135.408	905.028
104	1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DASUFRAMA	8.979.420	159.607.898	159.607.898	248.561.001	30.922.894
105	1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	29.122.275	532.147.966	532.147.966	488.156.968	247.054.683
106	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	41.160.240	168.008.718	168.008.718	425.000.603	280.357.009
107	1030 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	56.440.526	56.440.526	56.440.526	65.300.208	63.365.118
108	1032 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	507.384.271	504.759.607	512.511.395	535.475.814	488.539.128
109	1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.596.407.124	1.359.814.794	1.359.814.794	1.267.461.034	1.013.547.486
110	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	1.105.287.558	1.105.287.558	1.105.287.558	671.748.006	355.623.165
111	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	65.750.000	65.750.000	65.750.000	38.837.260	10.126.040
112	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	3.150.513.000	3.150.513.000	3.150.513.000	4.343.827.200	4.072.561.116
113	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	195.669.000	195.669.000	195.669.000	157.434.540	109.625.105
114	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER	12.331.000	17.001.300	17.001.300	17.001.300	11.342.970
115	1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	940.143.330	956.753.330	958.253.330	1.029.580.792	947.574.303
116	1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	621.627.771	621.527.771	621.527.771	820.777.771	628.252.824
117	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	12.897.809.080	12.897.909.080	12.936.909.080	16.026.861.473	15.245.512.740
118	1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	3.519.363.694	3.641.221.983	3.641.221.983	4.325.057.579	4.018.189.209
119	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	18.866.576.280	19.588.125.837	19.588.125.837	24.068.398.167	21.926.850.838
120	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	9.999.664	24.699.664	24.699.664	24.699.664	22.499.115
121	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	1.778.458
122	1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1.425.000	5.425.000	5.425.000	5.425.000	1.812.213
123	1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	3.840.696	4.690.696	9.690.696	9.690.696	3.867.862
124	1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	119.764.083	119.764.083	134.764.083	136.764.083	98.122.365
125	1109 - MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	16.883.020	16.883.020	16.883.020	17.339.992	15.801.366
126	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.237.497.154	1.234.497.154	1.234.497.154	1.351.652.513	1.319.298.608
127	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	279.149.567	276.937.561	276.937.561	349.221.839	339.804.587
128	1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	420.745.524	418.644.630	420.745.524	420.745.524	367.469.955
129	1120 - PAZ NO CAMPO	15.695.550	15.695.550	15.695.550	15.695.550	8.345.703

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
130	1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	57.814.623	117.063.040	117.063.040	109.660.652	91.696.332
131	1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	316.000.000	459.667.646	464.667.646	433.583.271	225.847.755
132	1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	2.635.299.112	2.288.493.654	2.292.493.654	2.400.338.228	2.123.688.248
133	1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	2.283.182
134	1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	81.730.000	103.954.000	108.954.000	108.954.000	59.983.584
135	1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	1.400.000	19.608.463	19.608.463	13.725.318	278.713
136	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	861.708.055	1.002.657.363	1.002.657.363	1.011.600.182	624.584.828
137	1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	127.191.659	113.751.659	216.114.705	205.267.705	107.876.528
138	1142 - ENGENHO DAS ARTES	185.371.399	414.279.293	613.878.015	611.222.863	387.199.942
139	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	11.200.500	12.550.500	12.550.500	12.750.500	2.937.181
140	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	372.353.590	438.797.806	438.797.806	430.127.299	430.113.965
141	1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	121.900.928	121.900.928	121.900.928	123.415.026	56.341.454
142	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	62.906.551	63.506.551	63.506.551	63.506.551	31.357.898
143	1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	172.491.030	173.591.030	178.591.030	179.446.012	155.891.352
144	1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	653.189.190	3.925.302.191	4.021.302.191	4.003.312.087	2.183.350.961
145	1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	60.418.655	60.418.655	60.418.655	66.777.266	64.160.559
146	1185 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	183.819.043	183.819.043	183.819.043	201.804.407	195.215.682
147	1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	359.331.534	339.992.822	339.992.822	342.379.906	316.905.481
148	1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	10.007.989.746	10.352.656.227	10.352.656.227	10.341.628.158	10.085.079.446
149	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	27.452.340.291	28.995.749.092	31.286.949.092	32.496.256.907	31.074.811.996
150	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	17.765.265	18.265.265	18.265.265	18.265.265	17.631.190
151	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	29.308.670	1.041.556.121	1.053.556.121	1.009.216.841	539.366.293
152	1264 - RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	673.080.000	673.080.000	673.080.000	880.380.000	713.563.119
153	1279 - ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	17.848.584	17.848.584	17.848.584	19.245.238	18.578.193
154	1287 - SANEAMENTO RURAL	239.066.806	207.621.787	207.621.787	204.351.081	202.515.140
155	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	303.741.184	303.761.184	303.761.184	309.612.500	282.195.141

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
156	1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	665.811.863	630.420.365	630.420.365	601.128.665	348.947.541
157	1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	4.941.625.957	5.020.923.181	5.021.224.781	5.646.401.797	5.562.594.642
158	1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	937.898.975	968.568.845	968.568.845	1.363.304.685	1.276.580.331
159	1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	493.354.999	423.676.727	423.676.727	475.241.873	413.029.902
160	1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	65.302.460	66.274.460	66.274.460	67.213.660	54.683.175
161	1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	96.922.274	96.802.274	96.802.274	252.657.732	121.489.788
162	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	302.355.680	403.912.230	465.322.335	559.308.824	385.480.208
163	1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	13.681.025.000	13.681.025.000	13.681.025.000	14.079.025.000	14.073.804.209
164	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	88.160.371	83.860.371	83.860.371	73.219.371	43.678.362
165	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	214.173.943	491.897.072	491.897.072	472.369.045	142.037.159
166	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	51.449.972	77.399.585	77.399.585	71.397.584	40.477.724
167	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	33.570.847	33.670.847	33.670.847	48.751.079	20.871.048
168	1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.354.912	71.154.912	71.154.912	28.154.912	15.414.319
169	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	7.638.720	11.788.720	11.788.720	11.788.720	7.708.247
170	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	137.705.741	151.195.741	151.195.741	157.266.929	128.908.982
171	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	1.772.489.358	1.775.179.358	1.775.179.358	1.794.172.450	1.536.540.812
172	1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	150.397.467	150.947.467	150.947.467	151.373.198	104.539.869
173	1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	283.500.000	284.500.000	284.500.000	487.961.000	208.404.230
174	1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	22.617.178.351	22.703.724.306	22.703.724.306	22.903.841.710	22.853.981.009
175	1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	179.829.150	269.229.715	269.229.715	316.988.180	255.137.712
176	1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	4.300.000	4.300.000	4.300.000	4.300.000	1.835.446
177	1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)	2.729.867.192	2.930.857.991	2.930.857.991	2.990.061.424	2.793.294.050
178	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	25.748.811	25.748.811	25.748.811	25.748.811	5.421.946
179	1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	855.256.927	855.556.927	855.556.927	921.066.927	873.533.794

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
180	1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	23.060.000	24.210.000	24.210.000	24.210.000	22.319.886
181	1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.500.000	1.500.000	11.500.000	11.500.000	1.447.546
182	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	199.771.877	240.443.944	168.158.000	104.819.000	68.376.838
183	1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	32.160.000	34.460.000	35.860.000	33.784.405	33.333.018
184	1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	23.627.620	23.627.620	23.627.620	23.627.620	8.298.804
185	1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	593.752.120	615.682.120	625.682.120	625.682.120	339.603.814
186	1430 - DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	23.015.425	218.147.388	218.147.388	196.837.456	74.061.754
187	1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	6.024.000	34.064.000	44.064.000	44.064.000	23.326.084
188	1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	48.291.700	68.471.700	68.471.700	67.641.700	45.380.925
189	1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	431.375.116	427.610.621	427.610.621	427.791.211	386.088.175
190	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	6.100.000	6.100.000	6.100.000	6.100.000	5.209.792
191	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	19.045.000	21.445.000	21.445.000	21.445.000	8.296.077
192	1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	2.705.927.740	2.689.114.953	2.689.114.953	3.507.933.733	3.352.979.737
193	1446 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	39.753.440	39.351.120	39.351.120	40.131.120	31.709.338
194	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	2.720.953.705	2.906.392.401	2.922.192.401	3.011.858.433	2.593.121.603
195	1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.400.000.000	1.428.045.037	1.528.045.037	1.835.045.037	1.425.745.794
196	1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	2.033.910.346	2.086.917.370	2.086.917.370	2.548.163.484	2.252.500.481
197	1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	1.817.745.224	1.835.591.263	1.827.639.393	2.928.080.247	2.641.630.703
198	1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	2.895.483.032	2.936.905.767	2.982.785.233	3.943.561.185	3.446.371.247
199	1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.327.322.007	1.758.354.172	1.781.844.172	2.487.397.028	1.863.883.931
200	1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	1.844.921.744	1.787.355.088	1.790.865.088	1.632.474.739	1.397.768.357
201	1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	1.741.957.779	2.069.959.248	2.072.959.248	2.356.976.629	1.974.819.624
202	1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	1.577.093.133	1.644.127.315	1.644.127.315	1.768.208.736	1.607.209.604
203	1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	315.483.335	281.081.614	285.483.335	120.483.335	62.785.776
204	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	26.068.000	973.376.754	1.013.376.754	1.072.339.858	668.411.105
205	8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	109.153.103	150.995.562	150.995.562	151.497.914	115.540.368
206	8010 - EDUCAÇÃO FISCAL	535.500	535.500	535.500	535.500	302.048

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado
207	8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	77.000.000	77.000.000	77.000.000	135.000.000	100.704.225
208	8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	219.517.897	239.992.897	239.992.897	232.896.397	175.350.717
209	8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	1.567.355.421	1.578.485.421	1.588.485.421	1.719.075.064	1.377.331.252
210	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	4.902.899.984	4.902.899.984	4.902.899.984	4.902.899.984	2.920.735.482
211	9989 - MOBILIDADE URBANA	8.000.000	409.182.393	409.182.393	358.311.152	77.745.023
212	9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	134.583.855	212.086.702	212.086.702	209.194.702	91.557.575

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE H: Orçamento Federal 2011 dos programas finalísticos (em R\$)

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
1	0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	5.139.075	14.821.116	14.821.116	14.821.116
2	0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	310.500.000	283.500.000	283.500.000	255.888.900
3	0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	91.151.400	93.601.400	93.601.400	87.393.560
4	0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	270.030.239.780	269.933.451.294	269.933.451.294	269.959.796.046
5	0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	282.452.080	337.738.460	337.738.460	315.853.188
6	0086 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	14.709.439	14.709.439	14.709.439	14.709.439
7	0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	29.140.496.018	29.143.496.018	29.143.496.018	29.143.496.018
8	0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	202.450.000	271.722.517	271.722.517	271.722.517
9	0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	30.300.000	30.300.000	30.300.000	30.300.000
10	0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	2.397.000	2.397.000	2.397.000	2.397.000
11	0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	1.282.557.630	1.282.557.630	1.282.557.630	1.282.557.630
12	0107 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	12.355.107	12.355.107	12.355.107	12.355.107
13	0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.637.600	103.126.350	103.126.350	103.126.350
14	0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	2.400.918.816	2.234.550.882	2.234.550.882	2.234.550.882
15	0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	614.300.000	594.300.000	594.300.000	594.300.000
16	0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.406.528.800	1.405.228.800	1.405.228.800	1.405.228.800
17	0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	268.869.181	247.381.405	247.381.405	247.381.405
18	0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	776.570.515	770.360.515	770.360.515	734.303.515
19	0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	51.230.648	51.230.648	51.230.648	48.797.594
20	0153 - SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	18.052.085	19.192.085	19.192.085	19.192.085
21	0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	10.887.284	35.751.684	35.751.684	35.751.684
22	0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	25.800.000	42.316.122	36.916.122	36.916.122
23	0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	81.743.564	102.313.564	90.363.564	90.192.564
24	0168 - LIVRO ABERTO	99.188.760	143.958.964	138.708.964	138.879.964

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
25	0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	275.437.801	297.437.801	286.237.801	286.268.801
26	0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	65.245.567	88.655.770	88.655.770	88.655.770
27	0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	20.061.856	24.531.856	24.531.856	24.834.356
28	0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	1.461.434.000	1.496.177.443	1.496.177.443	1.536.177.443
29	0256 - APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	379.000.000	379.000.000	458.310.000	Não disponível
30	0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	5.872.203	5.872.203	5.872.203	5.872.203
31	0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	528.097.507	514.097.507	514.097.507	466.462.507
32	0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	203.134.423	197.708.359	197.708.359	197.708.359
33	0273 - LUZ PARA TODOS	275.617.037	347.487.952	1.398.850.561	Não disponível
34	0282 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	4.953.591.000	4.953.591.000	4.672.253.000	Não disponível
35	0283 - DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	825.616.000	825.616.000	558.891.000	Não disponível
36	0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	3.382.694.000	3.382.694.000	6.855.782.000	Não disponível
37	0286 - OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	40.499.504.000	40.499.504.000	36.695.018.000	Não disponível
38	0288 - REFINO DE PETRÓLEO	28.841.435.000	28.841.435.000	19.011.731.000	Não disponível
39	0290 - TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	6.271.058.000	6.271.058.000	19.011.731.000	Não disponível
40	0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.814.245.553	1.814.245.553	1.411.120.789	Não disponível
41	0295 - ENERGIA NA REGIÃO SUL	800.202.166	800.202.166	1.001.812.741	Não disponível
42	0296 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	3.990.173.067	3.990.173.067	2.491.539.223	Não disponível
43	0297 - ENERGIA NA REGIÃO NORTE	593.802.292	593.802.292	750.927.724	Não disponível
44	0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.714.773.270	2.714.773.270	2.714.773.270	2.714.773.270
45	0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.913.698.582	2.888.625.426	2.888.625.426	2.888.625.426
46	0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	7.624.870.509	7.919.870.509	7.919.870.509	7.920.810.509
47	0355 - PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	20.300.000	21.300.000	21.300.000	21.300.000
48	0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	100.201.825	97.069.825	97.069.825	97.069.825
49	0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	161.200.000	190.464.293	170.264.293	170.264.293
50	0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	31.969.800	30.998.562	30.998.562	30.998.562
51	0365 - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	274.190.000	479.301.318	479.301.318	479.301.318
52	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	33.585.175	33.210.175	33.080.175	Não disponível
53	0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	456.746.450	574.898.124	574.898.124	582.443.446
54	0390 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	575.149.904	580.207.965	580.207.965	579.919.965

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
55	0391 - MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	161.066.358	226.066.358	226.066.358	287.586.358
56	0392 - PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	55.710.000	57.430.000	57.430.000	57.430.000
57	0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	221.132.359	221.132.359	221.132.359	220.832.359
58	0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	2.427.933.000	2.421.363.102	2.421.363.102	2.421.363.102
59	0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	20.978.832	38.608.934	38.608.934	38.608.934
60	0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	876.816.000	881.916.000	881.916.000	881.916.000
61	0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	762.903.790	688.161.297	676.161.297	676.161.297
62	0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	333.384.684	332.522.398	332.522.398	332.536.398
63	0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	47.976.615	261.708.028	77.950.797	74.452.879
64	0476 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	59.018.736	59.018.736	57.845.996	Não disponível
65	0480 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.821.344.000	1.821.344.000	2.141.322.000	Não disponível
66	0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	96.150.000	96.350.000	96.350.000	96.350.000
67	0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	43.330.040	48.795.091	48.795.091	52.081.136
68	0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	32.223.135	33.273.135	33.273.135	33.273.135
69	0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	4.739.025	5.039.025	5.039.025	5.039.025
70	0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	636.418.850	839.542.306	839.542.306	820.691.869
71	0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.399.002.858	2.412.666.454	2.412.666.454	2.412.666.454
72	0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.181.632.354	3.276.506.303	3.276.506.303	3.278.506.303
73	0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	402.204.759	409.570.055	409.570.055	409.570.055
74	0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	201.506.034	201.506.034	201.506.034	206.200.911
75	0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.366.152.475	1.386.052.475	1.386.052.475	1.390.331.736
76	0568 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	735.348.762	755.464.884	755.464.884	760.885.611
77	0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	6.139.390.119	6.219.931.241	6.219.931.241	6.301.075.240
78	0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	3.535.914.306	3.563.394.306	3.563.394.306	3.571.722.686
79	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	9.307.063.998	9.386.991.616	9.386.991.616	9.841.582.898
80	0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	3.271.329.665	3.432.979.443	3.432.979.443	3.489.296.631
81	0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO	1.223.851.016	1.123.851.016	1.039.261.607	Não disponível

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
	BRASILEIRO				
82	0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	2.478.829.885	2.488.835.922	1.899.372.534	Não disponível
83	0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	123.839.280	125.389.280	125.389.280	125.389.280
84	0643 - CALHA NORTE	68.000.000	484.951.546	484.951.546	484.951.546
85	0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	214.000.000	196.733.353	196.733.353	196.733.353
86	0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	124.900.000	125.150.000	125.150.000	125.150.000
87	0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	225.500.000	225.500.000	225.500.000	289.130.276
88	0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	509.772.000	487.304.541	487.304.541	567.304.541
89	0670 - PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	34.050.000	39.450.000	39.450.000	39.450.000
90	0682 - DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
91	0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.033.088	13.033.088	13.033.088	13.033.088
92	0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	14.300.000	21.458.060	21.458.060	21.458.060
93	0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	174.741.234	202.755.592	202.755.592	257.195.592
94	0753 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	71.859.980	71.859.980	71.859.980	71.859.980
95	0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	2.135.601.719	2.135.601.719	1.655.907.511	Não disponível
96	0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	81.373.265	76.373.265	76.373.265	76.373.265
97	0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS	1.041.825.877	1.040.350.277	1.040.350.277	1.036.810.277
98	0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
99	0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	5.910.120	12.124.681	12.124.681	12.124.681
100	0813 - MONUMENTA	130.524.686	105.135.994	105.135.994	105.135.994
101	1008 - INCLUSÃO DIGITAL	510.810.679	896.098.145	250.521.815	249.481.809
102	1009 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	6.406.340	6.406.340	6.406.340	6.406.340
103	1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	1.286.160	2.096.160	2.096.160	2.096.160
104	1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA	10.590.000	165.365.842	6.000.000	6.000.000
105	1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	21.665.742	673.211.672	673.211.672	675.457.596
106	1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	31.245.208	137.459.479	137.459.479	307.459.479
107	1030 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	61.570.129	61.570.129	61.570.129	61.670.129
108	1032 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA,	532.832.144	529.116.957	529.116.957	529.426.957

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
	EDUCACIONAL E CULTURAL				
109	1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.530.700.000	1.334.411.690	1.334.411.690	1.341.171.831
110	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	1.017.788.613	1.017.788.613	1.105.287.558	Não disponível
111	1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	87.496.000	87.496.000	66.150.000	Não disponível
112	1045 - BRASIL COM TODO GÁS	2.097.471.000	2.097.471.000	3.150.513.000	Não disponível
113	1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	116.907.000	116.907.000	195.544.000	Não disponível
114	1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	8.714.000	31.314.000	31.314.000	31.314.000
115	1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	963.143.330	975.233.330	963.143.330	871.984.341
116	1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	747.886.840	752.336.840	752.336.840	935.094.566
117	1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	16.890.061.499	16.896.233.540	16.896.233.540	17.324.853.648
118	1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	4.891.637.975	4.974.485.708	4.974.485.708	5.274.172.726
119	1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	22.213.615.810	22.851.802.095	22.851.802.095	23.335.881.342
120	1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	10.245.077	12.031.077	12.031.077	12.031.077
121	1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.600.000	3.600.000	3.600.000	3.240.000
122	1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	1.500.000	16.824.183	16.824.183	16.824.183
123	1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	4.216.185	8.366.185	8.366.185	8.366.185
124	1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	176.983.517	162.580.584	162.580.584	163.882.616
125	1109 - MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	17.295.481	17.295.481	17.295.481	17.297.481
126	1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.483.970.332	1.483.970.332	1.483.970.332	1.484.850.332
127	1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	330.901.702	330.901.702	330.901.702	378.901.702
128	1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	400.690.450	391.190.450	391.190.450	391.190.450
129	1120 - PAZ NO CAMPO	13.096.024	13.096.024	13.096.024	13.096.024
130	1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	55.214.080	82.419.367	52.219.367	52.219.367
131	1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	628.300.000	620.020.000	620.020.000	625.020.000
132	1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	2.369.000.001	2.089.805.249	2.089.805.249	2.089.805.249
133	1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	4.600.000	4.600.000	4.600.000	4.600.000
134	1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	72.771.264	145.480.237	107.085.967	102.935.841
135	1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	1.350.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
136	1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO MARÍTIMA E	433.871.534	634.063.396	634.063.396	648.631.141

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
	FLUVIAL				
137	1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	110.800.000	119.000.000	99.000.000	99.000.000
138	1142 - ENGENHO DAS ARTES	217.194.528	516.801.961	328.419.731	328.419.731
139	1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	3.418.100	4.168.100	4.168.100	4.168.100
140	1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	357.330.190	391.429.632	343.318.093	343.315.632
141	1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	113.270.721	113.270.721	113.270.721	113.270.721
142	1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	29.679.737	36.734.975	36.034.975	36.034.975
143	1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	221.722.932	222.122.932	222.122.932	222.142.932
144	1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	614.028.552	3.412.093.898	3.412.093.898	3.412.093.898
145	1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	75.422.592	75.422.592	75.422.592	75.422.592
146	1185 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	216.681.608	216.681.608	216.681.608	218.231.608
147	1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	417.308.964	378.648.782	376.131.732	Não disponível
148	1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	11.822.383.429	12.221.645.170	12.221.645.170	12.219.485.170
149	1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	33.838.672.638	36.286.402.800	36.286.402.800	36.695.609.463
150	1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	26.800.000	27.360.000	27.360.000	27.360.000
151	1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	284.214.359	1.364.187.290	1.364.187.290	1.364.187.290
152	1264 - RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	685.950.000	635.566.122	635.566.122	635.566.122
153	1279 - ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	18.487.489	18.487.489	18.487.489	19.947.489
154	1287 - SANEAMENTO RURAL	296.000.000	256.875.000	256.875.000	256.875.000
155	1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	330.513.327	330.297.327	330.297.327	330.297.327
156	1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	670.362.136	700.920.911	757.629.789	Não disponível
157	1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.728.316.576	5.813.777.702	5.813.777.702	6.037.274.701
158	1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	1.143.087.590	1.102.798.290	1.102.798.290	1.128.338.290
159	1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	319.789.286	293.939.287	293.939.287	293.939.287
160	1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	87.414.997	86.798.997	86.798.997	86.798.997
161	1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	58.917.044	89.384.649	89.384.649	207.604.649
162	1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	522.950.061	677.981.503	677.981.503	677.981.503

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
163	1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	13.992.165.000	13.992.165.000	13.992.165.000	15.272.962.500
164	1336 - BRASIL QUILOMBOLA	74.357.635	55.723.757	55.723.757	55.723.757
165	1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	164.200.000	327.240.000	327.240.000	327.240.000
166	1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA	45.698.310	44.573.309	44.573.309	44.573.309
167	1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	261.588.896	61.588.896	61.588.896	76.788.896
168	1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	30.700.000	31.000.000	31.000.000	31.000.000
169	1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	14.060.000	16.060.000	15.460.000	15.460.000
170	1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	194.672.820	211.492.820	211.492.820	211.899.067
171	1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	2.274.752.530	2.280.092.530	2.280.092.530	2.282.852.934
172	1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	144.848.679	144.848.679	144.848.679	168.789.101
173	1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	304.270.000	304.670.000	304.670.000	434.492.653
174	1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	25.489.736.213	25.529.808.160	25.465.022.595	25.400.911.025
175	1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	214.219.150	266.059.150	204.219.150	187.300.705
176	1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	2.600.000	2.700.000	2.700.000	2.700.000
177	1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)	3.058.380.725	2.639.061.390	2.572.811.390	2.575.941.721
178	1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	27.900.000	27.900.000	27.900.000	27.900.000
179	1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.149.218.682	1.149.218.682	1.149.218.682	1.163.318.682
180	1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	24.054.000	20.404.000	20.404.000	20.404.000
181	1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	6.201.192	6.401.192	6.401.192	6.401.192
182	1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	144.941.500	151.303.105	168.158.000	Não disponível
183	1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	36.336.800	36.636.800	36.336.800	36.336.800
184	1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	33.714.231	29.427.145	29.427.145	29.427.145
185	1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	507.677.619	418.597.619	418.597.619	418.597.619
186	1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	44.208.556	231.442.272	231.442.272	233.392.272
187	1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	11.024.000	59.975.121	59.975.121	59.975.121
188	1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	40.344.899	81.621.020	81.621.020	81.621.020
189	1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	477.332.164	467.857.310	467.857.310	467.857.310

Nr	Programas	PL	Autografo	Dotação inicial	Autorizado até 12.08.2011
190	1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	6.100.000	6.100.000	6.100.000	6.100.000
191	1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	20.158.287	59.462.558	59.462.558	58.796.985
192	1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	3.615.486.700	3.563.603.020	3.563.603.020	3.599.981.020
193	1446 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	40.373.283	40.265.283	40.265.283	40.265.283
194	1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	3.538.051.129	3.430.322.483	3.430.322.483	3.606.256.816
195	1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	2.100.000.000	2.064.645.712	2.064.645.712	2.153.865.712
196	1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	2.389.539.338	2.491.825.930	2.338.374.101	Não disponível
197	1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	2.157.791.282	2.374.090.809	2.301.218.320	Não disponível
198	1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	3.246.236.571	3.248.354.567	3.090.101.575	Não disponível
199	1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.959.608.793	1.953.084.148	1.906.909.293	Não disponível
200	1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	2.790.535.635	2.406.134.014	2.387.678.135	Não disponível
201	1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	2.259.722.968	2.706.047.341	2.567.952.427	Não disponível
202	1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	2.188.313.316	2.032.550.819	2.032.550.819	1.991.700.819
203	1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	335.588.178	304.805.780	304.805.780	298.805.780
204	6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	32.147.266	928.112.469	927.012.469	927.678.042
205	8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	180.701.553	357.271.738	357.271.738	356.151.738
206	8010 - EDUCAÇÃO FISCAL	535.500	535.500	535.500	535.500
207	8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	250.000.000	250.000.000	250.000.000	250.000.000
208	8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	227.159.008	259.431.049	259.431.049	259.431.049
209	8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem	1.251.707.400	1.251.921.170	1.251.921.170	1.246.900.684
210	8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	3.497.207.240	3.497.207.240	3.497.207.240	3.497.207.240
211	9989 - MOBILIDADE URBANA	56.000.000	650.136.341	650.136.341	650.136.341
212	9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	190.000.000	290.173.333	290.173.333	290.173.333

Fonte: Elaboração própria